UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DA PEQUENA PRODUÇÃO FUMAGEIRA DO VALE DO RIO PARDO – RS

Rita Inês Pauli Prieb

000288550

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: Política Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Ramos.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por ***Rita Inês Pauli Prieb*** *em* ***27/02/2004*** *e orientada pelo* ***Prof. Dr. Pedro Ramos.***

CPG, 27 / 02 / 2004

Campinas, 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE IE
Nº CHAMADA T/UNICAMP
P933s
V ____ EX
TOMBO BC/ 58479
PROC 16-127-04
C ____ D X
PREÇO 11,00
DATA 22-08-06
Nº CPD

CM00198050-3

BIB ID 316869

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Prieb, Rita Ines Pauli.
P933s Situação atual e perspectivas da pequena produção fumageira do vale do Rio Pardo-RS / Rita Ines Pauli Prieb -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador: Pedro Ramos.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Economia agricola – Rio Grande do Sul. 2. Fumo – Produção – Rio Grande do Sul. I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À minha mãe Olivia Terezia e ao meu filho Felipe que são a principal razão de minha vida, merecem a dedicatória deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A presente tese é resultante de uma vinculação mais estreita com o tema da fumicultura gaúcha, iniciada há dez anos, quando da elaboração na dissertação de Mestrado em Economia Rural na Universidade Federal da Paraíba- Campus II. Na UNICAMP, desde meu ingresso no Doutorado em Economia, foram efetuadas várias discussões com o professor orientador Dr. Pedro Ramos acerca da temática e um acompanhamento da evolução das mudanças operadas no setor fumageiro. Agradeço ao Professor Pedro pelo entusiasmo, dedicação e paciência com que leu, sempre meticulosamente, as versões que lhe apresentei. Aprendi com meu orientador o exemplo do que deve ser o papel a ser assumido no momento de uma orientação. Clareza, objetividade, disponibilidade para discussão de idéias, seriedade acadêmica são apenas alguns dos aspectos que encontrei em meu orientador.

À equipe do Projeto Rurbano, cuja aproximação permitiu uma maior compreensão de temáticas importantes como a pluriatividade e o trabalho em tempo parcial no Brasil. Agradeço ao Dr. Mauro Del Grossi, que além de esclarecer os principais desenvolvimentos do Questionário de ocupação e renda, auxiliou-me no processamento dos dados e elaboração das tabelas que são apresentadas neste trabalho. Ao Prof. Dr. Marcelino Souza que foi incansável na discussão de categorias e da metodologia utilizada no trabalho de Campo.

Ao Professor Dr. José Graziano da Silva a quem devo grande parte dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de economia agrícola, principalmente, pela ênfase dada, em suas aulas, à importância da interdisciplinaridade na análise dos fenômenos econômicos, particularmente a "agricultura sociológica". Aos Professores Dr. Walter Belik, Dr. Adayr da Silva Ilha e Dr. Paulo Roberto Bescow que aceitaram o convite para fazer parte da Banca Examinadora.

Aos professores Wilson Cano (pelo estímulo em tantos momentos e pela amizade), Ângela Kageyama e Bastiam Reydon, os quais contribuíram de uma ou outra forma para a concretização deste trabalho.

Gostaria de expressar ainda meus agradecimentos ao Professor João Eduardo Pereira, a quem devo sua participação operacional na forma de obtenção da amostra e nos cálculos do erro amostral.

Aos colegas do Curso de Doutorado em Economia da UNICAMP, que nos diferentes momentos compartilharam discussões acadêmicas e amizade.

Às famílias agrícolas da região do Vale do Rio Pardo que responderam ao questionário à Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Ao representante da Associação dos Fumicultores do Brasil, Ramírio Thomé, que com tanta presteza sempre respondeu as minhas perguntas.

À estagiária Gerusa Pauli Kist que auxiliou em todo o processo de aplicação dos questionários. Agradeço ao Daniel Russi por sua valiosa contribuição na tabulação dos dados.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS
LISTA DE QUADROS
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE GRÁFICOS
RESUMO
ABSTRACT
INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL E REFERENCIAL HISTÓRICO

1.1 Introdução 07
1.1.1 Linhas gerais da evolução econômica e especificidades regionais do Rio Grande do Sul 08
1.1.1.1 Vinculação econômica das determinações geográficas/ocupacionais 08
1.1.1.2 O desenvolvimento econômico gaúcho e sua interface histórica de articulação regional 10
1.2 A Evolução da região fumicultora gaúcha 12
1.3 Alterações no complexo fumageiro a partir de 1970 16

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICOS E ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO DO FUMO

2.1 Introdução 27
2.2 A articulação agricultura familiar/agroindústria 28
2.3 A análise sistêmica ou a abordagem via complexos agroindustriais 29
2.4 Os grupos de interesse no complexo agroindustrial do fumo 36
2.5 A instalação da câmara setorial do fumo 41
2.6 A problemática da formação de preços 43
2.7 A comercialização e o preço do fumo em folha: mecanismos, instituições e desempenho 43
2.7.1 Um breve histórico sobre o problema da classificação do fumo 49
2.7.2 As ações dos agricultores e das entidades envolvidas na formação dos preços 53
2.7.2.1 Implicações das inovações tecnológicas recentes e a terceirização dos serviços 58
2.7.2.1.1 Aspectos tecnológicos 58
2.7.2.1.2 O trabalho informal na fumicultura 60
2.7.2.2 O comportamento dos preços do fumo em folha e o desempenho do complexo no período recente 61

CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DA PLURIATIVIDADE, SUAS MANIFESTAÇÕES E TENDÊNCIAS PERCEPTÍVEIS EM CURSO

3.1 Outras contribuições de categorias analíticas agricultura familiar e pluriatividade..... 68
3.2 A agricultura em tempo parcial na fumicultura..... 96
3. 3 Serviços que surgiram a partir da atividade fumicultora na região..... 101
3.4 Alterações sofridas pela agricultura familiar/ a expansão do trabalho fora da exploração familiar a partir da análise da ocupação e renda..... 110
3.4.1 O Estudo de Caso..... 111
3.4.1.1 A Escolha da Região..... 112
3.5 A ocupação e renda dos agricultores familiares do Vale do Rio Pardo..... 115
3.6. Perspectivas da fumicultura e da relação atual de articulação..... 142

CONCLUSÕES.....147

ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Área, populações urbana e rural dos municípios amostrados..... .15

TABELA 2. Características gerais da amostra. Vale do Rio Pardo/Amvarp..... . 118

TABELA 3. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição do domicílios amostrados segundo o número de residentes..... 120

TABELA 4. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes..... 122

TABELA 5. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição das pessoas residentes segundo o número de residentes por domicílio..... 123

TABELA 6. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Pluriatividade da família na semana de referência e nível de escolaridade das pessoas residentes no domicílio. Setembro de 2001..... 124

TABELA 7. Vale do Rio Pardo/ Amvarp. Pluriatividade da família no ano de referência e nível de escolaridade das pessoas residentes no domicílio. Setembro de 2001..... 125

TABELA 8. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação do trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001..... 126

TABELA 9. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a posição na ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001..... 127

TABELA 10. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001..... 128

TABELA 11. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001..... .129

TABELA 12. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo o Índice de Nível de Vida. Setembro de 2001..... 131

TABELA 13. A: Vale do Rio Pardo / Amvarp. Proporção dos domicílios amostrados segundo a qualidade do domicílio e posse de bens domésticos. Setembro de 2001..... 133

TABELA 14. Vale do Rio Pardo / Amvarp. Proporção dos domicílios amostrados segundo a qualidade do domicílio e posse de bens domésticos. Setembro de 2001. 133

TABELA 15. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Proporção dos Domicílios amostrados segundo o tempo de deslocamento ao trabalho principal da pessoa de referência. Setembro de 2001 134

TABELA 16. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Atividade da família na semana segundo o local na ocupação. 134

TABELA 17. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Rendimentos médios e medianos dos domicílios da amostra no ano de outubro/2000 a setembro/2001 135

TABELA 18. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Rendimentos médios e medianos dos domicílios da amostra no ano de outubro/2000 a setembro/2001 136

TABELA 19. Vale do Rio Pardo/AMVARP. Distribuição do rendimento dos residentes segundo a destinação. Setembro de 2001 137

TABELA 20. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição do rendimento domiciliar segundo a fonte. Setembro de 2001 138

TABELA 21. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total. Setembro de 2001 138

TABELA 22. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Despesas (gerais e transferências de rendas) dos domicílios da amostra. Setembro de 2001 139

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Produção e exportação de fumo em folha no RS e porcentual da produção gaúcha sobre a brasileira (1961/1975) 18

QUADRO 2. Desnacionalização das empresas do setor fumageiro no município de Santa Cruz do Sul 20

QUADRO 3. Principais países exportadores de fumo em folha –1999-2002 (em t)..... 23

QUADRO 4. Produção mundial de fumo em folha nos principais países ..... .24

QUADRO 5. Preço médio do fumo em folha recebido pelos agricultores do Rio Grande do Sul (1° semestre) e preço médio das exportações – 1967-1993 (em US$/t). 62

QUADRO 6. Desempenho do setor fumageiro do Brasil – 1980 – 1999 (em t). 64

QUADRO 7. Distribuição das empresas segundo o número de trabalhadores pertencentes a categoria fumo, no ano de 2002..... 107

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Localização da região do vale do Rio Pardo (Amvarp) no estado do Rio Grande do Sul.....114

FIGURA 2. Distribuição dos domicílios na semana. Rio Pardo-RS.....120

FIGURA 3. Origem da renda familiar.....120

FIGURA 4. Atividade da família na semana..... 126

FIGURA 5. Atividade da família na semana segundo o,local na ocupação.....135

FIGURA 6. Distribuição do rendimento domiciliar segundo a fonte. Setembro de 2001, Vale do Rio Pardo/Amvarp.....139

RESUMO

A tese examina a situação atual e as perspectivas da fumicultura na principal região produtora do fumo do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul: o Vale do Rio Pardo. O foco central de análise são os agricultores articulados ao complexo fumageiro sendo que as delimitações teóricas situam-se na economia e agricultura sociológica. A contribuição principal é mostrar que o fenômeno da pluriatividade e o trabalho em tempo parcial, largamente estudado pelos pesquisadores internacionais e nacionais no meio rural e na agricultura diversificada está, também, presente na agricultura articulada ao complexo fumageiro gaúcho. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário cuja posterior análise permitiu que se mensurasse a pluriatividade e se mostrasse suas características bem como outros aspectos, tais como as condições gerais dos estabelecimentos a as condições de habitação e nível de vida das famílias. O exame das principais mudanças verificadas na dinâmica do complexo fumageiro mostrou que, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, houve uma desnacionalização das empresas fumageiras na região. A investigação das mudanças operadas na região e o aporte teórico utilizado permitiram compreender, à problemática que envolve a formação do preço e comercialização do fumo em folha no curto e longo prazos tendo em conta os agentes sociais envolvidos, a análise das instituições e mecanismos presentes nas negociação e do desenvolvimento do setor fumicultor. Além disso, forneceram elementos que permitiram entender melhor o processo atual de inserção sócio-econômica das famílias que se circuncreve a uma reprodução da exploração agrícola ainda em grande medida dependente da produção para o autocosumo, de uma orientação majoritaria de pluriatividade tradicional e não-agrícola desqualificada.

ABSTRACT

The thesis examines the present situation and the tobacco culture perspectives in the principal tobacco producer region of Brazil and of the state of Rio Grande do Sul: the Rio Pardo valley. The central focus of analyses are the farmers articulated to the tobacco complex being that the theoretical delimitations are situated in the sociological economy and agriculture. The principal contribution is to show that the pluriativity phenomenon and the part-time farming, widely studied by the international and national researchers in the rural field and in the diversified agriculture is, also, present in the agriculture articulated to the *gaucho* tobacco complex. The methodology used was the application of a questionnaire whose posterior analyses allowed to measure the pluriativity and show its characteristics and other aspects such as general conditions of the establishments and the habitation conditions and life level of the families. The exam of the principal changes verified in the dynamic of the tobacco complex, showed that since the late 1960's and the early 1970's, there has been a denationalization of the tobacco companies in the region. The investigation of the changes operated in the region and the theoretical contribution used, allowed to understand the problematic that involves the formation of the price and tobacco in leaf commercialization in short and long time, having in account the social agents involved, the analyses of the institutions and present mechanisms in the negotiation and the development of the tobacco sector. Besides, it offered the elements which allowed to better understand the present process of families social-economic insertion that precincts itself to a reproduction of the agriculture exploration in great measure dependent of the production for self consume, of an major orientation of disqualified traditional and non-agricultural pluriativity.

INTRODUÇÃO

São inúmeras as dimensões que uma pesquisa acerca da produção integrada aos complexos agroindustriais (CAIs) poderia enfocar. Uma delas permitiria uma ampla análise de como as firmas transnacionais se desenvolvem de forma muito concentrada nos países desenvolvidos e instalam-se posteriormente nas economias periféricas, gerando situações e trajetórias as mais diversas. Isso está presente na tese - mesmo que brevemente – uma vez que é impossível compreender a agricultura familiar da região do Vale do Rio Pardo, ignorando sua vinculação ou sua inserção na produção especificamente capitalista sob a tutela do capital transnacional. Contudo, o trabalho concentra-se na explicitação da situação atual e das perspectivas dos agricultores familiares envolvidos no processo de produção do fumo, com o que se buscou abordar outros aspectos relacionados a esse segmento produtivo.

Dentro do escopo mais geral da situação em que se encontra a produção familiar articulada ao complexo agroindustrial do fumo, a questão que se coloca é de como entender essa produção familiar: é uma atividade eminente agrícola, que combina a cultura mercantil de fumo com lavouras de subsistência? Tendo em conta evidências anteriores, detectou-se claramente a importância de investigar essa realidade, no intuito de conhecer como as unidades familiares se sustentam e se reproduzem: se é apenas a partir das atividades agrícolas ou se o crescimento das atividades não-agrícolas e da pluriatividade, na agricultura diversificada características do desenvolvimento recente do meio rural mundial e brasileiro, também caracterizam a produção articulada ao CAI fumageiro, na tradicional região fumicultora gaúcha.

Assim, a hipótese principal é de que o fenômeno da pluriatividade também estaria presente na produção familiar articulada ao CAI fumageiro. Essa hipótese não foi construída apenas em função dos resultados de inúmeras pesquisas realizadas no Brasil e no mundo acerca do fenômeno que marca o movimento geral no meio rural, mas também porque haviam indícios de que significativas mudanças estavam e estão ocorrendo, o que ressalta a importância do caso estudado. Nesse sentido, as orientações mais específicas para outras ocupações poderiam estar ocorrendo tanto em função da insatisfação com relação

ao preço pago pelas empresas para o principal produto comercializado pelas famílias como em função da diversificação de renda que explica diminuir a responsabilidade das empresas fumageiras na perpetuação ou reprodução de uma pequena propriedade/produção historicamente importante no cenário da agropecuária nacional.

Dessa forma, a preocupação central desta tese é com a situação atual desta relação e a hipótese geral é de que a pluriatividade manifesta-se com particularidades também no caso da produção articulada ao complexo fumageiro. Isso é aprofundado para se conhecer a magnitude da pluriatividade detectada, quais suas características (intersetorial ou intrasetorial), enfim, quais as outras atividades que estão presentes e como elas interagem com a atividade principal.

Nesse sentido, a confecção deste trabalho serviu-se em muito dos estudos do Projeto Rurbano, cujos desdobramentos em suas três fases permitiram a inserção de parte desta pesquisa na sua última fase. Cabe lembrar, que após um longo período de trabalho na coleta de dados e na análise de diferentes situações, passou-se, na Fase III, a uma orientação diferenciada, qual seja, privilegiar as análises de estudos de caso.

Assim, a principal metodologia utilizada consistiu na aplicação do "Questionário para Pesquisa Local por Amostra e Domicílio Rural / PLADR (ANEXO 2)" - para 60 famílias articuladas ao complexo fumageiro do Vale do Rio Pardo/RS. Esse instrumento foi, particularmente, importante não apenas na análise da ocupação e renda das famílias mas também na auferição de vários outros elementos capazes de revelar a situação atual, da forma mais abrangente possível, da agricultura familiar naquela região.

Desse modo, apesar da identificação das principais transformações da "exploração familiar" no tocante às variáveis, ocupação e renda, como sendo de crucial importância na avaliação das mudanças ocorridas no meio rural, não se restringiu o estudo a isso, buscando-se incorporar, na análise, outros aspectos, tais como as condições mais gerais dos estabelecimentos em termos de acesso a educação, níveis de escolaridade, condições de habitação, acesso a bens de consumo duráveis etc. Assim, buscou-se verificar ou desvendar, ao mesmo tempo, como as mudanças em curso vem impactando a vida dos agricultores familiares. Neste contexto, há que se apreender o sentido destas mudanças - que conforme poderá ser visto, traduzem-se, entre outros aspectos, em uma dissociação

entre a família e a unidade de produção - e de suas implicações na estabilidade das relações entre os membros da unidade familiar.

O trabalho tem em conta uma periodização do desenvolvimento da fumicultura no sul do país e lançou mão de trabalhos de outros autores ou anteriores, que contem análises mais centradas nas relações entre produtores de fumo e empresas agroindustriais, oferecendo um arcabouço analítico diferenciado que permitiu abordar outras determinações importantes ou outros aspectos de maneira mais detida[1].

Apesar do trabalho centrar-se nos agricultores familiares de fumo, em vários momentos do desenvolvimento dos capítulos faz-se menção àqueles marginalizados do processo de articulação, mas que são incorporados em determinadas fases do ciclo produtivo, na forma de trabalhadores temporários, ou muitas vezes ex-agricultores familiares de fumo.

Entende-se, também, que uma abordagem que se concentre em um ou mais aspectos da realidade econômica, embora importante, é insuficiente para dar conta da complexidade da realidade da agricultura familiar local. Assim, reconhece-se a importância do aprofundamento de uma investigação de caráter interdisciplinar, com o que se pode buscar melhor apreender as múltiplas faces de tal realidade, mormente no que tange aos elementos explicativos das práticas desenvolvidas e do processo em que estão envolvidos os agricultores familiares aqui considerados.

Nesse sentido, mesmo que a análise privilegie a situação atual pela qual passam os agricultores familiares, supõe-se e há indícios que permitem denotar que se verificam mudanças significativas na forma de organização da produção e de implicações na condução da própria vida desses agricultores. Nesse caso não se vislumbra uma ruptura tão profunda quanto àqueles elementos caraterizadores do que se convencionou chamar de agricultura camponesa, cujo traço distintivo consiste na elevada produção para o autoconsumo. Contudo, essa distinção perde poder explicativo quando se percebe um

---

[1] Cabe mencionar aqui os seguintes trabalhos: o pioneiro, de LIEDKE, Élida Rubin. **Capitalismo e camponeses** (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul). Brasília: mimeog.,1977.p.19. ETGES, Virgínia Elizabeta. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e editora da FISC, 1991. MONTALI, Lilia T. Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul. São Paulo: USP, 1979. p. 94. PRIEB, Rita I. P. **Fábrica de ilusões: o caso dos pequenos produtores de fumo de Santa Cruz do Sul – RS.** Campina Grande: UFPB. 1995. Dissertação de Mestrado. 92p., VOGT, Olgário P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul –RS1849-1993**, EDUNISC. Santa Cruz do Sul, 1997 283 p., dentre outros.

relativo afastamento da teia de relações de prestação e lealdade recíprocas no campo da ajuda mútua, dando lugar a contratação e (com pagamento monetário) não raras vezes, de empreiteiros, que se interpõem na relação empresas/ agricultores familiares.

A estrutura da tese conta com três capítulos: o primeiro, intitulado "Caracterização Regional e Referencial Histórico", trata dos aspectos mais gerais do desenvolvimento econômico gaúcho e nele situa geográfica e historicamente a fumicultura, a qual encontrou no norte do estado – região de maior dinamismo econômico - o *locus* de seu desenvolvimento. Aborda também o período de consolidação do CAI fumageiro na região, privilegiando o período pós-1970 e a penetração das empresas estrangeiras, o que gerou mudanças na forma de organização do complexo propriamente dito e na própria orientação econômica da conformação regional.

O segundo capítulo concentra-se na análise da situação atual da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo, examinando detidamente a problemática que envolve a formação do preço e comercialização do seu produto principal. Para tanto, parte da síntese de um referencial teórico buscado na história do pensamento econômico, sobre formação de preços de diferentes bens numa economia capitalista, no curto e no longo prazo, destacando-se a distinção entre bens primários e bens industrializados. Nesse âmbito, tem em conta os agentes sociais envolvidos, as instituições e os mecanismos de que lançam mão na negociação que anualmente são estabelecidas. Considera, também, novos elementos da realidade, tal como a criação da Câmara Setorial do Fumo, do aparecimento de novos atores no processo, como as empreiteiras e o aprofundamento da ação de velhos atores, como os intermediários que, em conjunturas específicas, ampliam sua participação, mormente nos períodos de comercialização do fumo em folha.

O terceiro e o último capítulo, mais longo, está subdividido em duas partes: a primeira aproveita outras contribuições de referenciais analíticos, inclusive interdisciplinares, para uma melhor compreensão do intrincado mundo dos agricultores familiares estudados. A diversificação e a pluriatividade aparecem como categorias cuja distinção possibilita a verificação da forma de inserção dos agricultores familiares, bem como de suas ações e orientações ocupacionais mais recentes.

A segunda parte, apresenta, primeiramente, o recorte da região em que se realizou a pesquisa de campo, que compreende quatro municípios da Região do Vale do Rio Pardo/ AMVARP, a forma de obtenção da amostra, o cálculo do erro amostral e a dinâmica de investigação e obtenção dos dados primários. O critério de escolha das famílias para a aplicação dos questionários teve o cuidado de proporcionar uma representatividade da situação econômica e social investigada. Nessa parte, também, são apresentados os resultados da pesquisa de campo interpretados à luz de contribuições teóricas e destacados os resultados quantitativos, o que permitiu uma caracterização da inserção econômica e social dos agricultores familiares e da marcante presença da pluriatividade. Esse capítulo culmina com a apresentação dos diferentes serviços que surgiram na região fumicultora, enfatizando aqueles diretamente relacionados com a presença da empresas fumageiras na região e a inserção de membros das famílias articuladas ao complexo na forma de venda direta de força de trabalho às empresas fumageiras, evidenciando, desta forma, a presença do trabalhador em tempo parcial.

Uma última consideração acerca da forma de apresentação do trabalho é que as contribuições teóricas são, em geral, desenvolvidas de forma conjunta à elaboração da temática de cada capítulo. Optou-se, portanto, de uma apresentação interdisciplinar e integrada da análise empírica, considerando que tal procedimento dificulta a categorização de uma realidade que se apresenta diferenciada e multiforme e que se move, muitas vezes, no limite de vários conceitos e teorias.

CAPÍTULO I. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL E REFERENCIAL HISTÓRICO

1.1 Introdução

O Estado do Rio Grande do Sul tem uma trajetória histórica particular de desenvolvimento econômico, sendo sua inserção especificamente capitalista tardia quando comparada à posição alcançada pelo maior centro dinâmico nacional, São Paulo.

A região fumicultora, além de se vincular ao contexto internacional de desenvolvimento, desde o início de século XX, é parte essencial da história do estado, uma vez que o núcleo dinâmico da economia gaúcha nasceu nessa região[2].

Uma análise das principais mudanças na produção fumageira da região permite caracterizar dois períodos distintos: o anterior à segunda metade da década de 1960, cuja principal característica consiste na presença majoritária do capital de origem nacional no CAI fumageiro; o segundo período, posterior à década de 1970, fase de consolidação do complexo, no qual se verificou uma centralização e desnacionalização desse parque industrial. Essas mudanças foram acompanhadas de transformações na parte agrícola da produção de tabaco. No segundo período, a forma artesanal de produção deu lugar à modernização do processo de trabalho fumicultor.

O presente capítulo tem como objetivo permitir a compreensão das principais particularidades históricas que ocorreram e que conformaram a configuração atual da região fumicultora gaúcha. Na perspectiva de explicitar as linhas gerais desse processo, parte-se de uma caracterização rápida do Rio Grande do Sul, considerando os principais aspectos geográficos e históricos de sua evolução, para posteriormente explicitar os períodos distintos de dinamização regional, abarcando desde a colonização estrangeira do Século XIX, enfatizando-se as mudanças na dinâmica da produção, exportações e importações, culminando com as características recentes do CAI fumageiro e de suas potencialidades de desenvolvimento no âmbito regional.

---

[2] Soto & Valentin (2002, p.39) mostram que a industrialização no Rio Grande do Sul teve, como ponto de partida, a substituição de artigos importados e, ao final do século XIX, a atividade industrial estava concentrada no município de Rio Pardo e Pelotas, para apenas mais tarde, fortalecer-se em Porto Alegre.

1.1.1 Linhas gerais da evolução econômica e especificidades regionais do Rio Grande do Sul

O desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul está intimamente vinculado à forma de ocupação de seu território, à peculiaridade de sua geografia e à originalidade de seu processo político. Há, pelo menos, um aspecto convergente entre os diferentes autores que se empenharam em elaborar análises sobre isto: todos chamam atenção para as diferenças internas do estado.[3]

1.1.1.1 Vinculação econômica das determinações geográficas/ocupacionais

Apesar de não se circunscrever a uma determinante única, a origem das desigualdades tem, na região, uma relação direta com a forma de ocupação do Rio Grande do Sul[4]. Essa determinação histórica pode ser caracterizada por duas estruturas sociais distintas: "Ao Sul, a sociedade dos estancieiros (latifundiários), constituídos estes, por peões e escravos, produtora de couros e depois de carne (charque) e lã e, ao Norte, uma sociedade constituída por pequenos proprietários dedicados ao desenvolvimento da lavoura" (IPEA 2000: p.47). Em cada uma das duas regiões verificam-se características

---

[3] Uma primeira abordagem que aponta as desigualdades regionais gaúchas encontra-se em OLIVEIRA (1960). Posteriormente, os pesquisadores da FEE (Fundação de Economia e Estatística), a partir de várias publicações, demonstram sua longa tradição nos estudos econômicos apontando as desigualdades inerentes à economia gaúcha.

[4] Segundo Andreoli (1988), a ocupação do território do Rio Grande do Sul ocorreu através de duas vias históricas. A primeira é representada pelas necessidades de conter as investidas dos espanhóis, instalados em outras regiões ao sul do continente sul-americano. Nesse caso, formaram-se extensas unidades de criação de animais para corte, que representam a instalação e o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas caracterizadoras da sociedade gaúcha. O desenvolvimento da cidade de Pelotas, primeira grande concentração urbana do estado, é o resultado mais marcante do desenvolvimento das atividades da produção agroindustrial, baseada nesta primeira via histórica. Já a outra via histórica, baseou-se nas necessidades da economia agrário-exportadora do centro do país, com destaque para São Paulo. Portanto, formaram-se as unidades de produção agrícola e artesanal, aproveitando-se da experiência de vida dos trabalhadores.

econômicas distintas:[5] "um Norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um Sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada em poucos produtos" (Alonso & Bandeira, 1994).

Em termos geográficos, os autores assim caracterizam as duas regiões: "O Sul possui uma topografia plana e vegetação de campo em grande parte de sua superfície, facilitando a adaptação à criação de gado em grandes latifúndios, atividade que viabilizou economicamente a ocupação do território a partir da primeira metade do século XVIII" (Alonso & Bandeira, 1986)[6]. Portanto, o norte foi apropriado/ocupado com outra preocupação e em outro momento histórico com produção agropecuária diversificada, para o consumo próprio das famílias e para comercialização local regional ou mesmo, logo, com São Paulo.

Entre as duas regiões, sempre houve um baixo grau de interligação econômica, sendo que uma unificação do espaço completou-se bem mais tarde, ou seja, na década de 1970. É importante lembrar que, nesse mesmo período, apesar da continuidade de um processo de forte concentração industrial em São Paulo, a partir dessa década, a periferia nacional "diminuiu seu grau de exclusão" do processo de desenvolvimento dado que iniciou um processo de articulação entre a região mais dinâmica com as diferentes regiões brasileiras, inclusive com o estado do Rio Grande do Sul.[7]

A partir do maior crescimento verificado ocorreu mais uma formação regional representada pela área localizada no nordeste do Estado, caracterizada pelas grandes aglomerações urbanas, conforme observado por Bandeira:

> "A estrutura espacial do Rio Grande do Sul pode ser caracterizada a partir da divisão do Estado em três grandes regiões: 1) *Nordeste* é a mais dinâmica do Estado e inclui as áreas mais industrializadas situadas ao longo do eixo Porto Alegre e Caxias do Sul; 2) *Norte*, em que a dinâmica dos municípios está vinculada ao setor primário. O predomínio nessa região é de pequenas e médias propriedades. A atividade agrícola é mais diversificada, com destaque maior para o soja, e as indústrias vinculadas à

[5] Essa linha imaginária que divide o estado, se não pode ser confundida com uma idéia de dualismo econômico, antes mostra que é uma característica da particularidade do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo a convivência de ritmos diferentes de desenvolvimento, portanto uma não similitude que se articulou com o desenvolvimento geral.

[6] Vale ressaltar que esta se constitui apenas em uma facilidade inicial, entende-se que uma topografia acidentada não impede a pecuária extensiva, pois se pode derrubar a mata, inclusive com queimada tal como ocorrera em várias regiões do país.

[7] Percebeu-se, nessa década, uma desconcentração industrial no Brasil. Os vários determinantes do processo de desconcentração produtiva estão analisadas em Cano, 1998.

> base agropecuária local tem presença significativa; 3) *Sul* é a área que apresenta a economia menos dinâmica do Estado, caracterizando-se pelo reduzido grau de industrialização e pela concentração fundiária. Predominam aí a pecuária e a plantação de arroz". (Bandeira, 1995: 232)

A ênfase na conformação regional e suas particularidades históricas são importantes devido à permanência dos principais traços que a caracterizam até hoje[8]. As análises dos principais autores mostram que, diferente do que ocorreu no Brasil como um todo, os movimentos recentes da economia gaúcha (anos de 1980 e 90) reforçaram algumas áreas, ao mesmo tempo em que deprimiram a posição de outros locais, que outrora ocupavam posições melhores do que as atuais, não se verificando mudanças significativas de reversão desse processo.

Vale reter que as determinações regionais mais gerais, no que dizem respeito ao desenvolvimento da região fumicultora gaúcha, são também perceptíveis para o caso estudado. Assim, os municípios dotados de um maior dinamismo na atividade fumageira, isto é, as empresas agroindustriais são sediadas na metade norte do Estado,[9] bem como a maior parte dos produtores de tabaco.

1.1.1.2 O desenvolvimento econômico gaúcho e sua interface histórica de articulação regional

O processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul deve ser periodizado de forma diferente da que é feita para o conjunto do país. Uma periodização disponível é a elaborada por Herrlein. Este autor afirma que o primeiro período, 1899 a 1930, também denominado de "modelo gaúcho de desenvolvimento", pode ser caracterizado por uma diversificação nas exportações (nacionais e internacionais), porém um relativo isolamento

---

[8] Com relação ao destino da produção gaúcha, simplificadamente pode-se afirmar que essa economia sempre deteve um setor exportador, apesar de se restringir a poucos produtos: Inicialmente o trigo, carne e lã ovina; posteriormente, ganhou importância a soja e seus subprodutos, calçados, frangos e alguns manufaturados, bem como o fumo.

[9] A exemplo dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

em termos de economia regional mais integrada nacionalmente. Assim, o dinamismo do estado seria propulsionado pela demanda interna da região e exportações[10].

O baixo dinamismo da economia gaúcha e a inexistência de uma estruturação econômica regional, até final do século XIX, decorrem da ocupação atrasada ou tardia do desenvolvimento gaúcho. Além disso, não foram as charqueadas, mas sim a agricultura que estabeleceu os vínculos econômicos mais importantes com o restante do país (Carrion Jr, 1979: 405)[11].

O segundo período (1930-64) considera uma etapa de transição culminando, no seu final, com uma crise da economia gaúcha e de sua articulação mais geral. A referida crise, além das causas endógenas traduzidas em um limite do padrão regional de acumulação, circunscreveu-se, também, aos problemas oriundos da concorrência dos setores produtivos gaúchos com os mercados do centro.

Assim, a perda da posição da economia gaúcha, nesse período, traduz-se em um papel periférico em relação às regiões mais dinâmicas da economia nacional, reforçando uma trajetória de desenvolvimento subordinada à economia capitalista de São Paulo. A superação dessas "dificuldades" teria que ser seguida de um novo ciclo de acumulação e de rearticulação da economia gaúcha. Nesse sentido, os anos que se sucedem a 1961, configurariam em uma terceira fase do desenvolvimento gaúcho, cuja característica principal diz respeito à criação de vários novos ramos produtivos, cujas articulações vão além dos marcos geográficos do RS, integrando-se em escala nacional em alguns ramos, aprofundando sua inserção internacional.

> "O período em que cresceu o *gap* da economia gaúcha em relação ao centro hegemônico da acumulação de capital no País (São Paulo), foi justamente o da instalação do bloco de investimentos do Plano de Metas, que determinou o predomínio das indústrias de bens de consumo duráveis sobre a dinâmica da expansão industrial. Decorreu daí a noção de que o caminho para superar o atraso seria atrair, para o RS, os investimentos que fizeram a pujança de São Paulo naquele período" Herrlein jr (2002: 659).

Desse modo, o Estado passou a induzir um crescimento econômico que, paulatinamente, redesenhou a região *pari passo* ao surgimento de indústrias e do

---

[10] O autor mostra que o desenvolvimento do Rio Grande do Sul até 1930, seguiu uma trajetória diferenciada as demais regiões do país "...encontrou seus principais mercados externos internamente no Brasil...em outras economias regionais." Herrlein (2001: 172)

desenvolvimento social em novas bases, porém sem alterar significativamente a subordinação da economia gaúcha nas economias nacional e internacional, apesar de apresentar, em alguns anos, um crescimento do Produto Interno Bruto superior à média total do país.[12]

1. 2 A evolução da região fumicultora gaúcha

A região fumicultora gaúcha localiza-se, em sua maior parte, na Região do Vale do Rio Pardo (região centro-oriental do estado) e foi ocupada desde a segunda metade do século XIX, sendo resultado de um processo de colonização dirigido pelo Governo Provincial, refletindo uma trajetória histórica que incluiu a participação decisiva dos imigrantes alemães que ali se instalaram. Trata-se de uma atividade que desde cedo apresentou uma combinação entre uma forma industrial com utilização de trabalho assalariado, e outra, agrícola, vinculada ao trabalho familiar [13].

Apesar da relação do desenvolvimento da fumicultura com a pequena produção, não se pode esquecer que, inicialmente, as relações de produção da cultura fumageira estiveram presentes na formação social brasileira e escravista, sendo desenvolvida em grandes e pequenas propriedades, com a produção voltada para o mercado externo. [14]

---

[11] Cano W. (1985:56-57) mostra que, em 1930, São Paulo produzia uma quantidade de charque que era equivalente a metade da produção do Rio Grande do Sul..

[12] Entre 1985 e 1995, a taxa média de crescimento da economia gaúcha é um pouco superior a economia nacional. O PIB gaúcho cresceu em média 2,42%, contra 2,37% do total do país.

[13] Em trabalho anterior (Prieb, 1995) foi feita uma análise do desenvolvimento do complexo agroindustrial do fumo em Santa Cruz do Sul, RS, destacando a questão da subordinação indireta do trabalho familiar ao complexo fumageiro.

[14] Na verdade, esta cultura possui uma importância histórica que vem desde o início da colonização brasileira. Quando Cristóvão Colombo chegou à América, já encontrou os nativos (índios) utilizando o fumo nos rituais religiosos e como planta medicinal. A partir de 1570 os portugueses passaram a cultivá-lo e foi a partir do século XVII que o consumo do fumo se difundiu na Europa.

Isso ocorreu na mesma época em que o movimento principal da evolução agrícola do país concentrou-se na produção e exportação do café.[15] Operou-se, no Brasil, uma verdadeira revolução na distribuição de suas atividades produtivas que se concentravam fundamentalmente na cultura do café. De modo geral, houve uma decadência das lavouras tradicionais do Brasil da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco (Prado Júnior 1984: 157) [16]. Segundo Prado Júnior, a crise na produção do tabaco deveu-se, fundamentalmente, às restrições impostas ao tráfico africano, o que atingiu um seus principais mercados. Segundo o autor, é sobretudo no tráfico mantido pela Bahia com as regiões africanas ao norte do Equador (proibido após 1815), que se empregava o tabaco como mercadoria de escambo. (Prado Júnior, 1984)

Nessa época, o mercado consumidor europeu era parcialmente abastecido por fumo produzido nas encostas das atuais cidades de Salvador, Recife e, principalmente, no Recôncavo Baiano. O fumo nacional tinha três destinos: "o de primeira e segunda qualidade eram mandados para Lisboa, sendo a maior parte reexportada para outros países da Europa. Uma outra parte servia de moeda, no período colonial, para o comércio de escravos com a África. E a terceira destinava-se ao consumo interno" Seffrin (1995: 20).

A partir daí, a cultura para exportação de fumo cresceu enfrentando problemas, em que as pragas e secas prolongadas dificultavam uma produção de maior monta. Mas as perspectivas de comercialização eram razoáveis, a tal ponto que novas áreas fumageiras apareceram no cenário nacional, tais como Minas Gerais, Goiás e São Paulo. No Rio Grande do Sul, o fumo passou a ser cultivado em 1824, na colônia de São Leopoldo e, em 1850, na Colônia de Santa Cruz, sendo esse município considerado, até na atualidade, "a capital mundial do fumo" (Seffrin, 1995:21), devido a localização das empresas processadoras, a elevada produção de fumo e a importância da cultura na economia do município.

Cabe ressaltar, porém, que apesar do cultivo do fumo ter sido iniciado no Rio Grande do Sul já no princípio do século XIX, isso não significou que o estado era o maior

---

[15] Esse produto, acabou por figurar, naquele período, quase isolado na balança econômica Brasileira. (Prado Júnior, 1984: 157)

[16] Prado Jr (1983) deixa claro que a produção de fumo esteve intimamente vinculada à exportação e se dava na forma de *plantation*. Um dos poucos estudos mais recentes que dedicam atenção a participação do trabalho escravo na fumicultura foi escrito por Vogt (1997), que afirma: "Acredita-se que o grosso da

produtor nacional[17]. Celso Furtado mostra que o fumo apresentou uma recuperação na segunda metade do século XIX, principalmente em função das possibilidades de venda para a Europa. O autor afirma que a quantidade exportada aumentou 361% entre os anos quarenta e 1890, e os preços médios subiram 41% nesse mesmo período. (Furtado, 1989:147).

Nessa época, o RS viveu, em termos mais gerais, a passagem de sua tradição anterior da pecuária para outras atividades, ligadas essencialmente à agricultura.[18] Segundo BUF, apud Cunha (1991: 99), em 1851 não existiam outras grandes plantações na região, apenas o fumo em rama produzido em quantidade suficiente para exportação e uma pequena quantidade de cana-de-açúcar, de algodão, plantados experimentalmente pelos colonos.

Entre 1878 e 1920, houve um crescimento da participação do fumo no valor total das exportações do Rio Grande do Sul: em 1878-88 ela foi de 1,9; em 1889-1900 de 2,9 e em 1919-20, 4,3%.

Apesar da crise em torno do desenvolvimento inicial da fumicultura nacional, verificou-se um posterior crescimento da produção que ocorreu principalmente fora da Bahia e, particularmente, no Rio Grande do Sul.[19]

É importante destacar que: "Por iniciativa do governo imperial, em 1824 do governo provincial logo a seguir, os imigrantes foram instalados na Encosta do Planalto Meridional em propriedades que tiveram, no início, 48 hectares e depois, 24 ha em plena

---

produção do fumo tenha sido obtido, fundamentalmente, pela exploração da força de trabalho escrava combinada com a livre – familiar dos agregados – de forma acessória e subsidiária".

[17] Na verdade, a Bahia continuava sendo o Estado de maior tradição na produção de fumo no Brasil e nas exportações desse produto.

[18] Segundo Cunha (1991: 95), em março de 1848, o presidente da província (de Santa Cruz), Soares de Andréa, coloca diante da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul as razões pelas quais julga indispensável a colonização das vastas áreas desabitadas da província: 1ª "...para levar a população a todos os lugares da província que a precizem"; 2ª)para trazer exemplos e estímulos aos lugares onde a agricultura está abandonada e consequentemente para as cidades e povoações, "outrora notáveis" que sejam estagnadas "como esteve Porto Alegre antes da fundação da comarca de São Leopoldo em 1824"; 3ª) para a manutenção das estradas recentemente abertas, através da distribuição de lotes ao longo delas para colonos antigos ou famílias brasileiras 4ª) "para extinguir os tigres e obrigar os indígenas, que habitam com eles as matas, a procurar as civilizações" e, finalmente, nos lugares desertos da fronteira para travar a cobiça das populações platinas sobre o território gaúcho.

[19] A Bahia continuou sua produção de fumo escuro, cada vez menos demandado no mercado internacional e o Rio Grande do Sul em maior proporção, mas também os Estados do Paraná e Santa Catarina, especializaram-se na produção de fumos claros, principalmente o tipo Virgínia.

Mata Subtropical Atlântica, na qual tiveram que impor-se com machados e foices para abrirem as primeiras clareiras". (Etges et all. 2002:10) [20]

As exportações se circunscreviam ao fumo não beneficiado até 1918, quando veio se estabelecer, no país, a Companhia Souza Cruz. Desde então, com interesse no mercado interno, que foi se ampliando e estabelecendo uma articulação efetiva com as famílias colonizadoras.

Assim, a caracterização sócio-econômica da região do Vale do Rio Pardo é resultante tanto da forma como se deu a colonização ao norte do Rio Grande do Sul (elemento primário), como de posterior instalação do processamento do fumo. Muitos dos seus traços atuais conservam os costumes e tradições peculiares, mesmo após três gerações desde a vinda dos primeiros colonizadores[21].

Uma periodização do desenvolvimento da fumicultura gaúcha pode, grosso modo, ser delineada a partir de duas fases distintas: o período anterior a 1965, em que as empresas fumageiras eram, em sua maior parte, de capital nacional e em que a produção agrícola era efetuada em base tradicional; e de um período posterior a década de 70, em que ocorre uma centralização e desnacionalização das empresas, e em que a parte agrícola da produção passa por um processo de modernização, de forma semelhante ao que ocorreu na agricultura brasileira em geral.

O primeiro período é marcado com uma produção voltada ao mercado externo. Posteriormente, o mercado interno passa assumir uma importância decisiva,[22] sendo esse

---

[20] Parece ser um pouco superficial a idéia de tantas publicações mostrando, muitas vezes, unicamente o heroísmo dos colonizadores que foram se instalar no Sul do país. Porém, mesmo sem querer entrar no mérito dos aspectos políticos da colonização alemã, parece importante ter em conta a visão de historiadores como Gertz que afirma: "... o integralismo teve mais sucesso nas zonas coloniais que nas outras regiões." Gertz (1992: 232). Além disso, é lugar comum que o movimento separatista gaúcho nasce exatamente em Santa Cruz do Sul, dessa forma é muitas vezes esquecido que apesar de não se tratar da causa única mas, os colonizadores que vieram da Alemanha foram "expulsos" do próprio estágio de desenvolvimento capitalista alcançado naquele país, foram portanto as famílias empobrecidas que vieram aqui se instalar. Dentre os descendentes destes, nascem no Sul do país as idéias separatistas em que discriminados esquecem a história e passam a discriminar outras regiões da nação.

[21] Caio Prado Júnior atribui o nome "colonização" ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos e que se fixaram como proprietário da terra, na região sul do país, diferente, portanto, da imigração, que tinha como interessados os grandes proprietários, necessitados de braços para a grande lavoura. (Prado Jr 1984). As principais características da produção fumageira: até 1917 ocorre uma exportação do fumo não beneficiado; pós 1917 surge a primeira indústria de beneficiamento do fumo em Santa Cruz do Sul. Em 1918 os cigarros são feitos com fumo importado e há uma produção local de fumo e charrutos.

[22] Dados da ABIFUMO mostram que em 1939, 61,9% do fumo brasileiro era consumido internamente. Nas décadas que se seguem, verificou-se uma crescente importância do consumo interno, atingindo o ápice nas

um dos principais fatores de atração e aprofundamento da internacionalização do capital no setor, devido às possibilidades de realização da produção dentro do país.

1.3 Alterações no complexo fumageiro a partir de 1970

Nesta parte do trabalho, interessa mostrar as profundas mudanças assistidas no Complexo fumageiro do Rio Grande do Sul a partir de 1970. Trata-se de mudanças nas relações de produção que implicam diretamente o processo de trabalho dos agricultores familiares envolvidos na articulação[23]. A centralização e desnacionalização das empresas fumageiras ocorreu concomitante a um processo de modernização da agricultura em nível nacional, em que o uso de insumos modernos imprimiu um crescimento da produção e produtividade, mas elevou os custos para os fumicultores.

Assim, após 1970, ocorreu um aprofundamento da articulação produtor/indústria, intensificando-se as relações internas do complexo em questão[24]. Além disso, verificou-se uma caracterização mais geral de centralização e desnacionalização dos capitais investidos nessa atividade. Na década de 1970, após um longo período de estabilidade das vendas no mercado interno, o mercado externo passou novamente a conduzir a dinâmica da acumulação, que se vinculou com uma modernização e possibilitou a elevação da produção[25].

Vários motivos levaram ao maior crescimento do setor fumicultor. O mais importante foi o bloqueio comercial declarado à Rodésia (Zimbawe), em 1965, que há muito era o maior fornecedor de fumo no mercado europeu.

---

décadas de 60 e 70, quando este já representava em torno de 80% da produção total (Abifumo nº 28 de 1984).

[23] As mudanças no processo de trabalho, nas últimas três décadas, será visto no capítulo 2.

[24] Os contratos com as agroindústrias passaram a incluir novos elementos como a tecnologia recomendada, e a necessária aquisição dos insumos da agroindústria pela pequena produção. Essas novas especificidades na relação da pequena produção com o capital agroindustrial permitiu um crescente aumento na produção, ao mesmo tempo em que tornou as pequenas unidades mais dependentes do capital agroindustrial.

[25] Com relação à dinâmica da produção nas décadas de 1970-80, pode-se afirmar que: 1) quase 2/3 da produção estava concentrada na região Sul do país[25]; 2) a área colhida não apresentou uma tendência definida, apresentando uma queda acumulada de 12 % no final da década de 80; 3) a produção física apesar das oscilações anuais apresentou um saldo positivo quando considerado as 3 décadas (incluindo a década de 90).

No Brasil, nem todos os ramos de produção encontram-se nesse estágio avançado de acumulação. O capital alocado na atividade fumageira é altamente inserido na economia mundial e, a partir do final da década de 1960, amplia a real possibilidade de inversões produtivas mundiais que encontram nela uma alternativa de ampliação do lucro dos capitais que aí operam. Assim, o resultado desse processo para a nação significa uma centralização concomitante à desnacionalização do setor[26].

Sampaio, ao tratar a penetração de capitais extrangeiros na agricultura, nas décadas de 1960 e 1970, mostra que "109 das 400 maiores empresas estrangeiras realizam atividades relacionadas à agricultura, podendo-se afirmar, portanto, que 28% das maiores empresas estrangeiras no Brasil têm influência no desenvolvimento deste setor"[27]. Mostrou, também, que o investimento estrangeiro orienta-se preferencialmente para o ramo de produção de alimentos, bebidas e cigarros e para o processamento de carnes, sendo bastante reduzido o número de empresas dedicadas à atividade agrícola primária.

Além das determinações mais gerais do capital, sabe-se que as ações do Estado podem favorecer ou estimular o desenvolvimento de tal processo. Nesse sentido, a política de apoio estatal favorável à instalação de agroindústrias no país e a constituição dos complexos agroindustriais facilitou, em um dado momento da vida nacional, a concretização da entrada dessas empresas no Brasil.[28] A partir daí, o processo de modernização da agricultura se amplia e se diversifica, o que, numa tendência mais geral na nação, traduz-se em um aprofundamento ainda maior da modernização da agricultura no que tange a sua ampliação e diversificação da produção.

---

[26] Além disso, uma crescente subordinação das atividades agrícolas às exigências da reprodução e acumulação de capital. Ver Bescow, (1980)

[27] Sampaio, (1980: 15-16). Além disso, é importante ressaltar que o autor mostra duas maneiras passíveis de se visualizar a expansão do capital estrangeiro a agricultura brasileira: a) a partir do número de firmas que se estabeleceram ano a ano e b) pelo ritmo de crescimento desse capital acumulado nestas empresas em que apresenta um elevado ritmo de penetração do capital estrangeiro a partir de 1960 e, especialmente a partir de 1970.

[28] Segundo Sorj, a atuação das multinacionais agroindustriais no Brasil pode ser dividida em três períodos: "Numa primeira fase, que se estende até 1930, as multinacionais da agricultura orientam-se fundamentalmente para o controle dos produtos de exportação. Na segunda, que se afirma a partir da década e 1930 e vai até 1960, surgem as primeiras grandes processadoras de alimentos para o mercado interno. A terceira se inicia a partir de 1960, quando ocorre uma interiorização crescente da produção de insumos para a agroindústria e uma diversificação das agroindústrias processadoras de alimentos para o mercado interno". O autor mostra também, a ocorrência de um confronto entre as firmas estrangeiras do mesmo ramo na disputa de uma fatia cada vez maior do mercado brasileiro. (Sorj B. 1980:32-33)

No âmbito da região fumicultora gaúcha, após 1960, observou-se uma concentração espacial e intensificação da produção nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz alargando ainda mais a distância entre a anterior forma de produção, pautada em trocas não sistemáticas e autoconsumo a objetivos cada vez mais nítidos de uma produção voltada de forma crescente para o mercado externo, conforme evidencia o Quadro 1.

QUADRO 1. Produção e exportação de fumo em folha no RS e porcentual da produção gaúcha sobre a Brasileira (1961/1975).

Ano	Produção Brasilleira* (t)	%Produção RS * S/ brasileira	Exportação do Brasil ** (t)	% Exportado S/ Prod. RS
1961	60.408	36,0	10.919	18,0
1963	82.851	40,1	14.522	17,5
1965	91.159	36,7	14.008	15,3
1967	112.234	46,2	9.289	8,2
1969	99.804	39,9	13.778	13,8
1971	97.206	39,8	18.556	19,0
1973	82.030	35,1	20.248	24,3
1975	97.722	34,0	41.277	42,2

FONTE; (*) Programa comercialização Rio Grande do Sul . Diagnóstico da comercialização do fumo. Porto Alegre: FEE, 1977:43; (**) Compilado por LIEDKE, E.R. Op. Cit.:45.

O Quadro 1 mostra um comportamento inverso quando se considera o porcentual de participação da produção de fumo do Rio Grande do Sul em relação ao país, e o percentual exportado sobre a produção do RS[29]. Pode-se observar que, no período, excetuando-se o ano de 1963, houve um crescimento da produção cujo ápice é atingido no ano de 1967, em que a produção gaúcha de fumo atingiu 46,2% da produção nacional. Contrariamente, o movimento das exportações, nesse mesmo ano, atingiram a menor participação (8,25%) de todo o período analisado.

No que diz respeito à evolução da produção, observa-se um comportamento irregular, o que, segundo Vogt, teria gerado estoques excedentes ou não comercializáveis. "... o fumo abarrotava armazéns das firmas e das cooperativas, não tendo o colono como despachar seu cultivo: *Todo mundo tinha fumo. Não tinha dinheiro. Tinha fumo*". (Vogt,

[29] Isso ocorreu devido ao deslocamento da maior parte da produção do Estado da Bahia para o Rio Grande do Sul.

1997:128. A produção nacional, que não contava com um maior apoio para a empresas fumageiras nacionais, até porque estas não eram suficientemente apoiadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, restando se render ao movimento de capital internacional que conforme visto anteriormente, teve sua entrada no país facilitada pelo Estado. Assim, muitos dos antigos donos das empresas menores nacionais, metamorfosearam-se em diretores de alto escalão das empresas transnacionais.

É bom lembrar que até 1968, a única empresa estrangeira no setor, no Brasil, foi a British American Tobacco (Souza Cruz). Por sua vez, a crise dos anos 1962-67, a política de restrição ao crédito afetou as pequenas e médias empresas nacionais que tinham dificuldades na compra de insumos requeridos pela modernização, imprimida na maior parte dos produtos agroindustriais da nação.

É importante observar que, desde o início da década de 70, ocorreu um aumento regular nas exportações nacionais e do Rio Grande do Sul. Com isso, ocorre a consolidação do complexo fumageiro na região, em que o sentido das mudanças caracterizam a passagem de um setor majoritariamente nacional, para um complexo quase totalmente transnacionalizado.

O Quadro N. 2 permite que se visualize a razão social das empresas processadoras, de acordo com a origem do capital, localizadas em Santa Cruz do Sul[30]. Até 1965, dentre todas as empresas do ramo, apenas uma era de capital estrangeiro, sendo que a partir de 1990, a situação se inverteu de tal modo que o município conta hoje com apenas uma empresa de capital nacional.[31]

---

[30] A área, produção e produtividade do fumo brasileiro por Estado consta no Anexo 1. Os dados mostram a concentração da produção e a superioridade nos índices de produtividade nos três Estados da região Sul do país, cuja maior produção localiza-se no Rio Grande do Sul.

[31] Em entrevista realizada junto a lideranças municipais de Santa Cruz do Sul, soube-se que os donos destas empresas que não se tornaram funcionários das empresas emergentes foram instalar suas empresas (menores) no Paraguai. Contudo, esses continuam absorvendo a matéria-prima (fumo em folha) dos agricultores do Sul do Brasil. Porém, passaram a adquirir os fumos de qualidade inferior, (inclusive fumo picado) dos intermediários que se interpõem entre os agricultores e as empresas. Portanto, ocorre um processo de compra e venda diferenciado àquele realizado internamente no país, em que vigora a prática de contrato e a compra e venda é direta. Maiores detalhes sobre a forma de articulação serão desenvolvidos no capítulo 2.

QUADRO 2. Desnacionalização das empresas do setor fumageiro no município de Santa Cruz do Sul.

EMPRESAS INSTALADAS ATÉ 1965 (POR ORIGEM DE CAPITAL)	ALTERAÇÕES NO CONTROLE ENTRE 1966 E 1974 (POR ORIGEM DO CAPITAL)
Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional) Cia. De Fumos Santa Cruz – 1918 (nacional) Cia de cigarros Souza Cruz - (1917) (Anglo americano) Cia de Cigarros Sinimbu – 1948 (nacional) Exportadora Hennig S/A – 1989 (nacional) Tabacos Tatsch S/A – 1932 (nacional) Klieman & Cia. – 1915 (Nacional) Boettcher e Wartchow – 1932 (nacional0	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional) Grupo Remtsmann – 1970 (alemão) Cia de Cigarros Souza Cruz – (Anglo-americano) Grupo Brinkmann – 1970/72 – (Alemão) Tabacos Tasch S/A (Nacional) Kliemann & Cia. – (nacional) Boetcher e Wartchow – (Nacional) Armada S/A – Ind. E Com. – 1968 – (Alemão)[32] Tabra – Exp. De tabacos do Brasil Ltda – 1970 (Americano)[33] Cia. Meridional de Tabacos – 1974 (Francês)[34]
PROPRIEDADES DAS EMPRESAS - 1975/77 9POR ORIGEM DO CAPITAL)	PERFIL ATUAL DO CONTROLE ACIONÁRIO DAS EMPRESAS – DÉC. 90
Fábrica de Cigarros Sudan S/A (nacional)[35] Phillip Morris Inc. – 1975 – (Americano) Cia. De Cigarros Souza Cruz (Anglo-americano) R.J. Reynolds Tab. Do Brasil – 1975 – (Americano)[36] Tabacos Brasileirus Ltda. –1976 (Americano) Kliemann & Cia – (Nacional) Boettcher e Wartchow – (Nacional) Armada S/A – Ind. E Com. (Alemão) Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda (Americano) Cia. Meridional de Tabacos – Francês	Phillip Morris Inc. – (Americano) Cia. De Cigarros Souza Cruz – (Anglo-americano) Universal Leaf Tobacco Ltda. – 1991 – (Americano)[37] Cia. Meridional de Tabacos – (Americano)[38] Dimon Incorporated – (Americano)[39] Kanneneberg e Cia. Ltda. – 1953 (Nacional)[40]

FONTE: Vargas, Santos e Alievi. Dez. 1998.

A mudança decisiva no que diz respeito à desnacionalização da parque industrial fumageiro ocorreu a partir de 1966. Vogt afirma que

---

[32] Controlada pelo Grupo Gebrüder Kuhlenkampf.

[33] Controlada pelo Grupo Monk Austin Co. Inc.

[34] Criada a partir da união de parte do capital da Boettccher Wartchow com a estatal francesa S.E.I.T.A, onde esta última tem o controle majoritário

[35] Essa empresa de capital nacional foi a que mais resistiu à pressão do capital internacional, mas em 1991 acabou sendo incorporada pela norte-americana Dibrell Brothers Inc.

[36] A R.J. Reynolds, em 1991, repassou sua fábrica para a PhilipMorris e o seu Departamento de F para a Dobra Tabacos. Essa depois foi adquirida pela Souza Cruz e posteriormente repassada para a Dibrell.

[37] A Universal leaf surgiu a partir da fusão das empresas tabacus Brasileiros Ltda, Armada S.A Ind. E Com., Kliemann & Cia. E a Fumossul de Venâncio Aires.

[38] Recentemente, a G.F. Vaughan de origem americana assumiu o controle acionário da Meridional.

[39] A Dimon Incorporated surgiu em 1994 a partir da fusão da Monk Austin Inc. com a Dibrell Brothers Inc. Em 1991 essa empresa já havia incorporado a a tabasa Tabacos S. A . ; Verafumos Ltda.e a Sudan, com sede em Venâncio Aires, vera Cruz e Santa Cruz do Sul respectivamente. Em 1997 a Dmon incorporoua Intabex Worldwide S. A .

[40] Apesar de existir desde 1943, a Kannemberg iniciou recentemente um processo de expansão aque a levou a transferir a sede da empresa do município para Sinimbu para o distrito industrial de Santa Cruz do Sul.

> "... a rigor pode-se afirmar que, em meados de 1994, eram 4 os oligopólios que dominavam o setor do fumo enquanto matéria prima, não somente em Santa Cruz do Sul, mas nos Estados de Santa Catarina e Paraná, quais sejam: a British American Tobacco, cujo capital e anglo-americano, a Dibrell Brothers, a Monk e a Universal Leaf, cujos capitais são norte-americanos. No ramo cigarreiro, a Souza Cruz controla 80% do mercado nacional; aproximadamente 15% estão com a Philip Morris os restantes 5% são disputados pela Sudan e outras companhias menores e de capital pouco expressivo que disputam o mercado em determinadas regiões localizadas do território brasilerio." Vogt (1997: 135)

São vários os fatores que se apresentam e que levaram a desnacionalização. Sem dúvida, os conflitos étnicos existentes na Rodésia[41] prejudicaram a produção e exportação do tabaco daquele país e as empresas transnacionais, como foi o caso da Souza Cruz, tiveram que escolher outro país para continuar investindo seus capitais e satisfazer a demanda mundial. O Brasil, e mais especificamente o Sul do país, mostrou-se como uma boa localização alternativa para garantir a competitividade necessária, e possibilidade de adequação da produção aos padrões e às exigências internacionais. A política adotata pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à entrada do capital estrangeiro e a instalação de agroindústrias no país, foi responsável pelo impulso inicial desse processo.

A sustentabilidade à escolha das empresas dá-se em função da superioridade competitiva desta forma de organização, cuja especificidade combina a não utilização de trabalho assalariado na parte agrícola da produção[42] que é de alto risco e, a tradição no trato com a cultura por agricultores familiares que aceitam articular-se às empresas, independente da origem do capital. O crescente aumento dos investimentos das empresas estrangeiras de fumo, no país, culminaram por absorver a maior parte das empresas fumageiras nacionais que não tinham mais possibilidades de acompanhar o ritmo de crescimento da Companhia Souza Cruz.

Vogt afirma que "O Grupo Souza Cruz a exemplo de tantas outras empresas estrangeiras, podia, à época, potenciar sua capacidade de autofinanciamento valendo-se, inclusive de fontes externas de recursos". [43] O autor, afirma, ainda, que o processo de transnacionalização deu-se a partir de um processo gradual de compra. Isso ocorria da

---

[41] Rodésia é um país do Sul da África que possui um presidente Robert Mugabe, que já se encontra mais de 30 anos no poder às custas de enfrentamentos com brancos e negros. Assim, ocorre um bloqueio comercial a partir de 1970, ao país que era o maior fornecedor de fumo para o mercado europeu.

[42] Salvo em algumas estações experimentais.

seguinte forma: "inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento".[44]

A partir daí, foi só deixar os mecanismos de mercado agirem livremente, sem uma contrapartida nacional beneficiadora das empresas menores nacionais, que o processo de concorrência se incumbiria de conformar uma realidade nova que se configurava a um pequeno espaço para o capital nacional no setor, e uma concentração monopolista das empresas fumageiras transnacionais, que passaram a orientar seu comportamento nas formas mais avançadas de transações, incorporações e fusões, em curtos espaços de tempo, dificultando um acompanhamento do movimento real, peculiares também, a outros ramos oligopolizados do capital no país.

A partir da década de 1980, a nova dinâmica do mercado internacional de tabaco significou uma ainda maior redução no número de empresas que atuam no setor (Vargas, Santos Filho & Alievi, 1998:29) sendo que todo esse movimento possui estreita relação com uma reestruturação que ocorria em todo o mundo, e cujo elemento central foi a exigência de melhoria do produto. Após 1990, o processo de liberalização implicou a necessidade de redução de custos, no intuito de aumentar a competitividade.

Verificou-se, assim, um melhor desempenho da produção fumageira, o qual não se generalizou entre os produtos agrícolas da economia gaúcha.

Nos primeiros anos posteriores ao Plano Real, após 1994, ocorreu um aumento nas exportações gaúchas de fumo, relacionado, mais uma vez a fatores exógenos a economia brasileira. Porém, no período mais recente, abriu-se novamente uma crise no setor. As exportações gaúchas de fumo caíram em 6,6 % de janeiro a setembro de 1998 quando comparadas com o mesmo período do ano anterior (Campos & Passos, 1999: 137).

Esse mesmo trabalho afirma que houve uma diminuição nas receitas gaúchas de fumo em folha, na safra de 1997-98, que pode ser atribuída à queda do preço do produto no mercado internacional, à quebra da safra estadual e à qualidade inferior desta, aos efeitos do fenômeno El Niño e, adicionando-se ainda, o fato de este produto enfrentar barreiras

---

[43] Vogt (1997:132).

tarifárias, principalmente nas exportações para os Estados Unidos (Macadar; Teruchkin apud Campos &Passos, 1999: 138).

Aqui cabe observar que as razões apontadas pelas autoras para afirmar que houve uma crise neste período deve ser relativizada, uma vez que o porcentual de queda nas exportações parece muito baixo para caracterizar uma crise. Por outro lado o tabaco sempre enfrentou barreiras tarifárias[45]. Nesse sentido, a baixa retração nas exportações e demais razões apontadas são insuficientes para gerar crise.

O Quadro 3 mostra os principais países exportadores de fumo e a evolução nos volumes exportados, nos últimos quatro anos. O comportamento das exportações nos anos 2001 e 2002 foram favoráveis para o Brasil e as safras 2001 a 2002 apresentaram um crescimento considerável.

QUADRO 3. Principais países exportadores de fumo em folha –1999-2002 (em t).

PAÍSES	1999	2000	2001	2002
BRASIL	343.000	341.500	415.000	440.000
ZIMBABUE	168.804	215.744	182.072	185.000
ESTADOS UNIDOS	211.917	189.379	182.517	185.000
ÍNDIA	81.790	119.643	123.185	125.000
MALÁWI	135.300	107.600	101.250	101.250
TOTAL MUNDIAL	1.920.389	2.069.950	1.965.828	1.951.091

FONTE: USDA, SECEX, CONAB, SEAB/DERAL

O Zimbábue apresentou o maior montante de exportação em 2000, e queda nos anos 2001 e 2002. Tal fato tem sido atribuido ao polêmico processo de Reforma Agrária em curso e às incertezas políticas do país.[46]

Não há dúvidas de que, do ponto de vista da produção e exportações, o Brasil vem atravessando um período de ascensão, podendo-se vislumbrar uma passagem de terceiro maior produtor mundial para o segundo, tendo a produção brasileira superado a da Índia, na safra 2002, conforme pode ser visualizado no Quadro 4.

---

[44] idem. p. 133.

[45] Barbosa & Waquil mostram que o fumo (e seus derivados, incluindo os cigarros) é um produto que dificilmente é importado livre de barreiras sendo que estas, são geralmente realacionadas a questões de saúde. Nos EUA, o fumo é um produto que enfrenta tarifas compostas, ou seja, a incidência de uma tarifa "ad valoren" sobre uma específica ... de 39,7 centavos de dolar por quilograma intraquota e 350% por quilograma extraquota. (Barbosa & Waquil 2001, p. 81-82)

[46] Ver em hhtp//www.pr.gov.br/seab/fumo.

QUADRO 4. Produção mundial de fumo em folha nos principais países.

PAÍSES	1998	1999	2000	2001	2002
CHINA	3.613.350	2.010.250	2.098.905	2.161.697	2.199.532
BRASIL	596.952	505.353	629.525	570.727	648.906
ÍNDIA	561.330	572.200	587.600	599.400	530.000
ESTADOS UNIDOS	729.139	604.131	527.720	408.200	405.000
ZIMBABWE	165.271	192.384	170.941	210.690	172.111
INDONÉSIA	148.775	123.653	133.350	157.353	157.353
OUTROS	1.907.510	1.840.484	1.775.756	1.775.257	1.565.851
TOTAL MUNDIAL	7.722.327	5.848.455	5.923.797	5.883.324	5.678.753

FONTE: USDA, IBGE, SEAB/DERAL

Com relação à China, tem-se que esse país é o maior produtor mundial e também o maior consumidor de cigarros do mundo. Nesse sentido, apesar da produção brasileira de tabaco representar menos de 1/3 da produção chinesa, ainda assim o Brasil é o maior exportador mundial. Na verdade, os países concorrentes da fumicultura brasileira estão concentrados em dois países: no Zimbabwe e nos Estados Unidos[47].

Analisando dados fornecidos pela AFUBRA para o mesmo período, constata-se que houve uma queda no número de fumicultores no Sul do Brasil. Em torno de 9.000 produtores teriam deixado a produção fumageira da safra de 1997-98 para a safra de 1998-99. Outro dado que merece destaque é que o maior número de desistentes encontra-se no segmento dos arrendatários, que representam ¼ do total de produtores de fumo.

As dificuldades pelas quais passou o setor foram agravadas pela desvalorização cambial ocorrida no início de 1999, que passou a incidir nos custos de produção dos agricultores familiares articulados às empresas fumageiras, já que boa parte dos insumos utilizados para a produção é importada.[48] Tal situação toma uma magnitude maior quando a renda dos agricultores provém em uma elevada proporção, dos ganhos obtidos a partir dessa atividade. Nesse caso, é afetado o próprio dinamismo da economia regional.

---

[47] A queda na produção da safra de fumo no ano de 2002, da Índia representou uma menor concorrência para o fumo brasileiro, considerando as mudanças no sentido de uma maior diferenciação nas linhas de produção. O Anuário Brasileiro do Fumo do ano 2002, deixa evidente esta realidade ao mostrar que: "O fumo Virgínia, que representa 80% da safra brasileira, tem como finalidade o "flavor", que confere sabor ao cigarro. Enquanto isso, a produção indiana obtém melhores resultados nos fumos do tipo "filler", para enchimento. No blend dos cigarros, os dois são misturados, mas o "filler", que acrescenta apenas volume, tem menor remuneração.

[48] O crescimento da produção de fumo não se deveu a alterações significativas na forma de articulação com as empresas fumageiras, da mesma forma que não houve uma mudança substancial no que diz respeito ao pacote tecnológico utilizado no processo produtivo. Apenas se pode verificar uma contração no tempo de trabalho em algumas fases do processo de produção, isto é, na parte agrícola da produção. Isso representa a possibilidade de utilização, em certo grau, da força de trabalho familiar em outras atividades geradoras de renda. Conforme será visto nos capítulos 2 e 3 .

Quando se analisa mais detidamente a região fumicultora gaúcha, no que concerne às perspectivas de um maior desenvolvimento regional, deve-se observar, com cautela, os dados regionais sendo que se deve lembrar que a maior parte dos autores que estudam as questões de desenvolvimento regional apontam para a importância da diversificação produtiva, quando se objetiva a sustentabilidade deste processo[49].

Na verdade, a existência de um único pólo de crescimento pode não promover o efeito de uma força motriz capaz de gerar efeitos de encadeamento com diferentes indústrias. O desenvolvimento da indústria fumageira no Sul do país parece ser um caso típico desse comportamento, cujo estímulo de crescimento ao invés de se orientar no sentido de um maior encadeamento noutros ramos produtivos passa a desenvolver principalmente o setor de serviços.[50] Assim, a complementaridade das atividades produtivas se orientam num sentido restrito, conformando um desenvolvimento com lacunas e pouco harmônico[51].

O que se quer ressaltar é que os dados econômicos municipais mais agregados podem escamotear a real situação de uma região. Souza afirma que, em 1991, o PIB *per capita* de Santa Cruz do Sul foi 86,1% mais elevado do que o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul. Contudo a renda é muito concentrada[52] , o que traduz em fracos indicadores sociais e em outros desequilíbrios sociais da região[53].

---

[49] As maiores empresas da região do vale do Rio Pardo, com relação ao valor adicionado no ano 2000, constam no Anexo 1.

[50] O setor de serviços não apenas vai abarcar a força de trabalho urbana mas, em atividades específicas, cria possibilidades de aproveitamento da força de trabalho rural, conforme pode ser visto no capítulo 3.

[51] Além disso, uma evolução do comércio exterior baseada em produtos com baixo grau de agregação de valor no produto diminui ainda mais o desenvolvimento de indústrias fornecedoras de materiais acessórios à produção. Sabe-se que 70% das exportações da região do Vale do Rio Pardo circuncrevem-se ao fumo beneficiciado.

[53] Ver Souza, N. de J (2002:169).

CAPÍTULO 2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO DO FUMO

Esta parte intenta mostrar a situação atual da agricultura familiar no tocante a sua articulação ao Complexo do Fumo, portanto, circunscreve-se a especificidade da articulação com as empresas recortando estas relações e desconsiderando os demais elementos que abarcam o desenvolvimento da agricultura familiar em seus aspectos mais abrangentes. Para isto, a ênfase é dada nos aspectos da organização intitucional das ações da agroindústria fumageira e da organização dos produtores de fumo e da problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da Região Sul do Brasil.

Para tanto, parte de uma abordagem mais geral acerca do complexo agroindustrial fumageiro, instituições e de uma síntese de um referencial teórico buscado na história do pensamento econômico, sobre formação de preços de diferentes bens numa economia capitalista, no curto e no longo prazo, destacando-se a distinção entre bens primários e bens industrializados. Na última parte, analisa-se o processo de determinação de preços e de comercialização no complexo fumageiro, com ênfase para o caso de uma região do Rio Grande do Sul, tendo em conta os agentes sociais envolvidos, as instituições e os mecanismos de que lançam mão na negociação que anualmente são estabelecidas.

2.1 Introdução

É sabido que no país, desde 1918, a produção fumageira vinculou-se ao denominado complexo agroindustrial do fumo, o qual, se antes era caracterizado pelo predomínio do capital nacional, hoje é marcado pela presença esmagadora do capital

estrangeiro, que através de diversos mecanismos está muito presente no campo, articulando os interesses que orientam a reprodução do complexo[54]

Nesse processo, a cultura do fumo foi também sendo submetida a um uso regular e crescente de insumos modernos. Isso significa que se ampliou a divisão do trabalho na cadeia que vai da produção ao consumo de fumo, o que é o mesmo que dizer que ocorreu uma ampliação do mercado, tal como pensou Adam Smith.

O resultado disto é óbvio: os preços e a comercialização dos bens envolvidos nessa cadeia tornaram-se cada vez mais importantes para determinar as possibilidades de ganho e mesmo de sustentação dos diferentes agentes sociais que atuam no "interior" da cadeia ou do complexo.

Tendo em conta isso, o presente capítulo insere-se no contexto da reflexão sobre as especificidades dessa articulação e de ação dos atores institucionais e do comércio de bens produzidos sob condições diferentes e por distintos produtores. Está dividido em duas partes principais: uma em que se busca um rápido resgate teórico travado especialmente no âmbito da escola de Campinas sobre os Complexos agroindustriais e que considera também a organização e objetivos das instituições.

Em um segundo momento, busca-se, na história do pensamento econômico, o referencial teórico para o entendimento do processo de determinação de preços de diferentes bens. Essa parte culmina com uma discussão, considerando o caso do fumo em folha em seu período contemporâneo, destacando-se a preocupação com o processo de formação de seu preço e com os problemas vinculados à sua comercialização. Para o desenvolvimento desta parte, serão utilizados dados e informações de fontes secundárias, de fontes primárias, especialmente coletadas em entrevistas exploratórias com agentes isolados ou representantes de instituições da cadeia produtiva.

2.2 A articulação agricultura familiar/agroindústria

[54] Ver Prieb, 1995.

Diferente do que ocorre na maior parte dos países produtores de fumo, no Brasil, esse processo agrega dois componentes essenciais do sistema de integração: a agroindústria e o agricultor familiar. Na verdade, trata-se de um Complexo Agroindustrial com especificidades próprias de funcionamento cuja marca central é o elevado controle das empresas agroindustrias que não se circunscrevem a uma concentração da produção no âmbito da comercialização e processamento, mas também atuam enquanto fornecedores dos principais insumos que compõe o custo de produção da parte agrícola. Nesse sentido, a visão do todo "complexo" ao qual os agricultores familiares encontram-se atrelados deve ser caracterizada a partir de uma abordagem a qual é preliminar, não tendo, portanto, a pretensão de esclarecer todos os pontos obscuros que na literatura são altamente controvertidos.

2.3 A análise sistêmica ou a abordagem via Complexos agroindustriais

Na revisão bibliográfica acerca da temática complexos agroindustriais, pode-se afirmar, com base em Graziano da Silva (1996, p. 76), que em nível de Brasil pode-se distinguir dois usos distintos do termo "Complexo Agroindustrial". Um deles tem origem nos conceitos de *agrobusiness* e de sistema agroalimentar e, outro deriva do conceito de complexo rural que se refere a vários complexos agroindustriais, os CAIs[55].

As conseqüências resultantes da própria forma originária da concepção de complexo, é que terminam por resultar nos vieses posteriores, de um arcabouço teórico mais sólido, que possa abarcar não somente os diferentes complexos existentes e suas distintas dinâmicas, mas também a inclusão de outros novos elementos explicativos que compõe uma nação como a brasileira, na qual os setores dinâmicos são cada vez menos, preponderantemente, produtivos.

---

[55] o primeiro grupo é composto por autores como: Alberto Passos Guimarães e Guilherme da Costa Delgado, David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson. O segundo grupo é formado por Ângela Kageyama e José Graziano da Silva.

Dentre os mais conhecidos teóricos que desenvolveram os conceitos de complexo agroindustrial no Brasil, e que derivaram suas análises nos conceitos previamente utilizados nos países desenvolvidos, incluem-se o pioneiro Alberto Passos Guimarães, Geraldo Müller e Guilherme da Costa Delgado. O que fica subjacente às análises desses autores, é a abordagem sistêmica e as redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada[56].

Para Passos Guimarães (1982: 129), a formação dos complexos agroindustriais no Brasil teria atravessado duas fases a partir da década de 40: a primeira com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos; e a segunda com a instalação – após um período de suprimentos através de importações - de indústrias aptas a produzir os insumos dentro do país.

Müller (1986) determina como período de consolidação das empresas agroindustriais no Brasil, o período que compreende os anos 30, estendendo-se até a década de 1950, o qual representa a primeira fase do atual padrão de acumulação. Na segunda fase, de 1950 a 64, teriam sido criados vários segmentos da indústria de base e de bens de consumo duráveis. Foi nesse período, também, que teria ocorrido uma diferenciação interna do sistema industrial, isto é, a integração vertical que não apenas teria produzido um perfil industrial semelhante às economias desenvolvidas, mas que teria redefinido suas condições de dependência frente ao capitalismo mundial, ocorrendo, assim, a denominada pelo autor, de "tríplice aliança" entre os capitais estrangeiros, nacionais e estatais, a qual, numa última fase posterior a 1964, seria a base do padrão de acumulação caracterizado pela "industrialização expandida".

A importância em se tomar como unidade de análise Complexo Agroindustrial no lugar de agricultura, decorre, para Müller (1986:52), principalmente, de ultrapassar um conceito errôneo de autonomia setorial para uma "realidade nova", cujo enfoque analítico teria de estar embasado nas relações intersetoriais. Apesar do autor buscar explicar as especificidades do CAI brasileiro, de uma realidade a seu ver distinta dos países

---

[56] Graziano da Silva (1996:70-71), estende a sua crítica também aos teóricos de Montepellier, resumindo afirma que: "...pode-se dizer que tanto o conceito de sistema agroindustrial do grupo de Montepellier, como o de *agrobusiness* de Goldemberg e seus seguidores são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada." O autor refere-se também aos trabalhos do *Instituto Latino-Americano de Estudios Transnacionales* – ILET, do México, os quais, da mesma forma, recairiam na mesma análise sistêmica dos conceitos de *agrobusiness* e *filière*.

desenvolvidos, esbarra, contudo, na utilização do arcabouço teórico que pouco difere daquele desenvolvido para o caso daqueles países por Davis, Goldberg e da utilização da matriz de Leontief[57]. Na verdade, não há nenhum problema em aprofundar uma análise das relações intersetoriais, contudo, tal propósito, quando tratado isoladamente, apenas comprova a existência ou a configuração dos complexos agroindustriais no país, e não contribuindo muito mais do que isso.

Assim, para esses autores, os processos de modernização e industrialização da agricultura brasileira redundou em uma forte inter-relação entre a agricultura e a indústria. Esta, por sua vez, a constituição dos complexos agroindustriais. Percebe-se, então, um reducionismo simplificatório com incapacidade relativa de apreensão da complexidade dos fenômenos econômicos em particular, dificultando a interpretação dos fenômenos sociais de uma dada realidade.

Segundo Ramos:

> *"...a realidade que decorre da industrialização da agricultura brasileira não pode ser facilmente captada baseando-se nas generalizações feitas sobre a noção de "complexo agroindustrial", como se tudo se resumisse a uma determinada relação entre a indústria e a agricultura, num dado momento, ofuscando-se o componente histórico e contraditório dos processos que permitiram a constituição dos vários complexos de que se está falando..." . (Ramos, 1999:199)*

Dessa forma, Possas afirma que apesar do conceito de complexo ser, a primeira vista, apenas um nível de agregação, não deve ficar restrito a isso, mas tornar-se um instrumento analítico. Para o autor, a macroeconomia tem de ser desagregada e, para isso todas as inter-relações passam a ter importância crucial, de tal modo que o instrumental deve ser o mais próximo possível do funcionamento real da economia. Segundo Possas (1992:92), o complexo, seria, assim, a "instância macroeconômica por excelência".

O autor ressalta, ainda, que o importante é ter claro o que se quer do conceito "complexo", tendo o cuidado de não sobrecarregá-lo demasiadamente, tirando determinações demais dele. (Possas, 1992:94).

Considerando a visão do autor, não há problema em se resgatar ao que efetivamente importa quando se trata de um complexo em particular. Nesse sentido, o

---

[57] Ver Müller (1989).

presente trabalho pode seguir pelo caminho que interessa e que efetivamente abre a possibilidade de avançar no propósito fundamental, que consiste em buscar conhecer os reais efeitos de difusão que gera o CAI do fumo, criando novas possibilidades de renda para as unidades familiares[58].

Os Complexos agroindustriais geram um efeito de difusão, porque essa forma capitalista de produção exige que a matéria prima até o produto final, passe por diversas fases de processamento , e que devido a esse fato, não somente vai agregar valor ao produto final, dado o caráter social da produção, mas vai ampliar os mercados de bens finais e de consumo intermediário, sendo este último fundamental na determinação da magnitude do efeito difusor. Essa linha de raciocínio sugere que quanto maior a concentração regional das diferentes fases de processamento, maior o efeito difusor em uma dada região.

Um esforço teórico de cunho abrangente sobre os Complexos Agroindustriais aparece em Kageyama e Graziano da Silva (1987). Nessa abordagem, a constituição dos complexos agroindustriais ocorre a partir da desarticulação do complexo rural. Os autores ressaltam, como fundamental, o processo de perda da regulação geral da agricultura, que anteriormente era dada pela dinâmica do mercado externo/mercado interno. A decomposição do complexo rural teria iniciado em 1850, cujo período que se estende até 1890 caracterizar-se-ia pela gradativa redução do trabalho escravo e pela a introdução do trabalho livre nas fazendas de café do oeste paulista. Constituindo-se, assim, um novo complexo que ao gerar um setor independente de formadores de fazendas de café, criaria a separação de alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais[59], ao mesmo tempo em que estimularia não apenas o desenvolvimento de um mercado de trabalho, mas da constituição inicial de um mercado interno, sendo que este, nesse momento histórico, era impulsionado a partir do crescimento da urbanização.

A dissociação entre agricultura e pequena indústria passa, a partir daí, a se reproduzir em escala cada vez maior, fazendo com que, concomitante a este processo, gerasse-se um mercado interno importante. Para Rangel (2000, p.28), o complexo rural, ao

---

[58] Esta discussão é retomada no capítulo 3, na qual se mostram os serviços que surgiram a partir do desenvolvimento do complexo do fumo na região estudada.

[59] Kageyama, . ; Graziano da Silva, J. A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais, Campinas: UNICAMP. IE, 1987. 54 p. e Graziano da Silva, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira, Campinas. IE, 1996. 217 0. cap. 1.

ligar internamente nas fazendas um conjunto intrincado de atividades agrícolas e manufatureiras, teria reproduzido, em nível local, as articulações mais gerais do D1 (em bases artesanais) com o D2 de toda a economia colonial.

A importância dessa realidade é o fato de que junto a esse processo, passa a se constituir um mercado interno sem a necessidade de uma criação *prévia*,[60] ou seja, o próprio desenvolvimento capitalista se incumbiria de criar o mercado interno, a medida em que, o consumo pessoal teria uma importância muito menor do que a demanda por bens intermediários, os quais seriam demandados pelo próprio desenvolvimento capitalista.[61]

Graziano da Silva (1996) afirma que as primeiras agroindústrias que apareceram no cenário brasileiro são as de óleos e vegetais, açúcar e álcool, surgindo no período de 1880 e 1930, coincidindo com o auge do complexo cafeeiro. O período que se inicia em 1930 e estende-se até 1960, constitui-se na fase de integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, e da constituição do D1 industrial em meados dos anos 50, contudo, a constituição dos Complexos agroindustriais no Brasil, somente teria ocorrido a partir de 1970, num quadro econômico que articulava três segmentos: o D1 para a agricultura, a nova agroindústria oligopólica e a própria agricultura nos seus segmentos modernos.

A contribuição fundamental acerca da conformação atual dos CAIs aparece no capítulo 3 de a "Nova dinâmica da Agricultura Brasileira", em que Graziano da Silva (1996) aponta para a necessidade de considerar o CAI aberto e não "fechado em torno de um produto". Além de destacar as atividades de serviços no interior dos distintos complexos, busca tratar, endogenamente, os atores sociais que aí operam, fundamentalmente o Estado com sua política pública.[62]

É importante reter que a análise dos Complexos agroindustriais, na atualidade, não podem prescindir de considerar as novas tendências que vêm se impondo, ou seja, do

---

[60] O autor inspira-se em Lênin com sua principal obra "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.

[61] Lênin já havia apontado para esta questão importante na obra O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.

[62] A abordagem neocorporativista, também contida na análise mais recente da formação e consolidadação dos CAIs, formulada por Graziano, contribui na discussão sobre complexo, ao tratá-lo como resultado histórico de uma concertação de interesses de um lado, do Estado; e de outro das organizações, ambos representados pelos seus respectivos interlocutores, cujas reivindicações nem sempre coincidem com o interesse do conjunto dos membros que representam.

crescimento dos serviços informatizados que envolvem a produção e circulação das mercadorias e que implicam mudanças também nas relações que se estabelecem entre produtores e empresas agroindustriais.

Assim, não se trata de um todo harmônico de capitais que possuem objetivos iguais dentro do processo de agroindustrialização. Na verdade, trata-se de atividades complementares, porém com relações que conflitam entre si, até porque mesmo que alguns objetivos - tais como a manutenção de determinado setor - sejam comuns em vários momentos, verificam-se dissensos como no caso da fixação de preços, conforme se pode observar na segunda parte deste capítulo. Isso ainda fica evidente mesmo no caso de uma integração vertical em que se verifica uma subordinação direta do trabalho no capital Porém, mesmo quando há uma autonomia relativa como ocorre no Complexo do Fumo isto também se verifica apenas tomando uma forma diferenciada e talvez uma amplitude maior por existirem graus de liberdade um pouco maiores de escolha. Portanto, parece que a crítica à idéia de homogeneidade dos Complexos para os teóricos da UNICAMP representou um avanço sobre uma simplificação indevida, que, em última análise, poderia levar a caracterizar, inclusive como semelhantes, os interesses dos diferentes complexos.

O que se quer mostrar, nesta parte do trabalho, é que há uma trajetória que também é específica a cada complexo quando se considera o aspecto histórico. Nesse sentido, a análise do complexo agroindustrial do Fumo, isto é, da forma como ele se estruturou no país exige que se ultrapasse de uma a análise dos traços mais gerais desse processo para a maior parte dos produtos agrícolas agroindustriais de origem nacional.

Com isso, quando se trata do Complexo do fumo percebe-se que esse é antigo e que é fortemente atrelado ao capital transnacional. A análise deve, portanto, considerar essa realidade e, ao levar em conta essa especificidade perceber uma constituição de complexo que, ao já estar em marcha no mundo "respingou" no Brasil, desde 1918 um elo importante da cadeia que são os agricultores familiares de Santa Cruz da região do Vale do Rio Pardo, completando, assim, o circuito do Complexo.

Pode-se afirmar, portanto que o desenvolvimento dos Complexos agroindustriais no Brasil ocorreram tardiamente na maior parte dos produtos, o que não aconteceu no caso do fumo uma vez que os grandes oligopólios e oligopsônios encontraram no país um grupo social passível de articulação, apto para envolver-se nos mecanismos de estruturação

na forma de complexo agroindustrial e tornando-se de forma crescente, importante para a acumulação tipicamente capitalista transnacional. É importante, porém, mostrar que esta "vantagem" isolada não explica o porquê da entrada dessas empresas, tendo que se considerar, fundamentalmente, de aspectos da economia e política internacionais que, conforme visto no capítulo 1, diz respeito a um deslocamento/destruição de grande parte da produção do Zimbábue para um incremento substancial da produção no Brasil.

A propriedade da terra para os agricultores nacionais de fumo não foi suficiente para que eles se tornassem sujeitos no processo acumulativo em geral. Na essência, subordinando não apenas ela, mas fundamentalmente o trabalho agrícola.

Não há dúvidas de que foi somente a partir de 1970 que ocorreram as mudanças mais significativas - considerando os setores industriais e sua produção para a agricultura – do período pós-modernização o que permite afirmar de que se trata de um fenômeno recente no contexto nacional. No caso da indústria fumageira, houve uma expansão da competição entre as grande empresas redundando em uma centralização no setor, portanto, a recência se dá muito mais no sentido da acirramenteo da concorrência e da conseqüente mudança na estruturação de um mercado quase oligopólico/oligopsônico para um mercado quase monopólico/monopsônico.

Verificou-se, portanto um aprofundamento de algo que já havia sido criado há muito tempo, mas que só a partir dessas mudanças mais gerais influenciou decisivamente não apenas nas relações técnicas, mas principalmente nas relações sociais de produção, isso porque os agricultores fumageiros não tiveram outra saída senão incorporar as novas técnicas de produção sob pena de terem que deixar de produzir a cultura remunerada principal (e não raras vezes, a única) e lançarem-se a um mundo obscuro e sem alternativas reais já que o "saber camponês" da maior parte das famílias na região considerada é, e sempre foi, tradicionalmente à atividade fumageira.

Ao aceitarmos a idéia de que não existe na economia brasileira a possibilidade de compreender a multiplicidade de elementos constitutivos de análise dos complexos agroincustriais a partir da idéia de homogeinização ou de um macrocomplexo, mas da realidade de existência dos vários complexos e de suas distintas dinâmicas. Também, não podemos aceitar a idéia de que necessariamente todos os complexos aqui se estabeleceram em uma mesmo período histórico.

É lógico que a formação dos Complexos agroindustriais com as especificidades que lhe são devidas tais como internalização do D1 e (não apenas mudança na base técnica que independesse da origem da indústria a montante e a jusante) ocorreu num momento histórico em que a modernização e industrtialização da agricultura já estiveram presentes na economia brasileira.

O que já foi amplamente discutido é, portanto, que do ponto de vista histórico a agricultura familiar já existia muito antes do advento da modernização brasileira e, no caso específico tratado neste trabalho, tem- se claro que não se trata apenas de uma preexistência da produção familiar, mas de sua forma articulada, em relação à indústria a jusante e a montante que, no caso da produção fumicultora, concentra-se na mesma empresa.

2.4. Os grupos de interesse no complexo agroindustrial do Fumo

O que interessa nesta parte do trabalho é abordar um pouco os aspectos políticos de representação dos interesses do setor fumicultor na busca de conseguir benesses junto ao Estado e a manutenção destas empresas no território nacional, lembrando portanto que se trata de um segmento "agricultor familiar" articulado a um Complexo organizado, na sua forma capitalista mais avançada, cujos donos localizam-se nos países desenvolvidos e que suas processadoras encontram-se sediadas no país, utilizando da força de trabalho formal nas empresas processadoras e articulando trabalhadores familiares para produzir sua matéria prima principal: o fumo em folha.

Os interesses das indústrias são representados pela Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), com sede no Rio de janeiro e pelo Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo), com sede em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Além dessas, existem outras entidades ligadas ao setor. O Sindicato da Indústria do Fumo do Estado da Bahia, o Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul, o

Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de janeiro, o Sindicato das Indústrias de cerveja e de Bebidas em Geral e do Fumo de Blumenau e a Associação Profissional da Indústria do Fumo do estado de Alagoas.

Os principais órgãos de representação das empresas são o Sindifumo e a Abifumo (Associação Brasileira de Indústrias do Fumo), sendo que a primeira entidade negocia com os órgãos governamentais, orientando os contratos de integração, captação de recursos e na uniformização dos critérios para a comercialização de cada safra, e a segunda se ocupa com as questões mais gerais do setor sendo ambos responsáveis pela orquestração dos interesses do sistema agroindustrial do Fumo no Brasil.

Percebe-se que essas instituições possuem um discurso que defendem as empresas fumageiras, sendo que na imprensa tentam incutir a necessidade da continuidade do setor, justificando a importância que se traduz não apenas na renda dos agricultores mas na geração de empregos e principalmente na manutenção do homem no campo uma vez que de forma crescente a parte agrícola da produção ocupa braços de pessoas desprovidas de terra. Os Seminários Nacionais do Fumo são, por sua vez, verdadeiros palcos que unem os interesses e cujas discussões resultam na busca de apoio político nas diferentes esferas do governo, Prefeituras, Estado e União, ou seja, a idéia defendida pela Abifumo e Sindifumo é a de criação de um fundo especial para os agricultores fumageiros na forma de garantia de um valor mínimo sem que isso se traduza na criação de novos impostos para as empresas.[63]

Durante várias décadas, esteve na presidência da Abifumo, o ex-ministro da Agricultura durante o governo Figueiredo e, até a atualidade é um dos grandes defensores da manutenção do Setor Fumageiro contra-atacando na imprensa e Boletins da Abifumo, de forma veemente e acusando os mentores das campanhas antitabagistas como "ecologistas esquerdistas". O atual presidente da Abifumo, Afrânio Nabucon, afirma que vai continuar pressionando no senado a publicidade do cigarro com o argumento de que a Constituição apenas a restringe, porém não a proíbe. Além disso, o fato de se tratar de produto legal teria o direito de ser anunciado. [64]

Não há comprovação dos fatos, porém encontra-se disponível na rede uma matéria intitulada " segredos de lobby envolvem PFL". Tal matéria mostra que se encontra um processo na Justiça do Trabalho que revelaria "como a poderosa Associação Brasileira da

[63] I Seminario Nacional do Fumo, realizado no município de encruzilhada do Sul, em julho de 1999.

Indústria do Fumo contou com a solidariedade dos caciques do PFL contra os projetos antitabagistas do então ministro José Serra. O advogado Márcio Castro de Farias, que foi lobista da Abifumo em Brasília, reclama o pagamento de R$ 100 mil por três meses de trabalho e promete contar tudo. Nomes, datas, locais e principalmente valores vão estarrecer o País."[65]

Outra publicação, na imprensa mostra que apesar do texto antitabaco ter passado em comissões, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) teria não apenas adiado porém esgotaria todos os prazos regimentais para submeter o projeto à apreciação dos senadores os motivos não estaria evidentes podendo se dar no sentido de desavenças com o ministro José Serra, mentor do projeto[66] mas, as pressões das empresas fumageiras podem também ter contribuído para a flexibilização dos prazos.

Vale reter, portanto, que harmonia e conflito permeiam todo o processo de agroindustrialização, mas isso não é uma novidade, porque a contradição é peculiar a todo o processo de desenvolvimento capitalista. A realidade apenas parece travestir-se de uma harmonia na sua forma aparencial, mormente quando se avaliam as possibilidades acumulativas permitidas por tal forma de organização da produção.

Nesse sentido, vale lembrar a análise de Graziano ao afirmar que na hora de pedir mais crédito, isenções de impostos e tarifas é que se harmonizam os interesses dos grandes e pequenos – estes geralmente manipulados por aqueles -, de modo que a reivindicação possa ser apresentada como uma questão de justiça social. Mas, por exemplo, na hora de definir as margens de comercialização, a oposição entre pequenos e grandes reflete o nível de integração de seus respectivos capitais. Graziano da Silva (1995).

A harmonização de interesses entre agricultores familiares e empresas agroindustriais fumageiras é percebida, quando ambos lutam para que a produção fumageira não se extingua, pois isso representaria uma perda para ambas as partes que têm interesse na articulação e nas possibilidades futuras de sua manutenção.

No caso dos agricultores familiares produtores de fumo, o que interessa a eles é o recebimento de um preço razoável pelo fumo em folha que vendem às fumageiras, não

---

[64] Jornal Zero Hora, 14 de agosto de 2000, p.12.
[65] Disponível em hhttp://www.tribunadonorte.com.br/anteriores/021105/ colunas/ chumberto.html
[66] Gazeta Mercantil de 9 de novembro de 2.000. p. A-10

interessando o preço do produto final: o cigarro. Para as empresas fumageiras, o preço do produto final é importante.

O conflito entre os agricultores e as empresas se consubstancia quando da análise da essência do processo, isto é, nas relações sociais de trabalho e nas formas de extração do excedente. A redução desse embate somente é possível caso ocorra uma diminuição das desigualdades na distribuição do excedente produzido. Enfim, uma maior eqüidade dependerá da capacidade de organização e barganha dos produtores familiares frente ao poder das transnacionais, que se estruturam oligopsonicamente no mercado do fumo.

É lógico que não se defende aqui que o critério econômico deva ser o guia absoluto das ações das explorações familiares, mas é lógico que as famílias precisam articular o econômico ao social. Em outras palavras, a remoção única dos entraves econômicos não são suficientes para que os agricultores familiares possam contar com uma plena cidadania.

Há que se buscar, outrossim, por alternativas de inserção e fortalecimento dos agricultores familiares com o conjunto da sociedade, e não somente na relação produtor/empresas fumageiras, mesmo que esta, ao longo do tempo, tenha, a partir de sua trajetória tecnológica permitido em saldos positivos no sentido de aumento de tempo livre para outras ocupações. Contudo, nada garante que o grau de auto-exploração não tenha aumentado sendo, porém, difícil imaginar outra atividade em que a saúde dos agricultores seja tão afetada quanto na cultura do fumo.

Enfim, o que se quer mostrar é que também na produção agroindustrial fumageira se verifica a existência de um correlação de forças - que não são de forma alguma igualitárias, dado que a obtenção da maior parte das "vantagens" obtidas a partir do processo de integração agroindustrial é o das empresas fumageiras – que advém, em determinada medida, a "necessidade" de grande parte dos produtores de fumo em orientarem-se para outras [67]atividades, apesar destes continuarem, em sua grande maioria, produzindo o fumo em folha.

---

[67] Também, visualizou-se a presença de novas atividades na região, tais como: Sítios de recreio, Turismo rural ecológico, Transformação de depósitos de lixo em áreas de lazer, contudo, é preciso investigar, em que medida, os produtores integrados estão envolvidos nas atividades em questão, ou melhor, descobrir quais são efetivamente às atividades que atualmente desenvolvem.

A forma de manifestação desses confrontos é bem visível em períodos de venda do produto às empresas devido a insatisfações com relação aos preços. Porém, os processos conflituosos também ocorrem com relação as empesas e o Estado. Aparece, nesse cenário, um processo de dupla mão que envolve o Estado e as empresas fumageiras. Belik (1998, p.11-15 mostra que, ao final dos anos de 1980, verifica-se no Brasil, uma perda do poder regulatório e da capacidade de planejamento da agropecuária Brasileira pelo Estado. Nesse contexto, o poder financeiro do Estado enfraquece e o poder político das organizações aumenta. Há os interesses que pressionam o Estado e aqueles que estão presentes no corpo do Estado. Para o autor, a organização das políticas, no capitalismo, pressupõe uma forma de concertação desses interesses em que a abordagem neocorporativista explica melhor esse processo.

Certamente, a utilização da teoria neocorporativista[68] não é totalmente adequada e não pode ser diretamente adaptada para o caso em questão que relaciona interesses que envolvem outros grupos como as transnacionais fumageiras, em que essas, além de estabelecer relações com o Estado nacional também se relacionam com o os países de origem. Contudo, pode-se afirmar que nas relações entre as empresas fumageiras e o Estado brasileiro percebe-se uma mudança na forma de regulação e um fortalecimento desse grupo de interesse setorial.

Nesse caso, sabe-se que as empresas utilizam os pequenos produtores como massa de manobra para conseguir benesses junto ao Estado, em que efetivamente desejam um aumento da renda dos agricultores familiares desde que esta venha do Estado que, conforme visto anteriormente, a renda mínima para as famílias funcionaria como um subsídio aos agricultores familiares do fumo[69]. Uma das principais justificativas para um maior apoio estatal ao setor pelas empresas é mostrar que essa atividade é importante, pois assegura o homem no campo e, por enfatizar a grande quantidade de pessoas destituídas de terra que plantam fumo.

---

[68] Segundo Soto (1992), existem diversas interpretações para o uso do conceito do corporativismo, há abordagens amplas e restritas: o primeiro se referindo a um novo sistema de economia política distinto do capitalismo ou do socialismo e, o segundo, relativo as especificidades entre o relacionamento do Estado e sociedade.

[69] É lógico que a idéia e criação de um subsídio é politicamente difícil ainda mais, quando se sabe que existe uma Organização Mundial do Comércio que proíbe o subsídio.

Enfim, o que se percebe é que há, por um lado, interesses "privados" que se restringem a duas questões centrais que se interligam: as lutas pela manutenção do setor fumageiro e com apoio estatal que vai ao encontro dos anseios da empresas, isto é, que vise a queda de impostos. Nessas lutas, outros atores ou organizações interprofissionais ligadas ao Sistema Agroindustrial aparecem e se confrontam, conflitivamente, noutros momentos orquestram interesses. Esses atores se organizam em associações ou sindicatos de classe. Representando as empresas tem-se o Sindifumo (Sindicato das Indústrias do Fumo) e a Abifumo (Associação Brasileira das Indústrias de Fumo). A AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) "representam"[70] os interesses dos produtores de fumo e, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A pressão ambientalista e de grupos de interesses dos consumidores ou ONGs (mais presentes nos países desenvolvidos) se interpõem e representam, de certa forma, uma força que desaglutina as organizações agrícolas e agroindustriais e influenciam decisões pressionando a sociedade e os governos afetando, enfim, suas relações com os órgãos públicos de decisão. A análise desse movimento é ainda mais pertinente quando se analisa às perspectivas do setor. Assim sendo, essa questão será retomada posteriormente.

2.5 A Instalação da câmara setorial do fumo

Em dezembro de 2003, foi instalada a Câmara Setorial do Fumo que reúne representantes de 32 órgãos públicos e entidades da cadeia produtiva se constituindo em um fórum de debate e objetivando a elaboração de um mapeamento dos problemas existentes no setor, e auxiliar o governo federal na elaboração de políticas públicas específicas. É importante lembrar que são exatamente estas formações particulares de cada setor – sabe-se que esta é a 15° Câmara setorial existente no país – que contribuiram sobremaneira aos

[70] Na verdade, a única representação real dos produtores era o SINTRAFUMO, Sindicato dos trabalhadores do Fumo que foi fundado em 1989 tendo como Presidente Albino Oto Geweh, porém não passou de uma tentativa frustrada, pois apenas se manteve por 7 anos e, neste período teve como sócios um porcentual que abrange não mais de 10% do total de produtores do munípio de Santa Cruz do Sul..

setores organizados sob esta forma, mas que contribuem com a existência de uma maior heterogeneidade dos diferentes complexos e da agricultura em geral.

No discurso do Presidente da Câmara no diálogo de Concertação - o presidente da Afubra, Hainsi Gralow, a principal prioridade será a busca por uma melhor distribuição da renda gerada pela fumicultura no Brasil será uma das prioridades do primeiro presidente da Câmara Setorial do Fumo. Além disso, afirmou que "Precisamos trabalhar para o aprimoramento da fumicultura, pelo equilíbrio entre oferta e procura, pela implantação do sistema orgânico de produção e, ainda, pelo combate à sonegação e contrabando de cigarros"[71].

A idéia é criar grupos temáticos da câmara que debaterão assuntos polêmicos tais como o comércio ilegal de cigarros e a relação do Brasil com a Organização Mundial de Saúde (OMS)[72]. É bom lembrar que o comércio ilegal ou o contrabando de cigarros nem sempre representou um problema grave para as empresas. Segundo o Secretário da Administração do Município "...antes, as empresas se beneficiavam do contrabando pois era possível usar o fumo de baixa qualidade para a confecção dos cigarros contrabandeados; hoje a atividade cresceu a tal ponto que as empresas lutam contra ela devido a competição por preço. As empresas perderam o controle, hoje tem mais de 30 empresas no Paraguai, tem muito brasileiro lá". [73]

De forma genérica, o aspecto essencial a se considerar é que essa prática recente de mudanças na forma de condução de políticas para os diferentes setores, efetivamente, conduz não apenas a possibilidade, mas a realidade de que estas políticas atendam a especificidade de cada caso. Mostra, assim, uma ruptura no que concerne a forma genérica com que se costumava traçar políticas para a agricultura. É uma forma de condução de benefícios distintos considerando que os segmentos também são diferenciados.

---

[71] "A indicação do presidente da Afubra para coordenar a câmara setorial, ao lado do delegado estadual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Francisco Signor, indicado para ser o secretário executivo, surpreendeu os participantes do diálogo de concertação. De acordo com o assessor da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do ministério, Luiz Carlos Folador, foi o próprio titular do Mapa, ministro Roberto Rodrigues, quem nomeou Gralow para ser o primeiro presidente da câmara". http://gazetadosul.com.br edição 14-15 de dezembro de 2003.

[72] Gazeta do Sul 13 e 14 de dezembro de 2003.

[73] Entrevista realizada em julho de 2003, na prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, quando o Secretário da Administração afirma que "...há muito brasileiro lá" é para mostrar que no final da década de 60 quando se verificou a forte ampliação da entrada de empresas transnacionais, vários capitais menores foram expulsos do Vale do Rio Pardo a partir dos processos concorrenciais.

Para o caso do complexo fumageiro, verifica-se que este já atingiu um grau de maturidade envolvendo, conforme visto anteriormente, diferentes interesses nos segmentos de classe. Assim, não há dúvida da importância que este setor representa para a economia nacional e gaúcha, da mesma forma em que a implantação dessa câmara representa, também o reconhecimento de que esta atividade não se defronta com obstáculos tão evidentes e que ainda continuará presente na economia nacional possibilitando inclusive o crescimento da produção.

2.6 A problemática da formação de preços

Esta parte do trabalho trata da problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da Região Sul do Brasil. Para tanto, parte da síntese de um referencial teórico buscado na história do pensamento econômico, sobre formação de preços de diferentes bens numa economia capitalista, no curto e no longo prazo, destacando-se a distinção entre bens primários e bens industrializados. Na segunda parte, analisa-se o processo de determinação de preços e de comercialização no complexo fumageiro, com ênfase para o caso de uma região do Rio Grande do Sul, tendo em conta os agentes sociais envolvidos, as instituições e os mecanismos de que lançam mão na negociação que anualmente são estabelecidas.

2.7 A comercialização e o preço do fumo em folha: Mecanismos, instituições e desempenho

Como se sabe, foi Marshall quem restabeleceu a "ordem" no pensamento neoclássico quanto à compreensão sobre formação de preços. Até o advento de sua principal obra, era dominante a idéia de que os preços eram determinados exclusivamente pela demanda dos consumidores, a qual tinha como sustentação a noção do "valor utilidade", conforme a contribuição de Jevons e de outros. Essa formulação tinha

reconhecida motivação ideológica, já que buscava fugir da análise desenvolvida por Marx, no tocante à teoria do "valor trabalho".

A contribuição de Marshall foi além, já que ele também lançou as bases para a constituição do ramo da microeconomia que passou a ser conhecido como "organização industrial", que estuda as características da oferta de bens e serviços, com destaque para a estrutura de produção. Ele juntou isso à análise das características da demanda (necessidades, satisfação, elasticidade etc), dando origem à conhecida noção de "tesoura dos preços". Assim, os manuais de microeconomia neoclássica destacam que os preços são determinados pela interação entre oferta e demanda – vale dizer, pelas estruturas de mercado.

O principal legado disto é que, em última instância, os preços da economia capitalista são vistos como "impessoais" e flexíveis, não dependendo de um agente isolado, e gravitam ou tendem a um "preço de equilíbrio", o que significa a convergência dos desejos de compra e, portanto, das quantidades demandadas (motivadas pelas utilidades) e das decisões de produção ou das quantidades ofertadas (motivada pelo lucro). Como se percebe, essa elaboração teórica de Marshall lembra a metáfora smithiana da "mão invisível", ainda mais quando se tem em conta que ela implica a aceitação dos pressupostos do "modelo de concorrência perfeita", amplamente conhecidos.

Não é o caso de se tratar aqui o surgimento das críticas a este modelo e a construção de visões alternativas, as quais passaram a ser desenvolvidas a partir da década de 1920 e que ainda estão recebendo contribuições de economistas das mais diferentes matizes teóricas e mesmo ideológicas. Esse desenvolvimento deu origem às novas estruturas de mercado, batizadas genericamente de "mercados imperfeitos", ou seja, estruturas onde a produção/oferta e o consumo/demanda não são "impessoais", mas que também não configuram situações de monopólio[74].

Dessas contribuições, cumpre destacar algumas que trataram o problema da formação e do comportamento dos preços de mercados de bens agropecuários e daqueles que guardam relação direta com estes.

---

[74] Uma rica análise da evolução do pensamento econômico entre 1926 e 1939 encontra-se em Shackle, 1991.

Uma conhecida intervenção nesse tema foi feita por Michal Kalecki[75], que considerou os preços "determinados pelo custo" e os "determinados pela demanda". Os primeiros são os bens industrializados (ou "acabados"), cuja produção é "elástica devido à existência de reservas de capacidade produtiva", o que permite ajustes de curto prazo através de alterações no volume de produção, com o que seus preços "tendem a permanecer estáveis". (Kalecki, 1976: 61).

Obviamente, no longo prazo, a variável fundamental é o investimento ou o acréscimo de capacidade produtiva, a qual, por ser geralmente planejada, faz com que, também neste período de tempo, a estabilidade seja dominante. Os preços que se encaixam na segunda categoria são os das matérias-primas, "inclusive produtos alimentícios", ou seja, produtos agropecuários, cuja produção exige um "período de tempo relativamente grande para se conseguir um aumento da oferta". De passagem, Kalecki observa que os movimentos dos preços de tais bens incluem influências advindas dos estoques e da especulação, o que dificulta o equilíbrio de curto prazo entre oferta e demanda. Não expande seus comentários e conclui a introdução do primeiro capítulo de seu livro com a observação de que ele "tratará principalmente do estudo da formação dos preços 'determinados pelo custo'". (Kalecki, 1976: 61).

Em seguida, Kalecki apresenta e desenvolve seu conhecido conceito de "grau de monopólio", que está associado ao poder de fixação de preços pelas firmas oligopolistas, o que consolidou a idéia de que elas conseguem administrar preços estabelecendo uma margem ou porcentual (*mark-up*), acima de seus custos diretos de fabricação, mas que tem em conta também os preços dos concorrentes ou de "firmas que fabricam produtos similares" (Kalecki, 1976: 62).

É fundamental destacar que Kalecki estabelece uma clara associação entre grau de monopolização e distribuição de renda, indicando que, quanto maior o poder de fixação e de defesa de preço pela firma, maior sua capacidade de reter ou de se apropriar de excedentes no processo de comercialização de sua produção. Assim, a partir da análise de Kalecki foi possível compreender a ocorrência de uma "transferência de renda" entre dois agentes sociais, especialmente quando um é produtor agrícola (cujo bem tem preço

[75] Ver Kalecki M., 1976. A edição original em inglês é de 1954, mas a análise que se segue sobre preços já constava de *Studies in Economic Dynamics*, de 1943.

dependente da relação entre oferta e demanda) e outro é produtor industrial (cujo preço depende de seus custos e do grau de monopolização, o qual tem em conta também a negociação entre tais agentes, através de suas entidades representativas – sindicatos etc).

Essa análise permite uma analogia: pode-se falar também de um "grau de monopsônio", ou seja, de uma medida que possa indicar a capacidade ou o poder que tem as firmas oligopsonistas de determinar ou influenciar os preços dos bens que adquirem, pressionando-os para baixo tanto quanto possível, tendo em conta suas necessidades (que dependem principalmente de seus estoques), e as necessidades dos poucos concorrentes que adquirem os mesmos bens. É evidente que, além de outros aspectos, o "grau de perecimento" do bem irá interferir na capacidade de negociação dos produtores agropecuários frente às firmas compradoras, especialmente quando não houver alternativas de comercialização (por exemplo, venda *in natura*).

Duas décadas depois, uma análise relativamente semelhante sobre formação de preços foi feita por John Hicks[76]. Referindo-se também a dois tipos de mercado, ele associa, genericamente, os preços industriais a preços rígidos, ou seja, estabelecidos pelos produtores.

Trata em seguida dos mercado especulativos ou com "preços flexíveis, nos quais os preços ainda são determinados pela lei da oferta e da demanda"(Hicks, 1978:25), mas não explicita se está pensando nos bens agropecuários.[77] Contudo, em um ensaio de 1977, Hicks adota uma posição igual à de Kalecki, ao afirmar que, no curto prazo, temos "dois setores, um primário, em que os preços são determinados pela oferta e pela procura, e um setor secundário, em que os preços são determinados pelos custos"(Hicks, 1978:115/6).

Hicks parece considerar sua classificação de preços rígidos e flexíveis como "tipos ideais" (tal como pensou Weber), pois afirma que tanto uma teoria pura de preços rígidos como uma de preços flexíveis acabam não sendo "realistas". Numa perspectiva keynesiana, ele quer, na verdade, chamar a atenção para o problema da especulação com

---

[76] Ver Hicks, J., 1987. Esta obra foi escrita em julho de 1973, a partir da revisão de palestras proferidas em Helsinki, em abril do mesmo ano. Contudo, alguns aspectos tratados nela já haviam sido antecipados em *Capital and Growth*, de 1965. Segundo Labini (1984:214), Kaldor também adotou esta "dicotomia de preço" em um artigo de 1976.

[77] Como visto, este segundo tipo de mercado corresponde ao que seria dominante no capitalismo, segundo análise de Marshall. Isso também marca a análise de Hicks em *Valor e Capital* (escrita em 1938), na qual, embora admita que haja outros bens que possam ter preços rígidos, ele dedicou atenção apenas ao caso do salário como tal, seguindo o procedimento de Keynes.

estoques num e noutro mercado e conclui que "No mercado de preços rígidos, como vimos, os estoques reais podem ser maiores ou menores do que os desejados; no mercado de preços flexíveis, por outro lado, os estoques reais são sempre iguais aos desejados" (Hicks, 1978:26). Portanto, está querendo destacar que a manipulação de estoques neste último mercado é que determina, em última instância, a flexibilidade dos preços.

No início dos anos oitenta, um importante autor da teoria da organização industrial também mencionou a existência de "pelo menos duas categorias de mercados – matérias primas e manufaturados" (Labini, 1984:184), associando os primeiros a preços flexíveis e os segundos a preços rígidos, já que "Nos mercados de produtos da indústria de transformação, a demanda normalmente não tem efeitos diretos sobre os preços".[78]

O que convém destacar da análise de Labini é que ele chamou a atenção para o fato de que "Na realidade, a proposição clássica de que, a longo prazo, em regime de concorrência, o preço depende do custo de produção, é sempre válida" (Labini 1984:189). Em outras palavras, o fator determinante do comportamento dos preços ao longo do processo de desenvolvimento de um país é, enfim, o custo de produção, tal como havia sido inicialmente pensado por Smith, Ricardo e Marx, que conferiam à demanda papel secundário, já que a acumulação de capital, a divisão do trabalho e o progresso tecnológico levariam a uma abundância de bens, com o que os preços teriam tendência à queda no longo prazo. Cabe distinguir a análise de Ricardo que, no caso dos bens agropecuários, acreditava numa tendência inversa, devido à decrescente disponibilidade de terras férteis e bem localizadas.

Essa breve revisão sobre a questão da formação de preços de diferentes bens na teoria econômica já basta para referenciar o estudo de caso que se segue[79]. Cabe explicitar as principais conclusões que ela permite.

A análise de curto prazo indica a existência de dois tipos de mercados ou de preços de bens: os bens com preços fixos/rígidos ou de bens industriais, onde a oferta assume

---

[78] Labini considerou também uma forma alternativa de análise dos mercados, identificando "pelo menos cinco categorias: três mercados atacadistas (produtos agrícolas, minerais e industriais) e dois mercados varejistas (produtos agrícolas e industriais e serviços)".(Labini, 1984).

[79] Poder-se-ia lançar mão de outros autores ou contribuições, mas o fato é que muito disto está incorporado nos livros-texto e nos manuais de organização industrial e/ou de microeconomia não ortodoxa. Entre os livros-texto, ver Possas, 1985; entre os manuais, ver Pinho & Vasconcellos (Orgs.), 2001. Uma análise dos mercados de "preços administrados" (ou fixos) e preços flexíveis encontra-se em Macedo & Silva, 1999:Cap. 4.

papel central porque os ajustes com a demanda são feitos com a variação do grau de utilização da capacidade de produção instalada/planejada, com os estoques assumindo papel secundário, embora possam ser "maiores ou maiores do que os desejados", o que acaba, em última instância, levando às tão conhecidas campanhas promocionais.

Já no caso dos bens com preços flexíveis ou primários, a demanda assume papel central e a adequação dela com a oferta dada/rígida é feita com base nos estoques planejados, os quais, se não impedem uma alta em momentos de escassez, agravam a baixa em momentos de abundância. Contudo, percebe-se que o controle da oferta é a variável chave para a retenção de ganhos, sendo que, no primeiro caso, isto é feito com base no planejamento da produção e, no segundo caso, lança-se mão do planejamento dos estoques.[80]

Na análise de longo prazo, é inquestionável que os preços, sejam de bens agropecuários, sejam de bens industriais, dependem do comportamento dos custos. Aqui vale a "distinção tradicional (clássica ou marshalliana) entre indústrias com custos crescentes e decrescentes" (Hicks, 1978:115), entendendo-se aqui "indústrias" em sentido lato. A disponibilidade de recursos ou de fatores de produção e o progresso tecnológico é que vão determinar a tendência dos preços. Deve ser destacado que tal análise está referenciada numa situação de "economia fechada", com população/demanda crescente.

Para concluir esta parte, são necessários dois outros breves comentários. Um aspecto que geralmente é menosprezado nas análises sobre formação dos preços de bens agropecuários é se ela embute ou não o ônus de se manter a propriedade da terra, ou seja, se os recursos imobilizados nisso apresentam um "custo de oportunidade". Embora a posse/propriedade da terra por parte dos pequenos produtores seja algo que contém um significado ou uma importância que vai muito além de considerações meramente

---

[80] Isso pode ser evidenciado a partir dos resultados da Assembléia Anual da Associação Internacional de Produtores de tabaco (ITGA), realizada em Santa Cruz do sul -RS, com representação de 16 países além do Brasil, responsáveis por 80% de todo o fumo comercializado no mundo. Nessa assembléia, Gralow afirmou ser importante a diminuição da produção brasileira, porque neste ano teria havido excesso de oferta do produto, o que teria resultado em preços abaixo dos esperados, relatou, também, que os estoques mundiais também estariam muito elevados, em torno de seis milhões de toneladas, assim sendo, as empresas estariam se sentindo confortáveis para não pagar melhor pela produção ao nível do produtor. (Gazeta Mercantil 3 a 5 de novembro de 2.000).Fica claro, portanto, que os estoques elevados implicam em uma melhor posição das empresas nas negociações, sendo que a queda de preços só pode ser amenizada caso ocorra uma redução da oferta do produto (Gazeta Mercantil 3 a 5 de novembro de 2.000).

econômico/financeiras[81], o fato é que isto deve ser tido em conta, principalmente devido as implicações sociais e ambientais envolvidas na problemática da estrutura fundiária de uma localidade, de uma região ou mesmo de um país.[82]

Há ainda um outro aspecto a considerar. Como se sabe, o estudo da agropecuária como setor isolado da economia capitalista foi substituído pela proposta analítica dos "complexos agroindustriais". Isso se relaciona com o que foi aqui considerado no sentido de que os produtores agropecuários, no "interior" de tais complexos, deparam-se, via de regra, quando têm que adquirir insumos e máquinas, com setores industriais oligopolizados, e quando tem que comercializar suas produções, com oligopsonistas, sejam industriais, sejam intermediários ou outros agentes comerciais (redes de supermercados etc). Nesses dois processos de negociação, se a produção agropecuária é dominada por pequenos produtores, a sobrevivência destes "depende, em primeiro lugar, da sua capacidade de resistência – ou seja, do poder de barganha diante dos capitais com que interagem. Em suma, depende de lutas políticas em face do processo concentracionista" (Ramos, 1999:199).

Portanto, mais do que determinantes especificamente econômicos, são fundamentais os aspectos políticos que acabam, nesse contexto, originando uma institucionalidade que explica o advento e a continuidade ou consolidação de políticas públicas voltadas ao que tem sido chamado de "agricultura familiar" (termo que geralmente é utilizado no sentido de designar a pequena produção agropecuária), com o que se busca evitar a transferência de renda que geralmente caracteriza aquela interação, dadas as necessárias ou inevitáveis relações entre diferentes agentes sociais.

2.7.1 Um breve histórico sobre o problema da classificação do fumo

Para se compreender adequadamente como se estabelece o preço do fumo em folha, é preciso partir do conhecimento de que há um procedimento de classificação deste

---

[81] Ver sobre isso, Ramos, 2001.

[82] Como observou Graziano da Silva (1996:200): "Na formação dos preços dos produtos agrícolas é preciso considerar explicitamente a questão da renda da terra". Este autor apresenta um tratamento da concepção e dos conceitos formulados por Hicks.

bem, dos critérios utilizados para tanto, assim como das modificações que ocorreram nestes critérios e como elas foram justificadas. Isto implica conhecer também a forma como atuam as instituições envolvidas nesse processo.

Até a safra de 1964/1965, a classificação, basicamente, considerava os fatores de qualidade pela coloração. Assim, as folhas de fumo que tivessem a cor mais esbranquiçada possível e que fossem isentas de manchas e danos provocados por insetos, tinham a possibilidade de, no momento de sua venda, obterem o melhor preço. Tratava-se, portanto, de um critério genérico de classificação.

Segundo Seffrin (1995), a classe de maior valor era chamada de A, de coloração amarelo esbranquiçada, que não tivesse nenhum defeito. As classes B, C e D caracterizavam folhas claras, mas que contivessem minúsculas diferenças de qualidade. As classes E, EE, F1, F2 e F3 referiam-se às diferentes tonalidades de cor castanha. Quanto mais acentuada esta, mais baixa era a classificação e, conseqüentemente, menor o preço conseguido.

Na safra de 1965/66, a justificativa para uma nova forma de classificação foi o julgamento da necessidade de separação das folhas pela sua localização no pé. Na época, não apenas aumentou a complexidade, mas também o tempo de trabalho despendido pelo agricultor familiar na atividade de classificação. A coloração das folhas ainda era um fator importante; contudo, antes dessa verificação, fazia-se necessário classificar em baixeiras, meeiras e ponteiras. Os demais critérios de qualidade ficaram definidos como "superior" e "inferior".

Entre as safras 1968/1969 e 1974/1975, ocorreu um progressivo aperfeiçoamento do processo. Apesar da classificação mais genérica ter ficado inalterada, surgiu uma nova subdivisão em tipos 1,2 e 3. (Sefrin 1995:110). Em 1970 já havia uma certa organização dos produtores de fumo, tanto que a fixação dos preços das folhas de fumo não eram de responsabilidade única da Souza Cruz. Esse movimento pode ter ocorrido em resposta a mobilização dos agricultores, devido aos baixos preços recebidos no período de 1967 à 1969.[83]

[83] Segundo Silva, Goldfarb, Turcy e Moraes (2000:31-32), trata-se do triênio em que os valores pagos aos produtores foram os mais baixos até 1994.

As alterações não pararam por aí. Em 18 de dezembro de 1975 houve outro estabelecimento de critério, ainda mais complexo, sendo que, além das classes X, C e T, das subclasses D, E, F e dos tipos 1, 2 e 3, incluiu-se ainda outro subtipo, "K".

A atual classificação obedece um critério de classificação de acordo com a Portaria Nº 875, de 22 de setembro de 1978, do Ministério da Agricultura. Essa portaria teve como referência os princípios internacionais de classificação e, segundo Sefrin (1995), constituir-se-ia em um fator positivo e de estímulo para os produtores.

Cabe buscar compreender se uma maior exigência com relação à qualidade e uma maior uniformidade conseguiriam se refletir em uma melhor remuneração para o agricultor. O fato é que, se por um lado, a reformulação completa dos critérios de classificação permitiram ao produto brasileiro uma maior inserção no mercado internacional, de outro , as normas e padrões de qualidade que padronizam as folhas cruas de fumo em grupos e subgrupos, classes e subclasses, tipos e subtipos, passaram a ser um mecanismo fundamental para que as empresas, tendo em conta aquele instrumento legal, mistificassem a real distribuição dos valores gerados na produção agrícola do fumo. [84] Na verdade, os agricultores, muitas vezes, confundem-se com a grande complexidade envolvida na classificação, a qual conta com 48 possibilidades diferentes.

A prova de que um maior número de classes trás vantagens para as empresas diz respeito a própria proposta do SINDIFUMO, que tomou maior contorno no ano 2000 em que busca uma alteração no atual número de 48 para 90 classes, a justificativa para a mudança se daria no sentido das exigências do mercado, que procura fumos maduros com menor teor de alcalóides. Para o agricultor, tal mudança, ainda não havida, aumenta as dificuldades de saber a que grupo afinal, seu fumo pertence.[85] Por outro lado, os agricultores temendo serem ludibriados no ato da classificação, lutam para a redução do número de classes. A classificação, conforme a pauta do MPA (Movimento dos pequenos Agricultores), diz respeito a busca de redução de 48 para 12 o total de classes do Virgínia, e

---

[84] A mistificação ocorre não apenas devido às dificuldades ou à rigidez na classificação do produto, mas também devido ao volume de produção de cada safra. O Presidente da Fetag Heitor Schuck enfatizou muito bem esta questão no I Seminário Internacional de Fumo, realizado na Cidade de Rio Pardo/RS, em julho de 1999.

[85] A Gazeta Mercantil de 23/08/2000, mostra que para o caso do fumo Virgínia as alterações propostas pelo Sindifumo, são as seguintes: criação da posição M, entre a B e a C; criação de duas novas cores, a LO e a OR, denominadas D e F; criação da classe G-1 e a valorização da posição M, superior a posição B, na nova estrutura.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

do Burley, de 29 para nove. Além disso, reivindicam que a classificação seja efetuada na propriedade, acompanhada pelo instrutor.[86]

Assim, a classificação por si só não se constituiria em um problema se houvesse uma efetiva representação dos produtores no processo de classificação, no sentido de torná-lo menos sujeito a desvios e vícios. Especificamente, no caso em questão, o que ocorre é uma representação "tosca" dos agricultores familiares.[87]

Na prática, os agricultores classificam o fumo em folha conforme sua concepção, antes do produto chegar às processadoras. Mas o que efetivamente vale é a reclassificação efetuada no momento da entrega do produto nas empresas processadoras, por isso a reivindicação de que esta seja efetuada na propriedade. Uma classificação correta, nesse caso, teria que compreender um julgamento igualmente correto da determinação da classe à que verdadeiramente pertence o fumo produzido. Isso deixa claro que parte da remuneração ao agricultor é resultado da correlação de forças no ato da classificação.

Nesse sentido, torna-se fundamental a representação do segmento dos agricultores familiares fumageiros. Desse modo, mudanças recentes aparecem no cenário das negociações no intuito de aumentar o poder de barganha dos fumicultores com a entrada de representantes de uma nova entidade nas negociações: a Emater. Na prática, é incluída na tarefa de classificação.[88] A chamada Operação Fumo terá participação de 10 técnicos da Emater, que acompanharão a chegada do produto às fumageiras para "garantir" uma correta classificação das folhas e reduzir a ocorrência de conflitos entre as empresas e os agricultores. (Zero Hora, 2003)

Aliás, é importante lembrar que o Brasil é o único país produtor de fumo em que a tarefa de classificação (prévea) é feita pelos mesmos trabalhadores responsáveis pela produção. Portanto, seu trabalho, na realidade, inclui etapas não-agrícolas de produção.[89] Ademais, o relevante para esta análise é ter em conta o fato de que a articulação com os

---

[86] Gazeta do Sul, 29 e 30 de dezembro de 2003.

[87] Representantes sindicais locais e parte dos agricultores familiares afirmam que as empresas cooptam lideranças que participam do processo classificatório.

[88] Em janeiro de 2003, foi assinado um termo de cooperação entre a empresa , o Sindicato da Indústria da Fumo (Simdifumo), a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e as federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e da Agricultura (Farsul).

[89] O agricultor familiar de fumo torna-se assim, cada vez mais, um produtor que executa outras funções, já que o próprio processo de curagem efetuado nos fornos pode ser considerado um trabalho não agrícola. Além disto, em muitos casos, integrantes das famílias produtoras, em épocas de pico da colheita, trabalham formalmente como assalariados temporários nas empresas processadoras.

agricultores familiares, que possuem uma estruturação de trabalho própria - a qual muitas vezes confronta-se com a legislação que proíbe o trabalho do menor de idade. Isso dificulta determinar o tempo de trabalho efetivo de todo o processo produtivo, que vai desde o cultivo até a obtenção do fumo em folha curado.[90]

2.7.2 As ações dos agricultores e das entidades envolvidas na formação dos preços

A venda do produto principal - o fumo em folha, que em geral é o maior responsável pela renda monetária para os agricultores, é fundamentalmente restrita às poucas empresas oligopsonistas[91] que se estabeleceram na própria região produtora de fumo. É verdade que alguns agricultores vendem seu produto aos "picaretas ou picadeiras" - assim chamados por alguns produtores por venderem o fumo picado. Contudo, estes se constituem em um tipo específico de intermediário, já que vendem o fumo para as aquelas empresas, as quais, vez por outra, defrontam-se com demandas não previstas e, assim, acabam necessitando do produto rapidamente. Há um outro momento em que estas aparecem em cena: é no momento em que se verificam dificuldades nas negociações em torno do preço pago ao agricultor em conseqüencia uma suspensão temporária na compra pelas empresas[92]. É exatamente nesse momento em que os atravessadores circulam pelo interior dos municípios do Vale do Rio Pardo oferecendo uma remuneração bem abaixo do preço praticado na safra anterior.

Para o agricultor familiar, a única vantagem de venda para tais intermediários é que eles pagam pelo produto no ato da venda, sem que a parcela do empréstimo seja deduzida nesse ato. É óbvio que isso acaba dando uma falsa idéia, algumas vezes, de que o

---

[90] Ver Anexo 1.

[91] "...a partir da década de 80, a nova dinâmica do mercado internacional de tabaco significou uma redução significativa no número de empresas que passam a atuar na região" (Vargas , Filho e Alievi 1998:29).

[92] Este é o caso específico da safra 2003/04, em que as empresas apenas querem comprar o produto a partir do mês de janeiro com o objetivo claro de mostrar sua força nas negociações de preços, assim, grande parte dos agricultores tem dificuldade financeiras em pagar os diaristas e realizar festas natalinas portanto, lançam mão da venda de parte da sua produção aos picaretas. Gazeta do Sul, 4 de dezembro2003.

preço obtido seja superior ao pago pelas empresas fumageiras[93]. Segundo instrutores de campo dessas empresas, os intermediários vendem o fumo picado para as empresas, com razoável lucro comercial, por não pagarem impostos. Representantes do sindicato dos trabalhadores rurais da região afirmam que a estimativa acerca do montante de produção comercializado com os intermediários corresponde a apenas entre 10 e 12% do total produzido.

Assim, a situação dominante é a da relação entre o agricultor e as empresas processadoras. A prática usualmente efetuada pelos agricultores, frente ao descontentamento com o preço pago pela arroba de fumo em folha decorrente da classificação efetuada, é a mudança de empresa, de tal maneira que são muito poucos os produtores que permanecem vinculados por vários anos a mesma empresa. Em geral, o tempo de articulação com uma dada empresa não é inferior ao período de financiamento dos insumos de uma dada safra que, em geral, varia entre 2 e 4 anos.[94]

Nesse sentido, as possibilidades de alterações significativas nos ganhos dos agricultores, ao mudarem de empresa, são mínimos e de curto prazo. Isso porque os preços praticados pelas empresas são semelhantes, o que muda é a rigidez ou flexibilidade no ato da classificação.

Com isso, um aumento momentâneo pode ser contrabalançado com uma perda subseqüente. Isso implica afirmar que o que importa são os preços médios praticados em períodos históricos mais longos, e não aqueles que se circunscrevem a uma safra em particular.

Na verdade, a prática há pouco comentada não passa, muitas vezes, de uma forma simbólica de afirmação da autonomia do agricultor frente à real situação de submissão em

---

[93] Isto fica claro quando, em entrevistas recentes efetuadas com produtores da região do Vale do Rio Pardo, estes, geralmente, atribuem o problema dos seus rendimentos com a fumicultura aos elevados custos de produção e não aos preços em si. Neste sentido, a utilização de bandejas para a produção das mudas representou um aumento de em torno de 20% do total dos empréstimos realizados pelos agricultores familiares para a safra passada, reduzindo, portanto, o saldo monetário recebido pelos agricultores a partir de uma maior elevação dos custos. São as empresas fumageiras que se incubem da monitorização do custo total da lavoura, e além de responsabilizarem-se pela assistência técnica, também intermediam o repasse dos insumos aos agricultores.

[94] A exclusividade na comercialização do fumo com determinada empresa somente pode ser inferior ao prazo de financiamento para os agricultores produtores de fumo em corda. A maioria dos agricultores familiares de fumo do Sul do país produzem o fumo tipo estufa para cigarros. Estes possuem uma autonomia menor do que a daqueles, até mesmo porque as empresas é que são seus avalistas no momento em que contratam os empréstimos para cada safra.

que se encontra perante as empresas oligopsonistas. É claro que há clareza de que há uma autonomia relativa dada pela posse ou propriedade da terra, com o que os agricultores familiares se sentem como pequenos empresários, estando longe da situação de trabalhadores assalariados.

O preço do fumo em folha é estipulado a cada ano, a partir de um levantamento dos custos de produção do fumo, no interior da unidade pequeno/produtora. A metodologia do cálculo inclui 3.000 entrevistas efetuados em toda a região Sul (PR-SC-RS), tomando-se um produtor individual de cada unidade produtiva.[95] Até 1988, o preço do fumo em folha era fixado a partir do levantamento de custo feito pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e pela AFUBRA, e posteriormente era confrontado com o levantamento do SINDIFUMO. A partir desses dados, estabelece-se a negociação. Ocorriam sérias divergências quanto às planilhas apresentadas pelos participantes. Devido a isso, após 1988, os custos de produção passaram a ser estimados em conjunto pelas três entidades (AFUBRA, SINDIFUMO, STR), num panorama supostamente harmônico, já que grande parcela dos produtores passou a não ter dúvida de que estão praticamente sem representação autêntica no processo de fixação do preço do fumo.

Tal fixação é feita a partir da soma dos custos de produção que inclui o trabalho despendido na atividade produtiva, desde o plantio até o enfardamento. Não é computada a renda da terra e tampouco todos os custos vinculados ao capital fixo, já que se consideram apenas o conserto de máquinas e implementos diretamente decorrentes do desgaste físico, não se tendo em conta a depreciação propriamente dita, seja física, seja tecnológica, podendo ocorrer uma desativação do equipamento por se tornar modelo ultrapassado. Além disso, não considera a insalubridade, visto que os trabalhadores lidam com produtos químicos e submetem-se, por um razoável período do tempo total de produção, ao calor das estufas e a ingestão de gases poluentes oriunda da fumaça.

---

[95] O fato de não serem considerados no cálculo o trabalho de todos os membros da unidade familiar no processo produtivo, inclusive mulheres e crianças, subestima o custo real de produção. Segundo o ex-Presidente do SINTRAFUMO-RS, Albino Oto Gewehr, este fato causa distorções que redundam numa defasagem de 50 a 60%, segundo estimativa do SINTRAFUMO .

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Já foi visto, anteriormente, que os custos de produção do fumo em folha elevaram-se substancialmente em função da próprios avanços técnicos ocorridos.[96] Nos últimos anos, os avanços técnicos não resultaram de imposição por parte das empresas, mas a não adequação ao novo patamar técnico/produtivo pode significar a expulsão de parte dos agricultores familiares da produção de fumo. Devido a grande quantidade de informações a serem manipuladas, foi desenvolvido um Sistema de Custo operacional do Fumo (SCOPF), para ser utilizado nos computadores dos participantes das negociações. Após efetuada a negociação, no mês de janeiro, há um espaço de tempo, que vai até o mês de junho para ser efetuada a comercialização. Durante esse período, os preços podem ser reajustados com base em um índice oficial de inflação.

A operacionalização dos dados baseia-se na pesquisa dos coeficientes técnicos representados pelas quantidades médias por hectare de suprimentos agrícolas, serviços com animais de tração, máquinas, benfeitorias, trabalho familiar e contratado, recursos financeiros etc. Os custos de cada safra são calculados a partir de informações da AFUBRA, sobre o custo do fumo e a partir de informações da pesquisa de campo sobre o volume médio de produção das unidades familiares (ver Anexo 4).

É possível estimar a "renda líquida" gerada pela cultura do fumo na pequena propriedade ou produção. Isso pode ser feito utilizando-se os dados dos Anexos 3 e 4, e definindo-se os seguintes parâmetros: toma-se o caso do tipo e classe mais comercializado, o Virgínia TO2, secado em estufa; considera-se o rendimento médio de 1.908 k/ha, conforme os dados da AFUBRA; taxa de câmbio de R$ 3,52/dolar. Com isso, chega-se aos seguintes resultados: Receita por hectare: R$ 6.430,00; custo por hectare: R$ 4.856,45; "renda líquida" por hectare: R$ 1.573,55.

Se tal "renda líquida" for relacionada ao preço da terra na região que, segundo estimativas[97], é de R$ 2.000,00 por hectare, poder-se-ia argumentar que ela é elevada, já

---

[96] As mudanças mais importantes no processo de trabalho ocorreram, paulatinamente, desde a segunda metade da década de 1980 e se estenderam pela década de 90, culminando com uma importante redução no número homem/hora de trabalho dedicado à produção fumageira, a qual reduziu em mais de 25% a mão-de-obra no processo produtivo. Segundo dados da AFUBRA, em 1988 o coeficiente técnico de produção era de 210 dias homem/hectare, o qual passou para 148 dias homem/hectare.

[97] Estimou-se o preço médio por hectare a partir de dados obtidos junto a pesquisadores da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul). Na região do Vale do Rio Pardo, na qual se concentra a maior parte de toda a produção nacional de fumo, as áreas são heterogêneas, principalmente quanto à topografia. Na zona alta os terrenos são íngremes, com cobertura natural ou reflorestada e são vendidos por valores que oscilam

que se teria um porcentual que atinge quase 20%, que, como se sabe, é muito alto quando se tem em conta ativos de durabilidade infinita ou quase infinita. Contudo, duas considerações desaconselham tal conclusão.A primeira delas é a lembrança de que, como apontado, nem todos os custos efetivos são computados, como o do trabalho de outros membros da família, os serviços terceirizados da depreciação total envolvida.

Em segundo lugar, deve ser destacado que o custo de oportunidade dos recursos imobilizados nos elementos do capital fixo e na propriedade da terra e nem mesmo do reconhecimento de que as famílias não trabalham mais, (como há 10 anos) com mão de obra exclusivamente familiar enfim, tais custos também não são considerados. Sabe-se que as famílias fumicultoras que não possuem terra são 28.020, o que corresponde a 16,5% do total. Trabalham em regime de parceria com proprietários que possuem mais estufas. Cada família produtora contrata em média 1 pessoa para trabalhar principalmente durante a colheita.[98]

Isso explicita devidamente que aquela "renda líquida", verificada anteriormente, apenas poderia ser considerada elevada na ausência desses custos, ou seja, se não existirem alternativas de ganho, inclusive advindos de eventuais trabalhos dos membros da família. Embora tal ausência possa ser considerada uma realidade local, as considerações feitas não deixam de se constituir em um indicador da importância da pequena propriedade fundiária – ou da agricultura familiar – para a determinação de um custo menor e, portanto, de um preço menor para a matéria-prima da indústria processadora.[99]

Enfim, as empresas fumageiras estão satisfeitas com relação a qualidade o produto final (fumo em folha) que sai da lavoura sendo que esta poderia ser inclusive melhor, caso fosse incentivada a utilização de produtos orgânicos[100]. A imposição do pacote tecnológico implica um benefício adicional as empresas. Isso se explica considerando que uma grande utilização de insumos químicos e crescente adoção pelos agricultores de inovações tecnológicos são, também importantes para as empresas, uma vez que grande parte desses,

---

entre R$ 1.500,00 e 2.000,00. Na zona baixa, onde predominam terrenos perfeitamente agricultáveis, o preço sobe para valores entre R$ 2.000,00 e 2.500,00. Em ambos os casos estão sendo consideradas as benfeitorias.

[98] Esses dados dizem respeito ao mês de dezembro de 2003 e foram fornecidos por Ramírio Thomé, representante da Afubra.

[99] Isso é corroborado quando se sabe que Os Estados Unidos diminuíram sua produção não apenas em função das campanhas antitabagistas, mas principalmente porque a forma de utilização da mão de obra que naquele país é assalariada, que aumenta o custo de produção e implica perda em competitividade em relação ao Brasil e Zimbábue.

são produzidos/vendidos pelas própria empresas. Sendo assim, seu incentivo se constitui em uma fórmula de efeito para o aumento das receitas.

2.7.2.1 Implicações das inovações tecnológicas recentes e a terceirização dos serviços

Sabe-se que a exploração familiar que produz fumo em folha para as empresas agroindustriais vem sofrendo pressões crescentes nos custos de produção em função da necessidade de aumentar a competitividade do produto, principalmente quando se considera a adoção de tecnologias e agroquímicos e da terceirização de serviços.

2.7.2.1.1 Aspectos tecnológicos

As duas principais mudanças tecnológicas introduzidas na parte agrícola da produção, nos últimos dez anos, dizem respeito à introdução da tecedeira de fumo e da utilização de anti-brotantes nos tratos culturais. Ambos os processos contribuíram na liberação de braços no trabalho realizado nas diferentes etapas da plantação à colheita do fumo em folha. As restrições à utilização do brometo de metila – anteriormente utilizado na plantação do fumo – devido às implicações que teria sobre a camada de ozônio foram, na verdade, as principais responsáveis pela utilização de anti-brotantes.

Além disso, nos últimos 4 anos, alterou-se, também, a anterior forma de plantio para a generalização da forma "plantio direto", implicando, por um lado, a eliminação de determinados agrotóxicos, redundando em uma melhoria não apenas na parte agrícola de produção, mas, fundamentalmente, e uma melhoria qualitativa da vida dos agricultores envolvidos diretamene no processo de plantio. Essas mudanças, resultam, também, em uma produção de cigarros com menor concentração de agrotóxicos, diminuindo, em parte, os efeitos nocivos dos consumidores fumantes.

---

[100] Segundo técnico agrícola de Santa Cruz do Sul, Rogério Huinen.

As intenções recentes das empresas fumageiras e dos produtores de fumo, é incentivar mudanças na genética do fumo e adubação, com a busca da produção do fumo ecológico, a qual eliminaria praticamente a totalidade dos insumos químicos utilizados na produção. Entretanto, tais iniciativas estão em fase de teste, estando ainda longe de se tornarem uma prática generalizada no interior das unidades agrícolas.

As pesquisas em torno da produção ecológica do fumo são efetuadas por uma ONG, a Fundação Gaia, com parte dos auxílios oriundos da AFUBRA.

Contudo, as novas mudanças no processo de produção, ao mesmo tempo acarretaram um maior custo de investimento para o agricultor, coincidindo, exatamente num período em que ele se sentiu mais descapitalizado, devido a queda nos preços pagos ao fumo em folha. Mesmo assim, uma parte dos agricultores familiares adotaram as mudanças "exigidas" pelas empresas agroindustriais. Para os agricultores familiares que puderam arcar com os custos desta inovação, tiveram a possibilidade de diminuição no tempo de produção na parte agrícola do fumo.

Estimativas efetuadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul mostram que a utilização de bandejas para a produção das mudas representou um aumento de em torno de 20% do total dos empréstimos realizados pelos agricultores familiares para a safra passada, reduzindo o saldo monetário recebido pelos agricultores em função de um aumento na dedução de seus custos no total de receitas obtidas com a venda da produção às empresas.

Outra inovação tecnológica importante diz respeito a utilização de fornalhas automáticas na parte de curagem das folhas de fumo. Tal tecnologia foi implementada na região do Vale do Rio Pardo há 5 ou 6 anos e, não suprimem a utilização das mesmas estufas já existentes nas unidades familiares de produção comerciais ou "standart", mas se constituem em uma adaptação da estufa com a utilização de ar forçado em seu interior. Uma pesquisa de campo realizada, corrobora as informações fornecida pelo Sr Roque Paulus, Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o qual afirma que mais de 50% dos produtores utilizam as fornalhas automáticas na fase de curagem do fumo.

O processo anterior exigia que o produtor se mantivesse acordado por várias noites para verificar o "ponto" do fumo. Na atualidade, os agricultores podem dormir, porém precisam manter ao seu lado um aparelho que avisa (apita) quando ocorre uma

elevação exagerada de calor no interior da estufa. Indubitavelmente, trata-se de uma inovação tecnológica importante, pois melhora as condições de trabalho dos agricultores. Contudo, a elevação no custo do item "energia elétrica" no custo de produção fez com que vários agricultores que já arcaram com o custo do investimento efetuado, retornaram à prática anterior que utiliza lenha para a curagem do fumo em folha.

As dificuldades de introdução de tecnologia devido ao seu elevado custo é, certamente, o principal empecilho para uma mudança na forma atual de articulação para a subordinação direta do trabalho no capital que, neste caso, teria que se defrontar inclusive com o pagamento de salário noturno. Isso somado às constantes chuvas de granizo que, safra após safra, atingem um razoável porcentual de famílias com perda total da produção, o que demonstra ainda mais enfaticamente a distância de contornação tecnológica dos riscos na fumicultura.

2.7.2.1.2 O trabalho informal na fumicultura

O trabalho informal na fumicultura é um tema recente e ainda não discutido por nenhum trabalho científico, até porque carece de informações mais detalhadas. Na verdade é novidade no setor. Não há números oficiais de quantas pessoas trabalham informalmente nas lavouras de tabaco. A estimativa que se possui é a de que 8% da produção de fumo do Sul do país é colhida por mão-de-obra terceirizada, mas não se sabe quanto desse porcentual é de trabalhadores informais. Na região, a estimativa é de que, pelo menos, 500 estão na lida da colheita do tabaco por meio das empreiteiras.[101] Assim, os empreiteiros contratam pessoas e oferecem, de forma terceirizada, o serviço a parte considerável de fumicultores para colher o fumo.

A reforma trabalhista prevista para acontecer em 2005 poderá ser a alternativa para a legalização dos empreiteiros do fumo, gente que trabalha informalmente nas lavouras de tabaco no interior dos municípios do Vale do Rio Pardo. Essa foi a primeira proposição encontrada pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa e pelas várias

[101] Gazeta do Sul 10/dez/2003. O jornal obteve esta informação do diretor-secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Romeu Schneider, a qual se refere aos três estados do Sul do Brasil.

entidades da região ligadas ao setor. A reunião para tratar da regularização da profissão, que foi mostrada em reportagem especial da Gazeta do Sul, no mês de novembro de 2003, e ocorreu na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

De acordo com o Deputado Estadual Heitor Schuh (PSB), que solicitou a realização da reunião da comissão em Santa Cruz, os representantes de sindicatos, entidades e prefeituras citaram a reforma trabalhista como a principal alternativa para que os empreiteiros se ajustem. "É uma mudança que não precisa acontecer de uma semana para outra. Até 2005. Poderemos nos estruturar para defender com força a regularização da função". Além disso, os participantes do encontro sugeriram que os empreiteiros se organizem em cooperativas de prestação de serviço. "Precisamos buscar alternativas para regularizar a situação desses empreiteiros para que ninguém fique prejudicado, nem os produtores, nem os trabalhadores ou as indústrias..." .

2.7.2.2 O comportamento dos preços do fumo e o desempenho do complexo no período recente

O Quadro 4 mostra dados referentes ao comportamento dos preços pagos ao produtor e dos preços obtidos com as exportações, de 1980 a 2002. Mais importante do que a constatação de que há uma tendência à alta em ambos, é destacar que não há uma relação estável entre os dois preços. Isso se constitui em evidência das diferenças na capacidade de determinação e de defesa dos preços dos bens, conforme indicado pelo referencial teórico discutido na parte 2. Há que se ter em conta que o preço pago ao produtor é do fumo *in natura*, pré-selecionado nas unidades de produção fumageira. O preço de exportação refere-se ao fumo em folha beneficiado. Trata-se, portanto, de uma *commodity*, que se sujeita aos critérios prevalecentes no mercado mundial.[102]. Outro destaque que se pode fazer é quanto à grande queda ocorrida nos dois preços em 1999, mas que foi proporcionalmente maior no caso dos preços recebidos pelos agricultores, evidenciando que o benefício da

[102] Embora o Brasil seja o quarto maior produtor mundial, ocupa o primeiro lugar como exportador. As exportações brasileiras estão assim distribuídas: 40% para a União Européia (principalmente Alemanha e Reino Unido); 22% para os EUA, 17% para o Extremo Oriente (principalmente para o Japão) e o restante para outros países ou regiões.

desvalorização cambial ocorrida em janeiro daquele ano foi retido pelas empresas processadoras/exportadoras.[103] O Presidente do SINDIFUMO destacou que tal queda acabou permitindo o retorno das exportações para a China.[104] Nos anos subsequentes, os preços recebidos pelos agricultores foram se recuperando de forma crescente até o ano de 2002.

QUADRO 5. Preço médio do fumo em folha recebido pelos agricultores do Rio Grande do Sul (1° semestre) e preço médio das exportações – 1967-1993 (em US$/t).

ANO	Preço Recebido (A)	Preço de Export. (B)	A/B	ANO	Preço Recebido (A)	Preço de Export.(B)	A/B
1980	570,00	2.214,00	0,26	1992	1.610,00	3.334,00	0,48
1981	680,00	2.707,00	0,25	1993	1.480,00	2.838,00	0,52
1982	1.080,00	2.994,00	0,37	1994	1.210,00	-	-
1983	750,00	2.949,00	0,25	1995	1.730,00	-	-
1984	610,00	2.457,00	0,25	1996	2.030,00	-	-
1985	910,00	2.263,00	0,40	1997	1.900,00	4.240,00	0,45
1986	930,00	2.301,00	0,40	1998	1.910,00	3.970,00	0,48
1987	670,00	2.392,00	0,28	1999	1.084,00	2.680,00	0,40
1988	960,00	2.673,00	0,36	2000	2.000,00	2.380,00	0,84
1989	1.120,00	2.709,00	0,41	2001	2.450,00	2.130,00	1,15
1990	1.410,00	3.005,00	0,47	2002	2.850,00	2.120,00	1,34
1991	1.460,00	3.574,00	0,41				

Fontes: COSTA E SILVA et. al., 2000:32; Anuários Estatísticos e Brasil em números, AFUBRA e SECEX.

O preço do fumo para a safra 2003/2004 ainda não foi negociado e o que ocorre são suspensão de reuniões, o que estaria comprometendo o ciclo da safra pois, na prática,

[103] A desvalorização cambial certamente tornou o setor mais competitivo no mercado internacional. Segundo o Presidente do Sindifumo, a desvalorização da moeda teria coincidido com o período em que as empresas brasileiras negociavam sua produção com os clientes externos. Quem se beneficiou, segundo Paulo V. Ogliari da Afubra, foram as empresas, porém estes ganhos não teriam sido repassados para os agricultores. A insatisfação dos produtores devido a queda de preços resultaria diretamente em uma igualmente queda da produção para a safra subsequente. Folha de São Paulo 1999 p.3.

[104] Declarações de Cláudio Henn, Presidente do SINDIFUMO, no I Seminário Internacional do Fumo, realizado nos dias 28 e 29 de julho de 1999, na cidade de Encruzilhada do Sul/RS. A China é o maior produtor e o maior consumidor mundial de cigarro. Para o presidente do SINDIFUMO, o desafio da fumicultura brasileira é continuar sendo competitiva, reconhecendo que esta competitividade está assentada na mão de obra barata, o que caracteriza também os casos da China e da África. No mesmo seminário, Hansi Gralow, presidente da AFUBRA, ao argumentar que os preços recebidos pelos produtores nacionais não são baixos, relatou a situação no Zimbábue, onde "30 dólares ganha o pai e toda a família para produzir fumo. Eles trabalham recebendo sobre duas tábuas, somente mandioca para sua alimentação".

não há acordo nas primeiras reuniões, segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Cláudio Henn, é usual uma definição dos preços nos meses de janeiro ou fevereiro", porém reconhece que se verificará um atraso relativo aos anos anteriores, na decisão do preço da safra[105]. Na verdade, o maior problema para os produtores diz respeito ao fato deles terem que esperar mais tempo para a comercialização de sua produção em um momento em que crescem os custos não deduzidos das receitas sobre as vendas.[106] Não há dúvidas de que para as empresas isso possibilita uma maior margem de negociação, talvez em resposta a uma percepção de um crescimento da força de mobilização dos produtores que se concentra basicamente no MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

Com relação as compras de fumo para a safra 2003/04, o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), teria afirmado que os produtores teriam a possibilidade de venda anterior a fixação dos preços da safra e, que estes receberiam a diferença logo após a definição do novo preço do tabaco[107]. Um representante da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) acredita que os agricultores não deverão comercializar grandes quantidades de fumo antes de janeiro. A arroba do fumo tipo BO1, o de melhor qualidade, estaria custando em dezembro de 2003, R$ 62,85.[108] (Ver Anexo 4)

---

[105] O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow, confessou que foi surpreendido pela mudança de planos arquitetada pelo Sindifumo. "Até poucos dias a reunião estava confirmada e agora, de uma hora para outra, já não sabemos mais quando vamos começar a negociar o futuro dos fumicultores", bradou Gralow. "Pensei que era impossível de isso acontecer, já que foram os próprios representantes das indústrias que marcaram a data", frisou, inconformado. Para ele, o objetivo da indústria é "jogar um balde de água fria na negociação, ganhando mais tempo para acompanhar a movimentação da safra".

[106] Como os pagamentos dos trabalhadores temporários e das demais compras de bens de consumo das famílias.

[107] Gazeta do Sul 2003 p.

[108] As reivindiações do MPA para a safra 2003/04 é um aumento do preço do BO1, de R$ 62,85 para R$ 137,01, proporcional às tabelas do tipo Virgínia e também para o Burley e galpão comum.

QUADRO 6 . Desempenho do setor fumageiro do Brasil - 1980 – 1999 (em t)

SAFRA	PRODUÇÃO (A)	EXPORTAÇÃO (B)	CONSUMO INTERNO (C)	ESTOQUE (D)	% D/B+C	% D/A
1980	372.970	128.400	142.700	214.050	79,0	57,4
1985	410.280	198.660	146.300	219.450	63,6	53,5
1990	447.980	188.140	164.100	246.150	69,9	54,9
1995	390.000	256.270	119.700	179.550	47,8	46,0
1996	433.520	282.360	119.200	178.800	44,5	41,2
1997	588.170	318.950	110.800	166.200	38,7	28,3
1998	440.340	305.600	97.000	145.500	36,1	33,0
1999	590.100	349.680	101.500	163.500	36,2	27,7
2000	577.110	353.020	95.000	142.500	32,0	57,4
2001	544.780	443.900	101.000	151.500	28,0	27,8
2002	669.950	474.470	97.500	146.250	25,5	21,8

FONTE: Afubra/Abifumo.

Quanto ao desempenho do complexo fumageiro do Brasil nos últimos anos, a Quadro 6 traz dados significativos. Como se vê, os estoques oscilaram de maneira perceptível, mas o mais evidente é que seus montantes sempre representaram um porcentual muito expressivo – embora decrescente, da soma do consumo interno e da exportação, o mesmo ocorrendo com o porcentual em relação à produção.

O consumo interno de fumo em folha caiu significativamente na segunda metade dos anos noventa[109]. As exportações mais que triplicaram no mesmo período, evidenciando a importância que elas assumiram para o complexo do fumo no Brasil, sendo que 75% da produção de fumo beneficiado é exportada. Há que se ter em conta que os estoques são formados basicamente por este tipo de bem, já que ele pode ser acondicionado por vários anos nas câmaras de resfriamento das unidades de armazenamento. Já o grau de perecibilidade do cigarro, segundo informações da AFUBRA, é de quatro a cinco meses.

Quanto ao fumo em folha não beneficiado, tem-se que ele não fica acondicionado por um período superior a um ano e meio, exatamente porque sua disponibilidade é uma variável sob controle das indústrias processadoras. Já a oferta de cigarro também é controlada por estas, as quais, com base em suas pesquisas, tem estimativas relativamente precisas sobre o volume de fumo em folha necessário para a satisfação das demandas

[109] Tal queda está associada tanto à campanha institucional para a redução do consumo de cigarros, promovida pelo Ministério da Saúde, como ao contrabando, que é estimado em 35 % do mercado.

interna e externa. A estimativa dos volumes de exportação baseia-se em uma ampla análise da situação dos concorrentes no mercado mundial.[110]

Assim, fica evidente que o oligopólio/oligopsônio do processamento de fumo no Brasil, atua de forma a controlar a oferta tanto do produto acabado como de seu insumo principal, cujo mecanismo principal é o planejamento dos estoques. Como a produção é sujeita a variações sazonais, o preço do insumo está sujeito a variações de curto prazo, ou seja, conjunturais, o que auxilia a compreensão quanto ao fato de que os preços pagos aos produtores não estão vinculados às oscilações da demanda externa.[111]

Isso fica evidente quando se faz uma confrontação dos dados de preços pagos ao produtor, que constam do Quadro 5, com os dos volumes de produção que constam do Quadro 6, indicando que os aumentos destes últimos não implicaram, claramente, uma elevação daqueles. Em outras palavras, as empresas processadoras, que comandam a comercialização externa, acabaram sendo as maiores beneficiárias do aumento de produção nacional que ocorreu recentemente.

Cabe ainda ressaltar que, no caso dos cigarros, a situação é diferente: o governo interfere desde há muito tempo em seu mercado, "o produto passou a receber a incidência de taxação na reforma tributária feita por Joaquim Murtinho, no início do século e, desde 1968, que definiu alíquotas elevadas e reajustáveis, que perduraram com a criação do Mercosul. A partir de então os cigarros foram enquadrados na Tarifa Externa Comum (TEC) de 20%, a mais alta admitida pelos quatro países da união aduaneira, fora das exceções..." (Silva, Goldfarb, Turci e Moraes 2000, p. 81).

O caso do processo de comercialização e de formação de preços no interior da cadeia do fumo no Brasil se constitui, como visto, em um exemplo da correção da reflexão na história do pensamento econômico quanto à determinação de preços de diferentes bens na economia capitalista. Embora tendo em conta algumas particularidades do caso e a insuficiência do referencial aqui teórico aqui utilizado - que deixou de fora o aporte da "Nova Economia Institucional", o fato é que ficou evidenciado quem mais se beneficia do

---

[110] Isso fica exemplificado na fala do Presidente da AFUBRA, para quem "Os EUA diminuíram a área por não conseguirem acompanhar os custos de produção, a Argentina também está com dificuldades, o Zimbábue passa por problemas internos, a Índia proibiu o cultivo em algumas províncias. Conforme matéria no jornal Gazeta Mercantil, Caderno Gazeta Mercantil Sul, p. 1, edição de 04/03/2002.

comportamento dos preços ao longo da cadeia, seja no curto, seja no longo prazo. Isto vale mesmo quando se considera que há uma certa estabilidade tanto do preço do bem final como da matéria- prima, já que as ofertas de um e da outra estão sob a ação da agroindústria processadora. Essa observação procede também quando se considera o fato de que grande parte da produção da cadeia passou a ter nas vendas externas um espaço importante de realização.

A análise evidenciou também a importância da manutenção da propriedade fundiária por parte dos agricultores familiares, o que lhes permite o recebimento de uma renda da terra cujo montante parece não desprezível, gerada pela exploração de suas pequenas áreas com um produto principal submetido à comercialização e, portanto, à economia monetária, e pela produção de alguns outros bens, destinados fundamentalmente a subsistência da família. Esta situação permite uma dispersão do trabalho cotidiano e ao longo do ano, com o que se complementa a renda familiar com atividades não agrícolas, inclusive nas próprias empresas processadoras. Assim, uma não relação de "assalariamento puro" barateia o custo de produção do fumo e, por conseguinte, do produto final, que, no caso brasileiro, tem seu preço elevado sobremaneira devido a tributação que recebe.

Constatou-se que, de acordo com as indicações do referencial teórico, existe uma situação de oligopsônio, da qual se beneficiam as empresas processadoras, que atuam de forma a determinar os preços de toda a cadeia, influenciando a oferta tanto da matéria-prima como do bem final, para o que é fundamental o manuseio de estoques e o planejamento da produção. Além disso, constatou-se a queixa dos agricultores quanto à falta de empenho dos responsáveis por suas entidades representativas em lutar devidamente para a obtenção de maiores preços para o fumo em folha.

---

[111] Apesar disso, quando os estoques estão muito elevados há o entendimento por parte dos produtores, orientados pela Afubra, de que uma menor produção poderia evitar uma queda ainda maior nos preços. Folha de São Paulo 24/08/2001 Agrofolha 5, p.3.

CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DA PLURIATIVIDADE, SUAS MANIFESTAÇÕES E TENDÊNCIAS PERCEPTÍVEIS EM CURSO

Conforme visto no capítulo 1, a fumicultura brasileira, após a década de 1970, passa por transformações essenciais não apenas nos aspectos quantitativos da produção, mas também em mudanças nas relações sociais de produção, de tal modo que ocorreu um aprofundamento da articulação produtor/indústria, passando a constituir-se mais claramente em um complexo agroindustrial[112]. Além disso, verificou-se uma caracterização mais geral de centralização e desnacionalização dos capitais investidos no processamento dessa atividade. Naquela década, após um longo período de estabilidade das vendas no mercado interno, passou-se a ter novamente o mercado externo como principal responsável pela dinâmica da acumulação no setor.

Na primeira parte deste capítulo, apresentam-se os elementos teóricos capazes de auxiliar a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo na região fumicultora gaúcha. São abordados vários temas, entre eles: agricultura familiar, pequena produção, pluriatividade e tempo parcial. Um desenvolvimento mais completo dessas categorias só seria possível com um averiguação mais profunda de uma literatura que comporte a contribuição de diversas áreas de conhecimento desde a antropologia, sociologia, história e economia. De qualquer modo, intenta-se aqui desenvolver uma análise que busca captar adequadamente a realidade local.

Apesar deste capítulo objetivar uma abordagem que enfatiza várias nuances sobre o papel das famílias e pessoas, no tocante às suas formas de reprodução no meio rural gaúcho, busca-se, ter sempre presente o contexto mais geral de sua inserção. Mais especificamente, há que se considerar uma multiplicidade de elementos que determinam a forma específica de desenvolvimento local, que combina desde as aspirações e necessidades das famílias, com determinações mais gerais e peculiares a própria lógica do

[112]Os contratos com as agroindústrias passaram a incluir novos elementos como a tecnologia recomendada e a necessária aquisição dos insumos da agroindústria pela pequena produção. Essas novas especificidades na relação da pequena produção com o capital agroindustrial permitiram um crescente aumento na produção, ao mesmo tempo em que tornou as pequenas unidades mais dependentes do capital agroindustrial.

capital, que cria e recria formas de sua valorização, que cada vez mais transcendem as fronteiras nacionais.

Este capítulo culmina com uma análise das principais alterações sofridas pela agricultura familiar articulada ao CAI fumageiro, procurando-se mostrar a presença de pluriatividade nos domicílios agrícolas. Primeiramente, estabelece-se as linhas gerais do caminho metodológico percorrido e as dificuldades encontradas. Apesar de ter sido aplicado o mesmo "Questionário para Pesquisa Local por Amostra e Domicílio Rural - PLADR", desenvolvido pelo Projeto Rurbano na Fase III,[113] há um procedimento particular na forma de obtenção da amostra.

Trata-se, assim, da busca de um detalhamento das ocupações e da renda dos domicílios e pessoas no ano (2000/2001) e na semana (última semana de referência do mês de setembro 2001). Além disso, a pesquisa permite mostrar níveis de escolaridade, condições de habitação e níveis de vida dos agricultores familiares. Assim, esta parte do trabalho apresenta e discute o resultados da pesquisa de campo propriamente dita, cujos resultados mais relevantes para o caso estudado da região do Vale do Rio Pardo/AMVARP, dizem respeito à confirmação da presença de pluriatividade nos domicílios e pessoas articulados ao complexo fumageiro.

3.1 Outras contribuições de categorias analíticas agricultura familiar e pluriatividade

Em geral, a predominância de uma categoria particular determina o referencial teórico a ser utilizado; contudo, parece importante para esse caso não centrar a análise em uma única categoria (agricultura familiar, por exemplo), mas buscar nas diferentes contribuições teóricas e, também, considerar elementos interdisciplinares, capazes de auxiliar a compreensão da estrutura atual do trabalho, bem como as mudanças que afetam a família agrícola articulada ao complexo agroindustrial fumageiro gaúcho. Intenta-se

[113] A pesquisa quantitativa da Fase III do Projeto Rurbano após uma ampla análise dos dados secundários, principalmente aqueles contidos nas PNADs aprofunda, nesta etapa, a pesquisa a partir de estudos de caso.

portanto, abordar aspectos que dizem respeito a unidade familiar, pequena produção, pluriatividade e agricultura em tempo parcial e que sejam relevantes no entendimento do objeto central proposto neste estudo, bem como as reestruturações sofridas no interior da unidade familiar, que ultrapassam a idéia de uma reprodução somente atrelada ao fornecimento de matéria prima para as empresas agroindustriais fumageiras[114].

Isto porque parece notória a ênfase dos sociólogos no concernente a análises que privilegiam as ocupações das famílias bem como as determinantes internas em termos de ações e práticas adotadas sendo, também, igualmente evidente o lugar de destaque das rendas nas análises dos economistas e da ênfase dada a partir das determinações mais gerais impostas pela reprodução do capital e, uma menor atenção aos objetivos internos que orientam as ações das famílias. Nesse sentido, desconsiderar quaisquer dessas análises certamente implicaria o "empobrecimento" de elementos explicativos para uma maior compreensão desta temática.

Esclarece-se, porém, que uma visão conjunta e aprofundada das diferentes temáticas é desafiadora e não é nosso objetivo. Na verdade, o que se pretende é chamar atenção a diferentes aspectos das categorias e ou visões capazes de auxiliar nas explicações mais específicas da realidade que se propôs estudar.

A agricultura familiar é uma categoria cuja denominação pode causar receio em seu uso indiscriminado, não apenas devido à semântica da terminologia propriamente dita, porque o importante é ter claro que os principais teóricos do assunto mormente, os sociólogos, admitem uma caracterização que abarca pressupostos mais amplos do que o termo em si sugere, portanto do que a primeira vista se poderia pressupor. As mudanças, no meio rural, mostram que a inserção das famílias no campo ultrapassam a tradicional orientação agrícola, ou seja, com a ampliação da presença de pluriatividade que remete tecer algumas considerações a respeito da categoria agricultura familiar neste cenário, verifica-se, também, para o caso dos agricultores articulados ao CAI fumageiro.

É consensual, entre os sociólogos brasileiros, admitir que uma caracterização dessa categoria para o caso brasileiro difere em relação aos países desenvolvidos. Além disso,

---

[114] Uma grande parte das dissertações de mestrado e das teses de doutorado sobre a produção familiar articulada às empresas fumageiras enfatizam demasiadamente esta relação, não abrindo suas análises para a busca de um "lugar" mais real da inserção e reprodução das famílias.

assumem a idéia de que existem trajetórias diferenciadas histórica e espacialmente dentro do território nacional. Mas isto não impede uma conceituação mais genérica.

A agricultura familiar, em uma concepção genérica, é definida por Wanderley como sendo "... aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo". A autora busca mostrar que sua generalidade se deve ao fato de que há diferentes combinações assumidas entre propriedade e trabalho (Wanderley, 1999: 23). Assim sendo, apesar das especificidades que assume a agricultura familiar, as motivações mais gerais das atitudes que norteiam sua orientação econômica e social também possuem características comuns, tornando-se, portanto, fundamental à compreensão de seu comportamento.

Com relação à diversidade de formas sociais assumidas pela agricultura familiar a autora se reporta a Lamarche (1993), que observa que a "agricultura familiar não é elemento da diversidade mas que contém nela toda a diversidade".

Essas definições demonstram a possibilidade de inserção de inúmeras situações específicas ou particulares como uma tentativa dialética de análise. Isso fica ainda mais claro quando os autores abarcam nesta categoria as transformações ao longo do tempo, isto é, a adaptação do agricultor familiar às exigências da sociedade, num processo que não ocorre idêntica e linear em todos os países. Nessa direção, a autora afirma que, no caso brasileiro, percebe-se que o campesinato é, historicamente, um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social específica de produção (Wanderley, 1999: 42).

Porém, essa impotência deve ser relativizada pois há que se pressupor que os agricultores familiares do país não aceitariam um caminho diferente daquele que permitisse uma integração de suas atividades à economia local e regional, e inclusive de produtos de exportação, tal como historicamente pode ser verificado no caso do tabaco. Isso parece comprovar que os seus anseios por uma integração ao mercado, ou pela busca de alternativas econômicas, historicamente, não se restringem apenas à subsistência. Wanderley percebe nos agricultores familiares um duplo propósito:

> "Essa dupla preocupação – integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos chamando aqui de patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro. A esse respeito, parece claro que a referência a uma agricultura de subsistência, tão freqüente na literatura especializada, pode esconder os propósitos

> mais profundos dos agricultores. Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, á simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pode ser transmitido através de gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e instabilidade analisadas. É esse saber que fundamenta a complementação e articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência..." (Wanderley, 1999: 42)

Fica evidente, portanto, que na visão da autora a forma de orientação da produção e do trabalho das famílias dá-se essencialmente em direção ao mercado, tendo a produção para a subsistência um caráter complementar[115]. Uma análise mais acurada da especificidade deste estudo, mostra que a produção de subsistência e muitos casos, possui papel central na reprodução das famílias, principalmente quando considerado a elevada produção para o autoconsumo[116]. O "saber camponês" para o caso da fumicultura é, e sempre foi um elemento importante que permite em grande parte, a continuidade de um processo que vem se desenvolvendo há três gerações. Contudo, essa especialização trouxe, como não poderia ser diferente, uma maior alienação do trabalho, uma menor autonomia relativa e uma maior dificuldade na busca de alternativas que permitissem uma inserção mais ativa noutras oportunidades de mercado. É importante lembrar que, no Sul do país, o assalariamento agrícola, no meio rural, nunca foi uma realidade predominante.

É importante reter, portanto, que os anseios dos agricultores familiares não se restringem à subsistência e que sua inserção na produção fumageira não apenas resultou na criação de um amplo conhecimento nos tratos culturais e na tecnologia utilizada na produção, garantindo a continuidade de um mesmo processo para as gerações futuras, mas também redundou em uma perda de autonomia relativa e de uma certa alienação devido à certeza de comercialização de seu produto principal. Isso preocupa quando se consideram

---

[115] Sobre a conceituação de agricultura familiar, ver "Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro" na obra organizada por João Carlos Tedesco, denominada Agricultura Familiar e Perspectivas.

[116] Essa orientação da produção é efetuada pelos inspetores das empresas fumageiras que orientam as atividades das famílias , não apenas no que diz respeito ao cultivo do fumo, ms na própria exploração. Isso já foi relatado por alguns entrevistados na por ocasião da pesquisa de campo, tendo sido, também descrito por Liedke que aponta para a importância da importância da produção de subsistência para o equilíbrio do orçamento doméstico das famílias que apresentaria déficit caso se considerasse apenas os ganhos obtidos a partir da atividade fumageira Liedke (1977).

as necessidades de enfrentar os desafios de mercado com relação aos preços praticados pelas empresas por exemplo, e de uma série de outros problemas[117].

Face a essa complexidade, há que se concordar que a agricultura familiar é um conceito que pode ser visto como a forma que o campesinato assume no capitalismo.[118] Contudo, nem todos os autores percebem a agricultura familiar como sendo capitalista.

Schneider opta por um referencial analítico que, segundo o próprio autor, alia aspectos da sociologia crítica marxista e dos conceitos de estratégia de reprodução. Segundo o autor, "para se explicar a agricultura familiar e a pluriatividade a partir da tradição da sociologia crítica, é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis da valorização do capital". Para o autor: "trata-se de aceitar que formas sociais relacionam-se com o modo de produção dominante sem que as relações que se estabelecem entre ambos sejam, *a priori,* de conteúdo capitalista." Schneider, (1999: 119)

O fato de que, na atualidade, a grande maioria das unidades familiares relacionam-se com o mercado, de uma ou outra forma, seja na venda da força de trabalho ou na venda de produtos agrícolas, não implica serem capitalistas, embora se possa observar um processo de acumulação subordinado ou controlado pelo capital, do qual faz parte o processo de desenvolvimento agroindustrial. Assim, o capital não consegue (e para ele não é importante) proletarizar a totalidade da mão-de-obra em determinado local. Além disso, a forma específica à qual nos referimos se reproduz dentro das leis de valorização do capital.[119] Dessa forma, a agricultura familiar é útil à acumulação do capital e faz parte dela, isto é, não é estranha a ela. Enfim, é fundamental para a própria possibilidade de reprodução do capital.

Segundo Vanderley:

---

[117] O principal problema enfrentado pelos fumicultores diz respeito às implicações sobre à saúde dos produtores, devido ao elevado número de agrotóxicos utilizados e de seus efeitos nocivos. Ver Prieb (1995).

[118] Assim, o que efetivamente diferencia a exploração agrícola familiar da camponesa é o fato da primeira ser autônoma em sua relação social e política com o exterior e na sua reprodução relativamente à coletividade local onde se insere. Apesar dessas diferenças, há atributos que lhes são comuns, ou seja, em ambos os casos a maior parte do trabalho gasto na produção é executado pelos membros da unidade familiar. (Mendras apud Baptista, 1994)

[119] Há, no mercado, diferentes tipos de trabalho que não contribuem diretamente com a valorização do capital, principalmente quando se trata de serviços pessoais e o serviços domésticos, o que certamente não reflete o presente caso.

> *"...sustentar que esta força de trabalho é pré ou não capitalista, mesmo quando se introduz a referência à subordinação do capital, é explicá-la de um certo modo e em graus diferentes, como outra coisa que o capital, estranha a ele, embora lhe seja útil ou necessária . É afirmar que o capital explica sua presença – pela subordinação – mas não a explica em sua natureza intrínseca, pois que pré ou não capitalista: é negar o espaço que o capital cria para sua reprodução e que a torna, por isso mesmo, não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento, portanto um elemento capitalista". (Vanderley 1979: 32)*

Assim, a reprodução da agricultura familiar não ocorre, em nossa visão, fora das leis da valorização do capital[120]. Na verdade, as particularidades das relações que se estabelecem entre a agricultura familiar e o capital financeiro e comercial permitem que o trabalho do pequeno produtor se coloque a serviço da valorização do capital. Assim, o que ocorre é um processo gerado pela própria dinâmica da produção capitalista para ampliar sua base social e a massa de mais-valia, já que há criação e recriação de formas de sociabilidade, dadas as peculiariedades técnicas e organizativas da produção moderna.[121]

Por outro lado, seria errôneo pressupor que a dinâmica capitalista *per si* asseguraria a persistência das famílias como motivação única, dado que isso significaria uma trajetória determinada apenas pela lógica da acumulação. A idéia pertinente para uma avaliação mais precisa é ter sempre presente que a agricultura familiar, em determinado grau, devido à posse da terra, possui graus de liberdade (mesmo que estreitos) de escolha; assim, ela pode prosperar (no sentido de se manter no mercado) ou pode ser extinta, incorporando os integrantes da família em uma forma ativa de proletários rurais ou urbanos ou ainda serem integrados a formas marginalizadas de reprodução.

Aqui é importante frisar aspectos lembrados por Ramos (1999), de que "...os impactos da industrialização da agricultura sobre a pequena produção podem ocorrer de distintas formas e por meio de mecanismos diversos, e que estes impactos podem até não ocorrer ... " sendo exatamente esse o sentido da idéia de "marginalização" referida por

---

[120] As idéias defendidas pelo autor são baseadas na visão althusseriana da coexistência de modos de produção.

[121] Não se trata aqui de uma subsunção formal ou real no trabalho ao capital , visto que não se trata de uma situação de assalariamento ou subordinação direta. Porém, o que se visualiza é uma situação em que "...os processos de trabalho são subsumidos à lógica do capital e condicionado às necessidades de valorização do capital ". Prieb (1995)

Sorj[122] e por outros autores, sendo não desprezível a parcela de produtores que se encontram nessa situação[123]. Contudo, a pequena produção fumageira encontra-se, sim, articulada ao capital agroindustrial e a forma específica de articulação é demonstrada por Ramos (1999) como sendo um caso em que as agroindústrias impõem à maneira como se deve dar a produção da "unidade camponesa" (grifo do autor).

Quando as empresas fumageiras controlam a produção do fumo determinando como, quanto e o que produzir, são elas que impõem o ritmo de modernização da unidade produtora tanto no que diz respeito ao nível de sua base técnica, quanto na gestão do processo de trabalho. Assim, as empresas controlam e mantém o desenvolvimento das forças produtivas das unidades com capacidade potencial de articulação.

Portanto, no contexto da agricultura familiar integrada ao CAI do fumo, as agroindústrias fumageiras tomaram para si a capacidade de controlar a produção agrícola. Nesse sentido, cabe a afirmação de Bartra (1979: 65) de que o capitalismo mobiliza diversos mecanismos para modificar o processo de trabalho da pequena produção familiar, forçando-os a introduzir inovações tecnológicas e gestão empresarial.[124]

A reprodução e acumulação do capital na economia ocorre, portanto, a partir de uma lógica que exige que o capital se valorize. Isso se reveste tanto na forma de crédito de custeio, como na forma de crédito de comercialização, garantindo a reprodução da produção obtida. Assim sendo, é o grande capital que organiza a agricultura familiar e se apropria de boa parte dos excedentes produzidos.

A existência de um processo de acumulação condicionado e organizado conforme as necessidades de valorização do capital acaba permitindo que a agricultura familiar se reproduza[125]. Indo mais além, não parece errôneo afirmar que em muitas regiões do país,

---

[122] Assim expressada por Bernardo Sorj.

[123] Na verdade, a maior parte dos autores percebem os Complexos agroindustrias – não entrando aqui o termo no singular ou plural, conforme visto no capítulo 2 – como uma categoria importante na explicação dos rumos que a agricultura apresenta pós 70. Na verdade, certamente, o não aparecimento de novos trabalhos por esses mesmos teóricos, por exemplo a respeito de "redes" demonstra que, no caso brasileiro esta categoria ainda é importante e explica as vinculações mais gerais da forma de se pensar a agricultura brasileira.

[124] Segundo Graziano (1999:137) a política tecnológica para o setor de pequenos produtores camponeses emerge como um elemento chave no contexto da transformação dinâmica desse setor, no sentido de destruir, manter e elevar a economia camponesa a um patamar mais alto de integração com a economia global. .... Em todos os casos, o importante é perceber que o campesinato não é independente, nem está desconectado do circuito global do capital."

[125] Desconsiderando às distintas especificidades das relações de produção e de trabalho, vale fazer referência aqui ao fato de ser notório de que se é preferível ser empregado formal a pertencer ao exército industrial de reserva. Da mesma forma é de se esperar que o produtor familiar prefere ser subsumido ou subordinado ao

nas quais ainda se verifica um desenvolvimento capitalista mais débil, grandes parcelas da população se sentiriam beneficiadas por ao menos poderem se articular de alguma forma ao capital, mesmo que de forma subordinada.

De fato, a agricultura familiar encontra-se em constante busca de uma maior integração ao mercado e à produção especificamente capitalista, não contrariando, portanto, as tendências mais gerais das necessidades do capital. Contudo, mesmo que em distintos graus possui o controle dos meios de produção e dos processos de trabalho no interior de sua unidade. Assim, pode exercer uma autonomia relativa, que lhes permite alguma possibilidade de escolha de estratégias de reprodução.

Schneider enfatiza a "situação" do produtor familiar, tomando por base as decisões da unidade familiar, ao afirmar que é no interior da própria família e do grupo doméstico, através das próprias relações estabelecidas entre seus membros participantes, que se localizam as razões principais que explicam a reprodução de um certo conjunto de unidades e a desagregação, e o desaparecimento de outras. O autor afirma que é em razão das decisões que são tomadas pela família e grupo doméstico, face às condições materiais e ao ambiente social e econômico em que estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica e até mesmo cultural. (Schneider , 1999:117) [126].

Cabem, aqui, duas ressalvas: primeira, mesmo que se aceite que a tomada de decisão seja familiar, isso deve ser relativizado, dado que parece importante fazer uma distinção essencial: a)a organização do mercado reproduzida pelo movimento do capital é que oferece graus de liberdade estreitos de escolha das atividades que permitem a sua reprodução; b) as práticas da unidade familiar são determinadas pela própria vontade dos produtores dentro desses limites estreitos, impostos pelos capitais que aí operam.

Segunda, há vários autores que enfatizam a idéia de existência de uma ruptura no campo[127], capaz de implicar, inclusive, a unidade de análise relevante para a realidade que

---

capital do que ficar fora do circuito de produção e circulação do capital, principalmente porque dessa forma poderá se apropriar de parte do excedente, tão necessário a obtenção de seus meios de vida.

[126] Brun reconhece a importância na utilização da família como unidade de análise do setor agrícola, admite, porém, a dificuldade em articular tal conceito com categorias e econômicas as partir dos quais são armados os grandes esquemas explicativos da evolução da agricultura. Brun, A (1989).

[127] É importante chamar atenção para as dinâmicas mais gerais responsáveis pela divisão interna nas formas de organização da produção e do trabalho. Herviu (1990) apud Schneider, mostra que há cinco rupturas em relação aos padrões de desenvolvimento agrário consolidado há décadas que resumidamente podem ser descritas em: a)rupturas na ordem demográfica em função da queda na produção agrícola e seu conseqüente envelhecimento e uma queda no número de agricultores em relação a outros estratos sociais; b)ruptura no

se impõe, qual seja, a presença marcante de atividades não agrícolas no meio rural ou a pluriatividade.

Para Graziano, "o conceito de *part time* obriga a uma redefinição do conceito de unidade produtiva de referência, colocando a família e suas múltiplas formas de ocupação e de geração de rendas agrícolas e não agrícolas no centro da análise. Isso porque, o peso da renda agrícola é cada vez menos relevante nos rendimentos dos familiares rurais" (Graziano, 1999: 229-30).

Baptista também aponta para o fato de que "A identificação exploração-família como lugar de ancoragem assente na atividade agrícola foi, no entanto, decisivamente abalada pelas transformações das últimas décadas" Baptista (1994:3). Para o autor, verifica-se uma "reestruturação social que acompanhou a reestruturação agrícola" sendo que nesse contexto de reestruturações que se teria operado a "dissociação da família e da exploração" tornando-se necessário distinguir e/ou separar estas duas unidades de análise.[128]

Nessa linha de análise, deve-se perceber a exploração como uma estrutura produtiva que, ao utilizar recursos econômicos de produção, tecnologia, equipamentos, uma parcela de terra e, sendo que esses elementos para por em funcionamento um processo de produção de elevado custo de produção necessita de decisões que, nem sempre, são coletivas da família, apesar de aceitas por parte delas. Além disso, quando se considera o envolvimento de integrantes da família em outras atividades geradoras de renda, neste caso nada garante que estes rendimentos integrem para um montante de poupança familiar. Pode-se constatar que nem mesmo as aposentadorias recebidas são, usualmente, utilizadas nos processos de produção.[129]

Certamente, a individualização do trabalho na unidade agrícola não se mostra tão presente quando se considera a organização do trabalho em torno da atividade fumageira e de subsistência, porém, quando se considera a forte diversificação das rendas das famílias

---

modelo de agricultura familiar devido ao fato de haver apenas uma aparencia de agricultura familiar e não uma forma operativa como tal; c) uma ruptura entre agricultura e território em função da concentração da agricultura em zonas específicas e a marginalização de outras regiões; d) ruptura entre a agricultura e alimentação devido a queda do risco da segurança alimentar de tal modo que os agricultores não somente se ocupam com a produção alimentar e, e) ruptura entre a agricultura e meio ambiente que se consubstancia a partir do rompimento entre as atividades das famílias agrícolas e seu recursos naturais devido ao uso crescente de insumos agroindustriais e agroquímicos.

[128] Esta discussão também está presente em Fuller e Bollman (1992) etc.

pode-se pressupor que isso abre a possibilidade de imprimir uma "quebra" na gestão dos negócios da família ou, a centralidade da família nas decisões de cunho econômico e orientação do trabalho e alocação da renda familiar.

Em suma, a organização do trabalho é familiar; porém, as decisões da exploração passam a se individualizar.

A condução dessa perspectiva de separação, que ocorre no interior da unidade familiar, muitas vezes transcende a perspectiva de alocação interna de decisões sobre a exploração em si, mas nas opções de condução individual de escolhas. O que importa mostrar é que as rupturas que se visualizam no comportamento familiar decorrem das mudanças produzidas no seu seio, que redundam de uma maior possibilidade de inserção das unidades no mercado e, consequentemente, de uma maior inserção em atividades pluriativas.

O conceito de pluriatividade agrícola trás, subjacente, a idéia de uma menor dependência das famílias rurais em relação à agricultura, sendo capaz de mostrar a participação dos membros da famílias agrícolas em atividades exteriores a própria exploração agrícola, com a finalidade de contribuir para a manutenção (ou viabilidade econômica) da exploração. (Sanz, 2000:3)

Os termos "diversificação" e "pluriatividade" podem parecer sinônimos quando se consideram que ambos trazem a idéia de distintas formas de orientação das atividade. Contudo, a diferença essencial é que a primeira diz respeito à utilização dos próprios recursos da exploração, e a pluriatividade considera as atividades que independem dos recursos da exploração.(Sanz, 2000:4)

Füller utiliza conceitos definidos no projeto Arkleton Trust sobre mudanças estruturais e pluriatividade na Europa. Segundo Kageyama, uma das pesquisas mais importantes sobre a pluriatividade e as rendas não agrícolas teria sido levada a cabo por esta intituição de pesquisa[130]. Para a autora, a conclusão mais geral desse relatório é de que a renda dos estabelecimentos agrícolas não dependeria apenas das rendas do trabalho e dos investimentos agrícolas, mas também da possibilidade de diversificação das rendas a partir da utilização dos recursos disponíveis na exploração. Além disso, tomaria importância a

---

[129] Estas em geral, são utilizadas como precaução pelas famílias em forma de depósitos de poupança.
[130] Ver determinantes sócio econômicas dos Domílios Agrícolas no Brasil Arkleton Trust (Researh) Ltda.

possibilidade de encontrar trabalho no mercado de trabalho local e da possibilidade de obtenção e utilização dos benefícios sociais[131].

Esse mesmo relatório de pesquisa contém conclusões de caráter metodológico que a autora relaciona para o caso brasileiro, sendo que o principal deles é que:" a) além do conceito de pluriatividade como atributo do trabalho, talvez de maior importância para o caso brasileiro seja o conceito de rendas múltiplas, já que existem diversas fontes de renda não derivadas do trabalho..." Kageyama (2001:29) Trata-se, portanto, de conclusões que podem ser perfeitamente adaptadas ao caso em questão em que se observa uma orientação do trabalho familiar movido em busca de alternativas capazes de gerar um aumento a renda familiar. Contudo, esta busca se concentra no sentido de uma orientação mais local.

Há uma grande importância da agricultura na região estudada, mas a realidade tem mostrado de fato que as atividades agrícolas no meio rural, na região, vêm diminuindo. Nesse sentido, o árduo trabalho da exploração e o necessário manejo com insumos químicos e agrotóxicos podem conduzir a escolhas diferenciadas de trabalho. Muitos membros das famílias (em geral os filhos) foram categóricos em afirmar que não desejam seguir a "opção" de produção em que estão inseridos os seus pais, e percebem a manutenção do nível de escolaridade baixo em relação as pessoas que moram nos centros urbanos. Nesse sentido, percebem a existência de fatores inibidores de uma inserção mais ativa noutras possibilidades de mercado.

Ora, conforme já visto anteriormente, em um grau importante, verifica-se a manutenção de um baixo nível de escolaridade das famílias agrícolas, conforme já mostrado anteriormente, em parte devido a não exigência de uma maior escolaridade na atividade tradicional das famílias já que, nesse caso, não se traduziria em significativos diferenciais nos rendimentos para as famílias que concentrassem suas atividades apenas na fumicultura e produção para o autoconsumo.

Hoffmann (2002) mostra que a avaliação do efeito educação nos rendimentos das famílias, pode ser superestimado caso não incluam uma boa medida do capital (como por exemplo a terra) que as pessoas detêm. O autor mostra que " o logaritmo da área do

---

[131] Füller (1990) também aponta o fatod e que a renda não precisa ser, necessariamente, em dinheiro.

empreendimento é a variável com maior contribuição marginal para a soma dos quadrados da regressão.." Ao incluir as variáveis "posição na ocupação" e área do empreendimento na equação de regressão, mostra que a estimativa da taxa de retorno da escolaridade caia de 11,1% para 5,9% ao ano, no Brasil, e tomando por base os dados das PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), de 1999. Hoffmann (2002:2).

Portanto, há um conjunto de fatores que devem ser considerados quando se quer analisar as variáveis explicativas que implicam os rendimentos das famílias. Sabe-se que os rendimentos das famílias são muito influenciadas pela terra que elas detêm. Considerando a elevada participação do autoconsumo na renda familiar, é de se esperar que essas famílias (que não possuem terra) tenham um rendimento anual no qual, a parcela de autoconsumo sobre a renda familiar deve ser muito baixo. Se deduzida a parcela do arrendamento paga ao proprietário da terra, o rendimento sofre uma queda ainda maior.

Assim, verifica-se uma forte diferenciação entre os agricultores que orientam suas atividades na produção do fumo. Na verdade, trata-se de uma diferenciação dentro de um grupo que já é diferenciado. Noutras palavras, a diferenciação tão presente, em âmbito geral, no campesinato brasileiro, não cria um grupo homogêneo de produtores modernos. Nesse caso, está demostrado que a propriedade da terra não é a pré-condição fundamental para que o agricultor seja "moderno", ou "apto" para se articular. Contudo, a posse da terra constitui-se em um elemento diferenciador nos rendimentos das famílias, em que aqueles que a arrendam possuem um rendimento sensivelmente inferior.

Aqui parece importante destacar a visão de Paiyés (1993), cujo objetivo central da pesquisa foi mostrar o processo de diferenciação no interior da produção familiar integrada às agroindústrias processadoras de fumo. Para explicar a diferenciação o autor baseia sua análise em Goodman, Sorj e Wilkinson[132] para mostrar a necessidade que possui a agricultura moderna familiar em atingir pelo menos o limite mínimo de produção. Esse patamar mínimo refere-se ao tamanho que pode proporcionar um excedente monetário capaz de assegurar a valorização patrimonial e a melhoria do bem-estar familiar.

A contribuição principal de Payés foi mostrar que a idéia de patamar mínimo de produção explica adequadamente a desigualdade patrimonial. Para o autor, é esse patamar

---

[132] Goodman Sorj e Wilkinson percebem o patamar mínimo como sendo constantemente redefinido pelas inovações tecnológicas que advêm do movimento competitivo dos capitais industriais que acumulam, reestruturando a produção rural, seu processamento e seu próprio produto final. (p. 6)

mínimo que permite entender a diferenciação já que nem todos os "empresários familiares" conseguiriam operar com o patamar mínimo. Os motivos que levam o autor a conceituar o segmento pequeno produtor articulado ao complexo fumageiro como "empresário familiar" é caracterizado basicamente a partir das expectativas de trabalho:

> "Com efeito, ao perseguir a valorização patrimonial e não apenas a melhoria do bem-estar como camponês, age no mercado como empresário, investindo seu capital nas atividades com expectativas de maior lucro e menor risco. Todavia, diferentemente do empresário capitalista, também age avaliando as expectativas de trabalho direto das atividades alternativas." Payés (1993: 225)

Se, por exemplo, uma atividade alternativa permitisse expectativa semelhante de ganho, incerteza, liquidez e risco então a opção seria pela aplicação de seus recursos nas atividades que utilizem menor trabalho, Payés (1993:38) . Na verdade, é de se esperar que essa seria uma situação difícil de ocorrer dado que o cálculo do ganho envolve tantas variáveis que dificultam uma comparação de possibilidades de inversões. Além do que o *leque* disponível de possibilidades de escolha é pequeno, considerando a situação em que se encontram.

Não há receio em afirmar que os rendimentos obtidos pelas famílias na atividade fumicultora constituem-se no principal motivo de permanência das famílias na atividade. As perdas monetárias no caso dos riscos na produção são baixas[133], isso porque em torno de 90% dos fumicultores gaúchos são associados à AFUBRA, cujo seguro permite uma remuneração do trabalho, mesmo quando ocorre perda total da produção. O elemento negativo principal, como já observado, é o risco à saúde, mais do que o risco do negócio.

Já foi visto que as famílias permanecem na atividade não apenas por fatores que dela dependem, mas vale lembrar da dificuldade/impossibilidade de utilização de uma forma assalariada pelas empresas capazes de superar ou eliminar a superioridade do conhecimento relativo aos tratos culturais e a eficiência que as famílias possuem e igualmente capaz de representar um menor custo para as empresas.

Além disso, a baixa utilização de fatores de capital torna a produção muito intensiva em trabalho o que, somado aos superiores custos do trabalho noturno na obtenção

---

[133] Principalmente devido às chuvas de granizo.

da *commodity* final, certamente acabaria por diminuir a eficiência no processo produtivo e nos lucros totais.

Torna-se, assim, ainda mais clara a idéia de que a relação agricultura familiar fumageira/empresas agroindustriais não se restringe em ser funcional na acumulação industrial, mas é uma relação complexa, permeada, o tempo todo, por um jogo de forças sociais contraditórias, interessando aos agricultores familiares que encontram nela alternativas úteis à produção de seus meios de vida, mas que necessitam outras formas de ganhos monetários, dado que se percebe uma nítida insuficiência para que a agricultura familiar se restrinja exclusivamente a esse tipo de relação.

Os produtores familiares que se encontram inseridos no processo de articulação com as empresas fumageiras possuem uma renda inferior àquela que almejam obter. Isso se deve, em parte, à intensividade do trabalho na atividade e ao excessivo uso de insumos químicos na produção. Por outro lado, muitas famílias já perceberam que a apropriação de boa parte da renda gerada não é retida por elas. Isso contribui para a busca da diversificação de suas fontes de ganhos. Porém, a contratendência a isto advém da baixa possibilidade de inserção noutros tipos de atividades agrícolas dada a exiguidade de terra agriculturável que possuem, o que se soma ao fato de que as políticas tem sido quase exclusivamente agrícolas e não de desenvolvimento rural.

O que se quer destacar é que os movimentos de demanda crescente pelo fumo não são suficientes para que o produtor assegure sua possibilidade de comercialização, o que efetivamente conta é o fato do estabelecimento agrícola se especializar na especificidade que a produção exige, qual seja: a oferta regular e a qualidade desejada pelas empresas processadoras. Dessa forma, a possibilidade de comercialização somente existe e se sustenta quanto mais o estabelecimento agrícola se especializa.

Ora, um processo de aprimoramento e especialização exige um maior esforço da família na atividade principal, gerando tempo de dedicação ao trabalho para assegurar a comercialização. Isso torna mais difícil um tipo de diversificação produtiva/mercantil e implica um maior esforço familiar na produção de autoconsumo. A diversificação das atividades, tão almejada pelas empresas[134], conforme visto no capítulo 2, parece ser

[134] Fernandes Filho e Campos percebem, nas relações que se estabelecem entre as empresas processadoras do maracujá e os agricultores integrados, um interesse das primeiras, por aqueles produtores que além de interessarem-se em fazer uso de inovações tecnológicas modernas, também, utilizem fontes alternativas de

condição importante para uma menor remuneração do fumo em folha[135]. Essas afirmações anteriores, portanto, consideram que os agricultores que possuem maior capacidade ou potencial de articulação são os que se diversificam.

O aumento das exportações brasileiras articula-se com um maior aumento na produtividade. Independente das oscilações nos preços do fumo em folha, há um componente estrutural, que do lado do produtor, traduz-se na certeza de comercialização e, do lado das empresas, no processo acumulativo que rebate em uma otimização da produção. Assim, ocorre por parte dos produtores, uma aceitação da relação de articulação, independente das oscilações conjunturais dos rendimentos. O que efetivamente é importante é a possibilidade de resgatar parte do excedente gerado no processo como um todo.

Assim, a forma de estruturação do arranjo produtivo fumageiro tem permitido um crescente aumento do excedente, que pode repercutir sobre a parcela distribuída aos agricultores familiares, pois este, ao longo do tempo, cresce, ou seja, porque as crescentes inovações tecnológicas alcançadas pelo processo produtivo como um todo, permitem uma combinação de estratégias, resultando em uma acumulação crescente no setor e do volume do excedente.

Não há dúvidas de que, ao se tratar do arranjo produtivo fumageiro, visualizam-se importantes inovações em todas as fases do processo de produção (desde o cultivo das mudas até o produto final, o cigarro). A dimensão do excedente conseguido pelas empresas agroindustriais é, notoriamente, importante quando se reporta aos investimentos de P&D referentes ao desenvolvimento de novos cultivares, produção de mudas, controle de qualidade (no decorrer de todas as fases do processo de produção) e beneficiamento industrial de fumo. Na verdade, essas estratégias são ainda mais visíveis quando se tem em conta a concorrência entre as empresas processadoras transnacionais, que caracterizam o setor.

---

geração de renda. (...) a agroindústria adota ações como o compromisso de adquirir toda a produção por um preço mínimo; abertura para negociar preços com os produtores sempre que o preço de mercado se situar acima do preço mínimo; seleção daqueles produtores que estejam interessados em diversificar suas fontes de renda monetária da atividade de produção uma vez que estes poderiam ter interesse em se manter na atividade mesmo que a rentabilidade, em determinado ano, não se apresentasse satisfatória" (grifos nossos) (Fernandes, Santos,Campos e Alievi, 2001:4-11).

Parece correto afirmar, que quando isso ocorre, não necessariamente representa, igualmente, maior eficiência distributiva dos resultados advindos dessa forma de organização da produção para todos os agricultores familiares, ou seja, uma maior produção do excedente não garantiria *per si* a obtenção de parcelas crescentes deste, por parte dos agricultores familiares de fumo, se não representassem uma categoria de produtores organizados. O que é realmente decisivo nesse processo, é o fato da agricultura familiar fumageira, no tocante à especificidade de sua articulação com as empresas, ter conseguido uma organização em torno de interesses comuns, que redundam em reações e embates em momentos de insatisfação, principalmente com relação ao preços, como já visto no capítulo 2.

Parece lógico afirmar que a agricultura baseada na estruturação de complexos agroindustriais permite a criação de uma superior base tecnológica na maior parte dos produtos, podendo, por isso, levar a uma maior eficiência produtiva e, conforme visto anteriormente, gerando efeitos secundários de indução que aumentam as possibilidades gerais de emprego e renda para as famílias envolvidas no processo e que ampliam, na relação de articulação, famílias que não possuem terra alguma.

Assim, a agricultura familiar fumageira representa uma categoria com relativa diferenciação interna, tornando-se difícil caracterizá-la como composta de empresários familiares, apesar de estarem fortemente inseridos no mercado, buscando valorização do patrimônio obtido porém, seriam também, influenciados fortemente pelo "ambiente externo" que se modifica tanto quando no caso da ocorrência de perda do crédito Estatal, restrições a partir de campanhas antitabagistas, restrições tecnológicas ocasionadas pelo crescimento de custos de produção o que implica, sobremaneira, os rendimentos da unidade produtiva.

Os agricultores familiares ocupam um "lugar" no contexto do processo de acumulação geral do capital, sendo, portanto, pequenos empreendimentos sociologicamente sujeitos e representam importante papel no conjunto de estratégias do sistema como um todo. Mesmo que o caso em questão não abarque todas as pré-condições capazes de rotular as unidades produtivas fumageiras como pequenas empresas típicas

---

[135] Apesar de não se tratar de assalariados, em que quanto menor o salário maior o receio em perder o pouco que possuem, a opressão sentida pelas famílias torna-se visível, principalmente nos anos em que são páticados os menores preços que muitas vezes apenas cobrem os custos de produção.

presentes nas análises dos autores como Baran e Sweezy (1978), parece valer para o caso dos empreendimentos fumicultores as relações esboçadas acerca das relações entre o pequeno e o grande capital no capitalismo monopolista.

> *"...O elemento dominante, o principal móvel, é o mundo dos grandes negócios organizado por empresas gigantes...A pequena empresa se localiza na extremidade receptora, reagindo às pressões das grandes empresas e em certa medida modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e ainda menos de exercer uma iniciativa independente própria. Do ponto-de-vista de uma teoria do capitalismo monopolista, as empresas menores deveriam ser tratadas como parte do ambiente dentro do qual operam as grandes empresas, e não como um ator no palco".* Baran e Sweezy *(1978, :.60 – 61).*

Assim, apesar de no caso da produção fumageira haver uma forte subordinação – suas diferentes formas já foram descritas anteriormente - concentrar-se demasiadamente apenas nessa situação, não é suficiente, assim como dar uma sobre importância a idéia de autonomia destes produtores é certamente equivocado. Por isso, parece coerente a percepção de que, como uma categoria articulada ao capital ocupa um espaço de produção existente, cuja ocupação na forma que lhe é peculiar, contribui tal como todos os outros desmembramentos da organização da produção como parte integrante de um processo mais geral de acumulação. Guardadas, contudo, as especificidades que diferem nas distintas nações e que dependem também da natureza das empresas em questão.

Desse modo, há indubitavelmente, vantagens inerentes a uma divisão técnica do trabalho assim constituída.. Contudo, isso não permite a afirmação de que ocorre igualmente maior eficiência distributiva dessa forma de organização da produção. Na verdade, a "escolha" do segmento da produção a se lançar depende das condições objetivas de inversões que se consubstancia nas possibilidades reais de adiantamento de capital. Assim sendo, as empresas fumageiras operam exatamente naqueles setores em que os ganhos de produtividade são mais expressivos, aproveitando o fato de se defrontarem com um amplo leque de alternativas.

Com isso, a quase totalidade dos produtores agrícolas, objeto deste estudo, opera dentro de opções e/ou alternativas sensivelmente menores do que as grandes[136], porém, possuem autonomia relativa de "escolha" daqueles setores/atividades que lhes trazem maior retorno econômico dentro de condições ou "espaços"[137] dados.

Há, logicamente, uma desvantagem inerente ou peculiar que se traduz na impossibilidade de entrada em setores que requerem elevados custos de capital. Sugerindo-se, assim, em uma saída econômica que é a busca da utilização do trabalho da forma mais eficiente possível alocando-o ao setor formal da economia e de sua conseqüente venda da força de trabalho nos moldes especificamente capitalistas e/ou alocando o fator trabalho em atividades que aliam a utilização de recursos e oportunidades locais, operando, em geral, fora dos mercados competitivos regulados.

Verifica-se, assim, que a produção familiar não consegue lançar mão de muitos dispositivos altamente explorados pela grande produção, que é a orientação a totalidade das opções presentes no mercado produtor de bens e serviços. A pequena produção, além de operar em contornos econômicos de atuação restritos, também não conta com o apoio público que permita uma avaliação mercadológica como processo constante, capaz de orientar suas ações no intuito de que isso, muitas vezes, possa ser efetuado, independente de representar um aumento de produtividade, mas atuando em nichos pouco explorados. O que se defende aqui, é que há a necessidade premente de modificar o modelo assistencial técnico ao pequeno produtor, ao qual "escapa" a direção eficiente de estratégias e formas de inserção no mercado[138].

Assim, esse é um ponto central que defendemos na presente tese: percebe-se uma ineficiência na produção familiar decorrente da falta de incentivos governamentais para o desenvolvimento de estratégias de produção mais otimizadoras, capazes de permitir ganhos monetários momentâneos, ou até mesmo crescentes. Tais resultados não necessariamente precisariam incluir a busca de ganhos de produtividade nas opções de produção das

---

[136] As "opções de mercado" tornam-se ainda menores quando se consideram conjunturas desfavoráveis como o desemprego nas cidades, em que os produtores prescindem da possibilidade de contar com esta alternativa, ou seja a de transformarem-se em assalariado no meio urbano.

[137] Trata-se de espaços econômicos e não espaços geográficos.

[138] O fato da pequena produção se reproduzir no capitalismo, não significa que ela tenha que ocupar um espaço vital no processo de acumulação. "Mas Qual Reforma Agrária. (Graziano da Silva)

unidades familiares; mas, fundamentalmente, um aproveitamento maior das novas oportunidades de mercado que surgem no "novo rural brasileiro".

É indubitável, porém, que essa forma otimizadora da produção familiar incidiria positivamente no aumento da renda. A agricultura familiar articulada ao Complexo agroindustrial do fumo, no tocante à parte específica da produção do fumo em folha, encontra-se em um processo constante de melhoria na eficiência da produção, até porque se assim não o fosse, certamente abriria a possibilidade de mudança na própria forma de relação (podendo contratar assalariados formais) com as empresas fumageiras.

Aqui, parece importante frisar dois pontos: a) compreende-se que a orientação para o mercado, de forma mais genérica, deva ocorrer em toda a unidade de produção familiar, podendo até, para determinados casos, representar uma completa saída de agricultores da produção fumageira para outras atividades; e b) no caso do cultivo de fumo e da posterior venda, às empresas fumageiras representar uma "opção viável" de produção para um determinado "perfil" de produtor, há que se buscar uma ênfase maior à forma de inserção eficiente no mercado do "tempo livre" das unidades familiares[139].

Nessa perspectiva, a agricultura familiar fumageira, apesar de ocupar espaços restritos de atuação nas atividades exteriores à produção do fumo em folha, deve considerar sempre as possibilidades de mudanças nas oportunidades, considerando que estas "brechas" podem assumir formas em constante mutação. Além disso, essas possibilidades podem não circunscrever-se apenas em venda da produção excedente oriunda de uma alocação eficiente da produção. O que lhe pode garantir um aumento da renda familiar é a venda de sua força de trabalho excedente. Lembrando que sua produção para o mercado é exclusivamente do fumo, sendo a outra parcela orientada para o autoconsumo .

Martine (1990, p. 20-21) ressalta a permanência da produção familiar nos cenários mundial e brasileiro, esboçando o que, na sua visão, seriam as principais razões explicativas da persistência da produção de pequena escala, quais sejam: a) o uso mais intensivo de todos os fatores de produção à sua disposição; b) a natureza do "risco" inerente à agricultura; c) a não eliminação da importância do saber camponês; d) o fato de a utilização extensiva de máquinas serem incisivas apenas a algumas culturas e regiões.

---

[139] Considerando uma forma moderna de orientação para o mercado que não se circunscreve apenas às possibilidades de produção, mas também incluindo os serviços e as oportunidades de assalariamento de alguns integrantes das unidades familiares, no intuito de otimização dos resultados.

Esses fatores são relevantes na explicação das razões que levam à persistência das famílias pequeno-produtoras da região do vale do Rio Pardo- RS. Contudo, é importante ressaltar outros fatores endógenos e exógenos que influenciam em determinada prática, por parte dos produtores integrados ao complexo do fumo. Dentre os fatores endógenos, é preciso descobrir se os produtores anseiam apenas a subsistência ou sobrevivência, ou se os objetivos englobam o crescimento do patrimônio familiar, e aí, o que conta são suas possibilidades objetivas.

Os fatores exógenos devem considerar uma análise ampla que diz respeito à manutenção da unidade familiar em um contexto que não pode prescindir de uma avaliação do próprio grau de desenvolvimento das forças produtivas e do movimento do capital, da concorrência e das reestruturações produtivas que criam e recriam novos "espaços", novas articulações e novas demandas.

A realidade da produção capitalista, em muitos casos, demonstra que há um verdadeiro fracasso na organização de um sistema de produção superior, capaz de competir com a produção familiar. Essa realidade demonstra que independente do estágio de desenvolvimento do capitalismo e, muitas vezes inclusive propulsionado por este mesmo, engendra formas extremamente modernas de produção, sendo desta forma que a agricultura familiar sobrevive e permanece. Na verdade, os riscos, incertezas e descontinuidades imanentes ao processo de produção agrícola são apenas explicações que auxiliam na elucidação do porquê da "opção" dos grandes capitais em se concentrarem nas atividades industrias e não na agricultura. Segundo Rangel (1963), para o caso das empresas industriais, quando ocorre uma crise de demanda, é mais fácil para as empresas aumentarem a capacidade ociosa de seus empreendimentos diminuindo as perdas.

Parece importante a idéia esboçada por Goodman sobre a incapacidade do capital em organizar um sistema de produção superior para corroer a capacidade produtiva da produção familiar, Goodman (1987:133). Assim, a parte agrícola da produção da agricultura familiar, na especificidade do estudo de caso desta pesquisa, pode ser explicado a partir da idéia de que ocorre uma "intratabilidade da agricultura para processos de produção capitalistas". Nesse sentido, o obstáculo intratável à produção capitalista seria essencialmente técnico. O grau de controle sobre o produtor direto seria secundário em

relação à falta de controle sobre a base orgânica do processo produtivo. (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1987:140)

O que se pretende reforçar é que a produção familiar não compete com a produção capitalista. Ao contrário, é parte fundamental no processo de acumulação, apesar de isso não se dever, em geral, ao fato desta ocupar os espaços de forma mais eficiente do que a grande produção, mas por simplesmente ocupar os espaços deixados por ela. No caso da agricultura familiar fumageira, pode-se esperar sim, que ela é uma forma mais eficiente àquela outra possibilidade, a qual consistiria nas formas usuais de compra e venda de trabalho.

A literatura internacional e nacional sobre a pluriatividade e o trabalho em tempo parcial na produção diversificada são bastante amplas. Há, também, uma razoável utilização da categoria agricultura familiar - que anteriormente, apenas restrita aos círculos teóricos, passa a se constituir nos anos recentes em uma expressão de circulação ampla presente, largamente utilizada no meio acadêmico, em documentos oficiais e na imprensa em geral - contudo, poucos são os esforços no sentido da busca de articulação dos dois temas.

Segundo Schneider (1999:74), até meados da década de 1980, os termos *part time farming e pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos entre os cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo era mais ligado à tradição acadêmica francesa. Kageyama também se preocupa com a pouca precisão e uniformidade conceitual dos termos tempo parcial e pluriatividade:

> *"...o tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Mais ainda: é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade ("agricultura de tempo parcial") ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa. O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com a pluriatividade, enquanto que o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análises de subemprego e subocupação..." (Kageyama, 1998:517).*

Assim, por exemplo, poderia admitir-se a possibilidade de exercício de inúmeras atividades de determinado integrante familiar em uma meia jornada de trabalho e, a outra

metade da jornada poderia estar ocupada com trabalho exclusivo para a subsistência. Mas isso remete a outra questão: é possível encontrar pluriatividade em atividades de subsistência? Parece lógico que não. Mas isso sugeriria um exercício teórico que, na prática, não esclareceria em muito, pois é de se esperar que no atual estágio de desenvolvimento, a magnitude da produção exclusivamente de subsistência praticamente inexiste.

Precisando ainda mais os conceitos de pluriatividade e de trabalho em tempo parcial, cabe afirmar, com base na literatura levantada, que se for verificado que para a família pequeno produtora, ao menos um integrante tiver uma atividade em tempo parcial fora da unidade de produção, então, essa unidade familiar já pode ser considerada como sendo pluriativa. Contudo, o inverso nem sempre é verdadeiro, ou seja, a presença de pluriatividade pode ocorrer mesmo que nenhum integrante exerça algum tipo de atividade em tempo parcial.

Tendo sido caracterizado conceitualmente a pluriatividade e a agricultura em tempo parcial, torna-se fundamental buscar compreender as razões que levam a esse movimento no caso da agricultura familiar articulada ao CAI do fumo. Vejamos antes as razões que orientam os agricultores em geral, na busca por outras atividades geradoras de renda na visão dos principais teóricos que se ocuparam com essa temática.

Para Reardon et al. (1998), a diversificação das rendas está diretamente vinculada ao "ambiente de risco" das famílias rurais. Para o autor, num ambiente de risco, como é o caso da agricultura, as famílias rurais decidem alocar (ao menos) parte de sua força-de-trabalho em atividades não-agrícolas devido as seguintes razões: os retornos relativos são melhores no setor não-agrícola, a partir de certa escala mínima de operação; a sazonalidade das colheitas e os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola tornam a renda vulnerável e impedem estratégias adequadas de estabilização; a diversificação de atividades pode constituir uma estratégia *ex-ante* para evitar os riscos de instabilidade de renda; a família pode necessitar de recursos monetários imediatos para comprar insumos, o que nem sempre é garantido pelas receitas descontínuas da agricultura."[140]

---

[140]Reardon (1999) mostra, também, a importância da capacidade dos membros do domicílio em assumir as atividades não agrícolas, neste sentido, conforme apontado anteriormente, certamente a baixa capacidade no que diz respeito aos agricultores da região estudada ocorre devido ao baixo nível educacional e ausência de poupança que permitam outras inversões. Deve-se lembrar que a maior parte do capital fixo (terra e estufas),

O retorno da atividade agrícola no caso da produção fumageira é razoável frente as demais "opções" agrícolas de produção. Nesse caso, o "risco" no Curto prazo está relacionado ao preço do produto e no Longo Prazo à continuidade do processo de produção fumageira. Nesse caso, também, a compra dos insumos agrícolas não depende da ocupação em outras atividades, uma vez que os custos dos insumos são deduzidos do pagamento pelo fumo no ato da venda às empresas fumageiras.

O fato é que pluriatividade, isto é, a combinação de práticas agrícolas e não agrícolas, é um fenômeno cada vez mais presente no meio rural brasileiro, não se restringindo apenas à produção diversificada. A realidade atual mostra ser praticamente impossível uma vida digna, pautada em ganhos monetários provenientes de atividades exclusivamente agrícolas, isto, mesmo quando se trata de agricultura familiar articulada a complexos agroindustriais, altamente intensivos no fator trabalho.

Os dados publicados por Graziano da Silva (1996:180) demonstram que o trabalho não-agrícola está cada vez mais presente no meio rural, tendo crescido quase 70% na década de 80. Em 1990, em torno de um terço da População Economicamente Ativa encontrava-se ocupada em atividades não-agrícolas.

O fenômeno da pluriatividade não se encontra presente somente nos países desenvolvidos, ocorrendo muito fortemente, também, em países em desenvolvimento como o Brasil. Nesse contexto, o meio rural ganhou "novas funções", além das atividades agropecuárias e agroindustriais decorrentes de "novas atividades rurais", agrícolas e não-agrícolas. Graziano da Silva (1999).

Há que se ter em conta, ainda, conforme esse autor, que as novas atividades não são exclusivas do meio rural, ocorrendo também no meio urbano, e são decorrentes, em grande medida, do desemprego crescente do trabalho qualificado, e em contrapartida, do aparecimento de novos serviços. O surgimento do fenômeno que denota o crescimento de novas atividades no meio rural consubstancia-se a partir do aparecimento de novas atividades agrícolas, que nem sempre envolvem a utilização da terra, tendo também como origem da maior parte do valor agregado, o setor serviços.

Apesar de muitos processos de produção no meio rural economizarem ou até precindirem do elemento terra, no caso específico da região fumageira do Vale do Rio

---

já existem de longa data e, devido ao fato de já terem sido amortizados constituem-se em elementos que

Pardo, esta – apesar de não necessariamente precisar ser muito fértil[141] – é ainda fundamental para que a família obtenha seus principais meios de vida. Na verdade, o que se observa é uma verdadeira busca por terra a partir de formas de arrendamento, não por aquelas famílias que já possuem determinada quantia dela, mas principalmente pelas famílias que não as possuem[142], conforme visto anteriormente.[143]

O fato é que, na atualidade, grande parte das novas atividades, que nascem no meio rural, prescindirem de grandes extensões de terra, isso remete novamente à questão que envolve a caracterização do pequeno produtor, que não pode ser vinculada (no contexto atual, mais do que nunca), apenas à quantidade de área física de terras que possui, ou do elemento quantitativo do tamanho da propriedade. Wilkinson (1986) incorpora dois elementos sociológicos na sua definição: 1) a renda total da famílias e não apenas a renda agrícola e, b) a forma de organização da unidade de produção que deve estar baseada "essencialmente" no trabalho familiar.

Outro aspecto que mostra a importância menor do elemento terra na determinação do tipo específico de propriedade, assenta-se no fato de que o meio rural abarca cada vez mais, atividades e rendimentos que não dependem da extensão da propriedade, pois crescem as atividades de serviços e outras atividades não agrícolas em seu meio devido, fundamentalmente, ao processo de "urbanização da agricultura".

Segundo Graziano da Silva (1995), de 1970 até o início dos anos 80, houve um processo de urbanização da agricultura, ocorrendo grandes migrações inter-regionais, o que resultaria, na verdade, em uma urbanização do trabalho rural. Nos anos 80, verificar-se-ia uma mudança na tendência migratória anterior, ocorrendo uma forte redução das

---

reforçam a relação de articulação.

[141] Vários produtores são enfáticos em afirmar "...a minha terra só dá pro fumo.". Apesar disso, sabe-se que a história do desenvolvimento capitalista mostra que a fertilidade natural do solo não é fundamental no desenvolvimento capitalista. Marx o Capital livro 1 vol 2. Subjacente está a idéia de fundo mais filosófico que indica a inversão histórica em que a natureza que inicialmente fora um pólo dominante passa, gradativamente a se tornar o pólo dominado. Uma maior acumulação em geral se impõe quanto mais o homem se liberta dos limites impostos pela natureza. Algumas abordagens acerca deste assunto podem ser encontradas e "O que é a questão agrária" J. G. da Silva e nas obras de Goodman Wilkinson e Sorj "Das lavouras as biotercnologias

[142] Isto é, por aquelas famílias que apenas possuem uma pequena casa sobre um terreno que impossibilita qualquer tipo de possibilidadede exploração agrícolas ou de pecuária.

[143] Embora a área média dos estabelecimentos familiares ser muito inferior aos patronais - a área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 hectares, enquanto a patronal é de 433 hectares – uma análise que se resumisse a esta caraterização seria insuficiente.[143]

migrações inter-regionais, e um crescimento no interior das regiões ou intra-regionais, dando origem a um "novo rural brasileiro", o rural passa a se urbanizar, de tal modo, que no espaço rural, mais de 2/3 das pessoas residentes não possuem nenhum vínculo com a atividade agrícola e cuja renda das famílias tem origem exterior à exploração. Na região fumicultora, praticamente todas a unidades produtivas possuem vínculo com a agricultura Porém, crescem as atividades não agrícolas e diversificam-se as fontes de renda, conforme mostrado, anteriormente.

Os principais motivos que explicam as razões pelas quais o rural se urbanizou, para Graziano da Silva (1996), é de um lado, pelo processo de industrialização da agricultura com a consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) e, fundamentalmente, pelo transbordamento do mundo urbano no espaço definido como rural. Além disso, a crise agrícola (ocorrida devido à queda dos preços das principais comodities) impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Por outro lado, o aumento da produtividade, devido à incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra na agricultura, traduziu-se numa forte exclusão do processo produtivo dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais, que encontram enorme dificuldade de readapatação no mercado de trabalho. Nesse contexto, também a crise ajudou na consolidação do processo, porém, o que define mesmo esta tendência são, fundamentalmente, os novos padrões de consumo, originando "novas demandas".

No Brasil, na maior parte dos casos, as atividades da agropecuária estão se tornando cada vez mais atividades de tempo parcial, porque a renda gerada no interior da unidade produtiva não é suficiente para manter as famílias em condições dignas de vida. Barlet (1986) afirma que as razões para a utilização da agricultura em tempo parcial, envolvem uma mistura de benefícios de renda e estilos de vida, além do surgimento de uma rejeição da agricultura em tempo integral, devido ao alto risco e baixo retorno da atividade. Isso sugere que não há uma determinação única que caracterize o trabalhador em tempo parcial, concordando, portanto, com Graziano da Silva (1999), que não o considera como um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina práticas agrícolas com não-agrícolas.

Para o autor, portanto, o movimento principal que se orienta no sentido de tornar as atividades agropecuárias cada vez mais em atividades de tempo parcial, não decorre

apenas do fato de as atividades agrícolas não demandarem todo o tempo disponível, mas, também, fundamentalmente, por não gerarem renda suficiente para a manutenção das famílias em condições dignas de vida. A evolução da PEA rural e da PEA agrícola nos anos 80, demonstra que houve crescimento da primeira muito superior ao crescimento da segunda, isso explicaria o surgimento de novas ocupações no meio rural não eminentemente agrícolas.

Graziano da Silva (1999: 18-19), ressalta ainda a importância das rendas não-agrícolas nos anos 80, que: 1°) as rendas provenientes da atividades não agrícolas elevam as rendas médias das pessoas residentes no meio rural e; 2°) as rendas médias das atividades não agrícolas das pessoas que moram no campo, estão mais próximas de seus pares urbanos do que as das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Ao testar as aberturas geográficas das novas PNADs, Graziano da Silva (1999: 59-79) percebe uma nova delimitação do rural e do urbano no Brasil. Segundo o autor, as aberturas das PNADs permitem uma caracterização muito mais acurada das relações rural/urbano nos anos 90. Os novos recortes expressam um *contínuum* rural-urbano, de forma que a distinção entre o rural e o urbano tem cada vez maior relação com o tipo de atividades exercidas pelos indivíduos que aí residem. Trata-se da idéia de um *contínuum* espacial, sejam na suas dimensões geográfica e territorial, como nas suas dimensões econômica e social.

Têm-se, assim, um campo importante de análise das novas relações econômicas que se estabelecem no interior de um rural, que também no Rio Grande do Sul é cenário crescente de atividades diversificadas agrícolas e não agrícolas, conforme visto anteriormente, as análise mais específicas sobre essas atividades no rural, todavia, relacionando a dinâmica rural local com os processos extra-locais. Uma abordagem desse tipo permite detectar os movimentos locais sem perder de vista os vínculos mais abrangentes estabelecidos com os processos extra-locais, tais como as organizações, sindicatos, o Estado etc.

Apesar da importância do supra-exposto, as análises agregadas permitem mostrar uma radiografia mais geral desse movimento, mesmo com todas as limitações nos dados já demonstradas anteriormente. Schneider e Navarro (1999) abordam o desempenho das

diferentes ocupações da população rural gaúcha na década de 1980 e a maior parte da década de 90 (até 1997).

Nesse sentido, apontam para dois movimentos centrais: a) forte presença do trabalho familiar nas formas de ocupação conta-própria e não remuneradas e, b) queda das ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas nos anos 80. Em 1990, essa tendência continua inalterada; porém, com uma maior redução das atividades agrícolas, ou seja as atividades não agrícolas diminuíram menos na década de 90.

Desde o início da década de 80, o emprego doméstico e a construção civil são os setores que ocupam a maior parte da população rural não-agrícola. Essa situação permanece inalterada também para a maior parte da década de 90. Os autores mostram, também, a ocorrência de uma diversificação produtiva no espaço rural congregando pequenas atividades e serviços e exercidas por pessoas de baixa qualificação. Mostra, também, que a agricultura continua tendo um papel importante, porém não é a única forma de renda das famílias. Mostra que há um desempenho favorável na indústria de alimentos que se deve "agregação de valor a produção agrícola *in natura*.

Há uma ênfase na análise desses autores de que as novas ocupações no espaço rural gaúcho, quando comparadas às tendências mais gerais para o Brasil - em que predominam as "novas profissões" exercidas por indivíduos cuja força de trabalho exigida é de baixa qualificação, como é o caso dos serviços domésticos, dos balconistas dos ajudantes e serventes, entre outros – mostram fortes oscilações no período considerado. Além disto, apontam para a emergência de um importante aumento da categoria dos professores primários (devido a criação de novos municípios) e outras oscilações também se aplicariam a outras profissões tais como: forneiros em olaria e os ambulantes.

A partir das análises das PNADs, ou autores mostram que houve uma expressiva participação de pessoas ocupadas em atividades não remuneradas e por conta própria em atividades agrícolas sempre foram uma categoria importante no RS. Contudo nas décadas de 80 e 90, mostram que houve uma queda expressiva de sua participação de –2,5% na década de 70, para –2,8% na década de 80. Considerando outro dado, houve uma queda significativa na categoria dos "não-remunerados" no mesmo período, isto indicaria uma diminuição no número de pequenos proprietários no RS, especialmente daquelas unidades que funcionam com base no trabalho da família.

Outro aspecto ressaltado é de que as ocupações conta-própria em atividades agrícolas caiu para 11,4% em 1980 e –1,7% em 1990. As ocupações conta própria em atividades não-agrícolas tiveram um acréscimo de 7% ao ano segundo os dados da PNADs de 1992 a 1997 o que parece um dado relevante, porém há uma pequena expressão no conjunto das ocupações não agrícolas que em 1997 era de 5,4 em relação ao total da população ocupada.

Por sua vez, a queda do número e empregados ocupados na agricultura (-5,9% ao ano) estaria relacionada às pressões econômicas enfrentadas em setores produtivos onde geralmente é utilizada a força de trabalho contratada, principalmente na cultura do arroz e em menor escala na produção de fumo e outros cultivos[144].

Com relação à categoria dos empregadores, sempre houve uma baixa expressão desta categoria no conjunto da população rural ocupada no Rio Grande do Sul. Contudo, de 1992-97, houve um crescimento dessa categoria de 14,7% em atividades não agrícolas

Com relação à dupla atividade, isto é, pessoas que vivem no meio ramo de prestação de serviços no meio rural e, que além de uma atividade principal possuem outra atividade geradora de renda, os autores destacam a importância quantitativa dos duplo ativos no RS em relação aos outros estados. Em relação ao total da PEA rural gaúcha, em 1997 existiam 22,6% de pessoas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas.

Segundo os autores, considerando as formas de ocupação das famílias rurais, de 1992 a 1997 quase a totalidade das famílias gaúchas[145] vive em áreas exclusivamente rurais colocando o fenômeno da urbanização no meio rural: "...em situações muito específicas" noutras palavras seguindo uma tendência diferenciada nos outros estados do país. O que segue a uma mesma direção da tendência nacional diz respeito ao elevado percentual das famílias rurais conta-própria residindo no campo ou seja 12,8% do total".

Em 1997, o número total de agricultores familiares no RS (292 mil famílias domicílios rurais com até dois assalariados permanentes) foi superior ao número de famílias

---

[144] Não há dúvidas de que uma das principais causas do aumento do desemprego agrícola nos anos 90 diz respeito a crise da orizicultura. Sabe-se que o setor vem passando por uma série de problemas desde o início dos anos 90, advindas da abertura econômica e da queda das barreiras tarifárias depois da criação do Mercosul, as quais tem prejudicado a competitividade do arroz gaúcho que possui custos de produção superiores aos dos países vizinhos.

[145] É bom lembrar que o conceito de família utilizado é o da "família extensa" sendo portanto uma unidade analítica mais abrangente do que a anteriormente utilizada pelo IBGE.

rurais sem terra no estado (215.000), diferente da tendência nacional em que os familiares tendem a diminuir e os sem-terra aumentam.

São portanto, essas as linhas gerais do desenvolvimento das novas formas de ocupação e emprego as quais, certamente passam por alterações significativas na evolução dos processos de trabalho no campo, cujas implicações, também verificadas para o caso dos produtores da fumicultura concentram-se, fundamentalmente, no elevado número de trabalhadores conta-própria, a presença marcante da dupla atividade e o aumento dos sem-terra que são envolvidos de forma crescente na produção fumageira.

3.2 A agricultura em tempo parcial na fumicultura

Ao contrário do que ocorre no Brasil, a literatura internacional é bastante ampla no estudo do trabalhador em tempo parcial ou part-time, como um tema específico. Aqui, a sua discussão além de escassa é abordada *an passan* nos textos que em geral a inserem dentro de uma problemática mais geral da pluriatividade, o que sem dúvida pode ser assim tratado uma vez que, a presença de um trabalhador em tempo parcial em uma família isso, *per si* já a torna pluriativa. Trata-se, portanto de conceituações diferenciadas em que a segunda noção é mais adequada quando da análise da família, pois a agricultura em tempo parcial, em geral, refere-se apenas ao chefe da família, circunscrevendo-se, portanto, a um fenômeno individualizado.[146]

De um lado é de se esperar a ênfase de estudos bem mais amplos naqueles países, até porque os processos de mecanização e a modernização da agricultura naqueles países se encontram em um estágio bem mais avançado. Contudo, desconhecer ou desconsiderar essa realidade significaria ausência de subsídios para o desenho de políticas que abarcam a parcela da população que se inserem nesta especificidade de inserção no mercado.

Um dos estudos pioneiros sobre a agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo foi escrito por Marcondes (1962). O autor conceitua o agricultor em tempo parcial como aquele que "sistematicamente emprega parte do seu tempo e de sua família nas lides

agrícolas, auferindo alguma renda quase sempre inferior àquela que regularmente retira de uma outra atividade profissional ou econômica". Subjacente à visão do autor a detenção da terra deve estar fora dos limites urbanos e as motivações podem englobar tanto "hobby" como finalidade econômica (Marcondes 1962: 31).

Apesar do autor reiteradas vezes apontar para a importância deste fenômeno como forma de satisfação familiar, mostra que a ampliação desse segmento da população rural, aumenta em função do crescimento da industrialização e da urbanização. A maior parte daqueles que fazem parte desse grupo no Estado se São Paulo seriam os pequenos proprietários que perfaziam, na época, mais de 2/3 dos agricultores do estado e se localizavam, principalmente, ao redor dos grandes centros comerciais e industriais.

Em uma pesquisa exploratória, realizada em julho de 1999, na região do vale do Rio Pardo, verificou-se a presença do trabalhador em tempo parcial, uma vez que, uma parcela dos produtores de fumo estão trabalhando como assalariados temporários nas próprias empresas fumageiras, certamente porque as condições de terra e trabalho para a maior parte das famílias são insuficientes para a sua reprodução. O que se quer mostrar, porém, é que este agricultor não é apenas forçado a vender sua força de trabalho, mas ele se constitui em uma peça de uma engrenagem maior, em que a venda temporária de sua força de trabalho contribui na viabilização dos diferentes capitais produtivos e financeiros interligados..

Tais constatações, já foram descritas por VARGAS, SANTOS FILHO & ALIEVI 1998:14:

> *"Atualmente, a relevância econômica do setor fumageiro para a região do Vale do Rio Pardo pode ser verificada tanto no que se refere a sua importância no emprego industrial como pela sua arrecadação de ICMS. Segundo dados da Afubra (1998), cerca de 160 mil famílias (em média com 5 integrantes cada), trabalham com o cultivo do fumo. O setor responde pela contratação de 52 mil empregos temporários (safristas) e em torno de 14 mil pessoas, incluindo produtores rurais, empregos efetivos e temporários, transportadores, postos de venda, fabricantes e distribuidores de insumos agrícolas e fornecedores da matéria-prima principal (fumo em folha)". (VARGAS, SANTOS FILHO E ALIEVI, 1998:14).*

---

[146] "... se difundem as noções de agricultura em tempo parcial (do inglês *part time farming*) e de pluriatividade (do francês *pluriativité*). A propagação dessas – surgidas na década de 1940, esquecidas durante um bom tempo e reabilitadas na década de 70 entre os estudiosos da questão européia ...)

A consolidação desse processo de desenvolvimento da atividade fumageira na região, criando possibilidades de trabalho que vão além da produção agrícola, tomou impulso, principalmente a partir da década de 70, período em que ocorrera uma aumento substancial da demanda de fumo em folha no mercado internacional, impulsionando e ampliando consideravelmente a instalação de fábricas no município de Santa Cruz do Sul.[147]

> *"A Souza Cruz é a principal empresa beneficiadora de fumo do complexo fumageiro local... a empresa tem investido pesadamente nos últimos anos no aumento de suas capacidade de armazenagem e beneficiamento de fumo no município de Santa Cruz do Sul. Este processo iniciou ainda na década de 80, com a construção de uma área de 24.000 m de armazéns refrigerados destinados à estocagem de fumo in natura comprado dos produtores no período de safra, evitando a deterioração de sua principal matéria-prima e permitindo uma flexibilização considerável no período de processamento. Em 1997, a empresa concluiu a construção do maior centro de processamento de 120 mil toneladas por ano, que representou um investimento de US$ 81 milhões. Do total de volume de fumo processado pela empresa, cerca de 60% é utilizado para alimentar a sua fábricas de cigarros no país e o restante é exportado. A Souza Cruz detém hoje mais de 80% do mercado nacional de cigarros e iniciou recentemente a construção de uma nova fábrica no município de cachoeirinha" (VARGAS, SANTOS FILHO E ALIEVI (1998: 19).*

Isso permite afirmar que, em grande medida, a pluriatividade encontrada em Santa Cruz do Sul, é gerada pelo estágio de desenvolvimento regional alcançado, o qual, ao ampliar o mercado potencial de bens finais, não aumenta somente o leque de possibilidades de produção local, de mercadorias de consumo peculiares ao consumo brasileiro em geral, mas que de forma estrita requer a produção de mercadorias especificas de consumos tradicional e regional, dificilmente produzidas em outras regiões.

Corroborando com o anterior, pode-se afirmar que em um período recente, verificou-se, na região, inúmeras festas típicas alemãs. A região do Vale do Rio Pardo conta com a maioria de sua população de origem alemã, o que vem estimulando a demanda por produtos tipicamente coloniais.

---

[147]Na área de processamento do fumo em folha, Souza Cruz, Universal Leaf e Dimon são as principais empresas do arranjo na medida em respondem, juntas, por uma capacidade de processamento de mais de 400 bilhões de quilos de fumoe mantem mais de 110 mil produtores integrados nos 3 Estados do Sul.

Portanto, parece ser esta uma pista importante para compreender as razões que levam os produtores fumicultores na busca de outras atividades. É preciso, também, buscar, à luz do estudo de caso, as atividades que se colocam, ou seja, é preciso verificar se estas podem ser caracterizadas como "novas", ou seriam atividades que já existem de longa data, mas que, atualmente, estariam sendo ocupadas pelos produtores tradicionalmente fumicultores. Em outras palavras, parece importante pesquisar se não se verifica, na região, a mercantilização do tempo livre, ou seja, se um conjunto de mercadorias que antes eram apenas valores de uso, estão, atualmente, se mercantilizando. Para isto, é importante descobrir a história dessas atividades.

Uma mudança total na orientação da atividade de uma parcela desses produtores, [148] inicia por um período de transição em que continuam produzindo fumo. Este período dura, em média, de três a cinco anos, prazo mínimo para que o produtor consiga perceber uma segurança no ganho futuro suficiente para a manutenção da unidade familiar.

Os agricultores familiares anseiam pelo aumento da renda familiar e buscam estratégias de sua reprodução. Porém, sua manutenção depende em muito, de seu aproveitamento das possibilidades do mercado, e de sua rápida orientação para as atividades maiores geradoras de renda. Entretanto, talvez seja esta uma importante deficiência presente no meio rural – até porque os incentivos estatais para o desenvolvimento de atividades no meio rural, além de escassos, apenas privilegiaram a atividade agrícola - que sempre se empenhou muito mais em desenvolver a produção e produtividade, não se importando com as novas possibilidades de rendas criadas, as quais oriundas do próprio estágio de desenvolvimento capitalista alcançado também nas zonas rurais, poderiam no mínimo postergar a vida de grande parte delas, e no máximo assegurar sua sede no meio rural.

As determinantes econômicas mais gerais, portanto, podem incidir positivamente (nos períodos de grande demanda por fumo em folha), e negativamente (no caso de uma queda na demanda) sobre a agricultura familiar.

Na verdade, a permanência de sua condição de produtores familiares depende, em grande medida, do alcance das políticas públicas, sendo que essas, por sua vez, não

[148] Tal constatação decorreu da realização de uma visita à região do Vale do Rio Pardo, em julho de 1999, na qual entrevistou-se representantes da Associação dos Fumicultores do Brasil e do Sindicato dos trabalhadores Rurais e, também, fumicultores da região do vale do Rio Pardo.

dependem da boa vontade dos governantes, mas do poder de barganha que reflete essencialmente a capacidade organizativa das famílias e de interlocução junto ao poder público.

Sanz (2000) mostra que, nas economias rurais e em certos países europeus, as rendas são cada vez menos dependentes da agricultura sendo que alguns desses processos teriam afetado diretamente a atividade agrária e outros teriam uma forte incidência sobre a população rural. Todas essas mudanças também se refletem sobre em novos conceitos que surgem de modo a definir essas situações.

Para o autor, o termo agricultura, em tempo parcial, não é uma medida objetiva da pluriatividade, pois pode fazer referência tanto a situações em que se visualiza a ocorrência de outro trabalho principal, como os casos em que esse não trabalho de tempo completo, na agricultura, simplesmente ocorre porque sua exploração é demasiadamente pequena.

Há que se considerar outras determinações econômicas que se contrapoem a esse movimento e que dizem respeito ao desemprego nas grandes cidades. A referência que se faz aqui é para mostrar como as determinações econômicas impoem limites às vontades individuais, impondo em certa medida, a volta ao meio rural. Esse retorno ao campo, por sua vez, somente se assegura a partir da busca de soluções que reforçem outras possibilidades que não somente aquelas eminentemente agrícolas, mas que atentam, também, para outras formas de inversão e/ou emprego, presentes em um mundo rural que, atualmente, apresenta-se diferente do que fora há algumas décadas. A realidade atual do campo impossibilita a visualização de uma agricultura familiar que não seja ao mesmo tempo pluriativa.

Mesmo no caso da produção articulada aos complexos agroindustriais, visualizam-se as práticas pluriativas, uma vez que, apesar das inovações tecnológicas serem características mais visíveis na indústria, por menor que seja o incremento da produtividade das culturas agrícolas em relação às industriais, ainda assim, há diminuição no tempo de trabalhos requerido à produção. No caso específico da agricultura familiar fumageira, verifica-se, também, uma liberação de trabalho, anteriormente dedicada, quase exclusivamente à cultura do fumo e às atividades de subsistência, para outras atividades agrícolas e não agrícolas e da própria venda da força de trabalho de alguns integrantes da

unidade familiar, isto é, na medida suficiente capaz de permitir, portanto, a prática pluriativa[149].

Assim afirmam Vargas, Santos Filho & Alievi:

> *" Dentre as principais vantagens relacionadas ao perfil da mão-de-obra local as empresas destacam o conhecimento tácito sobre a cultura do fumo (...). Este aspecto encontra-se relacionado não somente com a etapa da produção agrícola, mas também com a utilização de pessoal na etapa de classificação das partidas de fumo recebidas nas usinas de processamento durante o período de safra (Vargas, Santos Filho & Alievi, 1998:33).*

3. 3 Serviços que surgiram a partir da atividade fumicultora na região[150]

Uma análise acerca da verificação empírica da emergência de diferentes serviços na região fumicultora gaúcha, pode prescindir de um resgate rápido, acerca da temática já referida no capítulo anterior sobre os Complexos Agroindustriais. Nesse sentido, o que vale ressaltar é a ênfase já dada acerca do advento recente do setor de serviços como parte integrante dos diferentes entrelaçamentos/ vinculações da agricultura com os demais setores da economia.

Foi visto que a teorização acerca da noção da temática Complexos agroindustriais, – ou complexo agroindustrial para parte destes autores[151] – difere não tanto em termos do momento histórico em que esses apareceram no cenário nacional, mas fundamentalmente à forma de tratamento teórico com que é tratada a fase recente da dinâmica da agricultura brasileira.[152]

Sem a pretensão de entrar no mérito das vicissitudes que norteiam a noção embrionária subjacente a essa temática, o que merece ser destacada é a inclusão do setor

---

[149] Soma-se a esta possibilidade a realidade do ambiente externo que se traduz em uma variável, fundamental na compreensão dos motivos que levam os agricultores familiares (isto é mais nítido quando se trata dos filhos mais jovens) a debruçarem-se em outras atividades. Os próprios meios de comunicação, ao demonstrarem a vida nas zonas urbanas e as possibilidades de acesso às mercadorias dos grandes shopping centers, despertam, muitas vezes, nos jovens, não apenas a curiosidade, mas também os próprios anseios que se distendem não em proveito da atividade agrícola, e sim a outros atrativos e oportunidades característicos das zonas urbanas.

[150] Ver Anexo 2, que mostra as principais empresas pertencentes a região fumicultora gaúcha, a partir de um levantamento efetuado pelo Jornal Gazeta do Sul (1999).

[151] Tais como Guimarães (1979), Müller (1989) e Delgado (1985). Uma síntese da crítica a visão do macrocomplexo CAI pode ser encontrado em Silva (1996).

[152] Ver Silva (1996), capítulo 3.

serviços no interior dos complexos, o que exige que se ultrapasse da idéia de um complexo agroindustrial fechado em torno de um produto.[153] Assim, há que se pressupor vinculações que não se limitem àquelas meramente produtivas, isto é, das indústrias que vendem o D1 para a agricultura, e àquelas que processam os produtos oriundos dela. Nem mesmo simplificar a análise afirmando que o Estado propulsionou todo esse processo e de que as relações que estabeleciam quando da sua constituição, também valeriam para o período posterior da consolidação dos CAIs.

A emergência dos serviços, na região fumicultora gaúcha, decorre de fatores relacionados a movimentos de demanda, acompanhando as tendências mais gerais de novas atividades que caracterizam o cenário brasileiro atual, da possibilidade de inserção em novos nichos de mercado e de uma demanda específica, funcional ao requerimentos das empresas agroindustriais.

Por outro lado, e não em menor grau explicativo da emergência dos serviços na região fumicultora, diz respeito ao baixo ganho econômico oriundo da atividade fumageira de um grande segmento das unidades familiares da região, que são "empurradas" para outras atividades geradoras de renda que permitam a aquisição de seus meios de vida, o que é corroborado pela insatisfação das famílias com relação aos preços pagos pelo fumo em folha, vista anteriormente.

É, portanto, esse o motivo central que impulsiona muitos produtores a buscarem novas alternativas de renda[154], somada ao fortalecimento das novas iniciativas e oportunidades que começam a surgir no cenário local, principalmente os serviços criados a partir do próprio padrão de desenvolvimento da atividade fumageira na região. [155]

---

[153] Além da necessidade de se inserir na análise dos complexos os serviços, Graziano (1996) enfatiza a importância da abordagem neocorporativista por contribuir na discussão sobre os complexos, tratando-os como resultado histórico de uma concertação de interesses: de um lado, do Estado; e de outro as organizações, ambos representados pelos seus respectivos interlocutores.

[154] Etges mostra que a renda média bruta dessas famílias tem se situado em torno de R$ 9.300,00 ao ano, nas safras 99/2000 e 2000/2001 e a renda bruta atingiria em torno de 73% do total, perfazendo uma renda líquida de R$ 2.511,00 ao ano. Considerando o tamanho médio da família (3,4 tabalhadores) chega-se a uma remuneração de um terço do salário mínimo nacional, por trabalhador. Etges (2002:14).

[155] A nova dinâmica orientada no engajamento dessa população às novas atividades (prestação de serviços, comércio e indústria) são parte de um movimento mais geral de mudanças recentes no meio rural brasileiro. Uma abordagem ampla acerca das principais razões e caracterização do "Novo Rural Brasileiro", pode ser encontrada em SILVA G. (1999), e nas publicações do Projeto Rurbano na *home page:* http://www.eco.unicamp.br.

Tem crescido, na região do vale do Rio Pardo, a prática associativa, a qual é incentivada pela Secretaria da Agricultura da maior parte dos municípios da região e de outros programas de promoção de pequenos empreendimentos comunitários. Cerca de 70% dos investimentos feitos pela Secretaria da Agricultura da maior parte dos municípios da região, foram para associações. A grande marca da diversificação de culturas diz respeito à fruticultura (citros, uva, pêssego, banana e figo). Contudo, jornais locais e entrevistas com lideranças da região, demonstram que outras instituições privadas - a UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul) e outras instituições não governamentais de iniciativa das igrejas católica e evangélica de Confissão Luterana do Brasil:

Sítios de Recreio: com áreas arborizadas, churrasqueiras, camping, cavalos para passeio, praças de rodeio com atividades campeiras, locais para práticas de esportes e várias casas antigas restauradas com arquitetura típica de período de colonização alemã, que servem como pousadas.

Turismo Rural: existe há mais de um ano e engloba a visita a restaurantes com comida típica alemã em que são servidos vinhos feito nas próprias propriedades e que envolve a venda de cucas, pães, linguiças, bolos, schmier, derivados da cana-de-açúcar e outros produtos da *khuchenhaus*. Mais de 22 mil pessoas conheceram o patrimônio local, no primeiro ano de criação deste projeto turístico.

Turismo Rural Ecológico: cabanas com churrasqueiras em áreas arborizadas e disponibilidade de espaços para camping, práticas de esporte e pesque-pague. A exemplo de propriedade desse tipo, há no vale do Rio Pardo o chamado Sítio Sete Águas, circundado pelo rio Taquari Mirim, mais dois lajeados com quatro fontes e trilhas no mato para fazer caminhadas ecológicas, trilhas com cascatas, aluguel de cavalos para turistas, para visitarem as atrações locais que envolvem desde camélias centenárias e também, visitas a antigas igrejas católicas e evangélicas locais.

Agroindústria de Lacticínios: agroindústria de queijo, absorvendo a produção local engloba 20 produtores de leite que antes comercializavam com a Parmalat e Consuel e outras empresas de lacticínios com comercialização local nas feiras e horto-atacados e com a cidade de Caxias do Sul-RS. Segundo estimativas feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, essa iniciativa permite um ganho de 38% no litro de leite,

superior aos que comercializam para as grandes redes. Essa agroindústria entrou em funcionamento na forma jurídica associativa, desde julho de 1999.

Transformação de depósitos de lixo em áreas de lazer: cooperativas de catadores de lixo construção de lagos de decantação, tranformação de áreas de depósito anterior em jardins botânicos de espécies nativas.

Criação de suínos: desenvolvimento de todo um processo de suinocultura, desde a matriz, passando pela maternidade, terminação dos leitões, abate, fabricação dos embutidos e a comercialização e a produção de ração a base de mandioca.

Coovecruz Cooperativa de trabalhadores do vestuário: engloba produção terceirizada para indústrias como a Pitt e Sinvest. Essa cooperativa iniciou suas atividades em 1998 e conta com 21 associadas.

Horticultura: cresce o cultivo de hortaliças com orientação de centros de apoio ao pequeno produtor (CAPA) e Emater, com a produção de produtos sem agrotóxicos.

Calçados: filial 9 das indústrias do Vale dos Sinos (Dois Irmãos) com uma produção de calçados femininos para exportação para os EUA, com a criação inicial de 100 empregos no período inicial da instalação.

Industrialização de embutidos: é a primeira experiência de apoio do Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo que funciona da UNISC. O projeto começou ha três anos e um dos principais enfoques na industrialização de produtos embutidos fermentados de carne é o aumento da produção e a redução do tempo de confecção e com maior qualidade , possibilitando condições de competir com as grandes indústrias, que utilizam moderna tecnologia.

Fábrica de Alimentos Bistex: localiza-se nas margens da BR- 471 e produz mensalmente 500 toneladas de biscoitos e massas, exportando 15% da sua produção para o Uruguai, Paraguai, Cuba e Costa Rica e pretende aumentar o percentual exportado para 25%. Em torno de 70% de salgadinhos de bacon, da marca Bixtex, são vendidos para a região Sul, onde a empresa mais atua, são da marca Bistex. Outros produtos de grande aceitação no mercado são as pastilhas de trigo para fritar, os recheados, os biscoitos doces de mel e os extrusados de milho. A empresa busca lançar, em breve, uma linha de biscoitos salgados, integrais e com proteína de soja. O ano que marca o início de uma preocupação em termos de modernização tecnológica foi 1998, devido ao acirramento da concorrência. A empresa

acredita que sua consolidação definitiva no mercado se deu com o certificado de qualidade ISO 9001/2000 que foi recebido no início de 2003. Para isto houve uma reestruturação interna da fábrica , envolvendo um melhor treinamento de 209 funcionários e de utilização de critérios mais rigorosos na qualidade das linhas de produção.

Empresa Restaura Jeans: a unidade industrial especializada no setor de recuperação e tingimento de roupas novas e usadas. Situa-se no Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul e conta com mais de 200 pontos franqueados nos principais Estados das Regiões Sul e Sudeste do país. A unidade de Santa Cruz do Sul conta com 42 funcionários, e também existe em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro.

Fábrica de Brinquedos Xalingo: Existe a 55 anos e é sucessora da Xavier Braunger e CIA Ltda. Fundada em 1947, a Xalingo detém cerca de 3,5% do mercado e ocupa a oitava posição entre os fabricantes de brinquedos de Santa Cruz do Sul. Cerca de 2,5% do faturamento da empresa provêm das exportações para Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai, Honduras, El Salvador, Angola e África do Sul. A Xalingo produz mais de 350 produtos em segmentos de esporte e lazer, playground, solicitados por escolinhas infantis, shopping centers e hotéis. A linha educativa , brinquedos pedagógicos de plástico e madeira são vendidos em diferentes escolas no país.

Refeições Ao Ponto Ltda: Situada no Distrito Industrial de Santa Cruz do Sul, a empresa atua em duas áreas específicas: 1) administração de restaurantes das empresas, garantindo a matéria-prima e, 2) preparando os pratos como refeição pronta. A empresa fornece alimentos em vários municípios do Estado. Em Santa Cruz do Sul fornece refeições às maiores empresas do município como a Philip Morris, (somente nesta empresa, a Ao Ponto chega a fornecer , diariamente cerca de 2.000 refeições e 1,6 mil lanches, para as três unidades fabris), Souza Cruz, Meridional de Tabacos, C.T.A. , Mercur, Pitt Jeans, Frigorífico Excelsior, Deltassul e Gaúcho Diesel. É importante ressaltar que a empresa, em parceria com a Souza Cruz, está trabalhando na implantação do novo restaurante da empresa, que será instalado na unidade de fabricação de cigarros de cachoeirinha , atualmente em obras. O projeto propõe a integração de espaços de alimentação e lazer. Estão previstos serviços de buffet em várias linhas, jardins internos e um cyber café, contando, ainda com salas de leitura e jogos, sala de vídeo e uma vista panorâmica da área verde em torno da fábrica.

É importante observar que a maior parte das novas atividades desenvolvidas na região fazem parte do setor serviços e foram, efetivamente, propulsionados a partir do crescimento do setor fumageiro na região. Muitas atividades produtivas realizadas pelos agricultores familiares são tradicionais, e inicialmente eram produzidas como "valores-de-uso". Atualmente, elas possuem "valor de troca", noutras palavras, certos produtos passaram a se mercantilizar, transformando-se em um nicho de mercado que está sendo amplamente explorado pelos agricultores familiares da região.

A organização dos produtores é, também, face marcante desse processo. Na região, além das associações já expostas anteriormente, há outras, tais como: associação de feirantes agroecológicos (Afecam), constituida por 176 famílias, sendo criada em 1986. A produção é de 300 mil kg de hortifrutigrangeiros e engloba 4.000 kg na parte de agroindústria com conservas orgânicas de pepino e beterraba, com crescimento médio anual de 150%. A Cooperativa Agroecológica Centro-Serra Coagricel, com sede em Sobradinho engloba 150 famílias de 9 municípios com produção de 650 mil kg.

Na região do Vale do Rio Pardo, verifica-se a presença do trabalhador em tempo parcial ou *part time*, uma vez que uma parcela dos produtores de fumo estão trabalhando como assalariados temporários nas próprias indústrias fumageiras.

Tais constatações já foram descritas por VARGAS, SANTOS FILHO & ALIEVI :

> *"..., cerca de 160 mil famílias (em média com 5 integrantes cada), trabalham com o cultivo do fumo. O setor responde pela contratação de 52 mil empregos temporários (safristas) e em torno de 14 mil pessoas, incluindo produtores rurais, empregos efetivos e temporários, transportadores, postos de venda, fabricantes e distribuidores de insumos agrícolas e fornecedores da matéria-prima principal (fumo em folha)". (VARGAS, SANTOS FILHO & ALIEVI, 1998:14).*

A categoria dos safristas é muito importante na fumicultura gaúcha uma vez que, perfazem 2/3 do total dos trabalhadores das empresas[156]. Isso mostra que a consolidação do processo de desenvolvimento da atividade fumageira na região criou possibilidades de trabalho que vão além da produção agrícola. Esse processo tomou impulso a partir da década de 70, período em que ocorrera uma aumento substancial da demanda de fumo em

[156] Essa informação foi fornecida pelo Sindicato da alimentação de Santa Cruz do Sul.

folha no mercado internacional, impulsionando e ampliando consideravelmente a instalação de fábricas na região [157].

O Quadro 7 relaciona o número de trabalhadores efetivos e safristas para cada empresa fumageira e demostra que são 4 as empresas que concentram o maior número de trabalhadores a Dimon do Brasil Tabacos Ltda, a Meridional Tabacos Ltda a Philip Morris do Brasil S/A e a Souza Cruz[158].

QUADRO 7 – Distribuição das empresas segundo o número de trabalhadores pertencentes à categoria fumo no ano de 2002.

Empresas	Efetivos	Safristas	Total
CLP Tabacos do Brasil Ltda.	55	0	55
Tabacos Boettcher & Wartchow Ltda.	3	0	3
TTS Brasil Comércio de Tabacos	3	0	3
Transportes Rio Pequeno	11	0	11
Transcontinental Logística	22	0	22
Tabacos Dabliu	3	6	9
Ind. Boettcher de Tabacos Ltda.	16	8	24
Intab	36	16	52
Profigen do Brasil Ltda.	10	49	59
Dimon do Brasil Tabacos Ltda.-VC	60	68	128
Kannenberg & Cia. Ltda.	80	236	316
ATC	22	433	455
KBH&C - V. Cruz	108	500	608
Dimon do Brasil Tabacos Ltda.-SCS	151	1110	1261
Meridional de Tabacos Ltda.	165	1572	1737
Souza Cruz	136	1741	1877
Philip Morris Brasil S/A	1.758	0	1758
Universal Leaf Tabacos Ltda.	504	2614	3118
TOTAL – FUMAGEIRAS	**3.143**	**8.353**	**11.496**

Sindicato da Alimentação de Santa Cruz do Sul

É importante ressaltar que o número de trabalhadores safristas, além de serem temporários, possuem também a característica de serem flutuantes. Segundo o Sindicato da Alimentação de Santa Cruz do Sul, no ano de 2003, o número de safristas teria aumentado, em média, 10% em cada empresa.

---

[157] Na área de processamento do fumo em folha, Souza Cruz, Universal Leaf e Dimon são as principais empresas do arranjo na medida em respondem, juntas, por uma capacidade de processamento de mais de 400 bilhões de quilos de fumo e mantêm mais de 110 mil produtores integrados nos 3 Estados do Sul.

[158] O Anexo 2 mostra as maiores empresas do Vale do Rio Pardo de acordo com o valor adicionado/ ano 2000, demonstra a importância de setor fumageiro na maior parte dos municípios.

O trabalhador em tempo parcial combina a prática agrícola com o período de pico de trabalho nas empresas processadoras, muitas vezes, na mesma empresa em que vendem sua produção. Os contratos de trabalho com carteira assinada duram em média 5 a 6 meses, e incluem desde o controle das máquinas até os serviços de limpeza. Os agricultores não encontram sempre vantagens nesta forma de assalariamento temporário, uma vez que ao se tornar um trabalhador em tempo parcial, perde o bloco de produtor rural, não podendo, portanto, receber os benefícios próprios dos pertencentes a essa categoria.

Em entrevistas com lideranças sindicais da região fumicultora, pode-se entender um pouco mais como se dá essa relação. Em geral, o período de contratação era de janeiro ao mês de agosto de cada ano. Contudo, as empresas tinham interesse na contratação desses trabalhadores nos anos subseqüentes a tal ponto de fazerem-nos se sentirem vinculados às empresas.

No período inicial em que as empresas passaram a contratar os safristas, principalmente as décadas de 60 e 70, os salários teriam sido superiores as demais oportunidades de emprego na região, a tal ponto em que estimulava um aumento nos salários médios da economia local, ocorrendo muitas vezes demissões de outros empregos devido às vantagens iniciais oferecidas pelas empresas. Na atualidade, os salários mensais no período contratado varia entre 1 e dois salários mínimos mensais incluindo mais 90,00 na forma de ticket de alimentação.

A inserção no mercado de trabalho nas empresas, logicamente, depende da trajetória tecnológica das empresas. Assim sendo, a queda do número absoluto dessa categoria de trabalhadores, nos últimos anos, dá-se em função da automatização das linhas de produção. Em relação a 1970, foi de 50%, o que ocasionou uma queda não apenas dos safristas, mas também dos trabalhadores efetivos.

Assim, as repercussões da consolidação das empresas na região fumicultora gaúcha, permitiram uma irradiação positiva no desenvolvimento de possibilidades de investimentos, principalmente no setor de serviços e fez aparecer uma nova categoria de produtores familiares, não apenas articuladas às empresas fumageiras como produtores de fumo, mas como vendedores de sua força de trabalho.

A forma concreta de como se dá este processo funciona da seguinte maneira: os trabalhadores safristas são chamados através da rádio local que avisa o dia e mês em que os

trabalhadores deverão estar prontos para iniciar seu trabalho nas empresas. O transporte desses trabalhadores é efetuado pelas próprias empresas fumageiras. Inicialmente, o período de contratação era de janeiro ao mês de agosto de cada ano, contudo, as empresas tinham interesse na contratação desses trabalhadores nos anos subseqüentes, de tal modo que aos poucos, passaram a utilizar práticas que faziam com que eles se considerassem vinculados às empresas.

A queda no número absoluto de safristas nos últimos anos dá-se em função da automatização das linhas de produção. Em relação a 1970, foi de 50%, o que ocasionou uma queda não apenas dos safristas, mas também dos trabalhadores efetivos. Outro fator de crucial importância diz respeito à terceirização, principalmente nos serviços de manutenção, transporte e logística. Somente em Santa Cruz do Sul, há 12 indústrias metalúrgicas de médio porte que, entre o mês de janeiro e o mês de agosto, praticam a manutenção das empresas fumageiras.

Outra atividade de grande importância na Região é a indústria de refeições coletivas a qual ocupa o quarto lugar no Rio Grande do Sul.

A centralização também liberou o cargo de gerentes e executivos, que tinham salários muito elevados em que muitos deles se metamorfosearam em pequenos empresários.

As empresas fumageiras tinham um poder muito forte na região (com apoio total de instituições locais como as prefeituras) a tal ponto em que dificultavam entrada na região de empresas intensivas no fator trabalho. Na verdade, para o secretário da Indústria e Comércio da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, as empresas fumageiras impediam um pleno desenvolvimento daquelas empresas (em torno de 10 empresas) que já se encontravam na região antes da consolidação das empresas fumageiras, devido à possibilidade que essas empresas tinham de praticar salários superiores as demais na região.

Assim, uma análise superficial da consolidadação das empresas na região poderia simplificar o real significado dessa realidade que guarda uma contradição básica que se traduz em um processo que não apenas permite a irradiação positiva sobre o desenvolvimento local, mas que inicialmente, nas décadas de 1960 e 1970, ocasionou o retardo de um desenvolvimento mais harmônico que permitisse a manutenção das empresas já existentes e da entrada de novas empresas na região.

Nessa parte do trabalho, procurou-se mostrar que o desenvolvimento da fumicultura no Rio Grande do Sul, a partir de 1970, imprimiu, paulatinamente, uma transformação qualitativa na dinâmica da região, passando a estimular a diversificação das atividades econômicas, principalmente àquelas relacionadas ao setor de serviços. Contudo, sabe-se que todas essas mudanças contêm nuances no concernente às especificidades contidas nesse processo. Assim, há que se ressaltar que a direção imprimida nas novas atividades geradas dizem respeito às novas demandas e a situação econômica do agricultor familiar, mormente aquele articulado à produção fumageira local, que busca meios de melhorar suas condições de vida, ora buscando diversificar suas atividades, ora se tornando trabalhador temporário nas empresas fumageiras.

Na região do Vale do Rio Pardo no RS, no processo histórico de ocupação da terra, verifica-se a presença crescente de atividades agrícolas e não agrícolas, e também o trabalho em tempo parcial. Isso não foi resultante da criação de um maior desenvolvimento tecnológico ou de uma mecanização na parte agrícola da principal atividade da região, que poderia estar diminuindo o tempo de trabalho nas tarefas de cultivo do fumo. Na verdade, tal processo é determinado, em grande medida, a partir da própria opção de localização das principais processadoras de fumo na região, que gradativamente foram acompanhadas de uma concentração de uma série de atividades acessórias de serviços, criando um desenvolvimento local e originando, de forma crescente, novas demandas.

Assim, a região fumicultora, aparece como um caso em que o setor serviços e indústrias que produzem para o consumo local, passam a ocupar um espaço importante no contexto regional. O principal resultado desse processo sugere que o atual estágio de desenvolvimento econômico regional, deve incorporar a inclusão de novos elementos explicativos na sua dinâmica que incluam a perspectiva de diversificação das atividades produtivas e de serviços.

3.4 Alterações sofridas pela agricultura familiar/ a expansão do trabalho fora da exploração familiar a partir da análise da ocupação e renda

Sabe-se que uma das principais transformações presentes nos espaços rurais mundiais diz respeito à modernização dos processos tecnológicos agrícolas. As

repercussões sobre as formas de organização da produção podem ser verificadas não apenas a partir das constantes reestruturações das relações de produção, mas também nas modificações sofridas pelo próprio trabalho rural.

É consenso na literatura especializada, que o rural não pode mais ser visto como eminentemente agrícola, sendo essa uma tendência presente não apenas nos países avançados, mas também em grande parte dos países subdesenvolvidos. O que se apresenta como peculiar são as razões que levam às mudanças na forma de orientação das atividades da população rural. Essas, por sua vez, não podem ser explicadas apenas pelo grau de desenvolvimento alcançado pelas nações ou regiões, mas devem considerar uma multiplicidade de motivações que acabam por imprimir uma nova forma de orientação das atividades, de geração da renda familiar e da reorganização interna das famílias.

Há vários trabalhos[159] que mostram um crescimento das atividades não agrícolas no meio rural e que se ocupam em desvendar a origem da renda dos domicílios. É assumido que o estímulo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas permitem elevar níveis de renda e bem estar dos agricultores familiares. Contudo, talvez não se esperasse que isso tivesse importância crucial também para o caso dos agricultores "modernos", com culturas exclusivamente comerciais e fortemente vinculados a indústrias processadoras, tal como ocorre com a fumicultura gaúcha.

Para demonstrar isso, este capítulo caracteriza a região objeto de estudo, aponta as especificidades da forma de obtenção da amostra, para, a partir daí, apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo, mostrando em que medida o fenômeno da pluriatividade encontra-se presente na agricultura familiar articulada ao complexo agroindustrial fumageiro, isto é, se as famílias diversificam suas atividades, para quais atividades se orientam, a origem da renda familiar, os níveis de escolaridade, a infraestrutura dos domicílios agrícolas e as atividades econômicas da Região do Vale do Rio Pardo/ Amvarp - RS.

3.4.1 O Estudo de Caso

[159] Boa parte destas publicações, no Brasil, são produzidas pelos pesquisadores do Projeto Rurbano e podem ser encontradas na coleção organizada por Campanhola e Graziano da Silva (2000), especialmente os volumes 1,2 e 3 e, também no site: http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.

3.4.1.1 A Escolha da Região

A população base deste estudo é composta por 17032 unidades produtoras de fumo, as quais estão distribuídas em 18 municípios da região central do Rio Grande do Sul. A escolha da região deveu-se a um motivo central: abarcar um conjunto de municípios em que se verificasse a presenças de agricultores familiares produtores de fumo, integrados a empresas processadoras. Assim, escolheu-se a região do Vale do Rio Pardo/AMVARP,[160] onde estão situados 12% do total de produtores do Sul do país (Ver Figura 1).

Outra particularidade da região escolhida refere-se ao fato de que dos 19 municípios dentre os quais foi extraída a amostra, em 3 destes, localizam-se mais de 90% das unidades de processamento de fumos. Nesse sentido, se a escolha do município fosse aleatória e recaísse em um único município, poderia comprometer os resultados a que esta pesquisa se propõe, superestimando ou subestimando o grau de pluriatividade.

Apesar dos impactos da proximidade dos centros urbanos sempre se fazerem presentes, independente da distância dos centros dinamizadores, sabe-se que as proximidades ou a localização no entorno de grandes empresas dos centros urbanos ou de zonas metropolitanas poderiam viesar os resultados, superestimando a real inserção dos agricultores familiares em atividades com remuneração regular, ou mesmo trabalhadores *part time*. Sendo assim, optou-se por abarcar uma amostra que incorporasse mais de um município (mais detalhes sobre a forma de obtenção da amostra e o cálculo do êrro amostral constam no Anexo 1).

Na pesquisa de campo, alguns problemas de ordem prática merecem ser destacados; dizem respeito à distância geográfica entre os estabelecimentos pesquisados, e às péssimas condições de algumas estradas e da maior parte dos caminhos. A aplicação dos questionários contou com o auxílio de uma estagiária. Dessa forma, a totalização do

---

[160] AMVARP (Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo) sendo composta pelos seguintes municípios: Barros Cassal, pertence à microrregião geográfica de soledade e à mesorregião geográfica do noroeste rio-grandese. Candelária, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Santa Cruz do Sul, Sinimbú, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz pertencem à microregião geográfica de Santa Cruz do Sul e à mesorregião geográfica Rio-grandense. O município de Boqueirão do Leão pertence à microrregião de Lajeado-Estrela e à mesorregião geográfica Rio Grandense. Os municípios de Cerro Branco, Passo do Sobrado e Rio Pardo pertencem à microrregião geográfica de Cachoeira do Sul e à mesorregião geográfica centro oriental rio-grandense. Os municípios de General Câmara e Vale Verde pertencem à microregião geográfica de São Gerônimo e à mesorregião geográfica centro oriental Rio-grandense. Os municípios de

período de aplicação, ao invés de ter se circunscrito apenas a última semana do mês de setembro, teve que se estender para mais duas semanas. Ressalta-se, porém, que nas questões essenciais sobre a ocupação da famílias e pessoas, tomou-se o cuidado de remeter as perguntas à semana de referência, buscando resguardar confiabilidade da pesquisa.

Amaral Ferrador e Encruzilhada do Sul pertencem à microrregião geográfica das serras de sudeste e da mesorregião geográfica das serras de sudeste.

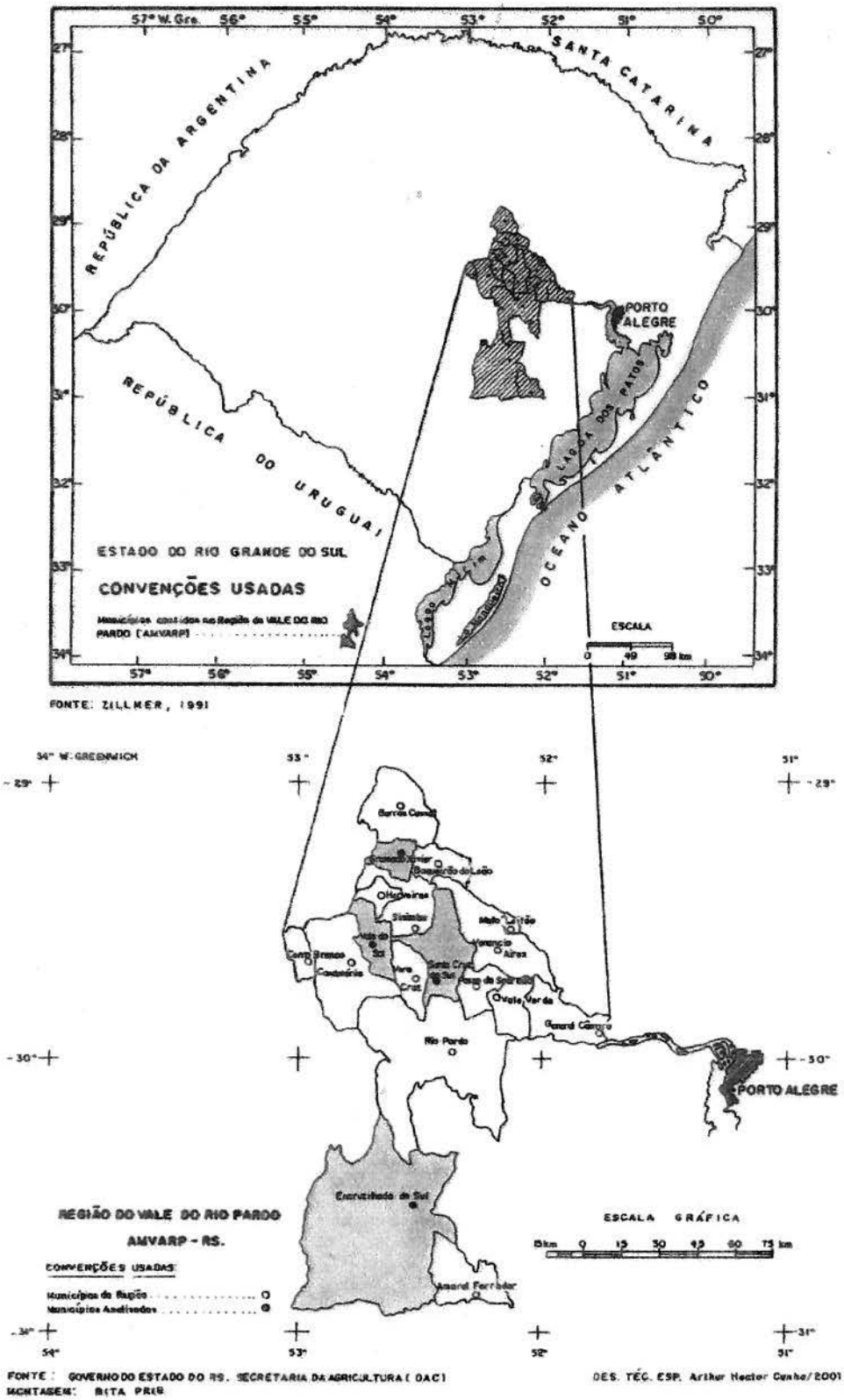


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO (AMVARP) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A forma com que se executou a pesquisa de campo permitiu que não se tivesse nenhum problema com relação à identificação e possibilidade real de aplicação dos questionários. Pequenas dificuldades ocorreram, uma vez que alguns questionários tiveram de ser preenchidos no próprio campo de trabalho. A tranqüilidade das pessoas de referência e dos outros integrantes da unidade familiar em responder as perguntas do questionário, dizem respeito à previa explicação das motivações, da confiança por ter sido acompanhada por integrantes conhecidos de cada município. Vale destacar que o conhecimento da língua alemã foi decisivo na obtenção das respostas em alguns casos, por tratar-se de uma região típica de colonização alemã em que a língua portuguesa, ainda não é de domínio geral.

Enfim, a racionalidade com proposições claras e objetivas que foram desenvolvidas nas diferentes etapas do processo de pesquisa permitiram o registro das informações necessárias à consecução dos resultados buscados. A observação da realidade do meio em que vivem as famílias, e a consideração de declarações espontâneas, que foram anotadas, auxiliaram em muito o conhecimento da realidade estudada.

3.5 A ocupação e renda dos agricultores familiares do Vale do Rio Pardo

Os municípios Vale do Sol, Gramado Xavier, Encruzilhada do Sul e Santa Cruz do Sul pertencem à Região do Vale do Rio Pardo/ AMVARP e compreendem a amostra do estudo de caso.

TABELA 1 . Área, populações urbana e rural dos municípios amostrados

Municípios	Área (Km²)	População urbana	População rural
Vale do Sol	330	720	9.837
Gramado Xavier	218	382	3.284
Encruzilhada do Sul	3.419	14.837	9.060
Santa Cruz do Sul	616	93.650	13.851
Total	4.583	109.589	36.032

FONTE: Censo Demográfico IBGE

A Tabela 1 mostra que os municípios que compõem a amostra são heterogêneos no que diz respeito à área total e à população residente. A população rural total desses

municípios é de 36.032 pessoas, sendo que Vale do Sol e Gramado Xavier são municípios essencialmente rurais; ao contrário, Encruzilhada do Sul e Santa Cruz do Sul possuem a maior parte da sua população residindo em áreas urbanas. A população rural perfaz um terço da população urbana e um quarto da população total. A área total dos municípios é de 4.583 km², sendo que Encruzilhada do Sul concentra mais de 70% da área total.

O Censo Demográfico de 2000 mostra que há um total de 12.132 propriedades rurais nos quatro municípios, sendo que em 4.621 (38%) dessas propriedades, o fumo é cultivado[161]. Ao considerarmos os parceiros, que totalizam 1.656 famílias, chega-se a um total de 6.277 agricultores familiares articulados às empresas fumageiras. Isso evidencia a contribuição do complexo na sustentação econômica do agricultor, o que, sem dúvida, auxilia na fixação da população na zona rural.

Nesta parte, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, circunscrita a uma amostra de unidades familiares pertencentes à região do Vale do Rio Pardo – AMVARP, e que tinham pelo menos um integrante da família envolvido na parte agrícola da produção fumageira. Esta pesquisa possibilitou uma identificação dos agricultores, considerando sua posição na ocupação.

Sabe-se que os dados da Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs)[162] são importantes no sentido de detectar o fenômeno da pluriatividade das famílias no país, apesar de apresentarem uma certa distorção quando se trata da declaração das rendas, principalmente porque no meio rural, essas não possuem a renda mensal fixa, mesmo porque não há um cômputo de todas as rendas que ingressam no ano. Além disso, as PNADs não dão conta de processar cortes territoriais capazes de detectar por exemplo as economias locais, sendo esta uma análise importante. Cabem lembrar que, em outros países, principalmente da Europa, foram exatamente estudos acadêmicos que permitiram um maior conhecimento das diferentes formas de manifestação da pluriatividade na agropecuária.

Del Grossi e Graziano da Silva (1998) mostram três conclusões importantes no concernente à pluriatividade na agropecuária brasileira: a) a idéia de que há diferentes

---

[161] Comunicação pessoal dada pelo Sr. Ramirio Thomé, da Afubra (Associação do Fumicultores do Brasil).

[162] As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE têm relevância para o estudo da pluriatividade quando se consideram, principalmente, duas características presentes nos dados: abrangência e atualidade. Com isso, possibilita detectar a situação das famílias no meio rural, em praticamente todas as regiões do país.

formas de pluriatividade; b) a necessidade de se construir uma medida que dê conta do grau de pluriatividade e, c) não utilizar apenas a semana de referência e a ocupação, principalmente porque isso superestima famílias exclusivamente agrícolas e subestima a pluriatividade. Portanto, apesar da importância dos trabalhos desenvolvidos no bojo do projeto RURBANO, reconhece-se internamente a insuficiência desses resultados, o que implicou o desenvolvimento de uma nova Fase (Fase III), cuja nova metodologia buscou dar conta dos vieses ou problemas anteriores.

Deve-se ressaltar, também, a importância dessa nova metodologia no que respeita a possibilidade de mensuração da renda de autoconsumo para a correta mensuração da renda agrícola. No caso da presente pesquisa, ficou demostrado no item anterior a importância da medida dessa variável, dado a magnitude que assume na composição da renda familiar.

Para Del Grossi ,

> "na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda das famílias de conta-própria esteja sub-declarada". Del Grossi (1999:110)

Considerando tal aspecto, parece fundamental um esforço na busca de estudos localizados, tratando de qualificar os vínculos das famílias com as dinâmicas econômicas locais, e da importância das rendas não-agrícolas e de aposentadorias na composição das rendas das famílias rurais, sendo o que é apresentado, a partir da metodologia desenvolvida pelo RURBANO.

TABELA 2. Características gerais da amostra. Vale do Rio Pardo/Amvarp

Características	Valor
Número de domicílios (dom)	60
Número de residentes (res)	238
Residentes por domicílio (res/dom)	4,0
Tamanho médio da familia (exclusive os agregados)	4,0
Gênero:	
Homens (%)	51,3
Mulheres (%)	48,3
Idade:	
Pessoas com menos de 14 anos (%)	22,3
Pessoas com 65 anos ou mais (%)	4,2
Escolaridade das pessoas com 7 anos ou mais de idade	
Analfabetos (%)	2,4
Semi-analfabetos1 (%)	0,0
Pessoas com 1o grau completo (%)	4,2
Pessoas com 2o grau completo (%)	3,8
Pessoas com superior completo (%)	0,0
Anos de estudo médio das pessoas de 7 anos ou mais	5,0

1- apenas lê e escreve o próprio nome.

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A amostra é composta de 60 domicílios e 238 pessoas, o que significa, em média, quatro residentes por domicílio. Analisando-se os dados referentes à idade, percebe-se que 73,5% das pessoas possuem idade ativa (entre 14 e 65 anos), dos quais 22,3% possuem idade inferior a 14 anos e 4,2% têm idade superior a 65 anos. Considerando-se as peculiaridades na orientação da atividade principal das famílias, isto é, a produção fumageira altamente intensiva em trabalho em alguns períodos do ano, pode-se deduzir que uma parte dos jovens com menos de 14 anos trabalha em algumas etapas do processo produtivo.

A escolaridade média das pessoas é de 5 anos (1° grau incompleto), apenas 2,4% são analfabetos, mas nenhuma pessoa possui curso superior completo. A baixa escolaridade não implica um pior desempenho na atividade principal das famílias, e nem mesmo nas atividades não agrícolas em que se inserem. Contudo, diminui o leque de possibilidades de mudança da atividade principal para além e trabalhos precários.

A Figura 2 e a Tabela 3 mostram a distribuição dos domicílios agrícolas e das pessoas com relação à ocupação e à renda. As famílias foram agrupadas em quatro categorias, considerando-se o tipo de ocupação na semana de referência. São elas: agrícola, não- agrícola, pluriativo e uma categoria "não-ocupado", a qual reúne os inativos com e

sem rendimentos (Ver "Classificação das famílias segundo as atividades principais e secundárias no ano", Box 1).

BOX 1:

Classificação das famílias segundo as atividades principais e secundárias no ano.

A classificação da família, segundo as atividades principais e secundárias no ano, aparece como agrícola, pluriativa, não-agrícola e não ocupada, sendo que cada categoria engloba as seguintes situações:

a) Família Agrícola

Agrícola: quando todos os membros da família têm atividade agrícola, incluída a produção para autoconsumo.

Agrícola + agrícola: quando todos os membros possuem atividade agrícola, mas com dois ou mais membros em ocupações diferentes, principais ou secundárias: empregador + conta própria; conta-própria + assalariado; empregador + assalariado.

Agrícola + autoconstrução: pelo menos um membro com atividade agrícola ou ocupado em produção para autoconsumo, e outro com atividade de autoconstrução.

b) Família Pluriativa

Agrícola + não-agrícola: pelo menos um membro com atividade agrícola e outro com atividade não-agrícola.

c) Família não agrícola

Não-agrícola: pelo menos um membro com atividade não-agrícola, podendo ou não possuir atividade de autoconstrução.

Autoconstrução: nenhum membro ocupado em atividade agrícola, nem em produção para autoconsumo ou não-agrícola, mas com pelo menos um membro com atividade de autoconstrução.

d) Não ocupados ou Inativa

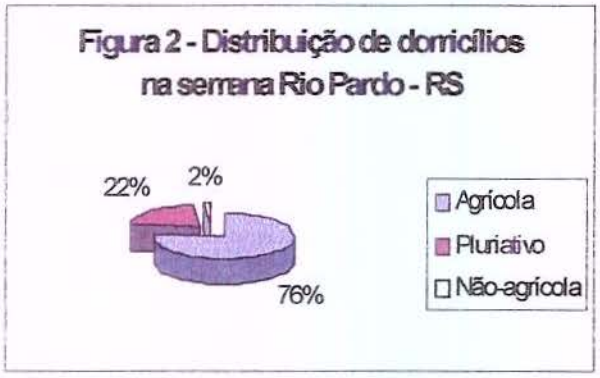
Inativa com renda: nenhum membro ocupado, nenhum membro ocupado em produção para autoconsumo ou autoconstrução, mas pelo menos um membro com rendimentos de outras fontes.

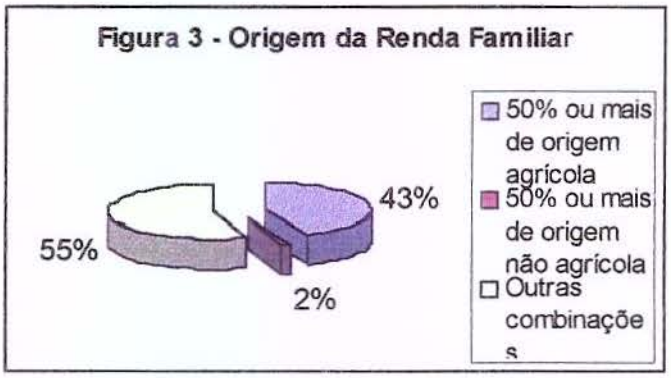
Inativa sem renda: nenhum membro ocupado, nenhum membro ocupado em produção para autoconsumo ou autoconstrução, e nenhum rendimento de outras fontes.

TABELA 3. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes.

Tipos de Famílias	Domicílios		Pessoas	
	Número	(%)	Número	(%)
Atividade da família na semana				
Agrícola	46	76,7	182	76,5
Pluriativo	13	21,7	54	22,7
Não-agrícola	1	1,7	2	0,8
	60	100,0	238	100,0
Origem da Renda familiar				
50% ou mais de origem agrícola	26	43,3	109	45,8
50% ou mais de origem não-agrícola	1	1,7	2	0,8
Outras combinações	33	55,0	127	53,4
Total	60	100,0	238	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.





Pode-se verificar que, ao se considerar a atividade da família na semana de referência, tem-se que mais de 76% das famílias são agrícolas, cerca de 22% são pluriativos e apenas uma família pode ser considerada não agrícola[163]. Isso demostra que a pluriatividade é importante quando se trata de domicílios agrícolas, e que ela é combinada com a atividade principal fortemente articulada ao CAI fumageiro[164].

[163] A presença de uma família não agrícola na tabela 7, indica uma aparente incongruência quando se considera a forma de obtenção da amostra (rol de famílias agrícolas). Contudo, tal resultado não se origina de uma baixa consistência na tabulação dos dados, mas na metodologia que é empregada, que considera apenas a semana de referência e que, portanto, pode levar a vieses no que se poderia esperar em termos de um comportamento mais representativo e geral da atividade da família no ano.

[164] É escassa a literatura que se empenhe em mostrar as outras atividades e origens da renda das famílias fortemente vinculadas a um complexo agroindustrial específico. Na maior parte dos casos o que ocorre é uma simplificação indevida que acaba por considerar apenas a atividade principal e a alocação do trabalho familiar

A figura 3 evidencia que menos da metade dos domicílios amostrados (26 famílias, ou 43,3%) possuem renda predominantemente agrícola. Noutras palavras, a renda originada da agricultura, em menos da metade dos casos, ultrapassa a metade da renda total. Dessa forma, vale ressaltar que três quartos das famílias são agrícolas, dedicando a maior parte do tempo do trabalho familiar nas lides agrícolas, ao mesmo tempo em que menos da metade dos domicílios amostrados tem renda predominantemente agrícola. Não há dúvidas de que isso pode estar ocasionando uma quebra na unidade familiar na forma de um rompimento de relações produtivas e sociais, ou seja, o distanciamento, no seio familiar, dos interesses em torno da exploração e da propriedade [165].

Tal questionamento é ainda mais procedente quando se verifica, no Quadro 9, o elevado percentual do item "outras combinações" na composição da renda familiar, evidenciando uma situação na qual mais de 50% das famílias e pessoas se reproduzem a partir de rendas originadas de diferentes fontes.

Percebe-se, portanto, uma diversificação das atividades e das fontes de renda dos agricultores familiares, que resultam em uma ampliação considerável das fontes de renda das famílias, cujas principais razões decorrem de uma multiplicidade de fatores, sendo que os mais visíveis são: a)queda nos preços do produto principal; b) oportunidades criadas a partir de efeitos decorrentes da própria consolidação do complexo fumageiro; c) efeitos nocivos à saúde humana pelo uso de agrotóxicos na produção; d) aposentadoria rural, dentre outros[166].

É importante lembrar que alguns autores citam o "ambiente de risco" como uma das mais importantes razões que levam as famílias rurais à busca da diversificação produtiva e das fontes de renda.(Reardon, 1998)

---

como predominantemente agrícola. Esses trabalhos possuem uma pressuposição implícita de que a manutenção da família, no concernente à renda também, seja predominantemente agrícola.

[165] Sobre a ruptura da identidade entre família e exploração há vários autores que abordam esta tendência tal como Barthez apud Arnalte (1996) que consideram a família agrícola como uma"...confluência de trajetórias individuais diversas...".

[166] É importante ressaltar que Delgado (2000) rejeita a hipótese de que a aposentadoria rural se constitua apenas em um mecanismo de renda compensatório, mas que efetivamente possui a capacidade de alterar qualitativamente o perfil do setor rural permitindo a formação de um pequeno excedente na renda dos domicílios, criando ou ampliando as condições para a reprodução familiar.

O retorno econômico da atividade fumageira é razoável frente às demais alternativas de produção agropecuária[167]. Apesar disso, o risco no curto prazo está relacionado à conjuntura desfavorável em relação aos preços do fumo[168], no longo prazo, à continuidade da produção fumageira vem enfrentando as acirradas campanhas antitabagistas.

Apesar dos dados apresentados na Tabela 3 correspoderem ao comportamento das famílias na semana de referência (última semana do mês de setembro de 2001), pode-se afirmar que, ao se considerar o ano e não a semana, esses resultados diferem mostrando um nível mais elevado de pluriatividade das famílias e suprimindo a distorção básica que acusa a presença de uma família não-agrícola. É fácil entender que um período mais amplo de análise é mais representativo na "classificação" das famílias, não apenas devido à sazonalidade peculiar das atividades agrícolas, mas também devido ao notório crescimento das atividades não agrícolas e de tempo parcial no meio rural.

TABELA 4. Vale do Rio Pardo/AMVARP. Distribuição dos domicílios amostrados, segundo o número de residentes.

Tipos de Famílias	1 residente	2 residentes	3 a 4 residentes	5 ou mais residentes	Total Domicilios	%
Atividade da família na semana						
Agrícola	0	4	26	16	46	76,7
Pluriativo	0	1	8	4	13	21,7
Não-agrícola	0	1	0	0	1	1,7
Total	0	6	34	20	60	100,0
Origem da Renda familiar						
50% ou mais de origem agrícola	0	1	14	11	26	43,3
50% ou mais de origem não-agrícola	0	1	0	0	1	1,7
Outras combinações	0	4	20	9	33	55,0
Total	0	6	34	20	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos domicílios segundo o número de residentes na semana de referência. Os dados revelam que pouco mais da metade dos domicílios agrícolas pluriativos concentra-se nas famílias compostas de três a quatro residentes, perfazendo pouco mais da metade da amostra. Ou seja, as famílias mais

[167] A AFUBRA realizou um estudo comparativo da relação custo-benefício para as diferentes culturas agrícolas e concluiu que nenhuma delas supera a remuneração obtida com a atividade fumageira.

numerosas são predominantemente agrícolas, mesmo tendo em conta que a atividade agrícola principal é altamente exigente em termos de trabalho, dadas as peculiaridade das diferentes etapas do processo produtivo do fumo.

TABELA 5. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição das pessoas residentes segundo o número de residentes por domicílio.

Tipos de Famílias	1 residente	2 residentes	3 a 4 residentes	5 ou mais residentes	Total Pessoas	%
Atividade da família na semana						
Agrícola	0	8	88	86	182	76,5
Pluriativo	0	2	30	22	54	22,7
Não-agrícola	0	2	0	0	2	0,8
Não-ocupado	0	0	0	0	0	0,0
Total	0	12	118	108	238	100,0
Origem da renda familiar						
50% ou mais de origem agrícola	0	2	49	58	109	45,8
50% ou mais de origem não-agrícola	0	2	0	0	2	0,8
50% ou mais de origem aposent + outras	0	0	0	0	0	0,0
Outras combinações	0	8	69	50	127	53,4
Total	0	12	118	108	238	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Comparando-se as atividades das famílias com as das pessoas, percebe-se que, do total das pessoas residentes, 76,5% são agrícolas, 22,7% são pluriativos e 0,8% ou apenas duas pessoas exercem atividades exclusivamente não agrícolas. Apesar de grande parte da renda familiar ser predominantemente de origem agrícola, são as outras combinações que se revelam na maior parte dos domicílios e que são alternativa de reprodução econômica das famílias.

A maior parte dos pluriativos e daqueles que percebem rendas provenientes de outras combinações encontram-se nas famílias com três a quatro residentes. Os domicílios que contêm cinco ou mais residentes possuem renda predominantemente agrícola.

Assim, as famílias por conta própria atuam de forma a propiciar a criação de um "negócio agrícola" permitindo uma melhor organização da produção nas diferentes etapas

[168] Ver o artigo de Ramos P. & Prieb, R. (2002) A problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da região Sul do Brasil.

exigidas por seus processos produtivos permitindo agregação maior de pessoas no processo produtivo.

Quando confrontadas as Tabelas 4 e 5, chega-se a conclusões semelhantes. A diferença é que, ao se considerar as pessoas em relação aos domicílios, percebe-se uma pequena redução no porcentual de famílias agrícolas sobre o total da amostra e um aumento do porcentual de pluriativos.

A Tabela 6 mostra o nível de escolaridade das pessoas residentes, considerando os tipos de família na semana de referência. Essa tabela permite que se vislumbre um maior refinamento dos dados, ocasionando uma visualização menos agregada dos tipos de famílias na semana e, permitindo uma averiguação mais profunda do nível de escolaridade de cada conjunto de famílias.

Percebe-se que todas as pessoas das 46 famílias agrícolas têm atividade agrícola. As pessoas pluriativas pertencentes as 13 famílias são "agrícolas + não agrícolas desqualificado" . A família não agrícola é agrícola desqualificado.

TABELA 6. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Pluriatividade da família na semana de referência e nível de escolaridade das pessoas residentes no domicílio. Setembro de 2001.

Tipos de famílias na semana	Escolaridade média dos membros das famílias (anos de estudo)		
	Até 4 anos de estudo	De 4 a menos de 8 anos de estudo	De 8 anos ou mais de estudo
Agrícola	22	23	1
Pluriativas	3	9	1
Agric + não-agric. Quali	0	1	1
Agric + não-agric desquali	3	7	0
Agric + não-agric ambos	0	1	0
Não-agrícolas	0	1	0
Não-agric desqualif.	0	1	0
Total	25	33	2

Fonte:Pesquisa de campo, setembro de 2001.

Com relação à escolaridade, as famílias agrícolas distribuem-se quase uniformemente, nos intervalos "até 4 anos de estudo" e "de 4 a menos de 8 anos de estudo". As famílias pluriativas possuem, em média, uma escolaridade maior sendo que somente um terço das famílias pluriativas possuem até 4 anos de estudo, com as demais concentrando-se no intervalo de 4 a menos de 8 anos de estudo.

TABELA 7. Vale do Rio Pardo/ Amvarp. Pluriatividade da família no ano de referência e nível de escolaridade das pessoas residentes no domicílio. Setembro de 2001.

Tipos de famílias no ano	Escolaridade Média dos membros das famílias (anos de estudo)		
	Até 4 anos de estudo	De 4 a menos de 8 anos de estudo	De 8 anos ou mais de estudo
Agrícola	18	20	0
Agrícola	*10*	*8*	*0*
Agrícola + auto-construção	*8*	*12*	*0*
Pluriativa	7	13	2
Agrícola + agrícola	*2*	*3*	*1*
Agríc + não-agrícola	*5*	*10*	*1*
Total	25	33	2

Fonte:Pesquisa de campo, setembro de 2001.

A Tabela 7 mostra os tipos de famílias, no ano de referência conforme a escolaridade. Primeiramente, cabe destacar a mudança que ocorre nos dados acerca da caraterização das famílias: 38 agrícolas, 22 pluriativas, mostrando claramente uma queda das famílias agrícolas e um aumento considerável das famílias pluriativas quando se considera um período mais longo de análise.

Com relação à distribuição das famílias nos diferentes intervalos de escolaridade, observa-se que esta é mais elevada no caso das famílias pluriativas, já que quase a metade deles situa-se no intervalo de 4 a 8 anos de estudo, o que ainda pode ser considerado baixo. Outros autores[169] já mostraram que a escolaridade nos domicílios pluriativos tende a ser mais elevada em relação aos agrícolas.

[169] No artigo "Pluriatividade na Agricultura Paulista", Kageyama pauta-se na PNAD de 1995, para mostrar algumas características dos domicílios em cinco regiões agrupadas a partir de indicadores sócio-econômicos, que permitiram à autora desenvolver uma tipologia pautada em "economias regionais ou locais". Com relação à escolaridade, os resultados apontam não apenas que esta é superior em relação às famílias agrícolas, mas também que o efeito região possui influência sobre esta variável.

TABELA 8. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a posição na ocupação do trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001.

Tipos de famílias	Empregador (%)	Conta Própria (%)	Empregado Assalariado (%)
Atividade da família na semana			
Agrícola	23,9	76,1	0,0
Pluriativo	38,5	53,8	7,7
Não-agrícola	0,0	0,0	100,0
Não-ocupado	-	-	-
Origem da renda familiar			
50% ou mais de origem agrícola	26,9	73,1	0,0
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	100,0
50% ou mais de origem aposent + outras	-	-	-
Outras combinações	27,3	69,7	3,0
Total	26,7	70,0	3,3

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

As ocupações das famílias agrícolas na semana de referência são duas: conta própria (76,1%) e empregador (23,9%). No caso das famílias pluriativas, ocorrem as três situações: empregador, conta própria e assalariado, prevalecendo a segunda.

Com relação à origem da renda familiar declarada pela pessoa de referência na posição "conta própria", constatou-se que quase todas têm sua renda oriunda, predominante, da agricultura. A totalidade dos assalariados apresenta 50 % ou mais de renda originária de atividades não-agrícolas.

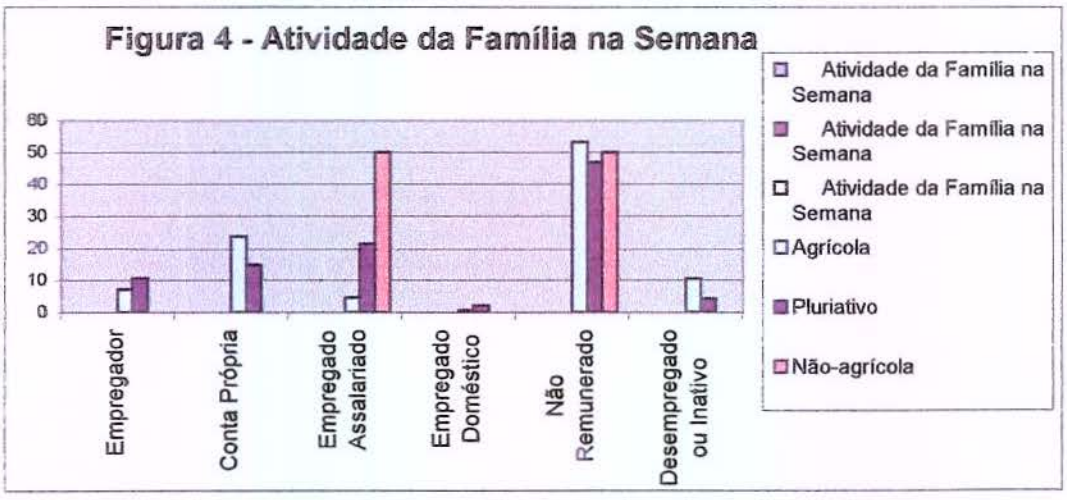


TABELA 9. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a posição na ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001.

Tipos de famílias	Empregador (%)	Conta Própria (%)	Empregado Assalariado (%)	Empregado Doméstico (%)	Não Remunerado (%)	Desempregado ou Inativo (%)
Atividade da família na semana						
Agrícola	7,2	23,7	4,6	0,7	53,3	10,5
Pluriativo	10,6	14,9	21,3	2,1	46,8	4,3
Não-agrícola	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0
Origem da renda familiar						
50% ou mais de origem agrícola	7,6	20,7	7,6	1,1	55,4	7,6
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0
Outras combinações	8,4	22,4	9,3	0,9	48,6	10,3
Total	8,0	21,4	9,0	1,0	51,7	9,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 9 apresenta as informações referentes à posição na ocupação de todos os residentes nos domicílios. O elevado porcentual de pessoas "conta própria" e também de "não remunerados" nas famílias agrícolas, indica, como não poderia deixar de ser, que as famílias pesquisadas pertencem ao universo da agricultura familiar, sendo que 50% ou mais da renda das pessoas enquadradas naqueles tipos é de origem agrícola. É importante ressaltar que há uma grande parcela de desempregados e inativos no grupo das famílias agrícolas, o que é de fato surpreendente por se tratar de uma cultura altamente exigente de trabalho.

Com relação às famílias pluriativas, pode-se afirmar também, com base na Tabela 9, que a maior parte das pessoas são "não remuneradas" (46,8%); em segundo lugar está o "emprego assalariado" (21,3%). O "emprego doméstico" chega apenas a 2,1%, o que se explica a partir da própria especificidade da organização do trabalho familiar, que combina uma produção mercantil intensiva em trabalho e uma elevada produção para o auto-consumo.

O elevado percentual do emprego assalariado das pessoas pluriativas explica-se, em grande medida, por conta das oportunidades de trabalho geradas pelo setor fumageiro, especialmente como motoristas.

TABELA 10. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001.

Tipos de Famílias	Agrícola (%)	Não-agrícola qualificado (%)	Não-agrícola desqualificado (%)	Outras ocupações (%)	TOTAL (%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pluriativo	92,3	0,0	7,7	0,0	100,0
Não-agrícola	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Outras combinações	97,0	0,0	3,0	0,0	100,0
Total	96,7	0,0	3,3	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 10 mostra que todas as pessoas de referência das famílias agrícolas trabalha na agricultura, e a origem da sua renda é predominantemente agrícola. A maior parte das pessoas de referência das famílias pluriativas declararam como atividade principal na semana de referência a agricultura, mas quase a totalidade das rendas eram derivadas de outras combinações). Aquelas pessoas de referência das famílias pluriativas que declararam atividade não-agrícola envolveram-se em trabalhos não qualificados (7,7%).

TABELA 11. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001.

Tipos de famílias	Agrícola (%)	Não-agrícola qualificado (%)	Não-agrícola desqualificado (%)	Outras ocupações (%)	Total (%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	99,3	0,0	0,7	0,0	100,0
Pluriativo	64,4	4,4	20,0	11,1	100,0
Não-agrícola	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Origem da Renda Familiar					
50% ou mais de origem agrícola	92,9	1,2	3,5	2,4	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Outras combinações	88,5	1,0	7,3	3,1	100,0
Total	89,6	1,1	6,6	2,7	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 11 detalha a distribuição dos domicílios quando se considera a ocupação principal de todos os residentes, na semana de referência. A grande maioria das pessoas pertencem a domicílios agrícolas, sendo que a quase totalidade trabalha na agricultura, o que mostra que no caso estudado, a agricultura tem um papel central, ocupando a família como atividade econômica. Apesar de se observar uma busca pela diversificação das rendas, motivada, em grande medida, por estratégias de sobrevivência, para a maior das famílias de conta-própria, no caso das famílias empregadoras certamente são os objetivos mais centrados nos processos acumulativos que norteiam as opções de diversificação.

Considerando-se as famílias pluriativas, 64,4 % são agrícolas (pluriatividade tradicional ou intra-setorial), 4,4 % são não-agrícolas qualificados e 20% são não-agrícolas desqualificados (portanto, 24,4% são pluriativas intersetoriais). A família não-agrícola é totalmente "desqualificada". Assim, a importância da análise da pluriatividade de forma desagregada ou decomposta permite uma investigação mais precisa do comportamento das diferentes combinações possíveis entre as atividades agrícolas e demais atividades em geral, mostrando, para esse caso, a predominância da pluritividade intra-setorial.[170]

[170] Segundo Nascimento (2002, p.5-9), uma análise da pluriatividade circunscrita apenas à sua forma geral poderia levar a uma idéia de um comportamento homogêneo entre todas as combinações de atividades possíveis ao longo do tempo sendo que, um movimento ascedente em determinada combinação poderia ser

Com relação à origem da renda familiar das pessoas, a Tabela 11 mostra que há uma dependência um pouco menor da renda agrícola quando se comparam os porcentuais das principais categorias das Tabelas 3 e 4. Percebe-se que não há alterações significativas no comportamento dos domicílios agrícolas cujas famílias trabalham na agricultura, porém, ao se tratar de todos os residentes, verifica-se uma queda substancial (de 92,3% para 64,4%) das pessoas pluriativas.

A tabela 16 mostra a distribuição dos domicílios segundo o índice de nível de vida (Inivi), construído a partir de uma média dos valores que relacionam 10 variáveis binárias. Segundo Hoffmann (1998, p.209-210):

> *"Se o estudo for analisar o nível de bem-estar das pessoas, a variável mais apropriada não é, certamente, o rendimento por pessoa economicamente ativa, pois o nível de vida é, em geral, determinado pela renda familiar e não pelo rendimento individual. É possível que uma pessoa ganhe relativamente pouco mas faça parte de uma família muito rica."*

Apesar de não captar as diferenças entre o nível de vida das pessoas "...não tem sentido considerar como pobres as pessoas, 10 anos ou mais, classificadas conforme seu rendimento, já que se trata em geral de estudantes e donas de casa de famílias dos mais variados níveis de renda". (Hoffmann; 1998, p. 209-210).

Para o autor, o rendimento de uma pessoa é uma medida imperfeita do seu bem estar, pois deve-se considerar os gastos que mudam de uma família para outra, como, por exemplo, a saúde.

---

compensado por outro descendente. O autor apresenta duas categorias distintas a pluriatividade desejada (combinação inter-setorial de atividades agrícolas + não agrícola) e a não-desejada (combinação de atividade agrícola + trabalho doméstico) sendo que a última combinação – a que mais cresce no Brasil - é reveladora do aprofundamento da situação da pobreza e desigualdade presentes no meio rural brasileiro, e somente pode ser avaliada a partir das PNADs 1992. Souza, utilizando a mesma base de dados, mostra que o estado do Paraná também aponta para o crescimento do emprego doméstico. "... o crescimento das atividades não-agrícolas...estão absorvendo parte da força-de-trabalho rural em atividades de serviços domésticos e pessoais remunerados". Souza (2000, p. 83),

TABELA 12. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição dos domicílios amostrados segundo o Índice de Nível de Vida. Setembro de 2001

Posição na ocupação	Até 0,5 (%)	0,6 (%)	0,7 (%)	0,8 (%)	0,9 (%)	1,0 (%)
Atividade da família na semana						
Agrícola	0,0	0,0	11,4	31,8	43,2	13,6
Pluriativo	0,0	0,0	0,0	0,0	61,5	38,5
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Origem da renda familiar						
50% ou mais de origem agrícola	0,0	0,0	8,0	28,0	48,0	16,0
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Outras combinações	0,0	0,0	9,4	21,9	46,9	21,9
Total	0,0	0,0	8,6	24,1	48,3	19,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Assim, a distribuição dos domicílios amostrados segundo o Inivi, mostra que, quanto mais próximo de 1,0, maior será o nível de vida do domicílio. A determinação desse índice é obtida a partir da utilização das seguintes variáveis:

1) esc_média = escolaridade média da família, em anos de estudo por pessoa de 7 anos ou mais;

2) INIVI = índice de nível de vida, composto pela média aritmética dos valores de 10 variáveis binárias, podendo variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de vida do domicílio.

INIVI = (v1+v2+v3+v4+v5+v6+v7+v8+v9+v10) / 10

v1= parede: valor 1 se o domicílio tem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

v2 = telhado: valor 1 se o domicílio tem telhado de telha, laje de concreto ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

v3 = densidade de moradores: valor 1 se o número de pessoas residentes por cômodo for menor ou igual a 2 e valor zero se for maior que 2;

v4 = água encanada : sim =1; não = 0

v5 = instalação sanitária: valor 1 se o domicílio tiver rede geral ou fossa séptica e zero em caso contrário;

v6 = energia elétrica: possui (qualquer fonte) = 1; não possui = 0;

v7 = lixo: coletado, queimado ou enterrado =1; caso contrário = 0;

v8 = geladeira ou freezer: sim para qualquer um dos dois = 1; nenhum = 0

v9 = TV: sim=1; não=0

v10 = telefone: sim=1; não=0.

3) no rural: variável binária que se refere à situação do domicílio. Se o domicílio está localizado em zona urbana, periferia ou povoados, a variável assume valor 1, em contraposição ao valor zero atribuído ao domicílio localizado em áreas de "rural agropecuário";

4) dpobre: variável binária com valor 1 se o domicílio é "pobre" e zero em caso contrário. Definiu-se como pobre o domicílio cuja renda familiar per capita estivesse abaixo de uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo. Essa linha corresponde a R$90,00 x 12 meses = R$1.080,00 por ano;

5) pidosos = proporção das pessoas de mais de 65 anos em relação ao total de moradores do domicílio;

No caso estudado, percebeu-se que nenhum domicílio possui um nível inferior a 0,7. As famílias agrícolas concentram a maior parte dos domicílios entre 0,8 e 0,9. As famílias pluriativas possuem melhores condições de vida, uma vez que situam a maior parte dos domicílios entre 0,9 e 1,0.

Com relação à origem da renda familiar, destaca-se o fato de a maior parte das famílias com renda predominantemente agrícola concentrar o Inivi entre 0,8 e 0,9, estando o melhor índice de vida entre os domicílios que percebem renda de "outras combinações", uma vez que detêm o maior número de domicílios, no nível 1.

TABELA 13. A: Vale do Rio Pardo / Amvarp. Proporção dos domicílios amostrados segundo a qualidade do domicílio e posse de bens domésticos. Setembro de 2001.

Tipos de famílias	Parede de alvenaria ou madeira aparelhada (%)	Cobertura de telha, laje ou madeira aparelhada (%)	Água encanada (%)	Rede geral ou fossa séptica (%)	Energia elétrica (%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	93,5	54,3	95,7	89,1	100,0
Pluriativo	100,0	92,3	100,0	100,0	100,0
Não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	92,3	61,5	100,0	92,3	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Outras combinações	97,0	63,6	93,9	90,9	100,0
Total	95,0	63,3	96,7	91,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, Setembro de 2001.

TABELA 14. Vale do Rio Pardo / Amvarp. Proporção dos domicílios amostrados segundo a qualidade do domicílio e posse de bens domésticos. Setembro de 2001.

Tipos de famílias	Lixo(*) (%)	Geladeira (%)	Freezer (%)	TV (%)	Telefone (%)
Agrícola	95,7	97,8	84,8	91,3	34,8
Pluriativo	100,0	100,0	92,3	100,0	46,2
Não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	96,2	100,0	92,3	96,2	34,6
50% ou mais de origem não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0
Outras combinações	97,0	97,0	81,8	90,9	39,4
Total	96,7	98,3	86,7	93,3	36,7

Fonte: Pesquisa de campo, Setembro de 2001.
(*) Lixo coletado ou queimado e enterrado

As Tabelas 13 e 14 mostram a qualidade dos domicílios e posse de bens de uso doméstico para cada tipo de família. Evidencia-se, claramente, a superioridade das famílias pluriativas e não agrícolas em quase todos os itens pesquisados.

No que diz respeito à origem da renda familiar, observa-se que são as famílias com predominância de renda não-agrícola as que possuem maior acesso a serviços ou bens domiciliares.

TABELA 15. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Proporção dos Domicílios amostrados segundo o tempo de deslocamento ao trabalho principal da pessoa de referência. Setembro de 2001.

Tipos de Famílias	0 minutos (%)	1 a 15 minutos (%)	16 a 30 minutos (%)	31 a 45 minutos (%)	46 a 60 minutos (%)	60 a 120 minutos (%)	Sem Declaração (%)	Total (%)
Atividade da família na semana								
Agrícola	2,2	80,4	15,2	0,0	0,0	2,2	0,0	100,0
Pluriativo	7,7	53,8	23,1	0,0	0,0	0,0	15,4	100,0
Não-agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Origem da renda familiar								
50% ou mais de origem agrícola	0,0	76,9	15,4	0,0	0,0	3,8	3,8	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Outras combinações	6,1	72,7	18,2	0,0	0,0	0,0	3,0	100,0
Total	5,0	73,3	16,7	0,0	0,0	1,7	3,3	100,0

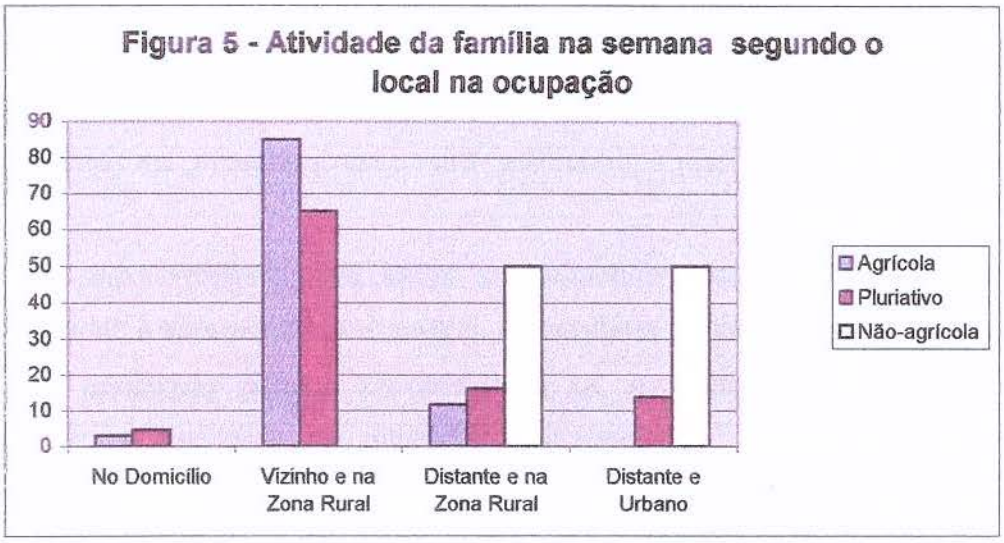
Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

Com relação ao tempo de deslocamento para o trabalho principal da pessoa de referência (Tabela 15), verifica-se que 80% delas trabalham próximo à residência (1 a 15 minutos). No caso dos pluriativos, a metade das pessoas encontra-se na mesma faixa, sendo que há um porcentual de 23,1% que se concentra na faixa de 16 a 30 minutos.

TABELA 16. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Atividade da família na semana segundo o local na ocupação.

Tipos de famílias	No Domicílio (%)	Vizinho e na Zona Rural (%)	Distante e na Zona Rural (%)	Distante e Urbano (%)	TOTAL (%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	3,0	85,1	11,9	0,0	100,0
Pluriativo	4,7	65,1	16,3	14,0	100,0
Não-agrícola	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	7,3	80,5	9,8	2,4	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
Outras combinações	0,0	80,0	15,8	4,2	100,0
Total	3,4	79,3	13,4	3,9	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.



A Tabela 16 mostra que, com relação à ocupação principal, a quase maioria dos residentes agrícolas e pluriativos, 85,1% e 65,1%, respectivamente, trabalham em sua própria propriedade, situada perto da moradia e na zona rural. Apenas 11,9 % dos residentes não agrícolas trabalham em local distante e na zona rural e na zona urbana.

Quase todas as famílias, cujo local de trabalho é próximo à residência e na zona rural, possui renda proveniente, predominantemente, da agricultura. Cabe ressaltar que, com relação às ocupações secundárias, a totalidade dos residentes exercem suas atividades perto à sua residência e na zona rural.

TABELA 17. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Rendimentos médios e medianos dos domicílios da amostra no ano de outubro/2000 a setembro/2001.

Tipos de famílias	Renda domiciliar total Média (R$)	Renda domiciliar per capita total Média (R$)	Renda domiciliar do trabalho Média (R$)	Renda domiciliar de outras fontes Média (R$)	Renda domiciliar dos inativos Média (R$)
Atividade da família na semana					
Agrícola	13.797,96	3.665,87	7.422,13	487,30	93,91
Pluriativo	20.287,00	4.895,93	10.690,77	1.361,54	332,31
Não-agrícola	16.590,00	8.295,00	12.400,00	2.160,00	0,00
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	15.403,58	3.890,72	10.298,77	272,31	83,08
50% ou mais de origem não-agrícola	16.590,00	8.295,00	12.400,00	2.160,00	0,00
Outras combinações	15.089,21	3.973,29	6.443,33	1.001,09	196,36
Total	15.250,45	4.009,54	8.213,30	704,60	144,00

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 17 mostra que a renda média domiciliar total é superior nos domicílios pluriativos em relação aos agrícolas e não-agrícolas. Comparando a renda média total dos domicílios das categorias agrícola e pluriativos tem-se que a primeira, em média, é 32 % menor do que a segunda.

Considerando-se a renda domiciliar *per capita*, pode-se observar que as famílias não-agrícolas percebem os maiores rendimentos, perfazendo praticamente o dobro daqueles das médias agrícolas e pluriativas. As vantagens das famílias pluriativas aparecem, também, quando se observa a renda domiciliar do trabalho, que, neste caso, é quase o dobro do rendimento das famílias agrícolas. A renda domiciliar do trabalho das famílias pluriativas é superior a das famílias agrícolas, correspondendo a 2/3 das rendas não agrícolas. A renda domiciliar dos inativos é mais de três vezes superior à das famílias agrícolas ou monoativas.

A renda domiciliar total média das famílias que percebem renda predominantemente agrícola é de R$ 15.403,58 no ano considerado, sendo inferior às rendas médias das famílias que percebem renda predominantemente não-agrícola (R$16.590,00), segundo dados da tabela 14,A. As diferenças nos rendimentos são muito mais evidentes quando se comparam as rendas domiciliares *per capita*. No caso das pessoas com renda predominantemente não- agrícola, o valor é superior ao dobro da mesma das pessoas com renda predominantemente agrícola.

TABELA 18. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Rendimentos médios e medianos dos domicílios da amostra no ano de outubro/2000 a setembro/2001.

Tipos de famílias	Auto-Consumo estimado Média (R$)	Renda líquida domiciliar total Média (R$)	Renda líquida domiciliar per capita Média (R$)
Atividade da família na semana			
Agrícola	5.841,57	12.561,67	3.340,96
Pluriativo	7.902,38	18.422,63	4.405,74
Não-agrícola	2.030,00	15.970,00	7.985,00
Origem da renda familiar			
50% ou mais de origem agrícola	4.749,42	14.095,16	3.556,94
50% ou mais de origem não-agrícola	2.030,00	15.970,00	7.985,00
Outras combinações	7.513,88	13.662,33	3.590,26
Total	6.224,55	13.888,35	3.649,07

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 18 mostra que o autoconsumo, em termos monetários é superior nas famílias pluriativas (7.902,38) em relação ao das famílias agrícolas R$ (5.8412,57) e não agrícolas R$ (2.030,00). Porém, as famílias cuja renda provém majoritariamente da agricultura possuem um autoconsumo superior ao dobro do das famílias cuja renda é predominantemente não agrícola. Isso se explica devido à forma de organização da produção das famílias agrícolas, que além do fumo, cultivam milho para alimentação animal, assim como várias outras culturas de subsistência.

A análise da renda *per capita*, logicamente não é suficiente para uma avaliação mais abrangente, porém é inquestionável sua importância em função de apresentar-se como um bom indicador do bem estar das pessoas.

TABELA 19. distribuição do rendimento dos residentes segundo a destinação. Setembro de 2001, Vale do Rio Pardo/AMVARP

Utilização dos Rendimentos	% Rendimento
Somente para uso próprio	44,5
Para uso próprio e para o fundo de renda familiar	26,1
Somente para o fundo de renda da família	29,4
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 19 indica que os rendimentos de 44,5% das famílias são utilizados somente para o uso próprio, 29,4% utilizam seu rendimento para o fundo da renda familiar e 26,1% para ambos os usos. O elevado porcentual de utilização dos rendimentos para uso próprio pode ser explicado a partir das necessidades internas de manutenção da família e da atividade produtiva. Também não se pode afirmar ser baixa a proporção de um terço dos rendimentos que são alocados para o fundo de renda da família. Na verdade, esse montante, em parte, é guardado e utilizado para o ciclo produtivo seguinte, uma vez que, que no caso da produção fumicultora, os insumos apresentam elevados custos. Por outro lado, esse percentual torna-se um dado importante quando se analisam as possibilidades reais de mudanças de parte das famílias para outras atividades.

Assim, apesar da maioria das famílias utilizarem seus rendimentos somente para uso próprio, não se pode desconsiderar um percentual relevante, de quase 1/3 das famílias, utilizarem seu rendimento para o fundo de renda famíliar. Isso decorre, certamente, da sazonalidade da renda, principalmente aquelas que provêm da atividade agrícola que leva à retenção de parcela para precaução e/ou pagamento de parte dos custos dos insumos para o

próximo ciclo produtivo. Com relação à fonte dos rendimentos dos domicílios, têm-se que 93,8% dos rendimentos distribuem-se entre as ocupações principal (53%) e autoconsumo (40,8%). Os restantes 6,2% são divididos entre as aposentadorias (5,5%), das ocupações secundárias (0,9%) e dos aluguéis (0,1%).

TABELA 20. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Distribuição do rendimento domiciliar segundo a fonte. Setembro de 2001.

Fonte dos Rendimentos	% Rendimento
Da ocupação principal	53,0
Das ocupações secundárias	0,9
Aluguéis	0,1
Aposentadorias	5,5
Autoconsumo	40,8
Total	100,2

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

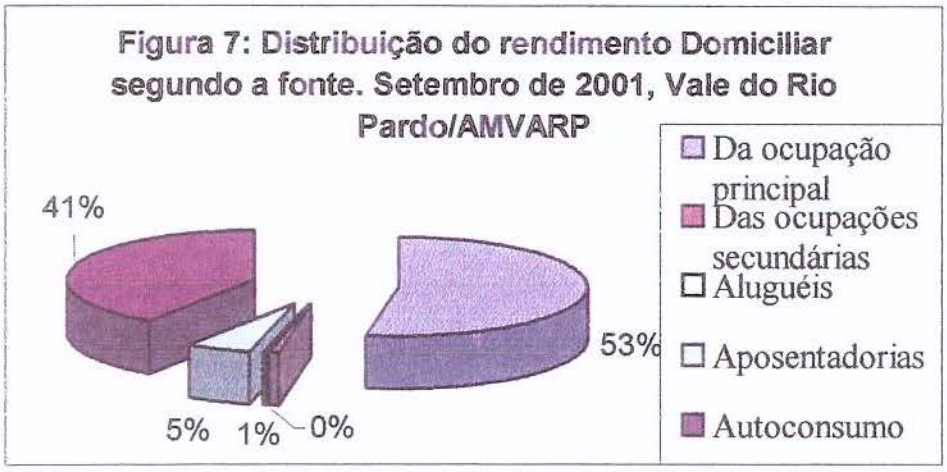
Com relação às fontes dos rendimentos, a Tabela 20 mostra que 53% dos rendimentos dos domicílios provêm da ocupação principal, 40,8% do autoconsumo, 5,5% de aposentadorias, 0,9% das ocupações secundárias e 0,1 % de aluguéis. Considerando-se que apenas 4,2 % das pessoas possuem idade superior a 65 anos (tabela 1), pode-se concluir que parte dos beneficiários da Previdência (aposentadorias) não o são pela idade[171].

TABELA 21. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total. Setembro de 2001.

Fonte dos rendimentos	% rendimento
Rendimento das ocupações secundárias / renda total	0,9
Rendimento de todas ocupações / renda total	53,9
Rendimento de outras fontes / renda total	4,6
Rendimento das ocupações secundárias / renda ocupações	1,7
Rendas não-agrícolas / renda total	5,3
Rendas agrícolas / renda total	48,6

A – rendas das ocupações e dos rendimentos anuais variáveis.
Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

[171] Os agrotóxicos utilizados, principalmente na produção das mudas de fumo, causam intoxicações e distúrbios neurológicos nos membros das famílias produtoras. Ver Etges et al (2002); Etges V. (1989).



A Tabela 21 e a Figura 6 demonstram que pouco mais da metade do rendimento domiciliar provém da ocupação principal, 41% das ocupações secundárias e 5% das aposentadorias. Caracteriza-se uma realidade em que o elevado porcentual dos rendimentos provenientes de ocupações secundárias relativizam a importância da agricultura na geração de renda para as famílias. Cabe ressaltar que a agricultura comercial praticamente se restringe à produção de fumo. Deve-se, portanto, enfatizar que o maior tempo de ocupação muitas vezes mistifica a formação da renda.

TABELA 22. Vale do Rio Pardo/Amvarp. Despesas (gerais e transferências de rendas) dos domicílios da amostra. Setembro de 2001.

Tipos de famílias	Despesa média (R$)	Despesa per capita (R$)	Despesa/rendimento (%)
Atividade da família na semana			
Agrícola	1.236,29	324,91	9,0
Pluriativo	1.864,37	490,19	9,2
Não-agrícola	620,00	310,00	3,7
Origem da renda familiar			
50% ou mais de origem agrícola	1.308,42	333,80	8,5
50% ou mais de origem não-agrícola	620,00	310,00	3,7
Outras combinações	1.426,88	383,01	9,5
Total	1.362,10	360,47	8,9

Obs: Despesas gerais: INCRA, ITR, IPTU, demais impostos, condomínio, telefone, energia elétrica, reparos, aluguel da casa, mão-de-obra domiciliar.
Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2001.

A Tabela 22 mostra a despesa média e *per capita* dos domicílios. A maior despesa média e *per capita* em termos absolutos, ocorre nos domicílios pluriativos. Contudo, quando se considera a despesa sobre o rendimento dos domicílios, tanto no caso dos domicílios agrícolas como nos pluriativos, os porcentuais praticamente não variam: 9,0% e 9,2%, respectivamente.

Essa parte do tarbalho mostrou que a agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho possui uma especificidade marcante: as famílias e pessoas se ocupam muito na atividade agrícola, porém, não obtêm rendimentos significativos ou compatíveis com o esforço empreendido mormente na atividade principal, a tal ponto que o total de rendas de origem agrícola sobre a renda total não alcança o porcentual de 50%, reforçando a tese da importância da diversificação nas fontes de renda.

A pluriatividade se faz presente no caso, e é inferior a média nacional, se forem utilizados os dados relativos a semana de referência, conforme visto no item anterior. Contudo, se considerado o ano de referência, ela é praticamente a mesma. Segundo Kageyama:

> "os domicílios pluriativos no Brasil representam 37% (mas em alguns estados chegam a 50% ou mais) dos domicílios agrícolas e abrigam 43% do total de pessoas residentes (cerca de 18 milhões de pessoas). Em todas as variáveis que representam melhores condições de vida e de trabalho (anos de estudo, infra-estrutura domiciliar, renda etc.) pode-se verificar que em média, os domicílios agrícolas encontram-se em melhor situação." Kageyama (2001, p.3) [172]

No presente estudo de caso, encontrou-se um resultado de 36, 7% famílias pluriativas e 63,3% famílias agrícolas. Pode-se constatar que as famílias pluriativas possuem renda superior à das famílias agrícolas e mais, que as famílias pluriativas têm melhores condições de vida e de acesso aos bens, condições de habitação e níveis de escolaridade, corroborando os resultados das tendências nacionais.

---

[172] A autora utiliza dados referentes à PNAD de 1999. Del Grossi e Graziano da Silva (1998) encontram um grau de pluriatividade um pouco superior, isto é, de 40% para o Brasil, em 1995. Houve, portanto, uma pequena queda da pluriatividade de 1995 a 1999. Nesse mesmo artigo, os autores defendem três idéias centrais: a) a idéia de que há diferentes tipos de pluriatividade (diferentes combinações); b) da necessidade de se construir uma medida que desse conta do grau de pluriatividade e , c) de que a utilização da semana de referência ao invés do ano superestima famílias exclusivamente agrícolas e subestima a pluriatividade. O último item citado já foi comprovado no caso desta pesquisa.

O elevado número de famílias agrícolas que compreendem 63,3% do total é explicado pela própria escolha da amostra que considera como pré-condição a vinculação dos domicílios à atividade fumicultora. O resultado encontrado de 36,7% de famílias pluriativas denota, claramente, a importância que a pluriatividade assume na produção familiar articulada ao Complexo fumageiro, ou seja, as conclusões mais gerais das pesquisas que atestam a presença marcante da pluriatividade na produção diversificada também se verifica para o caso aqui estudado, porém, como era de se esperar, em um grau não tão acentuado.

A dissociação da unidade familiar e exploração vêm à tona quando se compara o nível de ocupação na agricultura e a origem dos rendimentos. Nesse momento, as famílias se deparam com uma alternativa certa de comercialização de seu principal produto. No entanto, com uma remuneração insuficiente para sozinha garantir a manutenção de grande parte das unidade familiares da região.

O Estudo de caso revelou que as famílias agrícolas são compostas por um número maior de pessoas em relação às pluriativas, que se situam na faixa de três a quatro residentes, resultado que corrobora a verificação empírica da real demanda de força de trabalho na atividade agrícola fumicultora.

Os baixos níveis de escolaridade tornam-se visíveis quando se constata que o grau de escolaridade em quase todas as pessoas não ultrapassa os 5 anos de estudo, ainda assim, uma pequena melhora no grau de escolaridade pode ser verificada nas famílias pluriativas, nas quais as condições de habitação e os níveis de vida também são superiores.

A maioria das pessoas não remuneradas encontra-se entre as famílias agrícolas. As famílias não-agrícolas também possuem um elevado porcentual de pessoas não remuneradas, porém num grau ligeiramente inferior às primeiras. As famílias pluriativas possuem 21,3% do total de pessoas vinculadas ao trabalho assalariado e o emprego doméstico não chega a 1% do total de pessoas.

A renda média domiciliar é superior nos domicílios pluriativos (32%) em relação à dos agrícolas, porém, a renda dos inativos é maior quando se considera as famílias agrícolas. Verificou-se um elevado percentual de autoconsumo nas famílias pluriativas e, uma maior renda líquida domiciliar total e percapita e uma maior renda domiciliar do trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar que as especificidades encontradas que atestam a presença de pluriatividade na produção articulada ao complexo fumageiro remetem a questão, que já foi discutida amplamente no capítulo 1, e que diz respeito ao momento histórico que possibilitou o desenvolvimento de tais mudanças. [173] Assim, deve-se lembrar que, na década de 1970, iniciou-se, paulatinamente, uma transformação qualitativa na dinâmica da região aprofundando-se a articulação com as empresas fumageiras, além de uma mudança na forma de produção, incorporando a tecnologia que abreviou algumas fases do processo de produção agrícola permitindo uma maior inserção noutras atividades. O aumento considerável no volume de produção requerido pelas empresas fumageiras para atender à demanda interna e principalmente à externa, acabou gerando mudanças no trabalho rural passando a estimular a diversificação das atividades econômicas, principalmente daquelas relacionadas ao setor de serviços e criando a categoria do trabalhador em tempo parcial.

Portanto, sabe-se que todas essas mudanças têm influência nas especificidades desse processo. Assim, deve-se ressaltar que a direção das novas atividades geradas, diz respeito, principalmente, às novas demandas relacionadas ao nível de desenvolvimento local alcançado e que incluem grande parte de produtos tradicionais que passaram a se mercantilizar.

3.6 Perspectivas da fumicultura e da relação atual de articulação

É oportuno, neste momento, tecer algumas considerações acerca das possibilidades futuras de manutenção desse setor, cuja dúvida se evidencia considerando a particularidade de um produto que tem sido alvo de muitos ataques por grupos que pressionam no sentido propulsionar uma redução do consumo e que neste sentido já conseguiram que se efetivasse uma proibição da publicidade do cigarro na mídia impressa, eletrônica, exterior e na internet. Do que se pode observar é que as empresas procuram mostrar uma certa tranquilidade, apostando nas soluções adequadas das agências de

[173] Ver, também, Prieb R. (2003) "A dinâmica recente da região região fumicultora gaúcha: a emergência dos

propaganda de cigarro, as quais buscam alternativas para atuar nas limitadas brechas que sobram, traçando, assim, estratégias criativas e buscando descobrir novas formas de fazer propaganda[174].

Por parte do Estado, percebe-se ações no sentido de obrigar as empresas a terem um padrão definido de cigarros – utilizando os limites utilizados na União Européia - dado que os teores de nicotina e alcatrão, além de diferirem mesmo quando se tratam de mesmas marcas, são ainda muito elevados.[175]

Segundo a OIT, no decurso dos últimos 5 anos, o emprego no setor fumageiro teria diminuído em função da introdução de novas técnicas e da aplicação de políticas internacionais e nacionais anti-fumo. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, o consumo, a produção de fumo e o emprego no setor teriam aumentado[176]. Não obstante, a aplicação das políticas anti-fumo, que ainda estão por serem definidas, têm importante impacto em nível de emprego.[177]

Assim, para o caso da produção fumageira nacional, há indícios de que as perspectivas no curto e médio prazos, tendem a continuidade de um processo que vem ocorrendo há um século no país[178]. O tabaco nacional, cuja exportação está também atrelada à sua qualidade, coloca o Brasil em posição favorável diante da situação vivida hoje pelas demais nações produtoras [179].

---

serviços" . SOBER, 2003.

[174] "Para as duas multinacionais que dominam o mercado de cigarros no País, Souza Cruz e Philip Morris, a saída será adequar a estratégia de distribuição ao posicionamento das marcas, intensificar ações de merchandising no ponto-de-venda e pressionar o governo no combate ao contrabando". (Gazeta Mercantil 16 e 17 de dezembro de 2000)

[175] "O documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve usar os limites adotados pela União Européia: cada cigarro pode ter até 0,8 miligramas de nicotina, 10 mg de alcatrão e 10 mg de monóxido de carbono. A redução deve ser gradual...Hoje não há limites para estas toxinas em cigarros. Em média, os índices são de 14 mg de alcatrão e monóxido e 1,2 mg de nicotina ...os produtos de contrabando chegam a ter 20 mg de alcatrão". (Folha de São Paulo, 10 de janeiro de 2001)

[176] Em visita a Santa Cruz do Sul, em julho de 2003, representantes da Afubra afirmaram que o aumento no porcentual do consumo é maior na população jovem.

[177] Disponível em www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/ dialogue/sector/sectors/food.htm

[178] O presidente do Sindifumo, Cláudio Henn, aproveitou a reunião de ontem à tarde com os representantes dos fumicultores para anunciar as projeções feitas pela AFUBRA para a safra 2003/2004 é de que serão colhidos nos três estados do Sul 700 mil toneladas de fumo virgínia, 150 de burley e mais seis mil toneladas de fumo de galpão, totalizando 856 mil toneladas, 26 mil toneladas a mais que a última projeção, divulgada há dois meses, e 56 mil toneladas acima do prognóstico feito no início da safra, que era de 800 mil toneladas.

[179] As informações foram trazidas da Croácia pelo presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow e o tesoureiro da entidade, Benício Albano Werner, que participaram da assembléia anual da Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), realizada na cidade de Rovinj, entre os dias 2 e 6 de janeiro de 2004.

A relativa confiança na manutenção do setor é facilmente perceptível quando se observa a grande quantidade de empreendimentos de beneficiamento e conservação de fumo construídos nos diferentes espaços geográficos do Rio Grande do Sul, no período recente.

No início do ano de 2001, foi concluída uma nova construção de um armazém para guardar fumo especial tipo exportação, em que é utilizado um sistema de desumidificadores no intuito de garantir a qualidade do produto. Isso representou um investimento de R$ 4,1 milhões na área do porto de Rio Grande, sendo esse investimento feito em conjunto: a Souza Cruz e a transcontinental Logística. A importância desse investimento decorre da possibilidade real de um aumento substancial das exportações que permitem uma duplicação da capacidade de exportações.[180]

Outra inversão de grande porte foi realizada pela empresa Souza Cruz que investiu entre R$ 100 e R$ 110 milhões, no ano de 2001, na construção uma unidade de produção no município de Cachoeirinha, na região da grande Porto Alegre. Na verdade, tal fábrica estava prevista para ser implantada um ano antes, sendo que o atraso ocorreu em função das incertezas com relação à desvalorização cambial, o que motivou o adiamento do prazo de sua implantação.

A Universal Leaf Tabacos também aumentará a produção de fumo na Região Sul a partir da ampliação da unidade de beneficiamento, cujo investimento é de US$ 40 milhões. Somente esse empreendimento é capaz de aumentar em oito mil o número atual de famílias articuladas na safra 2004/2005.

Na verdade, esses investimentos são importantes, porém, insuficientes para afirmar que essas ações pontuais definam uma tendência de longo prazo na continuidade da produção na mesma magnitude que vem ocorrendo. Nesse sentido, o presidente da Afubra considera um avanço, na quinta reunião intragovernamental na Comissão de Controle do Uso do Tabaco, promovida pela organização Mundial da Saúde (OMS), a substituição do termo "erradicação" do tabaco e a adoção, em seu lugar, do termo "controle" do uso do tabaco[181].

Cabe ainda uma referência acerca das perspetivas de consolidação da forma histórica de articulação. Nesse sentido o futuro depende primordialmente da viabilidade

[180] Gazeta mercantil 1° de maio de 2001.

econômica dessa forma. Enquanto as inovações tecnológicas não tenham até agora reduzido o custo de produção do fumo em folha, as ações das empresas agroindustriais continuarão privilegiando a atual forma. Por outro lado, é difícil pressupor uma mudança nas ações dos agricultores familiares, os quais certamente continuarão sua inserção na forma tradicional, porém cada vez mais organizada politicamente e em luta.

Por sua vez, as mudanças na condução das estratégias dos agricultores familiares, no que respeita a distribuição das atividades entre a fumicultura e as outras atividades agrícolas e não agrícolas dependem em grande medida de demandas favoráveis para diferentes atividades e bens. Enfim, considerando que o futuro da produção fumageira depende do confronto dos diferentes interesses favoráveis e desfavoráveis na manutenção do setor, parece importante que se trabalhe, no mínimo, com a idéia de um futuro mais longínquo de incerteza. Progressivamente as políticas devem se direcionar na busca de outras ocupações e de rendas alternativas para as famílias envolvidas.

---

[181] Anuário Brasileiro do Fumo 2002 p.58.

CONCLUSÕES

Alguns dos aspectos relevantes e conclusivos deste trabalho já se encontram indicados ao longo dos capítulos anteriores. Portanto, estas considerações finais pretendem ressaltar as nuances do caso estudado, destacando sua especificidade quanto ao tema agricultura familiar/complexo agroindustrial. Também busca apontar aspectos relativos aos dilemas futuros.

Nesse sentido, a tese procurou avançar nos estudos sobre a agricultura familiar articulada ao CAI fumageiro, distinguindo-se da idéia de trabalhador para o capital e buscando dimensionar seu engajamento em atividades outras, de diversificação produtiva e de práticas pluriativas. Por outro lado, buscou avançar nos estudos sobre a pluriatividade no sentido de avaliar sua validade para um caso de produção articulada, o qual, pelo que se sabe, ainda não mereceu destaque na análise dos pesquisadores. Isso se deve em parte devido à dificuldade de avançar em análises capazes de superar as tradicionais dicotomias rural/urbano[182].

Procurou-se mostrar, inicialmente, que no período posterior à década de 1970 ocorreu uma centralização e desnacionalização do capital, cujos impactos sobre os agricultores familiares articulados ocorreram no sentido de uma criação de alternativas pontuais de dinamismo, com destaque para a ocupação em uma atividade produtiva geradora de renda que, apesar dos problemas relativos aos preços (níveis e classificação) permite uma estabilidade de demanda do produto, que é consumido mundialmente.

Sobre a problemática da formação dos preços cabe reconhecer que ela ficou circunscrita ao preço do fumo em folha, não se abordando a questão dos preços do cigarro. Isso não impediu que se detectasse a insatisfação quanto àquele preço e sua importância para a situação do fumicultor e sua família, principalmente quando se tem em conta que não há garantia de preço mínimo para o fumo em folha. Constatou-se que a instância principal de monitoramento dos custos de produção tem uma forte influência das empresas.

A agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro, na principal região produtora de tabaco no Rio Grande do Sul, ocupou o espaço agrícola com base na pequena

propriedade. O fato é que, à semelhança do que ocorreu com a maior parte dos segmentos produtivos, a fumicultura nas décadas de 1960 e 1970, também passa por grandes modificações na forma de produzir e na utilização de tecnologia. Isso permitiu que a produção brasileira pudesse atender a ampliação da demanda em nível internacional, dada a crise vivida por um dos maiores países exportadores do mundo.

Apesar de a partir de 1960 ter havido um incremento substancial no uso de agrotóxicos, o pacote agroquímico é desenvolvido pelas empresas transnacionais do setor químico vinculadas estreitamente a empresas fumageiras, igualmente transnacionais. Certamente, isso decorre em parte do fato de que desde cedo a fumicultura se constituiu em um ramo de produção em que o capital processador era originário de países desenvolvidos, nos quais os processos tecnológicos já se encontravam à frente dos nacionais. Assim, a Souza Cruz, já na década de 1920, adotara o sistema de produção integrada, para abastecer suas fábricas no centro do país com o fumo de estufa. O financiamento oferecido pelas empresas não se circunscrevia apenas ao crédito de custeio tais como a aquisição de sementes, fertilizantes e corretivos de solo, produtos químicos mas também, a investimentos como construção de fornos de secagem e galpões além de fornecer assistência técnica aos produtores

Evidenciou-se que o desenvolvimento da fumicultura no Rio Grande do Sul, a partir de 1970, consolidou a produção fumageira no país, incidindo em uma transformação qualitativa na dinâmica da região e passando a estimular a diversificação das atividades dos agricultores familiares. Apesar da antiga forma de articulação não se ter modificado em sua essência, operou-se sim, inicialmente, uma maior contratação da força de trabalho pelas empresas fumageiras, que se traduz em uma ampliação na utilização de trabalhadores temporários em seu processos de produção, em que praticamente a metade destes são trabalhadores *part-time*, isto é, que combinam a ocupação agrícola com a venda direta da força de trabalho às empresas fumageiras. Contudo, ao longo do tempo também reduziram-se drasticamente esses postos de trabalho (formais), a semelhança da grande maioria dos setores produtivos nacionais.

Esta forma de orientação do trabalho foi possível devido à configuração local das estruturas produtivas e à proximidade das processadoras às propriedades, e não apenas por

---

[182] Nos estudos sobre a plurialividade em geral, os autores centram sua análise na pluriatividade no meio

isso, mas também pelo conhecimento da classificação e do beneficiamento das pessoas/famílias já envolvidas na parte agrícola da produção. É desta forma que o capital agroindustrial organiza um processo de reprodução ampliada do capital, acoplando ou ajustando mais uma peça na engrenagem, buscando a precisão e o ritmo requeridos por aquele.

Contudo, as mudanças não se restringem à forma de inserção das famílias na venda direta de sua força de trabalho durante determinados períodos do ano. Além do desenvolvimento da agricultura em tempo parcial, há outras modificações que ocorrem no desenvolvimento do complexo fumageiro na região: o setor de serviços teve um estímulo decisivo na região, já que cresceram suas atividades, bem como surgiram outras.

Assim, a pluriatividade na região decorre, principalmente, das oportunidades criadas pelo capital, porém, como em geral ampliaram diversos movimentos, a participação das famílias produtoras de fumo, nessas atividades, está estritamente ligada às necessidades de uma maior inserção no mercado, na busca de obtenção de maiores rendimentos para manutenção de tais famílias.

Verifica-se, portanto, um duplo movimento que acaba por gerar a pluriatividade dos produtores: a) as mudanças operadas no âmbito do CAI fumageiro oriundas da forma de desenvolvimento e consolidação, que criaram a possibilidade de maior de inserção em outras atividades, principalmente o crescimento dos serviços no interior destes complexos); b) por outro lado, advém da situação econômica do agricultor familiar, mormente aquele articulado à produção fumageira local, que busca meios de melhorar suas condições de vida, ora procurando diversificar suas atividades dentro e fora da exploração, ora se tornando trabalhador temporário nas empresas fumageiras. Cabe ressaltar que a direção imprimida nas novas atividades geradas dizem respeito às demandas desses setores.

Assim, tal processo é determinado, em grande medida, a partir da própria opção de localização das principais processadoras de fumo na região, que gradativamente, foram acompanhadas da concentração de uma série de atividades acessórias de serviços, criando um desenvolvimento local e originando, de forma crescente, novas demandas. No concernente às famílias articuladas, as causas motivadoras se relacionam à maior mecanização na parte agrícola da principal atividade da região, o que diminui o tempo de

---

rural.

trabalho nas tarefas de cultivo do fumo. São, portanto, esses os principais elementos explicativos que acabam por conformar a situação atual pela qual passam as famílias fumicultoras na região, ou seja, a manifestação importante de práticas pluriativas.

A abordagem das diferentes categorias, apesar do não aprofundamento de cada uma delas, permitiu a compreensão dos elementos fundamentais para o caso estudado, uma vez que em distintos graus, todas auxiliam na explicação das motivações das famílias. Assume-se que nenhuma delas, isoladamente, pode dar conta da complexidade da realidade.

Observou-se, também que a importância de estudos localizados sobre a pluriatividade advém, em grande medida, da possibilidade de mensuração da renda agrícola, principalmente por considerar a renda de autoconsumo e a sazonalidade tão peculiar à esta atividade, tomando por base o ano de referência, o que do contrário subestimaria a renda agrícola e também a pluriatividade das famílias, lembrando que até a atualidade os dados secundários das PNADS ainda não consideram esses elementos. No caso da produção agrícola do Vale do Rio Pardo, sua importância se torna clarividente quando se considera que, nesta, a renda oriunda do autoconsumo perfaz quase a metade do total da renda.

Um resultado importante da pesquisa é que as famílias agrícolas apresentam uma pluriatividade quase total (99,3 %) intra-setorial, diferente das famílias pluriativas em que este porcentual é inferior (64,4 %) e em que a pluriatividade intersetorial toma uma importância considerável (35,6%).

A pluriatividade na produção fumageira articulada mostrou não ser sensivelmente menor do que a média nacional, mas a comparação com outros casos de produção articulada fica comprometida em função de não haver estudos semelhantes para outros casos de produção articulada a um complexo particular, assim também se pode pressupor que não necessariamente haja concordância com outros casos.

Tendo em vista que uma parcela significativa dessas famílias é pluriativa, pode-se afirmar que grande parte das famílias sofre uma ruptura que separa os objetivos da família e a exploração. Essa individualização é tão marcante que, não raras vezes, a aposentadoria rural não é utilizada como fundo de renda para inversão na unidade. Nesse caso, os parcos benefícios, historicamente oferecidos pelo Estado como na saúde, refletem a necessidade de

uma poupança para precaução. Por outro lado, a diversificação das rendas mostra-se como um outro fator que auxilia no sentido de imprimir uma quebra na unidade interna da família na condução da exploração.

As contribuições de autores sobre a diversificação e a pluriatividade permitiram entender a sua diferença essencial, seja com respeito aos recursos da exploração, seja quando se trata de rendas múltiplas derivadas do trabalho fora da exploração. No caso estudado, observa-se uma diversificação das atividades no interior da exploração, relacionada basicamente ao autoconsumo. Nesse caso, praticamente não são utilizados recursos exteriores à exploração. A produção fumageira no que diz respeito à sua orientação mais geral, está relacionada à utilização de recursos internos (trabalho, terra, parte da lenha usada nos fornos de secagem) e externos (o consumo intermediário "moderno"). O fato de o trabalho ser preponderantemente familiar, caracteriza essa atividade como um elemento da diversificação. A pluriatividade diz respeito aos trabalhos fora da exploração desde a venda permanente ou temporária da força de trabalho de um ou mais integrantes das famílias nas diferentes atividades, como professores (as), motoristas, empregados domésticos etc., gerando uma ampliação das fontes de renda.

A idéia subjacente a esta parte do trabalho é mostrar que as determinações internas das unidades familiares, apesar de sua autonomia, possuem limites que são impostos pela lógica do capital e/ ou pelo grau de desenvolvimento. Na verdade, uma maior autonomia está diretamente relacionada à capacidade de diversificação das rendas.

Procurou-se enfatizar como caráter central da agricultura familiar fumageira o fato de que ela sempre teve uma forte interligação com o mercado, diferentemente de outras produções que inclusive podem ser destinadas para o consumo alimentar. A especificidade deste caso está na impossibilidade de consumo da produção total e a venda a qualquer preço decorre a venda aos oligopsônios e, às vezes aos intermediários.

Apesar da diversificação da unidade familiar, a parcela da produção orientada à fumicultura é altamente especializada e garante uma renda regular. Porém, também neste caso, o aspecto contraditório do desenvolvimento dessas unidades criam fatores que se contrapõem a uma maior inserção no mercado. Isso porque a especialização é um fator inibidor do desenvolvimento pessoal da maior parte dos integrantes das famílias, o que pode ser observado, por exemplo, a partir dos baixos níveis de escolaridade.

Se forem consideradas apenas as relações estabelecidas entre a agricultura familiar com as empresas fumageiras têm-se que esta é caracterizada por uma forma de articulação com forte subordinação. O principal elemento que diferencia esta forma diz respeito à ingerência destas empresas no âmbito da produção, com especificações do que, do como e do quanto produzir.

A diferenciação encontrada nos resultados da pesquisa diz respeito à existência de duas categorias distintas: conta-própria e empregador. Além disso, dentro do grupo de conta-própria verifica-se uma parcela considerável de arrendatários criando mais uma diferenciação em relação aos que possuem terra, aprofundando a diferenciação em um grupo já diferenciado.

Outra questão que merece destaque e que a pesquisa de campo mostrou é que não se trata de empresários familiares mas de agricultores familiares dado que mais da metade das famílias são conta própria e, do ponto de vista do trabalho, mesmo para o caso das contratações de trabalho fora, este para a maior parte dos casos é temporário e não supera a contratação de um trabalhador, em média, por família. As unidades que são efetivamente empregadoras, conforme visto no ítem 3.1, perfazem um total de 23,9%. Esses sim podem ser considerados empresários familiares, pois em não raros casos os donos da exploração não trabalham em nenhuma etapa do processo produtivo. Isso decorre, em grande medida, do envelhecimento da famílias, contaminação pela longa exposição ao uso de agrotóxicos na produção e por opções de saída dos filhos em busca de melhores condições de trabalho e/ou de busca de superiores rendimentos noutras atividades.

Os motivos centrais que afirmam a articulação com as empresas de parte dos agricultores dizem respeito às possibilidades reais de obtenção de crédito, da certeza da comercialização de seu produto e da possibilidade de resgatar os valores do seguro e, portanto, de obtenção de uma renda mínima, mesmo quando as intempéries comprometem as colheitas.

Enfim, quando se considera o movimento mais geral, as mudanças operadas na região fumicultora gaúcha, no que diz respeito a uma maior intensificação na produção, centralização e desnacionalização, permitiram melhorar a competitividade do tabaco nacional, aumentando as vendas e reestruturando internamente o setor no sentido de permitir um aumento adequado da demanda interna aos requerimentos desta *commodity*..

De um lado, supõe-se um desenvolvimento prospectivo, quando se considera a renda gerada com o aumento da produção e comercialização para os diferentes segmentos que dela se apropriam. Contudo, há que se relativizar os impactos positivos, já que se trata de um desenvolvimento que destruiu inúmeros empreendimentos da região. Vários donos de empreendimentos de menor capital absorvido pelas empresas fumageiras se metamorfosearam em diretores e gerentes de alto escalão nas empresas e com elevados salários. Nesse sentido, a região passa a ficar muito dependente dessa cultura (em torno de 80% do orçamento do município de Santa Cruz do Sul, conhecida como sendo a capital do fumo, provém desta atividade).

As empresas fumageiras esforçam-se no sentido de incentivar a diversificação dessas unidades, certamente para que a sustentação da unidade familiar não seja dependente em demasia da produção do fumo. Isto é importante, também, para os agricultores que, em casos não raros, se pudessem, substituiriam esta produção por outra que utilizasse menos agrotóxicos. Contudo, nem todas as famílias possuem a mesma chance de diversificar, com algumas se tornando ainda mais subordinados às empresas fumageiras.

Antevê-se um caráter de tendência na reestruturação que vem ocorrendo na região do vale do Rio Pardo e de Santa Cruz do Sul, no RS. Não se verificou nenhum indício que permitisse concluir que as empresas fumageiras possuam interesse em mudar a forma histórica de estruturação "articulada". Isso decorre na nossa visão, principalmente da dificuldade de incorporação do progresso técnico na parte agrícola da produção. Várias inovações tecnológicas acabaram não sendo implementadas pelos produtores, em parte devido às pressões sobre o custo de produção, (no caso da caldeira movida a energia elétrica) e devido à inadequação (como no caso da plantadeira que facilmente amassa a planta), diferente da prensa e da hidroponia que foram incorporadas largamente pelos produtores.

Apesar da insuficiência do desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover uma mudança que não articule, mas que contrate trabalhadores assalariados na parte agrícola, houve ganhos de produtividade reduzindo o tempo de trabalho na fumicultura e, portanto, abrindo a possibilidade de uma maior ocupação do tempo livre para outras ocupações/atividades. Com isso, as famílias buscam amenizar os problemas de renda. Porém, o critério econômico não se constitui no guia absoluto das ações. Esse fato é

fundamental na medida em que sua crescente organização, objetivando uma plena cidadania, somente ocorre quando há uma articulação entre o econômico e o social, redundando em um fortalecimento dos agricultores familiares com o conjunto da sociedade.

As políticas públicas precisam considerar um conhecimento profundo das práticas dos agricultores familiares, abarcando uma pluralidade nas ações com monitoramento e organização de projetos concretos, que envolvam de forma participativa as comunidades rurais que anseiam pela viabilização de alternativas que venham inclusive a substituir a produção do fumo, caso conseguissem renda semelhante ou superior à que o fumo oferece, noutras atividades. No entanto, há que se considerar as possibilidades reais de mercado para a busca de soluções sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

ACCURSO, Cláudio F. **Estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul**. Ensaios da FEE. 2002. P. 337 – 371.

ALONSO, José A & BANDEIRA, Pedro S M.D. . BENEF, M. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas.** Porto Alegre: FEE, 1994.

ALONSO, José A . F. e BANDEIRA, P. S..MD **A evolução das desigualdades inter-regionais da renda interna do Rio Grande do Sul: 1939 – 70**. N.9, Porto Alegre: FEE, 1986.

ANDREOLI, Dejalme. **As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul**. Indicadores FEE, v.17, n.2, Porto Alegre, 1989.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO . Editora Gazeta Santa Cruz Ltda. Santa Cruz do Sul –RS, 2002.

ARNALTE ALEGRE, E. **Formas de produción e tipos de explotaciones el la agricultura española: viejas e nuevas lineas de diferenciacón,** 1996, mimeo.

Associação Brasileira de Indústrias do Fumo (ABIFUMO). Boletim Informativo N° 28, 1984.

BANDEIRA, Pedro S. A economia da região Sul. In: Rui de Brito, A. e B. S. Pedro Luiz (orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/UNESP. 1995, p.225-247.

BAPTISTA, F. O. **Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul.** Chile: IV Congresso latino Americano de Sociologia Rural, 1994

BARAM, P. M. & SWEEZY. **Capitalismo moderno.** Ed. GRAAL, RJ, 1977.

BARBOSA A . B. & WAQUIL P. D. **O rumo das exportações agrícolas brasileiras frente às negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**. Indicadores econômicos FEE. V.29 v.3, n3, 2001.

BARTRA, A. **La explotación del trabajo campesino por el capital**. México: Macehual, 1979.

BELIK, W. **Estado, Grupos de Interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 136 N°1.1998.

BESCOW P. R. **Agricultura e Capitalismo no Brasil.** Civilização Brasileira. 1980. p. 113-126

BRUN, A. La Famille Comme Unité d'Analyse du secteur Agricole. **Economie Rurale**, Paris, 1989.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 193-197. São Paulo: Campinas: Global; UNICAMP,1998.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 193-197. São Paulo: Campinas: Global; UNICAMP,1985.

CAMPOS , S.H. E PASSOS M. C. **O Desempenho da Indústria em 1998**. Indicadores Econômicos. FEE. 1999. 333p.

COSTA E SILVA, V. L. et. al. (Orgs.), 2000. Cigarro Brasileiro - Análise e Propostas para Redução do Consumo. Rio de Janeiro, INCA, 1ª ed.

CUNHA, J. L. da. **Os colonos Alemães e a Fumicultura.** Santa Cruz do Sul. Editora da FISC. 1991. 184 p.

DELGADO, G C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo;** Campinas: Ed. Ícone/Ed. da UNICAMP, 1985.

DELGADO,G C. e CARDOSO JR J C. **A Universalização dos Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. IPEA. Brasília. 2.000.

DEL GROSSI M. & GRAZIANO DA SILVA J. **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. Estudos Sociedade e Agricultura nº 11. Ed. da UFRJ. 1998.

DEL GROSSI 1999

ETGES V. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do Fumo.** FEE, 1989.

---------- **Tobaco growing and ecosystem effects**. Project Number 98-8760-01/50386, Santa Cruz do Sul/ UNISC. 2002.

FERNANDES, F. F. & CAMPOS F. R. **Determinantes da estabilidade da oferta de matéria-prima na agroindústria integradora de maracujá**. São Paulo. 2002.

FURTADO C. **Formação econômica do Brasil**. 23ª edição. São Paulo. Editora Nacional, 1989.

GAZETA DO SUL. **Guia Sócio-Econômico do vale do Rio Pardo**, Santa Cruz do Sul, 26 e 27 de junho de 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas. Instituto de Economia – UNICAMP. 1996, 217p.

---------- **O que é Questão Agrária.** Editora Brasiliense. 18ª ed. 1994.

---------- **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP. 1999. 153p. in Revista de Economia Aplicada. FEA – USP. 1998. P.515-551.

GUIMARÃES, A . P. **A Crise agrária**: Paz e Terra, 1979.

GOODMAN, D. SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da Lavoura as Biotecnologias.** Editora Campus. 1990.

GAZETA DO SUL. **Guia Sócio-Econômico do vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul**, 26 e 27 de junho de 1999.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 15 de março de 2002 p. A-4.

HERRLEIN, Ronaldo Jr. **A Tragetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul.** In Ensaios FEE . 2002. P. 645-668.

HICKS, J., 1978. **Perspectivas econômicas. Ensaios sobre moeda e crescimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

HICKS, J., 1987. **A crise na economia keynesiana**. São Paulo, Ed. Vértice. Ed. Revista dos Tribunais.

HOFFMANN, R. (1998), **Distribuição de renda e medidas de Desigualdade e Pobreza.** EDUSP, 1998.

KAGEYAMA A. & LEONE E.T. **Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil,** 1885-1996.

KAGEYAMA Â. **A Pluriatividade na Agricultura Paulista**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.37, n1, p.35-56, jan/mar. 1999.

---------- **Determinantes das condições sócio-econômicas dos domicílios agrícolas no Brasil.** Relatório parcial de pesquisa (Bolsa Produtividade em Pesquisa – CNPQ). Campinas. 2001.

KALECKI, M., 1976. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, Coleção os Pensadores.

LABINI, P. S., 1984. **Ensaios sobre desenvolvimento e preços**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

LIEDKE, E.R. **Capitalismo e camponeses – relação entre agroindústria e agricultura na produção do fumo no RS**. Brasília: UNB, 1977.

MARX, K., 1984. O Capital. Critica da economia política. Livro 1. Vl 1 e 2. São Paulo, Editora Difel.

MÜLLER. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo, HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo nordeste?** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1960.

PAYES, Manuel A . M. **"O empresário familiar: Integração a agroindústia de fumo e diferenciação".** (dissertação de mestrado). Campinas, UNICAMP, 1993.

PINHO, D. B. & VASCONCELLOS, M. A. S. de, (Orgs.), 2001. Manual de Economia. São Paulo, Ed. Saraiva.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984.

PRIEB, R. (2003). **A Dinâmica recente da região fumicultora gaúcha: a emergência dos serviços.** XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Juiz de Fora- MG. Anais em CD-ROM.

PRIEB, Rita I. P., 1995. **Fábrica de Ilusões: O Caso dos Pequenos Produtores de Fumo de Santa Cruz do Sul/RS.** Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, Dissertação de Mestrado.

RAMOS, P., 1999. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo, Ed. Hucitec.

RAMOS, P., 2001. **"Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)"**. In Estudos Avançados 43. São Paulo. USP/Instituto de Estudos Avançados.

RAMOS, P & PRIEB, R. (2002). **A problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da região Sul do Brasil**. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Passo Fundo-RS, Anais em CD-ROM

RANGEL, Inácio. **A Inflação brasileira**. Tempo Brasileiro, Rio de janeiro ,1963.

REARDON, T. et al . **Effects of nonfarm employment on rural income inequality in developing countries: na investment perspective.** 1998, mimeo.

SHACKLE, G. L. S., 1991. **Origens da economia contemporânea**. São Paulo, Ed. Hucitec.

SANZ, Benjamím G. **La diversificación económica de la sociedad rural**. Universidade Complutense de Madrid, 2000 www.uned.es/dpto-sociologia-II/textos

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. (tese de Doutorado).Porto Alegre. 1999.

SCHNEIDER S. & NAVARRO Z. **Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (Um estudo sobre as tendências recentes).** O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas,v. 2, SOBER. 1999.

SEFRIN G., 1995. **O Fumo no Brasil e no Mundo**. Santa Cruz do Sul, AFUBRA, 1995.http://afubra.com.br/prt/lin21.html. Desempenho do setor fumageiro no Brasil. Acesso em abr. 2001.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 1986.

VARGAS, M. A.; FILHO, N. dos S.; ALIEVI, R. M., 1988. **Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: Complexo Agroindustrial Fumageiro.** UNISC-EPEIE/UFRJ, Mangaratiba-RJ, dezembro.

Estudos de Casos em campo para avaliação dos impactos do PRONAF. Convênio PCT/IICA e Fundação de Economia de Campinas - FECAMP. Campinas -SP, Outubro de http//www.pr.gov.br/seab/fumo.

PORTUGAL, Marcelo. **Efeitos do Plano Real sobre o Rio Grande do Sul: As Exportações, o Nível de Atividade e as Finanças Públicas Gaúchas nos dois Primeiros Anos do Real.** Revista Análise Econômica, Porto Alegre, Ano 15, março de 1997, p.91-109.

PRADO Jr C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

PRIEB, Rita I. P. **Fábrica de ilusões: o caso dos pequenos produtores de fumo de Santa Cruz do Sul – RS.** Campina Grande: UFPB. 1995. Dissertação de Mestrado. 92p.

SILVEIRA. Rogério L. L.**Os trabalhadores safristas e a indústria fumageira: mobilidade do trabalho e acumulação de capital na periferia urbana de Santa Cruz do Sul - RS.** Revista ágora, EDUNISC, Santa Cruz do Sul – RS, 2000.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo nordeste?** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1960.

PORTUGAL, Marcelo. **Efeitos do Plano Real sobre o Rio Grande do Sul: As Exportações, o Nível de Atividade e as Finanças Públicas Gaúchas nos dois Primeiros Anos do Real.** Revista Análise Econômica, Porto Alegre, Ano 15, março de 1997, p.91-109.

PRADO Jr C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

PRIEB, Rita I. P. **Fábrica de ilusões: o caso dos pequenos produtores de fumo de Santa Cruz do Sul – RS.** Campina Grande: UFPB. 1995. Dissertação de Mestrado. 92p.

SAMPAIO, P. **Capital estrangeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: editora Vozes, 1980.

SEFRIN, G. **O fumo no Brasil e no mundo**. Afubra. Santa Cruz do Sul. 1995.

SORJ, B. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na agricultura brasileira**. Rio de janeiro: Zahar, NS 1980.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná.** Campinas. 2000. (Tese de Doutorado)

SOUZA, N. **Rumos do planejamento regional** in: Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo. 2002. P.155-166.

TEDESCO, J. C. org. **Agricultura familiar:realidades e perspectivas**. Passo Fundo:EDIUPF, 1999. 394p.

VARGAS, Marco A.; SANTOS FILHO, N.; ALIEVI, R. M. **Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: complexo agroindustrial fumageiro.** UNISC-CEPE-IE/UFRJ, Mangaratiba-RJ, dezembro de 1998.

VOGT, O . **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul –RS (1849-1993)**. Curitiba:UFPR, 1997. (Dissertação de Mestrado)

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:**realidades e perspectivas. Passo fundo, Ed. UFP, 1999, p.23-56.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo:Hucitec,1986.

Zero Hora. Caderno Campo e Lavoura 21-01-2003

ANEXO –1 A determinação da estimativa de erro do experimento.

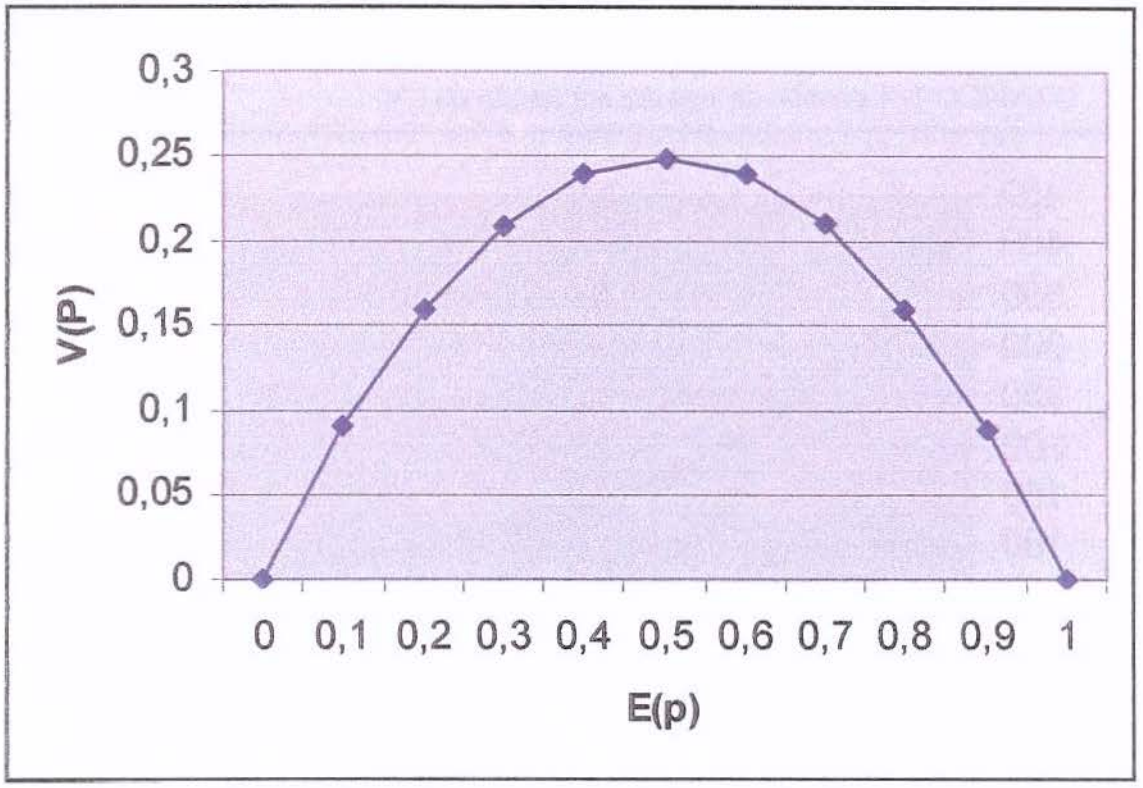
Para avaliar a estimativa de erro associado ao processo de amostragem empregado no experimento é necessário levar em conta dois aspectos; primeiro, o tamanho da amostra empregada e, segundo, a variabilidade dos dados.

Em um processo amostral, sempre existe uma margem de erro associada, que tende a zero, à medida que o tamanho n da amostra, aproxima-se do tamanho N da população.

Outro fator que determina o tamanho do erro associado é a variabilidade da variável aleatória em estudo, o erro de estimativa é diretamente proporcional ao valor da variância da variável. Se a variável em estudo for a estatística $\hat{p}$, proporção amostral, empregada como estimador de π, proporção na população, um bom estimador do erro de estimativa é o coeficiente de variação definido como $CV=\frac{\sqrt{V(\hat{p})}}{E(\hat{p})}$, que é uma medida da proporção da variação em torno de $E(\hat{p})$. Cada ramo da ciência possui valores característicos e aceitáveis para CV, valores entre 5 e 15% são considerados aceitáveis para a maioria das áreas de pesquisa de ciências Sociais.

A estatística $\hat{p}$ possui distribuição amostral normal com média $E(\hat{p})=\pi$ e $V(\hat{p})=\frac{\pi(1-\pi)}{n}$. Dessa forma, para um mesmo valor de n a variância de $\hat{p}$ será máxima quando $\pi = 0{,}5$, como pode ser observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1- Variância de $\hat{p}$ em função de $E(\hat{p})$.



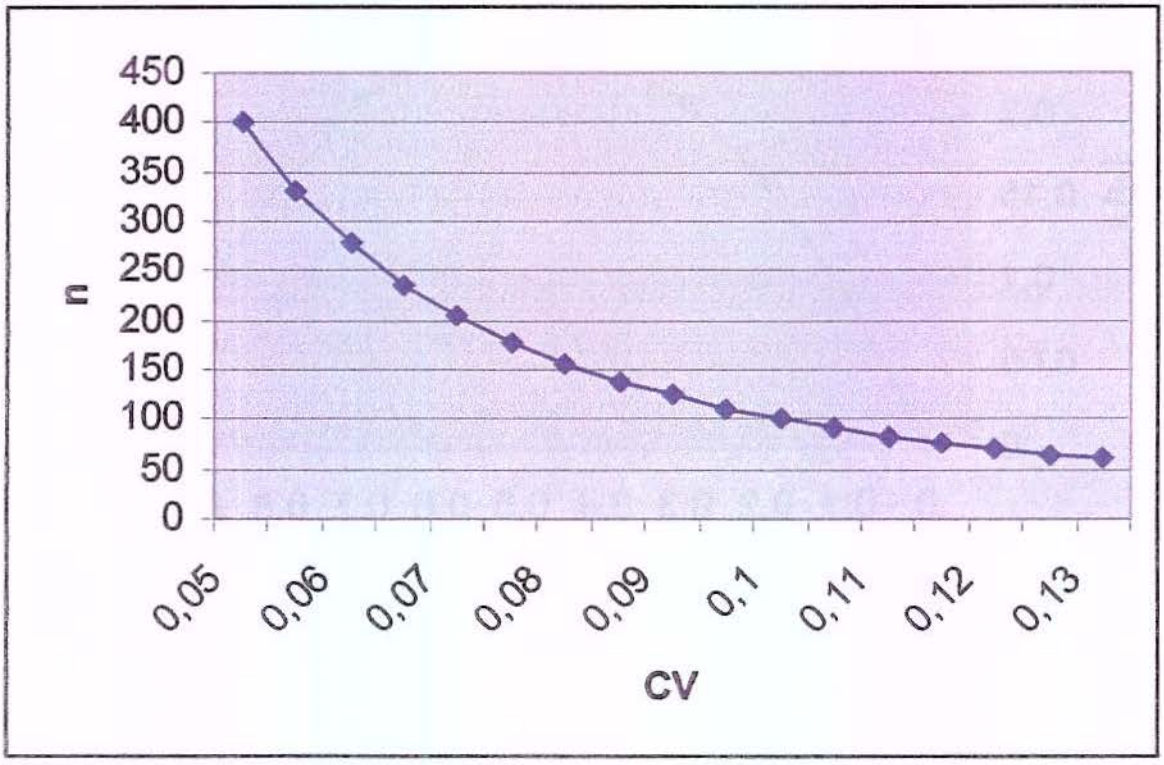
Tomando como valor inicial de $\hat{p}$=0,5 que maximiza o erro de estimativa, pode-se construir uma relação entre o tamanho de amostra n e valores de coeficientes de variação.

Como CV=$\frac{\sqrt{V(\hat{p})}}{E(\hat{p})}$, então $(CV^2)=\frac{\hat{p}(1-\hat{p})/n}{n^2\hat{p}^2}$ e $n=\frac{(1-\hat{p})}{\hat{p}CV^2}$ como $\hat{p}$=0,5 então $n=1/CV^2$.

O valor de n em função do coeficiente de variação é dado no gráfico 2 onde se pode observar que o tamanho da amostra cai de n=400 para um CV de 0,05, ou 5% de variação em torno de valor estimado, para n=60 para um CV de 0,13. Como uma amostra de tamanho 400 é economicamente inviável e um CV de 0,13 é tecnicamente muito

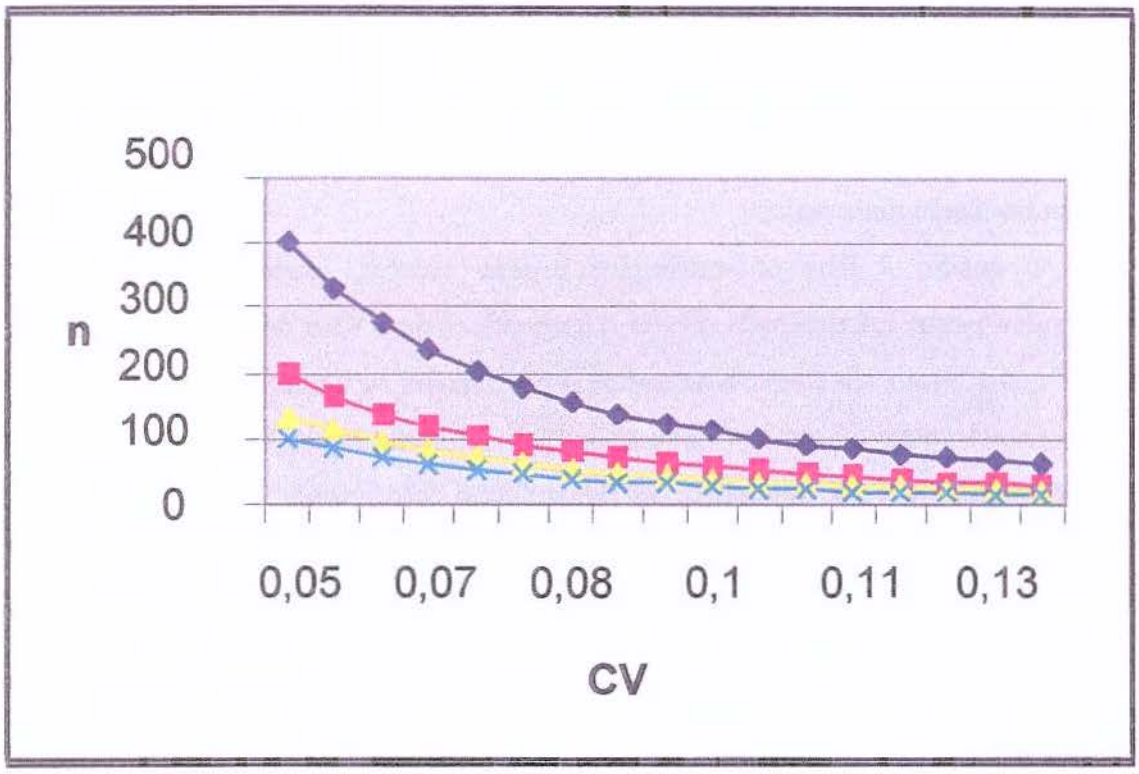
n=60, é necessário trabalhar a outra componente de influência no erro de estimativa, a variação.

GRÁFICO 2- Tamanho da amostra em função do CV.



Para reduzir a variação total, pode-se empregar a técnica de estratificação da população em r estratos. A variância em cada estrato será dividida por r^2 e, a variação total será a soma das r variâncias. Com esta técnica para um mesmo tamanho de amostra pode-se aumentar a precisão. O gráfico 4 abaixo mostra a relação entre CV e tamanho de amostra para amostragem aleatória simples, amostragem estratificada para 2, 3 e 4 estratos.

GRÁFICO 3. Relação de municípios, escores e número de amostras



Conforme o gráfico 3, pode-se observar que, quando a população é dividida em quatro estratos uma amostra de tamanho n=60 garante uma variação máxima em torno de $E(\hat{p})$ de 6,5% o que garante um equilíbrio entre viabilidade e precisão. Para que o exposto acima seja verdade, é necessário que a metodologia para estratificação da população seja aplicada de forma a construir estratos que possuam diferenças de variabilidade dentro e entre os estratos, para tanto será aplicada a seguinte metodologia.

Para selecionar os municípios em que se faria a amostragem foi efetuado um levantamento em cada município de um conjunto de 10 variáveis produtivas, com as quais se criou um sistema de classificação baseado na soma dos escores padronizados.

Dessa forma, o escore padronizado da cidade j dado por $Ep_j = \Sigma_{i=1}^{10} W_i Z_i$, para W_i igual ao peso atribuído a variável i e $Z_i = \frac{(y_i - \bar{y}_i)}{\sigma_i}$, em que y_i é o valor da variável i na cidade j , $\bar{y}_i$ é a média e σ_i o desvio padrão da variável i para as 18 cidades.

Os Ep_j, assim definidos, possuem distribuição t de Student com média zero e variância (ν / (ν-1)), que foram empregados para classificar as cidades em 4 categorias, conforme o valor da distância do escore à média.

Em cada uma das quatro categorias foi selecionado o município com o valor de escore padronizado mais central.

O quadro 3 lista os municípios e seus escores, sendo que os municípios selecionados foram Encruzilhada do Sul, Gramado Xavier, Vale do Sol e Santa Cruz do Sul, dos quais foram selecionadas amostras proporcionais ao número de propriedades que compõem cada categoria em que cada município foi classificado. O quadro 3 mostra as amostras dentro de cada município, as quais foram selecionadas de forma sistemática através do cadastro de produtores informados pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil).

Tendo sido definida a amostra, aplicou-se os questionários. Para tanto, foi efetuada uma visita prévia às Prefeituras Municipais e Emater dos quatro municípios para, inicialmente, explicar as proposições da pesquisa e, com o auxílio de pessoas vinculadas a essas instituições, identificar a localização de cada propriedade. A contribuição dessas pessoas e instituições não se limitou ao fornecimento do endereço dos entrevistados, pois também foram disponibilizados um motorista e um carro que nos levou a cada propriedade. Teria sido difícil reunir as pessoas em um local de aplicação conjunta dos questionários, devido ao período de pico de trabalho na cultura fumageira.

QUADRO 3. Relação de municípios, escores e número de amostras

Municípios	escores	nº amostras
Mato Leitão	-1,06957	
Vale Verde	-0,95041	
General Camara	-0,9156	
Encruzilhada do Sul	-0,62591	7
Cerro Branco	-0,47986	
Rio Pardo	-0,45983	
Passo do Sobrado	-0,42287	
Herveiras	-0,28511	
Gramado Xavier	-0,17658	14
Vera Cruz	0,012843	
Amaral ferrador	0,019725	
Boqueirão do Leão	0,11916	
Barros Cassal	0,280896	
Vale do Sol	0,602404	13
Sinimbu	0,666732	
Candelaria	1,066358	
Santa Cruz do Sul	1,141079	26
Venâncio Aires	1,476547	

ANEXO-2. PROJETO RURBANO FASE III: SUBPROJETO N.º 5 PESQUISA QUANTITATIVA DE RENDA NOS DOMICÍLIOS RURAIS

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA LOCAL POR AMOSTRA E DOMICÍLIO RURAL - PLADR

CONTROLE DA PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do Questionário: _____

Nome do entrevistado_____

Localidade_____

Município_____

Estado_____

	Nome	Rubrica
Entrevistador		
Supervisor		
Crítico		
Digitador		

Data da primeira visita-----/-----/-----

Data da devolução-----/------/-----

Data da segunda visita------/------/-----

Data da checagem final------/-----/-----

OUTUBRO DE 2001

QUADRO A - DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS RESIDENTES NO DOMICÍLIO NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 ATÉ SETEMBRO DE 2001.

Nome	Parentesco[a]	Sexo[b]	Idade (anos)	Escolaridade[c]
01-				
02-				
03-				
04-				
05-				
06-				
07-				
08-				
09-				
10-				

a) Parentesco

01- pessoa de referência/responsável;
02- cônjuge;
03- filho(a);
04- pai/mãe/sogro/sogra;
05- genro/nora;
06- neto (a);
07- agregado(s);
98- outro(s).

b) sexo

01-masculino;
02- feminino.

c) escolaridade

01- analfabeto;
02- apenas lê e escreve;
03- mobral;
04- 1ª. a 4ª. série completo;
05- 1ª. a 4ª. série incompleto;
06- 5ª. a 8ª. série completo;
07- 5ª. a 8ª. série incompleto;
08- 2º. grau completo;
09- 2º. grau incompleto;
10- nível técnico;
11- superior completo;
12- superior incompleto;
96- não soube informar.

QUADRO B - PERFIL OCUPACIONAL DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE NA ÚLTIMA SEMANA DE SETEMBRO DE 2001.

NOME	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	A)	OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	A)	EMPREENDIMENTO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL [C]	D)
	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	B)	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	B)		

a) ocupação das pessoas com dez anos ou mais de idade			b) posição na ocupação das pessoas com dez anos ou mais de idade	
01- empregador agrícola;	08- ocupações técnico-científ;	17- motorista;	01-trabalhador por conta própria;	06- empreg. assalariado;
02- empregador não-agrícola;	09- agricultor conta própria;	18- ocup. de comunic.;	02- empregador;	07- empreg. doméstico;
03- gerente/adm. Agrícola;	10- trabalhador rural;	19- serviço doméstico;	03- trabalhador não remunerado em ativ. de autoconsumo;	08- desempreg. procur. emprego;
04- gerente/adm. não-agríc.;	11- operador agrícola;	20- serviços pessoais não domésticos;	04- trabalhador não remunerado em ativ. de autoconstrução;	09- inativo com renda;
05- administrador público;	12- serviços de construção civil não-exclusivo;	21- outros serv. pessoais aux. de conta própria;	05- trabalhador não remunerado;	10- inativo sem renda.
06- prof. e outros da educação;	13- ocupações agroindust.;	22- sem ocupação;		
07- outras não-agrícolas.	14- indústria da transform.; 15- comércio não específico;	23- outros;		
	16- ambulante em geral;	24- autoconsumo;		
		25- caseiro.		

c) Deve-se descrever sucintamente a função e o tipo de empreendimento, negócio em que a pessoa está engajada ou tem vínculo empregatício. Por exemplo: recepcionista de empresa de comunicação, escriturário de serviço público, balconista de comércio atacadista, motorista de transporte de cargas, professor de escola privada, caseiro de chácara de lazer etc.

d) Não preencher.

QUADRO I - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001

Nome da pessoa de referência (a pessoa entrevistada) listada no Quadro B.....

01- Em termos de moradia como utiliza este domicílio/estabelecimento? 01.1- ( ) eventualmente a negócio/trabalho

01.2- ( ) eventualmente para lazer/casa de campo 01.3- ( ) lar permanente

02- Qual a área total do domicílio/estabelecimento? --------m^2/--------hectare. É proprietário? ( ) não ( ) sim

Se não, 02.1- Ocupa este domicílio/estabelecimento principalmente sob que condição?

02.1.1- ( ) arrendatário 02.1.2- ( ) parceiro 02.1.3- ( ) posseiro 02.1.4- ( ) cessionário

02.1.5- ( ) inquilino 02.1.6- ( ) inquilino e caseiro

Se sim, 02.2- Tem caseiro residente? ( ) não ( ) sim

03- Esteve ocupado(a) desde outubro passado até setembro deste ano? ( ) não-*vá para o Quadro II* ( ) sim

Se sim, 03.1- Quantos meses? .....

04- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

04.1- ( ) não-*vá para o quesito 06*

04.2- ( ) sim Se sim, 04.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

04.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 05***

04.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 04.3***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

04.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 04.3*

04.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 04.3*

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 04.3***

04.3- Quem decide pelo uso do fundo de renda monetária familiar?

( ) todos da família, exceto as crianças ( ) os pais e os filhos que contribuem para a formação da renda familiar

( ) os pais ( ) somente o pai ( ) somente a mãe ( ) somente o filho(a) mais velho(a)

( ) outro- Quem?.....

05- Quais eram as ocupações **com remuneração** em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 06)

05.1- ocupação principal.....;

05.2- ocupação secundária-1.....;

05.3- ocupação secundária-2.....;

05.4- ocupação secundária-3.....;

05.5- ocupação secundária-4.....;

06- No período ocupou-se em atividades **sem remuneração**? ( ) não-*vá para o quesito 07* ( ) sim Se sim, 06.1-Quais?

06.1.1- ( ) autoconsumo-***vá para o Quadro VI*** 06.1.2- ( ) autoconstrução-***vá para o Quadro VI***

06.1.3- ( ) ambos-***vá para o Quadro VI*** 06.1.4- ( ) outra(s) Qual(is)?.....,.....*vá para o quesito 07 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 36 caso exista outra pessoa.*

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

07- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

08- Onde se localizava a ocupação principal?

08.1- ( ) no domicílio 08.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

08.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 08.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

09- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 10* ( ) sim

Se sim, 09.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

09.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 09.2.1- Quantos?.....

09.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

09.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 09.4.2* ( ) sim

Se sim, 09.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 09.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola

( ) Se sim, 09.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

10- **Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 11* ( ) sim

Se sim, 10.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

10.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 10.2.2* ( ) sim

Se sim, 10.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 10.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola

( ) Se sim, 10.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

11- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito12* ( ) sim

Se sim, 11.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 11.2* ( ) sim

Se sim, 11.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 11.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 11.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

11.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 11.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

11.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

11.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

11.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 11.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

12- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

13- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

13.1- ( ) no domicílio 13.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

13.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 13.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

14- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito15* ( ) sim

Se sim, 14.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

14.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 14.2.1- Quantos?.....

14.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

14.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 14.4.2* ( ) sim

Se sim, 14.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 12.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 14.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

15- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito16* ( ) sim

Se sim, 15.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

15.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 15.2.2* ( ) sim

Se sim, 15.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 15.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 15.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

16- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 17* ( ) sim

Se sim, 16.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 16.2* ( ) sim

Se sim, 16.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 16.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 16.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

16.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 16.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

16.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

16.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

16.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 16.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

17- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

18- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

18.1- ( ) no domicílio 18.2- ( ) contiguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

18.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 18.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

19- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 20* ( ) sim

Se sim, 19.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

19.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 19.2.1- Quantos?.....

19.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

19.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 19.4.2* ( ) sim

Se sim, 19.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 19.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 19.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

20- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria?**

( ) não-*vá para o quesito 21*

( ) sim Se sim, 20.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

20.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 20.2.2* ( ) sim

Se sim, 20.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 20.2.2- Sabe o valor total da renda líquida de outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 20.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

21- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 22* ( ) sim

Se sim, 21.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 21.2* ( ) sim

Se sim, 21.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 21.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 21.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

21.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 21.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

21.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

21.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

21.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 21.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

22- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

23- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

23.1- ( ) no domicílio 23.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

23.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 23.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

24- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 25* ( ) sim

Se sim, 24.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

24.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 24.2.1- Quantos?.....

24.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

24.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 24.4.2* ( ) sim

Se sim, 24.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 24.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 24.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

25- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito26* ( ) sim

Se sim, 25.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

25.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 25.2.2* ( ) sim

Se sim, 25.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 25.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 25.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

26- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 27* ( ) sim

Se sim, 26.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 26.2* ( ) sim

Se sim, 26.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 26.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 26.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

26.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 26.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

26.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

26.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

26.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 26.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

27- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

28- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

28.1- ( ) no domicílio 28.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

28.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 28.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

29- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?**

( ) não-*vá para o quesito 30*

( ) sim Se sim, 29.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

29.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 29.2.1- Quantos?.....

29.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

29.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 29.4.2* ( ) sim

Se sim, 29.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 29.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 29.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

30- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 31* ( ) sim

Se sim, 30.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

30.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 30.2.2* ( ) sim

Se sim, 30.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 30.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 30.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

31- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 32* ( ) sim

Se sim, 31.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 31.2* ( ) sim

Se sim, 31.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 31.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 31.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

31.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

31.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

31-3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim;

31.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 31.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

OUTRAS FONTES DE RENDIMENTOS AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS

32- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 33*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

32.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.1.1- valor mensal? R$.....,00

32.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.2.1- valor mensal? R$.....,00

32.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.3.1- valor mensal? R$.....,00

32.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.4.1- valor mensal? R$.....,00

32.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 32.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

33- Teve **rendimentos mensais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 34*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

33.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.1.1- valor mensal? R$.....,00

33.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.2.1- valor mensal? R$.....,00

33.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 33.3.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

34- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 35*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

34.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.1.1- valor anual? R$.....,00

34.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.2.1- valor anual? R$.....,00

34.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 34.3.1- valor anual? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

35- Teve **rendimentos anuais variáveis** de outubro passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 36*

( ) sim Se sim, teve com:

35.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.1.1- valor anual? R$.....,00

35.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.2.1- valor anual? R$.....,00

35.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.3.1- valor anual? R$.....,00

35.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 35.4.1-valor anual? R$.....,00

35.5- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 35.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

QUADRO Ia - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001

Nome da segunda pessoa residente listada no Quadro B.....

36- Esteve ocupado(a) desde outubro passado até setembro deste ano? ( ) não-*vá para o Quadro II* ( ) sim

Se sim, 36.1- Quantos meses? .....

37- Nesse periodo recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

37.1- ( ) não-*vá para o quesito 39*

37.2- ( ) sim Se sim, 37.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

37.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 38***

37.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 38***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

37.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 38*

37.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 38*

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito*** no quesito 38

38- Quais eram as ocupações **com remuneração** em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 39)

38.1- ocupação principal.....;

38.2- ocupação secundária-1.....;

38.3- ocupação secundária-2.....;

38.4- ocupação secundária-3.....;

38.5- ocupação secundária-4.....;

39- No período ocupou-se em atividades **sem remuneração**? ( ) não-*vá para o quesito 40* ( ) sim Se sim, 39.1-Quais?

39.1.1- ( ) autoconsumo-***vá para o Quadro VI*** 39.1.2- ( ) autoconstrução-***vá para o Quadro VI***

39.1.3- ( ) ambos-***vá para o Quadro V***

39.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....,.....*vá para o quesito 40 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 69 caso exista terceira pessoa.*

PERFIL DA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

40- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

41- Onde se localizava a ocupação principal?

41.1- ( ) no domicílio 41.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

41.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 41.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

42- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 43* ( ) sim

Se sim, 42.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

42.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 42.2.1- Quantos?.....

42.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

42.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 42.4.2* ( ) sim

Se sim, 42.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 42.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 42.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

43- **Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 44* ( ) sim

Se sim, 43.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

43.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 43.2.2* ( ) sim

Se sim, 43.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 43.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 43.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

44- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 45* ( ) sim

Se sim, 44.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 44.2* ( ) sim

Se sim, 44.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 44.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 44.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

44.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 44.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

44.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

44.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

44.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 44.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

45- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

46- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

46.1- ( ) no domicílio 46.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

46.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 46.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

47- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador? ( ) não-*vá para o quesito 48* ( ) sim

Se sim, 47.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

47.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 47.2.1- Quantos?.....

47.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

47.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 47.4.2* ( ) sim

Se sim, 47.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 47.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 47.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

48- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria? ( ) não-*vá para o quesito 49* ( ) sim

Se sim, 48.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

48.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 48.2.2* ( ) sim

Se sim, 48.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 48.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 48.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

49- Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado? ( ) *não-vá para o quesito 50* ( ) sim

Se sim, 49.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 49.2* ( ) sim

Se sim, 49.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 49.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 49.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

49.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 49.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

49.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

49.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

49.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 49.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

50- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

51- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

51.1- ( ) no domicílio 51.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

51.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 51.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

52- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 53* ( ) sim

Se sim, 52.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

52.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 52.2.1- Quantos?.....

52.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

52.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 52.4.2* ( ) sim

Se não, 52.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 52.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola, no Quadro IV se for não-agrícola e no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.***

( ) Se sim, 52.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

53- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 54* ( ) sim

Se sim, 53.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

53.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 53.2.2* ( ) sim

Se não, 53.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 53.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola, no Quadro IV se for não-agrícola e no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.***

( ) Se sim, 53.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

54- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?**

( ) *não-vá para o quesito 55* ( ) sim

Se sim, 54.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 54.2* ( ) sim

Se sim, 54.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 54.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 54.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

54.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 54.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

54.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

54.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

54.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 54.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

55- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

56- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

56.1- ( ) no domicílio 56.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

56.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 56.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

57- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 58* ( ) sim

Se sim, 57.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

57.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 57.2.1- Quantos?.....

57.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

57.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 57.4.2* ( ) sim

Se sim, 57.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 57.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 57.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

58- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 59* ( ) sim

Se sim, 58.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

58.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 58.2.2* ( ) sim

Se sim, 58.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 58.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 58.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

59- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 60* ( ) sim

Se sim, 59.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 59.2* ( ) sim

Se sim, 59.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 59.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 59.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

59.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 59.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

59.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

59.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim;

59.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 59.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

60- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

61- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

61.1- ( ) no domicílio 61.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

61.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 61.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

62- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 63* ( ) sim

Se sim, 62.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

62.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 62.2.1- Quantos?.....

62.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

62.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 62.4.2* ( ) sim

Se sim, 62.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 62.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 62.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

63- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?**

( ) não-*vá para o quesito 64*

( ) sim Se sim, 63.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

63.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 63.2.2* ( ) sim

Se sim, 63.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 63.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) sim, 63.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

64- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 65* ( ) sim

Se sim, 64.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 64.2* ( ) sim

Se sim, 64.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 64.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 64.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

64.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 64.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

64.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

64.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

64.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 61.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS

65- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 66*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

65.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.1.1- valor mensal? R$.....,00

65.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.2.1- valor mensal? R$.....,00

65.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.3.1- valor mensal? R$.....,00

65.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.4.1- valor mensal? R$.....,00

65.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 65.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

66- Teve **rendimentos mensais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 67*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

66.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.1.1- valor mensal? R$.....,00

66.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.2.1- valor mensal? R$.....,00

66.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 66.3.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)?.....

67- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 68*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

67.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.1.1- valor anual? R$.....,00

67.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.2.1- valor anual? R$.....,00

67.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 67.3.1- valor anual? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

68- Teve **rendimentos anuais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 69*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

68.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.1.1- valor anual? R$.....,00

68.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.2.1- valor anual? R$.....,00

68.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.3.1- valor anual? R$.....,00

68.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 68.4.1-valor anual? R$.....,00

68.5- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 68.5.1- valor anual? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

QUADRO Ib - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001

Nome da terceira pessoa residente listada no Quadro B.....

69- Esteve ocupado(a) desde outubro passado até setembro deste ano? ( ) não-*vá para o Quadro II.* ( ) sim

Se sim, 69.1- Quantos meses? .....

70- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

70.1- ( ) não-*vá para o quesito 72*

70.2- ( ) sim Se sim, 70.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

70.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 71***

70.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 71***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

70.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 71*

70.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 71*

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 71***

71- Quais eram as ocupações **com remuneração** em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e vá para o quesito 72)

71.1- ocupação principal.....;

71.2- ocupação secundária-1.....;

71.3- ocupação secundária-2.....;

71.4- ocupação secundária-3.....;

71.5- ocupação secundária-4.....;

72- No período ocupou-se em atividades **sem remuneração**? ( )não- *vá para o quesito 73* ( ) sim. Se sim, 72.1- Quais?

72.1.1- ( ) autoconsumo-***vá para o Quadro VI*** 72.1.2- ( ) autoconstrução-***vá para o Quadro VI***

72.1.3- ( ) ambos-***vá para o Quadro VI***

72.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....,.....*vá para o quesito 73 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 102 caso exista quarta pessoa.*

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

73- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

74- Onde se localizava a ocupação principal?

74.1- ( ) no domicílio 74.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

74.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 74.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

75- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 76* ( ) sim

Se sim, 75.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

75.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 75.2.1- Quantos?.....

75.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

75.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 75.4.2* ( ) sim

Se sim, 75.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 75.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 75.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

76- **Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 77* ( ) sim

Se sim, 76.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

76.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 76.2.2* ( ) sim

Se sim, 76.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 76.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 76.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

77- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 78* ( ) sim

Se sim, 77.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 77.2* ( ) sim

Se sim, 77.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 77.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 77.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

77.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 77.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

77.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

77.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

77.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 77.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

78- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

79- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

79.1- ( ) no domicílio 79.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

79.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 79.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

80- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 81* ( ) sim

Se sim, 80.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

80.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 80.2.1- Quantos?.....

80.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

80.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 80.4.2* ( ) sim

Se sim, 80.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 80.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 80.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

81- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 82* ( ) sim

Se sim, 81.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

81.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 81.2.2* ( ) sim

Se sim, 81.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 81.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 81.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

82- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 83* ( ) sim

Se sim, 82.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 82.2* ( ) sim

Se sim, 82.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 82.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 82.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

82.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 82.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

82.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

82.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

82.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 82.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

83- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

84- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

84.1- ( ) no domicílio 84.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

84.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 84.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

85- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 86* ( ) sim

Se sim, 85.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

85.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 85.2.1- Quantos?.....

85.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

85.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 85.4.2* ( ) sim

Se sim, 85.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 85.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 85.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

86- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 87* ( ) sim

Se sim, 86.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

86.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 86.2.2* ( ) sim

Se sim, 86.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 86.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 86.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

87- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?**

( ) *não-vá para o quesito 88*

( ) sim Se sim, 87.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 87.2* ( ) sim

Se sim, 87.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 87.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 87.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

87.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 87.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

87.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

87.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

87.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 87.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

88- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

89- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

89.1- ( ) no domicílio 89.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

89.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 89.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

90- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 91* ( ) sim

Se sim, 90.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

90.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 90.2.1- Quantos?.....

90.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

90.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 90.4.2* ( ) sim

Se sim, 90.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 90.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 90.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

91- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 92* ( ) sim

Se sim, 91.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

91.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 91.2.2* ( ) sim

Se sim, 91.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 91.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 91.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

92- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 93* ( ) sim

Se sim, 92.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 92.2* ( ) sim

Se sim, 92.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 92.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 92.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

92.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 92.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

92.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

92.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

92.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 92.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

93- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

94- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

94.1- ( ) no domicílio 94.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

94.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 94.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

95- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 96* ( ) sim

Se sim, 95.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

95.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 95.2.1- Quantos?.....

95.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

95.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 95.4.2* ( ) sim

Se sim, 95.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 95.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 95.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

96- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?**

( ) não-*vá para o quesito 97*

( ) sim Se sim, 96.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

96.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 96.2.2* ( ) sim

Se sim, 96.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 96.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 96.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

97- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 98* ( ) sim

Se sim, 97.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 97.2* ( ) sim

Se sim, 97.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 97.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 97.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

97.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 97.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

97.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

97-3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

97.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 97.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS

98- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 99*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

98.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.1.1- valor mensal? R$.....,00

98.2- transferências de outras pessoas?( ) não ( ) sim Se sim, 98.2.1- valor mensal? R$.....,00

98.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.3.1- valor mensal? R$.....,00

98.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.4.1- valor mensal? R$.....,00

98.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 98.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

99- Teve **rendimentos mensais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 100*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

99.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.1.1- valor mensal? R$.....,00

99.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.2.1- valor mensal? R$.....,00

99.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 99.3.1- valor anual? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

100- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 101*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

100.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.1.1- valor anual? R$.....,00

100.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.2.1- valor anual? R$.....,00

100.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 100.3.1- valor anual? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

101- Teve **rendimentos anuais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 102*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

101.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.1.1- valor anual? R$.....,00

101.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.2.1- valor anual? R$.....,00

101.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.3.1- valor anual? R$.....,00

101.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços? ( ) não ( ) sim

Se sim, 101.4.1-valor anual? R$.....,00

101.5- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 101.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)?.....

QUADRO Ic - OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE REFERENTES AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001

Nome da quarta pessoa residente listada no Quadro B.....

102- Esteve ocupado(a) desde outubro passado até setembro deste ano? ( ) não-*vá para o Quadro II*. ( ) sim

Se sim, 102.1- Quantos meses? .....

103- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

103.1- ( ) não-*vá para o quesito 105*

103.2- ( ) sim Se sim, 103.2.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

103.2.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 104***

103.2.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 104***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

103.2.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***104***

103.2.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***104***

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 104***

104- Quais eram as ocupações **com remuneração** em dinheiro, produtos e/ou serviços nas quais esteve ocupado?

(*Registrar as ocupações em ordem decrescente quanto ao tempo ocupado em cada ocupação e* ***vá para o quesito 105***)

104.1- ocupação principal.....;

104.2- ocupação secundária-1.....;

104.3- ocupação secundária-2.....;

104.4- ocupação secundária-3.....;

104.5- ocupação secundária-4.....;

105- No período ocupou-se em atividades **sem remuneração**? ( )não ( ) sim. Se sim, 105.1- Quais?

105.1.1- ( ) autoconsumo-***vá para o Quadro VI*** 105.1.2- ( ) autoconstrução-***vá para o Quadro VI***

105.1.3- ( ) ambos-***vá para o Quadro VI***

105.1.4- ( ) outra(s); Qual(is)?.....,.....*vá para o quesito 106 se a pessoa tiver alguma atividade remunerada ou para o quesito 135 caso exista pessoa(s) inativa(s).*

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA PRINCIPAL.....

106- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada principal?.....

107- Onde se localizava a ocupação principal?

107.1- ( ) no domicílio 107.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

107.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 107.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

108- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 109* ( ) sim

Se sim, 108.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

108.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 108.2.1- Quantos?.....

108.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

108.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 108.4.2* ( ) sim

Se sim, 108.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 108.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 108.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

109- **Na ocupação principal atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito 110* ( ) sim

Se sim, 109.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

109.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 109.2.2* ( ) sim

Se sim, 109.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 109.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 109.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

110- **Na ocupação principal atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 111* ( ) sim

Se sim, 110.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 110.2* ( ) sim

Se sim, 110.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 110.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 110.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

110.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 110.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

110.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

110.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

110.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 110.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-1.....

111- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-1?.....

112- Onde se localizava a ocupação secundária-1?

112.1- ( ) no domicílio 112.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

112.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 112.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

113- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 114* ( ) sim

Se sim, 113.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

113.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 113.2.1- Quantos?.....

113.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

113.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 113.4.2* ( ) sim

Se sim, 113.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 113.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola, no Quadro IV se for não-agrícola e no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.***

( ) Se sim, 113.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

114- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito115* ( ) sim

Se sim, 114.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

114.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 114.2.2* ( ) sim

Se sim, 114.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 114.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola, no Quadro IV se for não-agrícola e no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.***

( ) Se sim, 114.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

115- **Na ocupação secundária-1 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito 116* ( ) sim

Se sim, 115.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 115.2* ( ) sim

Se sim, 115.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 115.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 115.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

115.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim, 115.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

115.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

115.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

115.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 115.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-2.....

116- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-2?.....

117- Onde se localizava a ocupação secundária-2?

117.1- ( ) no domicílio 117.2- ( ) contiguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

117.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 117.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

118- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 119* ( ) sim

Se sim, 118.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

118.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 118.2.1- Quantos?.....

118.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

118.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito118.4.2* ( ) sim

Se sim, 118.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 118.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 118.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

119- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito120* ( ) sim

Se sim, 119.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

119.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 119.2.2* ( ) sim

Se sim, 119.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 119.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 119.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

120- **Na ocupação secundária-2 atuou principalmente como empregado?**

( ) *não-vá para o quesito121*

( ) sim Se sim, 120.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 120.2* ( ) sim

Se sim, 120.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 120.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 120.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

120.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 120.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

120.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

120.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

120.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 120.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-3.....

121- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-3?.....

122- Onde se localizava a ocupação secundária-3?

122.1- ( ) no domicílio 122.2- ( ) contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

122.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 122.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

123- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito124* ( ) sim

Se sim, 123.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

123.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 123.2.1- Quantos?.....

123.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

123.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 123.4.2* ( ) sim

Se sim, 123.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 123.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 123.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

124- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como conta própria?** ( ) não-*vá para o quesito125* ( ) sim

Se sim, 124.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

124.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 124.2.2* ( ) sim

Se sim, 124.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 124.2.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 124.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

125- **Na ocupação secundária-3 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito126* ( ) sim

Se sim, 125.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 125.2* ( ) sim

Se sim, 125.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 125.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 125.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

125.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 125.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

125.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

125.3- Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

125.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 125.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

PERFIL NA OCUPAÇÃO REMUNERADA SECUNDÁRIA-4.....

126- Quantos meses esteve ocupado(a) na ocupação remunerada secundária-4?.....

127- Onde se localizava a ocupação secundária-4?

127.1- ( ) no domicílio 127.2- ( ) contiguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural

127.3- ( ) fora/distante do domicílio e na zona rural 127.4- ( ) fora/distante do domicílio e na zona urbana

128- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregador?** ( ) não-*vá para o quesito 129* ( ) sim

Se sim, 128.1- Contratou empregado temporário? ( ) não ( ) sim

128.2- Contratou empregados permanentes? ( ) não ( ) sim Se sim, 128.2.1- Quantos?.....

128.3- Contratou trabalhadores através de serviço de empreitada? ( ) não ( ) sim

128.4- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não-*vá para o quesito 128.4.2* ( ) sim

Se sim, 128.4.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não, 128.4.2- Sabe o valor total da renda líquida entre outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) Se sim, 128.4.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

129- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como conta própria?**

( ) não-*vá para o quesito130*

( ) sim Se sim,129.1- Teve ajuda de pessoas não remuneradas? ( ) não ( ) sim

129.2- Recebeu rendimentos fixos mensais? ( ) não- *vá para o quesito 129.2.2* ( ) sim

Se sim,129.2.1- Qual o valor mensal? R$.....,00

Se não,129.2.2- Sabe o valor da renda líquida de outubro passado até setembro deste ano?

( ) Se não-***reinicie: no Quadro III se a ocupação principal for agrícola,***

no Quadro IV se for não-agrícola e

no Quadro V se for agrícola e não-agrícola.

( ) se sim, 129.2.2.1- Qual o valor anual? R$.....,00

130- **Na ocupação secundária-4 atuou principalmente como empregado?** ( ) *não-vá para o quesito131* ( ) sim

Se sim, 130.1- Foi contratado temporariamente? ( ) não-*vá para o quesito 130.2* ( ) sim

Se sim, 130.1.1- Recebia diária? ( ) não ( ) sim

Se não, 130.1.2- Quanto recebeu enquanto esteve contratado? R$.....,00

Se sim, 130.1.3- Qual ao valor da diária? R$.....,00

130.1.4- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 130.1.5- Quanto por mês? R$.....,00

130.2- Se é contratado de forma permanente? Quanto recebe por mês? R$.....,00

130.3-Tem carteira assinada? ( ) não ( ) sim

130.4.- Paga previdência? ( ) não ( ) sim 130.4.1- Quanto por mês? R$.....,00

OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO AFORA AS OCUPAÇÕES PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS

131- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 132*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

131.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.1.1- valor mensal? R$.....,00

131.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.2.1- valor mensal? R$.....,00

131.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.3.1- valor mensal? R$.....,00

131.4- salários? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.4.1- valor mensal? R$.....,00

131.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 131.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

132- Teve **rendimentos mensais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 133*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

132.1- retiradas ou lucros? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.1.1- valor mensal? R$.....,00

132.2- aplicações financeiras? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.2.1- valor mensal? R$.....,00

132.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 132.3.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

133- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 134*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

133.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.1.1- valor anual? R$.....,00

133.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.2.1- valor anual? R$.....,00

133.3- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 133.3.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

134- Teve **rendimentos anuais variáveis** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 135*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

134.1- agropecuária? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.1.1- valor anual? R$.....,00

134.2- indústria de transformação? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.2.1- valor anual? R$.....,00

134.3- comércio e/ ou serviços? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.3.1- valor anual? R$.....,00

134.4- ocupações integradas (agropecuária, agroindústria, comércio ou serviços?

( ) não ( ) sim Se sim, 134.4.1-valor anual? R$.....,00

134.5- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 134.5.1- valor mensal? R$.....,00

Se **sim**, Qual(is)? .....

QUADRO II - QUESITOS PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS E INATIVAS

ENTRE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Nome da primeira pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B .....

135- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

( ) não- ***se for a pessoa de referência vá para o Quadro VII***

( ) sim- ***se for ou não a pessoa de referência vá para o quesito 135.1***

135.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

135.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 136***

135.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 136***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

135.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***136***

135.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***136***

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 136***

135.2- *(preencher só se for a pessoa de referência)* Quem decide pelo uso do fundo de renda monetária familiar?

( ) todos da família, exceto as crianças ( ) os pais e os filhos que contribuem para a formação da renda familiar

( ) os pais ( ) somente o pai ( ) somente a mãe ( ) somente o filho(a) mais velho(a)

( ) outro- Quem?.....

136- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 137*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

136.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 136.1.1- valor mensal? R$.....,00

136.2- transferências de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 136.2.1- valor mensal? R$.....,00

136.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 136.3.1- valor mensal? R$.....,00

136.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 136.4.1- valor mensal? R$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

137- Teve **rendimentos mensais variáveis** em aplicações financeiras de outubro passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 138* ( ) sim, Se sim, 137.1- valor mensal? R$.....,00

138- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

138.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 138.1.1- valor anual? R$.....,00

138.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 138.2.1- valor anual? R$.....,00

138.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 138.3.1- valor anual? R$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da segunda pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B. .....

139- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

( ) não-*encerre a entrevista relativa a esta pessoa*

( ) sim Se sim, 139.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

139.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 140***

139.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 140***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

139.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***140***

139.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***140***

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 140***

140- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 141*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

140.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 140.1.1- valor mensal? R$.....,00

140.2- transferência de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 140.2.1- valor mensal? R$.....,00

140.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 140.3.1- valor mensal? R$.....,00

140.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 140.4.1- valor mensal? R$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

141- Teve **rendimentos mensais variáveis** em aplicações financeiras de outubro passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 142* ( ) sim Se sim, 141.1- valor mensal? R$.....,00

142- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não ( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

142.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 142.1.1- valor anual? R$.....,00

142.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 142.2.1- valor anual? R$.....,00

142.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 142.3.1- valor anual? R$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da terceira pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B.....

143- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

( ) não-*encerre a entrevista relativa a esta pessoa*

( ) sim Se sim, 143.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

143.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 144***

143.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 144***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

143.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 144*

143.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito 144*

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 144***

144- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 145*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

144.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 144.1.1- valor mensal? R$.....,00

144.2- transferência de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 144.2.1- valor mensal? R$.....,00

144.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 144.3.1- valor mensal? R$.....,00

144.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 144.4.1- valor mensal? R$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

145- Teve **rendimentos mensais variáveis** em aplicações financeiras de outubro passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 146* ( ) sim Se sim, 145.1- valor mensal? R$.....,00

146- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

146.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 146.1.1- valor anual? R$.....,00

146.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 146.2.1- valor anual? R$.....,00

146.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 146.3.1- valor anual? R$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

Nome da quarta pessoa com dez anos ou mais e inativa com renda listada no Quadro B.....

147- Nesse período recebeu remuneração em dinheiro, produtos e/ou serviços?

( ) não-*encerre a entrevista relativa a esta pessoa*

( ) sim Se sim, 147.1- Como destinou seus rendimentos monetários desse período?

( ) apenas para uso próprio

147.1.1- ( ) porque na família não é usual compor um fundo de renda familiar-***vá para o quesito 148***

147.1.2- ( ) porque não contribui para o usual fundo de renda familiar-***vá para o quesito 148***

( ) para uso próprio e para o fundo de renda da família

147.1.3- ( ) repassou regularmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***148***

147.1.4- ( ) repassou eventualmente parte dos rendimentos-*vá para o quesito* ***148***

( ) somente para o fundo de renda da família- ***vá para o quesito 148***

148- Teve **rendimentos mensais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não-*vá para o quesito 149*

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

148.1- aluguel? ( ) não ( ) sim Se sim, 148.1.1- valor mensal? R$.....,00

148.2- transferência de outras pessoas? ( ) não ( ) sim Se sim, 148.2.1- valor mensal? R$.....,00

148.3- aposentadoria/pensão? ( ) não ( ) sim Se sim, 148.3.1- valor mensal? R$.....,00

148.4- outra(s) fonte(s) de renda fixa? ( ) não ( ) sim Se sim, 148.4.1- valor mensal? R$.....,00

Se sim, Qual(is)?.....

149- Teve **rendimentos mensais variáveis** em aplicações financeiras de outubro passado até setembro deste ano?

( ) não- *vá para o quesito 150* ( ) sim Se sim, 149.1- valor mensal? R$.....,00

150- Teve **rendimentos anuais fixos** entre outubro do ano passado até setembro deste ano?

( ) não

( ) sim Se sim, teve rendimentos com:

150.1- arrendamento de terras? ( ) não ( ) sim Se sim, 150.1.1- valor anual? R$.....,00

150.2- doações/remessas? ( ) não ( ) sim Se sim, 150.2.1- valor anual? R$.....,00

150.3- outra(s) fonte(s) de renda? ( ) não ( ) sim Se sim, 150.3.1- valor anual? R$.....,00

Se sim, Qual(is)? .....

QUADRO III - ESTIMATIVA DA RENDA VARIÁVEL COM ATIVIDADES AGRÍCOLA COMERCIAIS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 3- Despesas e receitas monetárias com atividades agropecuárias comerciais.

Item	Pessoa de ref. [a]	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa
	R$			
Total das receitas do estabelecimento				
Total das despesas do estabelecimento				
Receita líquida[b] do estabelecimento				
Nome da lavoura	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da lavoura	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da lavoura	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da lavoura	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da espécie animal	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da espécie animal	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da espécie animal	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da espécie animal	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Outras atividades agropecuárias	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				

a) Para facilitar a entrevista recoloque o nome das pessoas listadas no Quadro I, Ia, Ib e Ic.

b) Nessa receita liquida está contido valor das depreciações que deverão ser deduzidas posteriormente.

QUADRO IV - ESTIMATIVA DA RENDA VARIÁVEL COM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS COMERCIAIS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 04- Despesas e receitas monetárias com as atividades não-agrícolas comerciais.

Item	Pessoa de ref. [a]	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa
	R$			
Total das receitas do estabelecimento				
Total das despesas do estabelecimento				
Receita líquida[b] do estabelecimento				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Outras atividades não-agrícolas	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				

a) Para facilitar a entrevista recoloque o nome das pessoas listadas no Quadro I, Ia, Ib e Ic.

b) Não efetue as demais questões da tabela caso o entrevistado saiba informar o valor total da receita líquida de todas as atividades. Nessa estimativa da renda líquida estão incluídas os valores das depreciações.

QUADRO V - ESTIMATIVA DA RENDA VARIÁVEL COM ATIVIDADES MISTAS AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS COMERCIAIS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 05- Despesas e receitas monetárias com as atividades agrícolas e não-agrícolas comerciais.

Item	Pessoa de ref. [a]	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa
	R$			
Total das receitas do estabelecimento				
Total das despesas do estabelecimento				
Receita líquida[b] do estabelecimento				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Nome da atividade	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				
Outras atividades mistas	.....	.....	.....	.....
Total da receita				
Total da despesa				
Total da receita líquida				

a) Para facilitar a entrevista recoloque o nome das pessoas listadas no Quadro I, Ia, Ib e Ic.

b) Caso o entrevistado informe o valor total da receita líquida do estabelecimento vá para o **Quadro VI**. Nessa estimativa sobre o rendimento líquido não estão deduzidos os valores das depreciações.

QUADRO VI - ESTIMATIVA DA RENDA DAS ATIVIDADES DESTINADAS AO CONSUMO FAMILIAR NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 06- Renda estimada com autoconsumo e autoconstrução entre outubro de 2000 a setembro de 2001.

Item	Valor Total[a] no ano (R$)				Valor[b] mensal (R$)			
Total com Autoconsumo	Pessoa de Referência	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	Pessoa de Referência	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
9.								
10.								
Total com Autoconstrução								
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
9.								
10.								

a) Se o entrevistado informar o valor total com o autoconsumo e com autoconstrução não é necessário detalhar os demais itens desta tabela. Caso contrário, especifique para o autoconsumo os principais produtos e subprodutos de origem vegetal ou animal produzidos no estabelecimento/domicílio e consumidos na alimentação da família e/ou armazenados. Para a autoconstrução, registre as principais construções e/ou reparos feitos no domicílio/estabelecimento.

b) Preencher estes campos somente se o entrevistado não declarar os valores totais, conforme descrito acima e levando em conta o montante do dispêndio no caso em que o produto fosse adquirido no mercado. Se o entrevistado não souber informar o valor apenas liste os principais produtos autoconsumidos/autoconstuidos no mês.

QUADRO VII - DESPESAS GERAIS DO ESTABELECIMENTO E/OU DA RESIDÊNCIA ENTRE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 07- Despesas gerais do estabelecimento/residência de outubro de 2000 a setembro de 2001.

Tipo de despesa	Valor total entre out/2000 até set/2001(R$)
ITR	
IPTU	
Outros impostos e taxas	
Condomínio	
Telefone	
Energia elétrica	
Reparos e manutenção	
Aluguel da casa	
Mão-de-obra	
Empregada doméstica	
Caseiro	
Vigia	
Outros	
Total	

QUADRO VIII - REMESSAS MONETÁRIAS E NÃO MONETÁRIAS PARA NÃO RESIDENTES NO DOMICÍLIO NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 08- Remessas de dinheiro e/ou produtos de outubro de 2000 a setembro de 2001.

Nome da pessoa não residente beneficiária	Total das remessas em dinheiro e/ou mercadorias para parentes e/ou amigos **(R$)**

QUADRO IX - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO ESTABELECIMENTO OU RESIDÊNCIA NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2000 A SETEMBRO DE 2001.

Tabela 09. Variação patrimonial entre outubro de 2000 a setembro de 2001.

Tipo de patrimônio/investimento[a]	Valor total **(R$)**		Valor da prestação paga **(R$)**/mês
	Out/2000	Set/2001	
Terras			
Veículos			
Caminhão			
Camionete			
Carroça			
Outros veículos			
Tratores			
Colheitadeiras			
Implementos/equipamentos			
Construções			
Casa de moradia			
Galpão			
Paiol			
Cercas			
Curral			
Estábulo			
Sala de ordenha			
Outras benfeitorias			
Animais			
Reprodutores			
Grandes animais			
Animais de tração			
Pequenos animais			
Lavouras perenes			
Café			
Frutíferas			
Reflorestamento			
Pastagens			
Outras			
Outros			

a) Preencher apenas os itens que apresentaram variação positiva ou negativa no período especificado.

QUADRO X- INFRAESTRUTURA DO DOMICÍLIO

10.1- QUAL O PRINCIPAL TIPO DE PAREDE?

10.1.1- ( ) alvenaria
10.1.2- ( ) madeira aparelhada
10.1.3- ( ) madeira aproveitada
10.1.4- ( ) taipa não revestida
10.1.5- ( ) palha
10.1.6- ( ) outro _____

10.2- MATERIAL PREDOMINANTE NA COBERTURA (TELHADO) DO DOMICÍLIO?

10.2.1- ( ) TELHA

10.2.2- ( ) LAJE DE CONCRETO

10.2.3- ( ) MADEIRA APARELHADA

10.2.4- ( ) ZINCO

10.2.5- ( ) MADEIRA APROVEITADA

10.2.6- ( ) PALHA

10.2.7- ( ) OUTRA _____

10.3- QUANTOS CÔMODOS TEM O DOMICÍLIO? ——

10.4- A MORADIA POSSUI ÁGUA ENCANADA?

( ) SIM ( ) NÃO

10.5- QUAL É A ORIGEM DA ÁGUA UTILIZADA?

10.3.1- ( ) rede geral
10.3.2- ( ) poço ou nascente
10.3.4- ( ) rio, açude ou barreiro
10.3.4- ( ) água do vizinho
10.3.5- ( ) outra _____

10.6- QUAL O PRINCIPAL TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA?

10.6.1- ( ) rede geral
10.6.2- ( ) fossa séptica
10.6.3- ( ) fossa comum (rudimentar)
10.6.4- ( ) vala
10.6.5- ( ) direto para o rio, lago ou mar
10.6.6- ( ) não tem
10.6.7- ( ) outra _____

10.7- QUAL O PRINCIPAL TIPO DE ABASTECIMENTO DE

ENERGIA ELÉTRICA?

10.7.1- ( ) com acesso a rede geral
10.7.2- ( ) com gerador próprio
10.7.4- ( ) não possui
10.7.5- ( ) outro _____

10.8- ESTE DOMICÍLIO TEM ALGUM FILTRO DE ÁGUA?

( ) NÃO ( ) SIM

10.9- O LIXO DESTE DOMICÍLIO É?

10.9.1- ( ) COLETADO DIRETAMENTE

10.9.2- ( ) COLETADO INDIRETAMENTE

10.9.3- ( ) QUEIMADO E ENTERRADO

10.9.4- ( ) JOGADO EM TERRENO BALDIO

10.9.5- ( ) JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR

10.9.6- ( ) OUTRO DESTINO _____

10.10- QUAIS OS PRINCIPAIS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EXISTENTES?

10.10.1- ( ) fogão a lenha
10.10.2- ( ) fogão a gás
10.10.3- ( ) geladeira
10.10.4- ( ) televisor
10.10.5- ( ) rádio
10.10.6- ( ) freezer
10.10.7- ( ) antena Parabólica
10.10.8- ( ) computador
10.10.9- ( ) máquina de lavar roupa
10.10.10- ( ) máquina de lavar louça
10.10.11- ( ) telefone
10.10.12- ( ) outro. qual(is)_____

10.11- QUE MODALIDADE DE DESLOCAMENTO É MAIS USADA ENTRE O DOMICÍLIO E O NÚCLEO URBANO MAIS PRÓXIMO?.....

10.12- O TEMPO MÉDIO DO DESLOCAMENTO É?.....HORAS

10.13. QUE MODALIDADE DE DESLOCAMENTO É MAIS USADA ENTRO O DOMICÍLIO E O LOCAL DE TRABALHO?

.....

10.14. O TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO É .....HORAS

OBSERVAÇÕES GERAIS DO ENTREVISTADOR

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ANEXO 3
MAIORES EMPRESAS DO VALE DO RIO PARDO DE ACORDO COM O VALOR ADICIONADO/ ANO 2000

ARROIO DO TIGRE	SCHMIDT IRMÃOS CALÇADOS LTDA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA LA. CEREJA LTDA (COMACEL) FINKLER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS TABACOS TIGRE LTDA COMERCIAL DE ALIMENTOS TIGRE
BARROS CASSAL	COOPERATIVA AGRÍCOLA SOLEDADE LTDA BATTISTI & MARTINI LTDA VALDEMAR FACHI & FILHOS LTDA FARMÁCIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA CRUZ E DA CRUZ LTDA
BOQUEIRÃO DO LEÃO	S.A KNIPHOFF MADEIREIRA OLI R. PITANA DIAS COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL TEOTÔNIA (CERTEL) MACO MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA PICOLI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E CONSTRUÇÃO
CANDELÁRIA	INJECT – INDÚSTRIA DE INJETTADOS LTDA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA CANDELÁRIA LTDA ALCEMIRA FURLAN LANVALL SCHMIDT IRMÃOS CALÇADOS LTDA WOLLLMANNN & CIA LTDA. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS S/A ARROZEIRA CANDELÁRIA LTDA VALMIR BEHLING COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS NEVOEIRO LTDA
CERRO BRANCO	CLÁUDIO NESTOR DIEHL JOSÉ ORLANDO KONZEN ROBERTO BERNARDO POHL & CIA LTDA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS CERRO BRANCO LTDA
ENCRUZILHADA DO SUL	SERRARIA E BENEFICIAMENTO SÃO JOSÉ LTDA FORJASUL ENCRUZILHADA INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS PEDRO OBINO JR LTDA LINS FERRÃO E & LTDA LOJAS XAVIER TECIDOS LTDA GABRIELA C. BROCARDO UNIVERSAL SUPERMERCADO LTDA LOJAS COLOMBO S/A COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS ANTERO SOARES MEIRELES COREMA INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA
ESTRELA VELHA	COOPERATIVA TRITÍCOLA DE ESPUMOSO LTDA (COTRIEL) ERNI ÂNGELO MAINARDI ERICO LUIZ DALCIN REGES & SCAPIN LTDA EROMAR DOS SANTOS ORTIZ

GENERAL CÂMARA	SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ ARMANDO RAMÉ, SEVERO E BRITO LTDA MARÇAL O . ATKINSON PAULO ROBERTO RAMÉ
GRAMADO XAVIER	BATTISTI & CIA LTDA DOMINGOS S. V. DA ROSA B. POZZEBON E & CIA LTDA POZZEBON E BATTISTI LTDA NASSAIR DA SILVA
HERVEIRAS	IRENEU SILVEIRA & CIA LTDA G. & V. SIQUEIRA LTDA SELENI BRUM NEITZKE K CIA LTDA ERENI SIVEIRA E CIA LTDA
IBARAMA	IBACOUROS E PELES LTDA DAL RI, OLIVIER & CIA LTDA CÉSAR L. LOVATO E CIA LTDA
JACUIZINHO	NADA CONSTA
LAGOA BONITA DO SUL	NADA CONSTA
LAGOÃO	HILDEBRAND E BORGES DA COSTA MÁRIO JESUS DE CAMARGO OLÍRIO TORREL DIAS E PINTEL LTDA LOURENÇO E TORREL
MATO LEITÃO	NADA CONSTA
PANTANO GRANDE	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA LTDA (CODISTAL) COOPERATIVA TRITÍCOLA DE ESPUMOSO LTDA UNIVERSAL DE CALCÁRIOS LTDA (UNICAL) OLIVÉRIO A . RIBEIRO & CIA LTDA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS IMEC
PASSA SETE	POSTO NEBLINÃO LTDA ZÉLIA M. ZUCHELTO BOER E BOER LTDA MARWE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS CAMARÍ LTDA
PASSO DO SOBRADO	NADA CONSTA

RIO PARDO	FRIGORÍFICO TRÊS S/A IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS S/A IMEC SUL AMÉRICA TABACOS S/A BISTEX ALIMENTOS LTDA LOJAS XAVIER TECIDOS LTDA EMPRESA DE MINERAÇÃO ARAÚJO LTDA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DAPA LTDA E COM. LUB. LISBOA
SALTO DO JACUÍ	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEE) IRMÃOS LOLODI E CIA LTDA ELIO STARLICK & FILHOS LTDA PEDRAS MÜLLER LTDA PEDRAS MÜLLER LTDA M. DE MELLO & MELLO LTDA
SANTA CRUZ DO SUL	PHILIP MORRIS DO BRASIL S/A UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA SOUZA CRUZ S/A MERIDIONAL DE TABACOS LTDA PIONER SEMENTES LTDA FULLER S/A MERCUR S/A DIVISÃO BORRACHA CONFECÇÕES SIMON BRAUN LTDA METALÚRGICA MAR S/A
SEGREDO	COMBUSTÍVEIS INCOMAL LTDA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS TAMANDUÁ LTDA. RENATO . A . ZUCHETTO NESTOR CARNIEL ROSANE R. FERON
SINIMBU	NADA CONSTA
SOBRADINHO	SUPERMERCADOS TREVISO RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO REDITEC EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA SUPERMERCADO SOBRADINHO
TUNAS	COAGRISOL POSTO 04 COAGRISOL POSTO 20 VALDOIR FRANCISCO DA SILVA EVA ROMILDO PALHANO ALT COMERCIAL DE ALIMENTOS E MÓVEIS TUNAS LTDA DALCIN E BATALHA LTDA
VALE DO SOL	NADA CONSTA
VALE VERDE	NADA CONSTA
VENÂNCIO AIRES	NADA CONSTA
VERA CRUZ	DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA KANNEMBERG, BARKER HAIL COTTON TABACOS (KBH & CIA) METALÚSGICA RBM LTDA INDÚSTRIA DE BEBIDAS CELINA LTDA ELISEU KOPP E CIA LTDA CURTUME VERA CRUZ

	WILD E KROTH E CIA LTDA LOJAS FISHER LTDA KAUZER INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA REBELLI IND. E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

ANEXO 4 - TABELA DE PREÇOS DO FUMO, POR TIPO E CLASSES – 2002/03

VIRGÍNIA			BURLEY			COMUM	
CLASSES	R$/Kg	R$/arr.	CLASSES	R$/Kg	R$/arr.	R$/Kg	R$/arr.
TO1	3,99	59,85	T1	3,56	53,40	-	-
T02	3,37	50,55	T2	3,11	46,65	1,66	24,90
TO3	2,86	42,90	T2L	2,46	36,90	1,65	24,75
TR1	3,10	46,50	T3	2,22	33,30	-	-
TR2	2,13	31,95	T3L	1,95	29,25	-	-
TR3	1,25	18,75	TK	1,42	21,30	1,17	17,55
TL1	2,59	38,85	B1	3,69	55,35	-	-
TL2	2,01	30,15	B1L	3,33	49,95	-	-
TL3	1,15	17,25	B2	3,16	47,40	2,09	31,35
T2K	1,54	23,10	B2L	2,77	41,55	2,05	30,75
T3K	0,85	12,75	B3	2,50	37,50	1,68	25,20
BO1	4,19	62,85	B3L	2,08	31,20	1,61	24,15
BO2	3,62	54,30	BK	1,79	26,85	1,39	20,85
BO3	2,93	43,95	C1	3,60	54,00	-	-
BR1	3,28	49,20	C1L	3,29	49,35	-	-
BR2	2,39	35,85	C2	3,15	47,25	2,36	35,40
BR3	1,60	24,00	C2L	2,77	41,55	2,30	34,50
BL1	3,17	47,55	C3	2,44	36,60	1,99	29,85
BL2	2,58	38,70	C3L	2,00	30,00	1,87	28,05
BL3	1,60	24,00	CK	1,79	26,85	1,54	23,10
B2K	2,01	30,15	X1	3,33	49,95	-	-
B3K	1,01	15,15	X1L	3,17	47,55	-	-
CO1	4,02	60,30	X2	2,84	42,60	1,87	28,05
CO2	3,53	52,95	X2L	2,66	39,90	1,79	26,85
CO3	2,85	42,75	X3	2,22	33,30	-	-
CL1	3,17	47,55	X3L	2,00	30,00	-	-
CLE	2,58	38,70	XK	1,60	24,00	1,28	19,20
CL3	1,69	25,35	N	0,65	9,75	0,67	10,05
CR1	2,83	42,45	G	0,28	4,20	0,45	6,75
CR2	2,01	30,15					

CR3	1,28	19,20					
C2K	1,60	24,00					
C3K	0,93	13,95					
XO1	3,53	52,95					
XO2	2,97	44,55					
XO3	2,44	36,60					
XL1	2,83	42,45					
XL2	2,28	34,20					
XL3	1,37	20,55					
XR1	2,66	39,90					
XR2	1,64	24,60					
XR3	0,97	14,55					
X2K	1,17	17,55					
X3K	0,75	11,25					
GE	1,54	23,10					
G3	0,39	5,85					
SC	0,39	5,85					
ST	0,25	3,75					

ANEXO 5 – CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO – SAFRA 2002/2003

Em US$/hectare

FUMO			
DISCRIMINAÇÃO	VIRGÍNIA	BURLEY	COMUM
1. CUSTOS VARIÁVEIS			
Mão-de-obra	2.493,04	1.828,60	1.677,22
Operações com animais	61,09	48,51	19,54
Operações com máquinas	62,07	41,17	66,38
Operações com benfeitorias	62,52	53,41	53,20
Suprimentos agrícolas	1.089,87	883,22	494,38
Lenha	388,50	-	-
Energia Elétrica	9,35	-	-
Seguro da produção	153,56	147,91	49,14
Funrural	122,82	97,11	59,57
Sub-total		3.099,93	2.419,42
2. CUSTOS FIXOS			
Correção do solo	32,05	35,51	8,76
Depreciação de utensílios e implementos	145,74	78,85	30,06
Depreciação de animais e máquinas	73,35	21,88	13,56
Depreciação de benfeitorias	162,48	289,66	214,25
Sub-total	413,62	425,89	266,62